

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIEL TREVISAN SAMWAYS

INIMIGOS IMAGINÁRIOS, SENTIMENTOS REAIS: MEDO E PARANOIA NO
DISCURSO ANTICOMUNISTA DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
(1970-1973)

CURITIBA
2014

DANIEL TREVISAN SAMWAYS

INIMIGOS IMAGINÁRIOS, SENTIMENTOS REAIS: MEDO E PARANOIA NO
DISCURSO ANTICOMUNISTA DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
(1970-1973)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História, no Curso de Pós-Graduação em História, linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na história, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Dra. Marionilde Dias Brepohl de Magalhães.

CURITIBA
2014

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Samways, Daniel Trevisan

Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973) / Daniel Trevisan Samways – Curitiba, 2014.
250 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marionilde Dias Brepohl de Magalhães
Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Comunismo. 2. Autoritarismo. 3. Ditadura. 4. Paranoia. 5. Medo.
I. Título.

CDD 320.532



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br

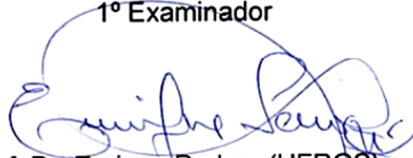
PARECER DA BANCA EXAMINADORA

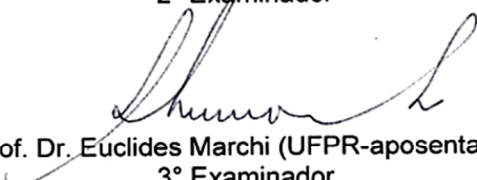
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **Daniel Trevisan Samways** intitulada: **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua.....*aprovada*, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de Doutor em História.

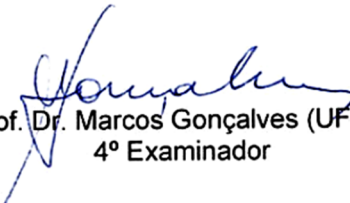
Curitiba, primeiro de setembro de dois mil e quatorze.


Profa Dra Marionilde Brepohl Magalhães (Orientadora)
Presidente da Banca Examinadora

Samantha Viz Quadrat
Profa Dra Samantha Viz Quadrat (UFF)
1º Examinador


Prof. Dr. Enrique Padros (UFRGS)
2º Examinador


Prof. Dr. Euclides Marchi (UFPR-aposentado)
3º Examinador


Prof. Dr. Marcos Gonçalves (UFPR)
4º Examinador

AGRADECIMENTOS

As últimas palavras de um trabalho acadêmico são sempre permeadas por uma série de sentimentos, lembranças e emoções. Lembranças de pessoas, situações, aulas, revisões, noites e madrugadas em claro, momentos que fizeram parte desses últimos anos e a alegria da conclusão. Muitas pessoas foram de grande importância na realização deste trabalho e contribuíram de forma muito significativa para que a caminhada na pós-graduação fosse mais tranquila, mesmo nos momentos de tormenta. Tornaram-se um grande suporte, um porto seguro e uma importante motivação. Alguns agradecimentos, mesmo que singelos, são o reconhecimento por tudo que fizeram e por tudo que ajudaram. Tenham certeza, vocês foram essenciais.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público do Paraná pela ajuda em meio aos documentos e pelo ótimo serviço prestado.

Aos meus orientadores na graduação, Jair Antunes, e no mestrado, Judite Barboza Trindade, por todo o apoio e incentivo em minha caminhada no mundo acadêmico. Devo muito a vocês.

À minha orientadora, professora Marion Brepohl, por ter me orientado ao longo de quatro anos e contribuído com uma leitura sempre atenta e indicado novos caminhos, novas possibilidades, importantes leituras e análises. Obrigado por tudo e pelo carinho.

Aos professores da Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná que contribuíram muito com minha formação.

Aos professores Samantha Viz Quadrat, Enrique Serra Padrós, Euclides Marchi e Marcos Gonçalves pela leitura atenciosa e pelas sugestões de leitura e encaminhamento. Espero ter atendido à altura todas elas.

À secretária da Pós-Graduação, Maria Cristina Parzowski, por toda a paciência, atenção e carinho com que me atende há tantos anos.

Aos queridos amigos que foram preciosos debatedores de minhas ideias, mas também grandes companheiros de jornada e de vida. Noam, Fábio, Ener, Helton, Augusto, Luiz Felipe, Alex, Aruanã, Dayane, Daniel, Gladisson, Fabiano, Karina, Dani, Tábata, Rosel, Márcia, Anderson e Valdinei. Quem tem verdadeiros amigos e os cultiva, nunca está sozinho. Perdão pelas ausências, mas muito obrigado por tanto apoio.

A Marcos Aurélio pela confiança no trabalho e na empreitada pelo Brasil com os cursos

de capacitação, mostrando-me não somente um mundo diferente, mas a importância do conhecimento, dentro e fora da academia. Serei sempre grato.

À minha sogra, Elir Chinato, por todo carinho e atenção.

A meus amados pais, Áurea e Héliom, pelo apoio, dedicação, carinho e amor. Não tenho como expressar a gratidão por tudo que fizeram e terem acreditado sempre em minhas escolhas. Seu amor sempre foi essencial pra mim.

À minha esposa, Fernanda Cássia dos Santos, que chegou no início deste trabalho e acompanhou toda sua produção. Esses últimos quatro anos foram de grandes emoções e muito amor. Em meio às nossas teses, a minha e a sua, começamos uma vida juntos. Serei sempre grato por todo apoio, incentivo, amor e por estar sempre ao meu lado, em todos os momentos.

A todos vocês, meu muito obrigado!

*A noite desceu. Que noite!
Já não enxergo meus irmãos.
E nem tão pouco os rumores que outrora me perturbavam.*

*A noite desceu. Nas casas, nas ruas onde se combate, nos
campos desfalecidos, a noite espalhou o medo e a total
incompreensão. A noite caiu. Tremenda, sem esperança...
Os suspiros acusam a presença negra que paralisa os
guerreiros.*

*E o amor não abre caminho na noite.
A noite é mortal, completa, sem reticências,
a noite dissolve os homens, diz que é inútil sofrer,
a noite dissolve as pátrias, apagou os almirantes
cintilantes!
nas suas fardas.*

*A noite anoiteceu tudo... O mundo não tem remédio...
Os suicidas tinham razão.*

*Aurora, entretanto eu te diviso, ainda tímida, inexperiente
das luzes que vais ascender e dos bens que repartirás com
todos os homens.*

*Sob o úmido véu de raivas, queixas e humilhações,
adivinho-te que sobes,
vapor róseo, expulsando a treva noturna.*

*O triste mundo fascista se decompõe ao contato de teus
dedos, teus dedos frios, que ainda se não modelaram mas
que avançam na escuridão
como um sinal verde e peremptório.*

*Minha fadiga encontrará em ti o seu termo,
minha carne estremece na certeza de tua vinda.*

*O suor é um óleo suave, as mãos dos sobreviventes
se enlaçam, os corpos hirtos adquirem uma fluidez, uma
inocência, um perdão simples e macio...*

*Havemos de amanhecer.
O mundo se tinge com as tintas da antemanhã
e o sangue que escorre é doce, de tão necessário
para colorir tuas pálidas faces, aurora.*

*A noite dissolve os homens – Carlos Drummond de
Andrade.
Sentimento do Mundo, 1940.*

RESUMO

O presente trabalho analisa o discurso de *Comunismo Internacional*, produzido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) entre 1970 e 1973. Entende-se que este discurso é permeado por sentimentos como medo e a paranoia em relação aos comunistas e ao comunismo. Os órgãos de repressão da ditadura civil-militar produziram uma grande quantidade de informações sobre aqueles que eram vistos como seus inimigos. Em certa medida, essas informações estão ligadas diretamente à prática da violência, não somente por oferecerem dados sobre suspeitos, mas por apresentarem características negativas e colocarem os comunistas como indivíduos de grande periculosidade e sua doutrina, o comunismo, como algo que visava apenas destruir o mundo ocidental e seus valores. *Comunismo Internacional* está inserida em uma prática discursiva que colocava opositores como “subversivos” e inimigos da nação, merecendo por isso serem vigiados e punidos. Esta publicação analisava o comunismo em nível global, produzindo informações sobre a ação de comunistas em todos os continentes, além de apresentarem características de como agiam e o que defendiam. Se muitas destas informações eram verdadeiras, outras são fruto da imaginação dos agentes e das notícias nas quais se baseavam. Os comunistas ganhavam uma força e um poder que não eram condizentes com a realidade. A eles atribuíam-se práticas e costumes vistos por determinados setores como imorais, como o uso de drogas e a liberdade sexual. Para estes segmentos, os comunistas representavam o mal e o perigo para a sociedade. Por outro lado, estas informações contribuíam também para a disseminação do medo e da paranoia, pois o “inimigo” poderia estar em todos os lugares, com grande força, além de suas características maléficas. *Comunismo Internacional* era distribuída em diversos órgãos do governo, desde a Presidência da República, Congresso Nacional, agências de informações e secretarias de segurança pública estaduais. Esta publicação está inserida em um discurso autoritário e paranoico que temia o avanço do comunismo e, ao mesmo tempo, buscava também sua eliminação da cena política. Informações sobre um inimigo imaginado gerou sentimentos e ações violentas.

Palavras-chave: anticomunismo; ditadura civil-militar; autoritarismo; medo; paranoia.

ABSTRACT

This thesis analyzes the discourse of *International Communism*, produced by the National Intelligence Service (NIS) between 1970 and 1973. It was analyzed that this discourse is permeated by feelings of fear and paranoia towards communists and communism. The organs of repression of civil-military dictatorship produced a large amount of information about those who were viewed as enemies. In certain way, such information is directly linked to the practice of violence, not only for providing data on suspects, but also because they have negative traits and put the Communists as individuals of great danger and its doctrine, communism, as something that was only meant to destroy the Western world and its values. *International Communism* is embedded in a discursive practice that put opponents as "subversive" and enemies of the nation, deserving therefore be monitored and punished. This publication analyzed communism globally, producing information about the action of Communists in all continents, and also having features as they did and what they stood for. If much of this information were true, others are the imagination of agents and news on which they were based. The communists gained a strength and power that were not consistent with reality. To the communists, they attributed up practices and customs viewed as immoral by certain sectors, such as drug use and sexual freedom. For these segments, the communists represented evil and danger to society. Moreover, this information also contributed to the spread of fear and paranoia, because the "enemy" could be everywhere, with great force, with its evil features. *International Communism* was distributed in various organs of government since the presidency, Congress, information and secretaries of state public safety agencies. This publication is part of a paranoid and authoritarian discourse which feared the spread of communism and, at the same time, also sought his removal from the political scene. Information about an imagined enemy generated feelings and violent actions.

Keywords: anti-communism; civil-military dictatorship; authoritarianism; fear; paranoia.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
O Serviço Nacional de Informações e a ditadura.....	31
Sobre o método.....	36
 1. Serviço Nacional de Informações: a criação do monstro.....	45
1.1. Um olhar para a América Latina e a defesa do continente.....	53
1.2. O golpe de 1964 e os militares no poder.....	61
1.3. Os serviços de inteligência no combate à subversão.....	68
1.4. A criação do SNI e o nascimento do monstro.....	70
 2. Eles querem destruir o Ocidente: Assuntos gerais de Comunismo Internacional.....	83
2.1. Um entre tantos.....	85
2.2. Boletins Informativos.....	88
2.3. A produção de um sumário de informações.....	91
2.4. Os costumes e a subversão.....	105
2.5. Os interesses na desmoralização do inimigo.....	116
 3. Entre livros e apostilas: a formação dos agentes secretos da ditadura.....	121
3.1. Cursos e apostilas: o suspeito nas páginas dos livros.....	122
3.2. O treinamento do agente de informações.....	128
3.3. A criação da Escola Nacional de Informações.....	151
 4. Conhecer o inimigo além das fronteiras: As ações dos comunistas na Ásia, África e Europa.....	154
4.1. Agência Central: a origem dos documentos.....	158
4.2. África e Ásia.....	165
4.3. Europa Ocidental e Oriental.....	173
4.4. Os russos.....	185
4.5. China e Mao Tsé-Tung.....	190
 5. Soy loco por ti América: O Serviço Nacional de Informações e o temor do inimigo latino-americano.....	196
5.1. América: o perigo mora ao lado.....	199
5.1.1. A experiência chilena.....	206
5.1.2. Cuba: o alvo principal.....	212
5.2. Movimento religioso.....	216
 Conclusão.....	229
 Fontes e referências bibliográficas.....	235

Introdução

O comunismo é intrinsecamente mau, e não se pode admitir, em campo algum, a colaboração recíproca, por parte de quem quer que pretenda salvar a Civilização Cristã.¹

Jornais e revistas que deveriam se opor a toda campanha desenvolvida pelos comunistas, diretamente, ou através de suas 'FRENTES', como inocentes úteis 'infiltrados' ou mesmo atraídos pelo dinheiro que lhes é oferecido, atuam eficientemente (para os comunistas) na Campanha Anti-Guerra, nova denominação da surrada "Campanha pró Paz", desencadeada pela URSS, logo após a 2ª Grande Guerra. (...) Não dizem e repetem o que, desde há muito é sabido, que os comunistas com suas Campanhas pró Paz e Campanha Anti-Guerra, desejam desarmar material e espiritualmente o Mundo Ocidental para facilmente dominá-lo.²

Em agosto de 1970, Dulce Pandolfi, então com 21 anos, foi presa e sofreu sua primeira sessão de tortura. Membro desde 1968 da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização criada por Carlos Marighella, acreditava ser possível mudar o mundo. Quando chegou nas dependências da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, 425, Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, local onde funcionava o DOI-CODI, ouviu: “aqui não existe Deus, nem pátria, nem família. Só existe nós e você.” Não sabe quanto tempo durou sua primeira sessão de tortura. Sabe apenas que sua prisão motivou também a detenção de diversos familiares, que não militavam em organização alguma, mas foram testemunha de sua prisão. Ao longo dos três meses em que ficou presa sofreu diferentes tipos de tortura, como o “pau-de-arara”, choques elétricos após ter seu corpo umedecido com água fria para potencializar as descargas elétricas, além de ter um jacaré vivo colocado sobre seu corpo. Após ser barbaramente machucada, recebia cuidados médicos e soro. Seu corpo tornou-se um grande hematoma, além de ficar parcialmente paralisado. Da sala onde era tratada, ouvia os gritos de outros companheiros e a possibilidade de voltar para a “sala roxa” tornava-se enlouquecedor. Em 20 de outubro do mesmo ano serviu como cobaia em uma aula de tortura. Seu corpo era utilizado para fazer demonstrações. Aula prática e teórica. Após passar mal com choques elétricos foi encaminhada para a cela, onde foi atendida, minutos depois por Amílcar Lobo, médico do Exército, que

¹Papa Pio XI. **Encíclica Divini Redemptoris**, de 19 de março de 1937.

² **Comunismo Internacional**. Junho de 1970.

mediu sua pressão e disse: “ela ainda aguenta”. Foi levada para um pátio, onde passou por uma simulação de fuzilamento. Em novembro foi transferida para o DOPS na Rua da Relação, mesmo local onde o próprio Marighella havia sido preso e torturado durante a ditadura varguista. Após alguns meses, foi transferida para o Recife. Ao todo, ficou um ano e quatro meses presa, para, anos depois, ser absolvida pela Justiça Militar. “Mas, nenhuma absolvição pode apagar os métodos utilizados durante o tempo que estive presa sob a responsabilidade do Estado brasileiro.”³ Através de agentes civis e militares, a tortura tornou-se uma prática de Estado, com a responsabilidade e conivência dos presidentes militares. Assim como Dulce, milhares sofreram em sessões de torturas. Centenas encontram-se desaparecidos. A violência instaurada tolheu sonhos e ceifou vidas em nome da segurança e de um suposto combate à subversão.

Em junho de 1970, o país cantava “noventa milhões em ação, pra frente Brasil do meu coração”. Ao som da música de Miguel Gustavo Werneck de Souza Martina e utilizada pelo governo para promover a união nacional, o país vibrava com os gols de Pelé, Jairzinho, Rivelino e comemorava o tricampeonato.⁴ Milhões saíram às ruas após acompanhar pela primeira vez na televisão a transmissão da Copa do Mundo de 1970. Meses antes, João Saldanha, então técnico da seleção e antigo militante do PCB fora demitido. A ditadura, juntamente com a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), acusava o técnico de perder o controle sobre a seleção. Pairavam dúvidas se o motivo seria realmente esportivo ou político. João Saldanha era acusado de manter ligação com militantes exilados e de fazer propaganda contra o país em suas viagens como treinador da seleção. O presidente Médici queria a convocação de Dario, o Dadá Maravilha, ao qual o técnico então respondeu: “ele escala o ministério e eu a seleção.”⁵ Durante a copa e atuando como jornalista pela BBC de Londres, foi proibido de acompanhar a seleção. O Brasil inteiro comemorava a conquista, com o presidente Médici abrindo os portões do Palácio do Alvorada para a população. Vivia-se também o “milagre econômico” e pairava um clima de união e ufanismo.

Dois meses depois da conquista esportiva, Dulce Pandolfi seria presa.

A história recente do Brasil foi marcada por um longo período ditatorial, iniciado em

³ Depoimento de Dulce Chaves Pandolfi para a Comissão da Verdade em 28 de maio de 2013.

⁴ MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina. Tese (Doutorado). **Universidade Federal Fluminense**. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2013. p. 140.

⁵ Para maiores detalhes do afastamento e das polêmicas envolvendo João Saldanha, ver MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Op. Cit. pp. 108-116.

abril de 1964 e estendendo-se até 1985 com a eleição indireta de um civil. Para outros, ela só terminaria de fato com a Constituição de 1988, fruto de um processo mais longo iniciado já em 1979.⁶ Porém, esse período, assim como a ditadura varguista entre 1937 e 1945, deixou profundas marcas na sociedade brasileira, tornando evidente a presença nos dias atuais de ranços autoritários.⁷ Por outro lado, nos embates da memória a ditadura foi, durante muitos anos, vista apenas como a opressão de militares sobre a sociedade brasileira, a qual defendeu durante todo o período, valores democráticos e se posicionou contra aqueles que tentaram derrubá-la. A sociedade brasileira, segundo esse discurso, combateu em nome da democracia o regime de exceção implantado pelos militares. Porém, o regime ditatorial implantado em 1964 contou com o apoio de amplos setores da sociedade, caracterizando-se dessa forma, em uma ditadura civil-militar.⁸ Esse regime autoritário não pode ser pensado como um ser estranho à sociedade, como se fosse descolado dela, mas antes, fruto do meio social que o gestou. Neste sentido,

[...] só há pouco tempo os pesquisadores buscaram entender a formação daqueles que atuavam na repressão: quem eram, suas ideias e visões de mundo forjadas nos treinamentos nacionais e internacionais. Ver o homem, e não o ‘mostro do torturador’, tem sido uma preocupação desses trabalhos. O homem com a cara-de-qualquer-um, saído da sociedade, nada estranho a ela, portanto. Não sendo suportável acreditar que a barbárie foi aceitável, criou-se a figura do torturador não a imagem e semelhança de

⁶ Parte da historiografia mais recente contesta a data de 1985 como o marco final da ditadura. Daniel Aarão Reis afirma que ela teve seu fim em 1979, passando por um longo período de transição política que culminaria na Constituição de 1988. Para Aarão Reis, o fato da posse de um civil não significaria por si só, o fim de um regime ditatorial, haja vista o fato de Sarney ser também um político aliado à ditadura. Tal fato decorre exatamente da vontade de responsabilizar apenas os militares pela ditadura. REIS FILHO, Daniel Aarão. A ditadura fez cinquenta anos. In REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 13. Mesmo que algumas liberdades tenham sido conquistadas em 1979, entende-se que o regime de exceção se manteve, ao menos, até 1985.

⁷ AQUINO, Maria Aparecida. Apresentação. In AQUINO, Maria Aparecida et al. (orgs). **O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP – O Anticomunismo: Doença do aparato repressivo brasileiro**. Família 30 e 40. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 11. Segundo Aquino, a cada regime autoritário (o Brasil no século XX passou por dois desses momentos, em 1937 a 1945 e de 1964 a 1985), novas características autoritárias se juntam as que já estavam presentes no meio social. Dessa forma, em momentos democráticos ainda persistem, infelizmente, hábitos autoritários. Para uma abordagem sobre a permanência do autoritarismo na sociedade brasileira e da herança da ditadura, ver TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

⁸ Cabe ressaltar que aproximadamente metade do governo federal era composta por civis, bem como a ampla maioria dos Executivos estaduais. Por certo, as decisões sobre a política nacional, bem como a força da repressão, emanavam do círculo presidencial e da alta cúpula das Forças Armadas. CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 135. Outros pesquisadores preferem apontar o golpe de 1964 como civil-militar e o posterior regime que se seguiu como ditadura militar, dado o progressivo afastamento dos civis das esferas de decisão, bem como da exclusividade militar sobre a máquina repressiva. NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. pp. 9-11. Neste trabalho utilizamos o termo “ditadura civil-militar” ou “regime civil-militar”, salvo casos de citações ou referências bibliográficas.

homens e mulheres, mas de seres *loucos, monstros, anormais*, como se o Mal não fizesse parte da humanidade. [...] Enquanto estivermos procurando torturadores sem rostos humanos, longe estaremos de compreender a barbárie como criação de homens e mulheres, gestada em nosso meio.⁹

Compreender o apoio social a esse tipo de regime nos leva a entender como foi possível o surgimento de uma ditadura e a evitar explicações simplistas que colocaram os militares como únicos sujeitos desse processo, atuando assim contra uma sociedade indefesa. Isso, por certo, não significa afirmar que a sociedade como um todo em uníssono apoiou o golpe civil-militar ou a instauração de uma ditadura, mas procura demonstrar a participação e a colaboração de uma parcela significativa do meio civil, que tinha no anticomunismo um ponto comum. A ditadura civil-militar, contudo, foi marcada por uma infinidade de ambiguidades, raiando, segundo Rodrigo Patto Sá Motta, a contradição. Foi marcado por uma indefinição ideológica, identificando-se como democracia em alguns momentos ou como ditadura, mas com certos princípios liberais, oscilando entre um nacionalismo ou cotejando princípios do livre-mercado, demonizando o populismo, mas, em certo sentido, mantendo muito de suas práticas, bem como alguma tolerância para com elementos da esquerda, buscando ainda cooptar alguns desses indivíduos para os quadros do aparelho estatal.¹⁰

O estudo do imaginário anticomunista do Serviço Nacional de Informações (SNI) e de sua crítica ao comunismo a partir da publicação mensal deste órgão, *Comunismo Internacional*¹¹, são o objeto de estudo deste trabalho. Busca-se compreender de que maneira os comunistas são analisados e retratados nesta publicação, refletindo assim os ideais e anseios do órgão de informações. Por imaginário, entende-se:

[...] o conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam. Isto é, cada cultura, portanto cada sociedade, e até mesmo cada nível de uma sociedade complexa, tem seu imaginário. Em outras palavras, o limite entre o real e o imaginário revela-se variável, enquanto o território atravessado por esse limite permanece, ao contrário, sempre e por toda a parte idêntico, já que nada mais é senão o campo inteiro

⁹ QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. Apresentação: Memória, história e autoritarismo. In QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.). **A construção social de regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 13.

¹⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades. In REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). Op. Cit. 2014. p. 50.

¹¹ Encontrei a publicação *Comunismo Internacional* no Arquivo Público do Paraná, o qual recebeu em 1991 a documentação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Paraná. Existem neste arquivo nove edições, de junho de 1970 até fevereiro de 1971. As edições de 1970 até 1973 foram encontradas no Arquivo Público de São Paulo, que também reúne a documentação da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo.

da experiência humana, do mais coletivamente social ao mais intimamente pessoal: [...] a atenção dada aos movimentos involuntários da alma, dos sonhos.¹²

Pensar no anticomunismo – que é gestado no meio social como resposta ao surgimento de um movimento novo, o comunismo, o qual gerou grande temor em boa parte do ocidente, bem como as motivações, práticas e imaginários dos anticomunistas – pode também ser enquadrado em um estudo sobre a “direita”.¹³ Por outro lado, como tendência, a direita não pode ser vista como única e homogênea, mas antes, movida por diversas razões e levantando diferentes bandeiras, não cabendo apenas o termo “conservadorismo” para denominá-la, tornando mais correto o termo “as direitas”.¹⁴ Segundo Sandra McGee Deutsch, esse campo político se consolida, inicialmente, como resposta à esquerda, mas, indo além, como reação a “tendências políticas igualitárias e libertadoras do momento, quaisquer que sejam estas, e a outros fatores que no seu entender ameaçam a ordem social e econômica. Teme que os impulsos niveladores e os ideais revolucionários universais debilitem o respeito pela autoridade, a propriedade privada, as tradições que valoriza.”¹⁵ Contudo, esse campo não é monolítico, abarcando, segundo Deutsch, conservadores, opositores moderados à mudança, reacionários que almejam uma volta ao passado, fascistas e contrarrevolucionários que compartilham dessa visão negativa sobre o presente, mas diferem no grau de radicalismo e violência. Todavia, em casos de tensão social, algumas destas distinções entre as direitas podem simplesmente desaparecer.¹⁶ Pode-se afirmar que o grupo civil e militar que articulou-se em torno do golpe em 1964, almejava: o fim das chamadas práticas populistas de herança varguista; um controle maior sobre os trabalhadores e camponeses, cerceando suas demandas e reivindicações; a valorização de elementos nacionais; a defesa da propriedade privada nos moldes capitalistas; inicialmente a defesa do livre-mercado, mas já no segundo governo passando a um controle e uma participação efetiva do Estado na economia; o combate a doutrinas e ideologias que

¹² PATLAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In LE GOFF, Jacques (org). **A história nova**. Tradução Eduardo Brandão. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

¹³ Uma importante análise sobre a distinção entre “esquerda” e “direita” está em BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

¹⁴ Os termos “direitas” e “esquerdas” são utilizados no plural devido seu caráter diverso e heterogêneo. REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In REIS, Daniel Aarão et al. (orgs). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004. p. 32.

¹⁵ DEUTSCH, Sandra McGee. **Las derechas**: la extrema derecha em la Argentina, el Brasil y Chile, 1890-1939. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2005. p. 21.

¹⁶ Ibidem. p. 23-24.

soassem estranhas ao ideal de nação defendido historicamente por grupos militares, principalmente a partir da Escola Superior de Guerra (ESG); o alinhamento inicial aos Estados Unidos em oposição ao bloco soviético, mas também, em seguida marcado pela defesa da soberania nacional; pelo desenvolvimento tecnológico e predomínio da tecnocracia, limitando a participação de políticos em determinadas esferas, como segurança e reservas naturais, e garantindo-a em outras, como justiça e educação; o apego a valores como “ordem”, “moral”, “bons costumes”, “família”, “união”, “nação”; um maior controle sobre a sociedade, buscando evitar conflitos e tensionamentos que atrapalhassem a harmonia social; e por fim, o combate ao comunismo.

Segundo Luciano Bonnet, o anticomunismo pode ser definido como:

[...] oposição à ideologia e aos objetivos comunistas; assim como existem forças sociais e posições políticas antifascistas, antikapitalistas, anticlericais, etc., também há as anticomunistas. Na realidade, após a Revolução de Outubro, o comunismo entrou na cena mundial, não só como um movimento organizado e difuso, senão também como uma alternativa política real em relação aos regimes tradicionais. Por isso, o Anticomunismo assumiu necessariamente valores bem mais profundos que o de uma simples oposição de princípios, contida, não obstante, na dialética política normal, tanto interna como internacional. [...] Trata-se, no entanto, de definições genéricas e limitativas, sendo o Anticomunismo um fenômeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo, explicável, além disso, à luz do momento histórico, das condições de cada um dos países, e das diversas origens ideais e políticas em que se inspira.¹⁷

Porém, o anticomunismo não pode ser visto única e exclusivamente como uma prática de direita, ou das direitas. Existe, obviamente, um anticomunismo de origem clerical, fascista ou reacionário, podendo desencadear em ações de violência, mas também existe um anticomunismo que se origina no meio liberal ou mesmo na própria esquerda, no campo da social-democracia.¹⁸ O anticomunismo pode ser visto também como uma cultura política, a qual seria uma “espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política.”¹⁹ Esta cultura política permite definir uma identidade ao indivíduo, tendo porém, componentes

¹⁷ BONNET, Luciano. Anticomunismo. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Vol. 1. Tradução Carmen C. Varriale. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 34.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ SIRINELLI, Jean-François Apud BERSTEIN, Serge. Cultura Política. In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 350.

diversos, inserindo-se em uma base filosófica e doutrinal e também uma visão de mundo.²⁰

O anticomunismo, mesmo não sendo uma novidade na historiografia, configura-se ainda em um campo amplo de estudos e demanda maiores pesquisas. Por um longo período, persistiu a falsa ideia de que o anticomunismo não deveria ou não mereceria ser estudado devido a sua pouca relevância, pelo falseamento da realidade ou ainda, por ser considerado um sinal de atraso e de ignorância em comparação com os feitos e teorias da esquerda.²¹ Para muitos ainda, compreender a direita significa conferir certa simpatia pelas práticas autoritárias, como se o discurso da direita devesse ser simplesmente silenciado ou omitido. Rejeitando tal hipótese, acreditamos que analisar o discurso anticomunista não significa tomá-lo como verdade ou que possamos, de certa maneira, interpretar a realidade e o passado através de sua ótica, muitas vezes distorcida. Por outro, torna-se desafiador buscar compreender e problematizar como pensavam os anticomunistas e de que forma esse discurso, bem como suas representações estiveram presentes nas Forças Armadas e nos serviços de informações. Conferir voz a esse discurso não significa simpatia para com ele, mas sim a tentativa de compreender as razões e motivações de um movimento autoritário, percebendo que a engrenagem da força repressiva não se movimentava sozinha, possuindo um forte impulso no anticomunismo e nas interpretações sobre comunistas e a “subversão”. Entender como pensavam os anticomunistas e de que maneira isso influenciava a percepção sobre o “outro”, aqui entendido como o “inimigo comunista” ou o “subversivo”, pode nos ajudar a entender melhor a engrenagem autoritária movida no Brasil a partir de 1964. Este “outro”, que deixa de ter um nome para ser denominado apenas como “inimigo”, “comunista” e “subversivo”, perde também sua voz, a qual não merece mais ser ouvida, devendo antes, ser silenciada pelo Estado autoritário.²²

²⁰ BERSTEIN, Serge. Cultura Política. In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI. Op. Cit. 1998. p. 350.

²¹ Rodrigo Patto Sá Motta aponta os preconceitos sofridos por aqueles que optaram por estudar as direitas e o anticomunismo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. In **Locus**: revista de história. Juiz de Fora, v. 30, n.1. p. 17-27. 2010.

²² Vladimir Safatle faz uma interessante reflexão ao mostrar como Estados autoritários e totalitários tornaram prática comum o “desaparecimento do nome” para transformar o cidadão em um “subversivo” ou um “terrorista”. A anulação do indivíduo, inclusive ao impedir que seu corpo seja efetivamente enterrado por sua família e transformando tal prática em uma política de Estado, foi, para Safatle, uma das influências do projeto nazista na América do Sul. “No cerne de todo totalitarismo, haverá sempre a operação sistemática de retirar o nome daquele que a mim se opõe, de transformá-lo em um inominável cuja voz, cuja demanda encarnada em sua voz não será mais objeto de referência alguma. Este inominável pode, inclusive, receber não um nome, mas uma espécie de ‘designação impronunciável’ que visa isolá-lo em um isolamento sem retorno. ‘Subversivo’, ‘terrorista’. A partir desta designação aceita, nada mais falaremos do designado, pois simplesmente não seria possível falar com ele, porque ele, no fundo, nadaalaria, haveria muito ‘fanatismo’ nestes simulacros de sons e argumentos que ele chama de ‘fala’, haveria muito ‘ressentimento’ em suas intenções, haveria muito ‘niilismo’ em suas ações. SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. Op. Cit. 2010. p. 238.

Por que tantas pessoas e organizações se sentiram ameaçadas pelo comunismo?²³
Inicialmente, o discurso anticomunista se consolida na oposição ao marxismo e ao comunismo. Segundo Eric Hobsbawm,

[...] o marxismo tem sido constantemente combatido porque, desde os anos imediatamente subsequentes à morte de Marx, sempre foi identificado, por uma parte ou por outra – mas em geral em amplas zonas do mundo –, com fortes movimentos políticos que constituíam uma ameaça para o *status quo* e, depois de 1917, com regimes estatais considerados fatores de subversão perigosos da ordem internacional. O marxismo jamais deixou de representar forças políticas formidáveis. Ainda por cima, ele sempre permaneceu, em teoria, internacional, dando assim a seus críticos a ideia de um perigo ou de um erro potencialmente internacionais.²⁴

O anticomunismo foi mais do que uma simples resposta à Revolução Russa de 1917, e pode ser entendido, segundo algumas interpretações, como um movimento iniciado no século XIX. Para o historiador britânico Michael Heale, o comunismo era visto nos Estados Unidos como uma ameaça à experiência republicana de liberdade. Mesmo que este país tivesse uma histórica experiência revolucionária de combate a um governo opressor e incentivado outras revoluções – tanto no século XVIII e XIX, e para muitos visto como um país receptivo a ideias radicais de mudança social, sendo também um refúgio para perseguidos políticos, como o fora outrora, no século XVII –, o ideal republicano de que o bem comum era indivisível e a cultura da propriedade privada, contribuíram para a perseguição aos comunistas. Para a grande maioria dos cidadãos estadunidenses, a segurança era inseparável da economia capitalista e a democracia estaria sempre ameaçada pelo “perigo vermelho”. Heale ressalta ainda a importância de não se enfatizar apenas a histeria e a irracionalidade do movimento anticomunista, como se este atuasse apenas de forma passional.²⁵

No século XX, o anticomunismo deve ser analisado como uma das forças políticas mais importantes e fortes do mundo ocidental, além de ser visto como um dos componentes indispensáveis da segurança nacional. Essa “ameaça vermelha” pode, porém, ter efeitos deletérios para uma determinada população, assim como causar grande pânico em uma sociedade. Ela gerou dois medos distintos no Ocidente: o que a União Soviética poderia fazer se não fosse contida e o que os comunistas poderiam fazer no mundo ocidental. Esses medos

²³ CEPLAIR, Larry. **Anti-Communism in Twentieth-Century America: A Critical History**. Santa Barbara, Califórnia: ABC-CLIO, 2011.

²⁴ HOBBSAWM, Eric et. Al. **História do marxismo**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 17.

²⁵ HEALE, Michael J. **American anticommunism: combating the enemy within, 1830-1970**. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 1990. p. xiii.

foram transformados em ameaças e, segundo Harry Ceplair, requereram medidas drásticas para contê-las. Dessa forma, ao se sentirem ameaçados, determinados setores buscaram introduzir o anticomunismo na política cultural dos países ocidentais.²⁶ Ceplair e Heale convergem ao afirmarem a existência de vários tipos de anticomunismos, os quais possuíam diferentes agendas e interesses, variando, segundo Heale entre raça, classe social e religião. Por outro lado, essa “ameaça comunista” não podia ser mensurada com precisão, nem tampouco o poder real dos comunistas. Os anticomunistas acreditavam fielmente no poder e no perigo dos comunistas e seus “gritos altos e penetrantes atingiam e provocavam pânico em muitas pessoas.”²⁷ A “ameaça vermelha” foi tema de filmes,²⁸ histórias em quadrinhos²⁹ e programas de televisão.³⁰

O combate ao comunismo e a tão propagada “ameaça vermelha” foram também manipulados por alguns segmentos sociais, tornando possível o ganho de votos, mobilização de recursos financeiros, além da perseguição a determinados inimigos políticos. Essa “indústria do anticomunismo” é uma das facetas do combate à subversão e deve também ser levada em consideração. O “terror comunista” foi artificialmente insuflado em benefício de determinados setores, que transformaram os “vermelhos” em uma boa oportunidade de negócios ou valeram-se do anticomunismo para defender seus interesses comerciais.³¹ Porém, esse anticomunismo não pode ser analisado apenas pelo viés de uma manipulação consciente do real em benefício próprio ou de determinados grupos. Vários indivíduos acreditavam realmente na existência de um grande “perigo vermelho” a rondar o mundo ocidental, criando um sentimento de medo e paranoia, os quais também foram transpostos ao campo político. Segundo Rodrigo Patto Sá

²⁶ CEPLAIR, Harry. Op. Cit. 2011. p. 2.

²⁷ CEPLAIR, Harry. Op. Cit. 2011. p. 3. “cries of peril were loud and pervasive, and they touched on or provoked deep-seated anxieties in many people”. Tradução livre.

²⁸ VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas: cinema e guerra fria no Brasil. 1945-. 1954.** Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2010.

²⁹ WRIGHT, Bradford W. **Comic book nation: the transformation of youth culture in America.** Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press: 2003. pp. 109-153.

³⁰ WHITFIELD, Stephen J. **The Culture of the Cold War**, 2d ed. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 1996. pp. 154-178.

³¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002. p. 280. Um interessante estudo de caso que demonstra como o anticomunismo mobilizou interesses econômicos como, por exemplo, a crítica feita ao livro didático de história que seria utilizado no governo de João Goulart, motivando críticas por ser considerado um material de cunho “comunista” e por trazer prejuízos financeiros para o setor gráfico, pode ser encontrado em CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. In **Revista Brasileira de História.** 2004, vol.24, n.47, pp. 271-302.

Motta,

A bandeira anticomunista não foi mero pretexto, simples 'indústria' explorada com fins diversos dos propalados no discurso. O 'perigo comunista' era considerado real por setores expressivos, geralmente situados no topo da estrutura social. Eles acreditavam ter razões para defender os valores da tradição, família, religião e pátria, ou mesmo valores do mundo moderno como democracia e livre-iniciativa, contra as investidas revolucionárias. Afinal, os comunistas brasileiros não eram fantasmas. Embora o comunismo nacional não fosse a expressão do que havia de mais forte no movimento revolucionário mundial, também não pode se desprezar sua capacidade de atuação. Significativamente, os momentos de maior mobilização anticomunista se deram em contextos de crescimento da influência do PCB.³²

Nesse sentido, compreender o fenômeno do anticomunismo torna-se fundamental para melhor entender também parte do século XX, no período conhecido como Guerra Fria e a ditadura civil-militar brasileira. Fenômeno importante e que mobilizou diversas forças em torno do combate à subversão, o anticomunismo foi a razão de ser da polícia política no Brasil e em vários países ocidentais. Tendo como missão primeira garantir a ordem e combater inimigos do Estado, a polícia política teve ao longo do tempo, inimigos de diferentes matizes, passando por anarquistas, fascistas e socialistas. Porém, a repressão aos comunistas teve maior alcance e força, abarcando nessa designação inclusive toda a esquerda socialista e cristãos progressistas.³³ Por outro lado, não se pode afirmar que o anticomunismo sempre fez parte das Forças Armadas, como parte intrínseca e natural dela, mas que toma corpo quando o comunismo começa a preocupar as elites brasileiras e torna-se uma ameaça real ao *status quo*.³⁴

O anticomunismo e a visão negativa que se fazia do comunismo, uniu diferentes setores da sociedade em torno de um mesmo ideal, o de proteger a nação, e pode ser compreendido como um fator importante em momentos de ruptura na sociedade brasileira. Para Rodrigo Patto Sá Motta, “as atividades anticomunistas foram intensificadas, sendo que em 1937 e 1964 a 'ameaça comunista' foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda.”³⁵ Não se restringindo a essas conjunturas específicas, entende-se que o anticomunismo foi também fundamental durante o período mais repressivo da ditadura, principalmente entre os anos de 1968 a 1975 e que, baseado nele, os

³² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit. 2002. p. 280.

³³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit. 2010. p. 21.

³⁴ FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e poder**: análise do discurso anticomunista do exército brasileiro. São Paulo: Annablume, 2005. p. 21. Ferreira afirma que na maioria dos estudos, o anticomunismo aparece como algo inato às Forças Armadas sem existir uma problematização aprofundada sobre o uso do termo.

³⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit. 2002. p. XXIII.

militares conseguiram angariar apoio de parte da sociedade, aliados a um “milagre econômico”. Além de ser reavivado a partir de 1968, o anticomunismo mudou de tom. Segundo Maud Chirio “temas de destruição da família, da derrubada da moral e dos estragos provocados pelo materialismo ateu não eram até 1968 centrais nas declarações públicas de militares, eles se tornam nesse momento as provas obsessivas do progresso da subversão.”³⁶ Baseados neste anticomunismo, o governo decidia quem deveria ser excluído da cena política para o bem da sociedade.³⁷

A vontade soberana de decidir quem deveria ser excluído para o bem de todos e realizada em nome de todos, foi a marca da ditadura civil-militar brasileira. Com o discurso de que seria uma medida temporária, para garantir a manutenção da ordem, os militares suspenderam algumas garantias individuais previstas na Constituição de 1946. Contraditoriamente, suspendeu-se parte da constituição para garantir sua existência e também a da própria democracia. Motivados por uma necessidade maior do que a dos próprios cidadãos, medidas contrárias à lei tornavam-se justas. O estado de necessidade justificaria assim o estado de exceção. Sobre este tema, o filósofo italiano Giorgio Agamben, ao analisar o *estado de exceção*, encontra na tradição moderna, nos estados democráticos e em teóricos como Carl Schmitt, a justificativa para o estado de necessidade. Estes teóricos buscavam, dessa forma, colocar no ordenamento jurídico algo que, para Agamben, seria impossível: o estado de exceção dentro do direito. Assim, para estes teóricos, defensores de medidas excepcionais,

[...] o estado de exceção, enquanto figura da necessidade, apresenta-se pois – ao lado da revolução e da instauração de fato de um ordenamento constitucional – como uma medida 'ilegal', mas perfeitamente 'jurídica e constitucional', que se concretiza na criação de novas normas (ou de uma nova ordem jurídica).³⁸

O estado de exceção, baseado na necessidade, não encontraria, porém, sustentação no Direito. Centralizando poderes, passando a exercer funções que antes pertenciam ao poder legislativo, o executivo passa a valer-se de decretos e atos que adquirem força-de-lei. Estes

³⁶ CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 121.

³⁷ Por certo, alguns militares também foram perseguidos por cobrar uma posição ainda mais radical do governo, principalmente entre 1964 e 1968. Esses oficiais afirmavam que a “Revolução” teria mudado o rumo e deveria ser ainda mais enérgica no combate à subversão. Ao se colocarem como defensores da verdadeira revolução e ainda expondo suas ideias na mídia, acabaram sendo transferidos para regiões longínquas do país, sem grande destaque político e, em algumas situações, sem tropas sob seu comando. CHIRIO, Maud. Op. Cit. 2012. pp. 93-135.

³⁸ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 44.

decretos, não previstos na lei, passam a gerir a vida dos cidadãos. Existiria assim, algo contraditório, pois existe uma norma ou uma lei que está em vigor, mas não se aplica, não teria força e, de outro lado, atos que não possuem um valor de lei, mas adquirem força. Esta *força-de-lei*, flutuaria então “como um elemento indeterminado, que pode ser reivindicado tanto pela autoridade estatal (agindo como uma ditadura comissária) quanto por uma organização revolucionária (agindo como ditadura soberana). O estado de exceção é um espaço anômico onde o que está em jogo é uma força-de-lei sem lei.”³⁹

Carla Simone Rodeghero em “O diabo é vermelho”⁴⁰ analisou o discurso anticomunista, apontando como este se apropriou também de um discurso religioso de combate não somente ao ateísmo, mas também associando o comunismo a uma prática demoníaca. Cabe ressaltar a importância dos imaginários sociais e políticos e a maneira como esses se relacionam com o real, interferindo na prática cotidiana dos indivíduos. Esse imaginário cria e reforça uma identidade ou mesmo um comportamento, define um paradigma e uma visão sobre o “outro”, criando estereótipos.⁴¹ O comunista passou então, a figurar no imaginário social como um ser obscuro e perigoso. Nesse sentido ainda, o “imaginário anticomunista é construído, o perigo comunista, assume representações diversas e o termo comunista vai apresentar uma variedade de significações.”⁴²

Alguns estudos concentraram suas análises no período de 1935 até 1964, demonstrando a importância do anticomunismo no período e sua contribuição significativa para o golpe.⁴³ Sustentamos a tese de que o anticomunismo foi um dos mais fortes elementos – não o único –

³⁹AGAMBEN, Giorgio. Op. Cit. 2004. p. 61. No livro a expressão força-de-lei, tem a palavra “lei” tachada, em uma tentativa de mostrar que esta lei, na verdade não existiria, sendo assim “um elemento místico, ou melhor, uma *factio* por meio da qual o direito busca se atribuir sua própria anomia.”

⁴⁰ RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). 2. ed. Passo Fundo: UFP, 2003.

⁴¹ Ibidem. p. 29.

⁴² DUTRA, Eliane de Freitas. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos de 1930. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 24.

⁴³ Entre esses estudos cabe destacar: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit. 2002. RODEGHERO, Carla Simone. Op. Cit. 2003. RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria**: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. GONÇALVES, Marcos. **Os arautos da dissolução**: mito, imaginário político e afetividade anticomunista. Brasil 1941-1947. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2002. CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento**: A Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009. BEGHETTO, Lorena. O pesadelo comunista ameaça o Ocidente: o anticomunismo nas revistas Seleções do Reader's Digest (1946-1960). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2004. MONTENEGRO, Antonio Torres. Produção do medo: algumas trilhas (1955-1964). In MONTENEGRO, Antonio Torres. et al. **História**: cultura e sentimento. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008. pp. 13-44.

para fomentar a ideia de inimigo na Guerra Fria após 1964, transformando-se e adaptando-se ao contexto das décadas de sessenta e setenta. Se nesse período ele já não mais levantaria a bandeira religiosa com tanto fervor, associando comunistas ao demônio como fizera nas décadas anteriores, ele ainda pregaria um discurso moralizador e de apego às tradições, como a família, propriedade e os costumes. Os tempos eram outros, de mudanças culturais a inovações tecnológicas. O “inimigo” adquiriu outras características e novas roupagens e, segundo o discurso anticomunista do período, usava cabelo comprido e drogas, pregava o amor livre, a paz e o desarmamento. Táticas pacifistas que, segundo agentes de informações, esconderiam o verdadeiro objetivo dos comunistas: destruir o ocidente e seus valores.

Comunismo Internacional foi produzida pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações a partir de 1970 e distribuída para todo o Brasil, desde órgãos de informações ligados ao SNI como as Divisões de Segurança e Informações (DSI) de ministérios civis até as Secretarias de Segurança Pública estaduais e as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS). Era enviada também a vários setores das Forças Armadas e aos seus órgãos de informações como o Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa) e Centro de Informações da Marinha (Cenimar), além da Presidência da República, Senado Federal e Câmara dos Deputados, Superior Tribunal Federal e também autoridades religiosas. A publicação mensal fazia uma grande e detalhada análise do comunismo no mundo todo, suas principais ações e suas características, abordando a maneira de ser dos comunistas. Alertava para o comportamento e ações dos “vermelhos”, os quais poderiam estar em todos os lugares e usar qualquer disfarce. Segundo essa visão, os comunistas não mediriam esforços e nem teriam escrúpulos para conseguir seus objetivos.

Ao nos debruçarmos sobre a farta documentação e os milhares de relatos de tortura e violência durante a ditadura, com todos os requintes de crueldade e sadismo⁴⁴, algumas questões ainda permanecem em aberto: os aparatos repressivos e de informações acreditavam que estavam salvando a nação e combatendo um poderoso inimigo, pintado com todas as características negativas e perigosas? Ou, por outro lado, estavam apenas cumprindo ordens de seus superiores e já não acreditavam nessa força e no aspecto maléfico dos comunistas? A tortura contra o “outro” era um simples mecanismo para fazê-lo falar ou seu sofrimento justificava-se por ser um subversivo? Por que tamanha violência para com o “outro”, visto como “inimigo da nação”? Ainda, segundo esse raciocínio, Juan Linz questiona: “a grande pergunta escrita nos muros das prisões, e que não tem resposta fácil. Por quê? Por que o terror tomou as

⁴⁴ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petropolis: Vozes, 1985.

formas que tomou, e como foi possível criar o maquinário para implementá-lo, e por que ninguém foi capaz de impedir?”⁴⁵ Torna-se difícil mapear a existência de uma suposta apatia desses “operários da violência”⁴⁶ no exercício da repressão e afirmar que cometiam tais atos apenas almejando melhorias e benefícios na carreira. Não se pode afirmar que todos os militares acreditavam no poder dos comunistas e subversivos e que esses eram a verdadeira representação do mal a caminhar sobre a Terra. Este estudo analisa um setor específico da ditadura, a Agência Central do SNI, entre 1970 e 1973, buscando compreender de que forma elementos como “medo” e “paranoia” podem também ser percebidos nessa relação com o “outro”, principalmente ao produzir informações sobre ele. Entende-se que o período ditatorial não foi marcado por uma oposição dicotômica entre militares e agentes secretos de um lado, e comunistas e “subversivos” de outro. Pode-se afirmar que as fronteiras nesse período estavam um tanto quanto borradas, concluindo que a ditadura fez certas concessões a uma parcela da oposição, criando zonas intermediárias, segundo Marcelo Ridenti, entre o “colaborar” e o “resistir”, não configurando-se apenas e exclusivamente no confronto, mas também na integração e negociação, na tentativa de construir uma base de legitimidade.⁴⁷ Nem todos os comunistas foram presos ou torturados. A violência que se seguiu após 1964 atingiu uma parcela significativa das esquerdas ou grupos a elas identificados, mas não sua totalidade, criando certos espaços para esses grupos. Isso não significa afirmar que ela foi branda. Pelo contrário, a violência e o estado de terror implementados – através de sessões de tortura, prisões arbitrárias e desaparecimentos – geraram também uma sensação de medo e temor, espalhando em diversos segmentos sociais a suspeição e a preocupação de ser detido, preso ou torturado. Ao passo que obras de Mao Tsé-Tung e Che Guevara eram proibidas, as de Karl Marx ocorriam até em bancas de revista.⁴⁸ Mesmo sendo liberado, a posse de uma obra de Marx poderia, contudo, levantar a suspeita, gerar investigações e seu portador ser visto como “esquerdista”, além de gerar uma possível vigilância de seu círculo pessoal e profissional. Ler Marx não era crime, mas poderia

⁴⁵ LINZ, Juan. Totalitarian and Authoritarian Regimes. Apud PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e Repressão: o autoritarismo e Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 51.

⁴⁶ O termo “operários da violência” foi utilizado por HUGGINS, Martha K.; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. **Operários da violência: Policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras**. Brasília: Editora da Universidade Brasília, 2006.

⁴⁷ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit. 2014. p. 30.

⁴⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades. In REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op. Cit. 2014. p. 50.

ser um elemento desabonador da conduta. Possuir determinadas informações nas fichas nos órgãos de informações poderia também significar a não contratação em um serviço público e gerar uma série de constrangimentos.

Mesmo que a ditadura tenha sido modernizadora do ponto de vista econômico, tenha concedido espaço para uma parcela das esquerdas ou ainda que parte deste grupo tenha integrado a estrutura administrativa ou permanecido nela após o golpe em 1964, não existindo um expurgo total e que, em números absolutos e proporcionais, as mortes foram menores no Brasil do que seus vizinhos latino-americanos, nada disso anula o aspecto brutal, violento, autoritário e antidemocrático, tampouco torna menor a sensação de medo daqueles que acreditavam serem os próximos e não apaga as marcas da tortura, do exílio ou o sentimento de perda daqueles que desapareceram.

A paranoia e o medo em relação ao comunismo e aos comunistas não foram uma regra e tampouco permearam toda a sociedade e as Forças Armadas. Isso, por certo, não exclui sua existência e seu alcance dentro dos aparelhos repressivos e as ações delas decorrentes. Mesmo que as divisões dentro de uma sociedade sejam, por vezes, complexas, não podemos esquecer e desconsiderar a ação de grupos radicais marcados pelo extremo anticomunismo. Pode-se falar também na ação de grupos radicais de esquerda. É preciso, porém, levar em consideração que o poder de alcance desses grupos radicais de esquerda era infinitamente menor do que seus adversários. Por outro lado, em grupos radicais anticomunistas figuraram também membros das próprias Forças Armadas. Se houve uma guerra, como afirmavam os militares, ela foi muito desigual. Ao analisarmos esses grupos radicais, podemos encontrar o ódio e o ressentimento muito próximos ao medo e a paranoia. Para estes, o mundo dividia-se entre o “nós” e o “eles”, “aliados” e “inimigos”. Se não podemos falar que a ditadura foi em seu todo marcada pela dicotomia “colaboradores” e “opositores”, e que para muitos a presença de comunistas era vista como insignificante, podemos falar que dentro de determinados órgãos a preocupação com o “inimigo” a ser combatido e a divisão do mundo em dois lados, o “bom” e o “mau”, foram, sem dúvida, uma constante.

A chegada dos militares ao poder representou um fortalecimento deste anticomunismo e um aumento do poder repressivo do Estado, podendo ser também compreendido como *terrorismo de Estado*.⁴⁹ Na tentativa de proteger a nação do “perigo da subversão”, de defender a ordem, a moral e os bons costumes, os militares colocaram o país em uma “guerra

⁴⁹PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência. In: FICO, Carlos et al. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

psicológica”, fortalecendo sentimentos como a paranoia e o medo, inculcando nas mentes a noção de que o país estava em eminente risco e perigo, no qual conceitos como *bem* e *mal* foram fortemente trabalhados.⁵⁰ Por certo, o medo e a paranoia de determinados setores militares acabaram por se disseminar no corpo social, deixando inclusive de figurar apenas no discurso e partindo para a ação. Não podemos esquecer atos de delação ou ainda da formação de grupos de combate ao comunismo.

Se de um lado o governo buscava informar a população sobre os riscos do comunismo, como, por exemplo, no *Decálogo da Segurança*⁵¹, divulgado para o público geral, de outro buscava informar também seus próprios agentes e colaboradores de como agiam os “subversivos”. Diversos manuais e relatórios foram produzidos por vários órgãos do governo, buscando demonstrar o “perigo comunista”. Destaque para “*Ação Subversiva no Brasil*”, do Cenimar de 1972, “*Como eles agem*”, do Cisa de 1971 e “*Dicionário: Segurança Nacional e subversão*”, da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, de 1977.⁵² Tais manuais difundiam determinada visão sobre comunistas e subversivos, bem como da luta empreendida por eles na forma de guerrilhas urbanas e rurais. Esses materiais possuíam uma circulação mais restrita, estando destinados às Forças Armadas. *Comunismo Internacional* insere-se nessa documentação de caráter restrito, mesmo que algumas de suas cópias fossem enviadas para além da esfera governamental, como algumas arquidioceses. Porém, importantes autoridades recebiam essa documentação.

Entendemos que *Comunismo Internacional* não foi a única produção com caráter anticomunista, tampouco uma produção isolada no que tange a reforçar uma espécie de “cultura do medo” dentro do sistema repressivo. Ela deve ser vista como uma das peças desta engrenagem autoritária. A paranoia, o medo e a ansiedade são resultantes de uma esfera cultural muito mais profunda, que permeia toda a sociedade e acaba por se relacionar com determinados sentimentos e valores individuais e coletivos. Produções de caráter anticomunista e que alertavam para o “mal do comunismo” no período de ditadura civil-militar foram relativamente

⁵⁰ Esse discurso pode ser percebido logo início do governo ditatorial. O primeiro Ato Institucional afirma que essas medidas estão “destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas.” Ato Institucional número 1. 9 de abril de 1964.

⁵¹ Decálogo da Segurança. Item 1. Apud: MAGALHÃES, Marion Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 17, n°34, pp. 203-220, 1997.

⁵² O Dicionário foi escrito por Zonildo Castelo Branco, delegado de polícia. O documento foi analisado por HESSMANN, Dayane Rúbila Lobo. **Cartilha da repressão: Os ensinamentos de um delegado sobre a subversão e a Segurança Nacional (1974-1977)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2011.

amplas, com livros editados principalmente pela editora da Biblioteca do Exército, a Bibliex, produzidos aqui ou no exterior, como *A Nação que salvou a si mesma*, *O Serviço Secreto*, *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias*, *Os sete matizes do Vermelho*, *Os Subversivos*⁵³, além de uma infinidade de informes, relatórios e comunicados, enviados para todo o país, que demonstravam o perigo comunista. Por certo, dentre uma infinidade de publicações e documentos, *Comunismo Internacional* torna-se um valioso exemplo para melhor compreender o período ditatorial e também a mentalidade autoritária daqueles que fizeram parte de importantes órgãos do governo, como o Serviço Nacional de Informações.

O anticomunismo e a visão negativa que se fazia do comunismo uniu diferentes setores da sociedade em torno de um mesmo ideal, o de proteger a nação, e pode ser compreendido como um fator importante em momentos de ruptura na sociedade brasileira. Como resultado disso, o campo político, em momentos de tensão e de exceção, torna-se uma disputa constante entre os detentores da verdade, os quais estão influenciados por valores ideológicos e por aquilo que podemos denominar de paixões políticas. Esses valores estão intimamente ligados aos conflitos sociais, tornando-se pertinente

[...] analisar de que modo a violência simbólica pode transpor um conflito social e contribuir para a sua conformação, de que modo pode mobilizar as energias e participar diretamente no desenvolvimento dos confrontos, de que modo intervém para interiorizar o conflito através dos diferentes agentes sociais.⁵⁴

As ideologias buscam legitimar determinadas atitudes de quem detém o poder, ou o almeja, e mostrar as razões dessa autoridade. Em contrapartida, produz-se um discurso que torna o inimigo ilegítimo. Torna-se necessário então, a divulgação dessa ideologia, que seria ineficaz sem uma publicidade inteligível, onde os significados não são apresentados somente sobre as formas de discurso ou de forma escrita, mas também através de imagens, cartazes,

⁵³ Segundo Lucas Figueiredo, a editora do exército publicou várias obras de cunho anticomunista, as quais denunciavam, por exemplo, técnicas comunistas de politização e aliciamento de jovens. FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho: os livros secretos da ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 77. Dayane Hessman relaciona alguns dos livros produzidos pela Bibliex e outras editoras de caráter anticomunista. Esses livros integram a bibliografia do Dicionário: segurança nacional e subversão. HESSMAN, Dayane Rúbila Lobo. Op. Cit. 2011. Anexo I. pp. 132-136. HALL, Clarence W. **A nação que salvou a si mesma**. Revista Seleções do Reader's Digest. Suplemento Especial, novembro de 1964. GEHLEN, Reinhard. **O serviço secreto**. Tradução de Luiz Carlos Luchetti e Luiz Corção. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1975. BONNET, Gabriel. **Guerras insurrecionais e revolucionárias**. Tradução Gal. Carlos de Meira Mattos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora: 1963. CARVALHO, Ferdinando de. **Os sete matizes do vermelho**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977. HUTTON, J. Bernard. **Os subversivos**. Tradução Luiz Corção. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1975.

⁵⁴ ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Tradução Aurea Weissemberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 10.

caricaturas.

Eliana de Freitas Dutra, ao estudar o imaginário político dos anos 1930 em *O ardil totalitário*, demonstra como ideologias e formas de pensamento radicais, neste caso tanto de anticomunistas como de comunistas, estavam, segundo a autora, inseridas numa ótica totalitária e assentavam-se em determinadas percepções de uma sociedade una, indivisa e homogênea, uniformizando e totalizando o conjunto da vida social em nome de um valor dominante. Para Dutra, o pensamento destes dois grupos políticos estava pautado nos mesmos pilares como pátria, moral e trabalho, diferenciando-os apenas um outro pilar: anticomunismo *versus* revolução. Existiria assim uma polaridade, bem como uma fascinação pela dupla face ou antagonismos maniqueístas. Neste sentido é que se aplicaria o conceito de uma identificação projetiva, ou seja, o mal sempre estaria no “outro”. Para os anticomunistas, esse “mal” poderia estar no comunista, no operário, no ateu, na vida mundana, no miscigenado. Já para os comunistas, a construção do mal era direcionada para o burguês, o capitalista, o latifundiário.⁵⁵ Segundo Dutra,

[...] o uso dos pares antitéticos se reveste da função de identificação projetiva. Conjuram-se, no caso do anticomunismo e da revolução, a morte, a escravidão, a doença, a indisciplina, a barbárie, a anarquia, a loucura, a injustiça; no caso da pátria, a traição, a agressão externa (comunismo de um lado; imperialismo, de outro), a ruína, a instabilidade, o atraso, a velhice, a incerteza, a fragmentação; no caso da moral, a devassidão, o egoísmo, a sensualidade, a orgia, o pecado, a corrupção, a imoralidade, o instinto, a mentira, a desobediência; no caso do trabalho, a improdutibilidade, o desleixo, a incompetência, o individualismo, a indolência, o ócio, o desperdício, a fraqueza e a promiscuidade.⁵⁶

Porém, não se pode afirmar que um projeto ou sistema totalitário fizesse parte dos anseios de todos os grupos de esquerda – ou de todos os comunistas –, tampouco de todos os grupos identificados à direita, tanto nos anos trinta quanto durante a ditadura. Nesse sentido, as análises de Dutra merecem ser vistas com ressalva. Não devemos afirmar que os militares pretendiam impor uma sociedade totalitária ou que o período ditatorial foi uma espécie de totalitarismo. As análises de Dutra são, contudo, importantes para pensarmos de que forma essa visão de sociedade se articula e se relaciona com grupos específicos durante a ditadura civil-militar, nesse caso, os mais radicais e autoritários.

Assim, uma ideologia⁵⁷ política acaba por designar o sentido dos atos coletivos, o

⁵⁵ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Op. Cit. 2012. pp. 23-30.

⁵⁶ Ibidem. p. 30.

⁵⁷ Entende-se que o debate sobre “o que é ideologia” ainda gera disputa dentro das ciências humanas, com visões

verdadeiro sentido, apontando para um modelo de sociedade legítima e indicando aqueles que seriam os verdadeiros detentores da autoridade, a quem todos deveriam respeitar. Essa autoridade traçaria os rumos para essa sociedade, em um fim ideal e os meios para alcançá-lo.⁵⁸ As ideologias afirmam a necessidade de uma adesão sincera e não uma simples obediência, sendo a legitimação sinônimo de confiança, admiração e identificação, em oposição à invalidação, que seria o desprezo, o ódio e a raiva. A ideologia tem também um forte caráter afetivo, tornando-se uma forma para expressar ódios, medos, simpatias, aversões.⁵⁹ Ao se aderir a uma ideologia, não se deveria apenas obedecer aos líderes, mas admirá-los, respeitá-los, entender que eles seriam os condutores para um futuro melhor, sendo os legítimos detentores da autoridade, além de exercer uma defesa da própria ideologia, combatendo formas contrárias de pensamento, invalidando outras possibilidades, sentindo ódio e desprezo por aqueles que estão no campo oposto. Todavia, esse campo político e ideológico é marcado por uma disputa em se estabelecer a verdade, onde os atores políticos criam discursos para recordar a ilegitimidade do inimigo simbólico, além de colocarem-se como ecos de uma causa muito maior, fazendo entender que suas intervenções são apenas meios acessórios para a instauração de um poder conforme os *verdadeiros valores*. Colocam-se como representantes de uma vontade nacional, como os únicos legítimos para deter a autoridade.

Dentro desse campo político – no qual existe a identificação com seus pares, a repulsa ao seu inimigo e também as reconciliações, reaproximações – é importante entender que as identidades, individuais ou coletivas, acabam sendo influenciadas e ganhando sentido através do componente afetivo, onde “as identificações e as identidades fazem parte das ações políticas e ajustam-se às situações específicas. Uma afirmação identitária pode tanto favorecer a

múltiplas sobre o termo, tornando-o muitas vezes vago. Segundo Mario Stopppino “Tanto na linguagem política prática, como na linguagem filosófica, sociológica e político-científica, não existe talvez nenhuma outra palavra que possa ser comparada à Ideologia pela frequência com a qual é empregada e, sobretudo, pela gama de significados diferentes que lhe são atribuídos. No intrincado e múltiplo uso do termo, pode-se delinear, entretanto, duas tendências gerais ou dois tipos gerais de significado que Norberto Bobbio se propôs a chamar de ‘significado fraco’ e de ‘significado forte’ da Ideologia. No seu significado fraco, Ideologia designa o genus, ou a espécie diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. O significado forte tem origem no conceito de Ideologia de Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes, e se diferencia claramente do primeiro porque mantém, no próprio centro, diversamente modificada, corrigida ou alterada pelos vários autores, a noção da falsidade: a Ideologia é uma crença falsa. No significado fraco, Ideologia é um conceito neutro, que prescinde do caráter eventual e mistificante das crenças políticas. No significado forte, Ideologia é um conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política.” STOPPINO, Mario. Ideologia. In BOBBIO, Norberto et al. Op. Cit. 1998 p. 585.

⁵⁸ ANSART, Pierre. Op. Cit. p. 36.

⁵⁹ HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas**: do liberalismo ao fascismo. Tradução Janaína Marcoantonio, Mariane Janikian. 1.ed. São Paulo: Ática, 2010. p. 25.

confiança em si como a agressividade em relação ao outro.”⁶⁰

A produção de um discurso no meio social pode ser entendida, em determinadas situações, através da ótica do embate entre setores antagônicos, podendo ainda ser vista como uma disputa ideológica, inserida em um campo que seria o ponto de convergência entre esses agentes rivais, pois

A produção dos bens simbólicos visa, em primeiro lugar, a audiência, a escuta; trata-se de ser ouvido, de estabelecer com o público uma relação pontual, confirmando ou ampliando uma comunicação anterior. Ao mesmo tempo, e sem que tais finalidades sejam decomponíveis, trata-se, para o locutor, de confirmar sua existência, de dar de si uma imagem favorável e do rival uma imagem negativa, de conquistar apoio.⁶¹

Dessa forma, nesse campo político e ideológico, os militares mais radicais buscaram apresentar-se como os detentores de uma verdade e de valores positivos, os quais estariam baseados na defesa do país, bem como da proteção dos valores justos e morais. Do lado oposto, encontravam-se os comunistas e os “subversivos”, portadores do mal e de todas as características negativas. Cabe ressaltar, que tal *imagem* é como um espelho refletido. Ao mesmo tempo que a imagem do outro é difamada, serve também para dizer o que “nós não somos.” Tal recurso também foi utilizado pelas esquerdas, pois também entendiam-se como detentores de uma verdade e dos valores justos para a sociedade, buscando acabar com as desigualdades sociais e viam seus inimigos como causadores dos grandes problemas da nação.⁶²

Se esses setores militares mais radicais apresentaram-se como os representantes e defensores de uma causa maior, também contribuíram para disseminar a noção de um perigo eminente, de uma guerra psicológica, de um complô internacional que visava derrubar as estruturas do mundo ocidental. Permeados por um sentimento de paranoia, o qual acabou se disseminando em alguns setores da sociedade, parte dos militares enxergavam o perigo comunista em praticamente tudo. Logo após o golpe em 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), que buscava levantar e produzir informações que servissem de base para o aparelho repressivo. Segundo esta comunidade de informações,

⁶⁰ANSART, Pierre e BRESCIANI, Maria Stella. Apresentação. In SEIXAS, Jacy A., BRESCIANI, Maria Stella e Brepohl (orgs). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002. p. 8.

⁶¹ANSART, Pierre. Op. Cit. 1978. p. 80.

⁶² Os manifestos dos grupos revolucionários de esquerda durante a ditadura apresentam exatamente esse discurso dos inimigos a serem combatidos e que exploravam a população. Por outro lado, apresentavam-se como a vanguarda da classe trabalhadora, como aqueles que também saberiam dos melhores caminhos a serem seguidos na luta contra a expropriação, o latifúndio, o imperialismo e a sanha burguesa. REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira (orgs). **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

[...] os jornais, as emissoras de TV, o cinema e o teatro estariam dominados por comunistas, subversivos e licenciosos: os jornalistas eram acusados de obedecerem às diretrizes do 'movimento comunista internacional'; os escritores, diretores e atores de TV e teatro, segundo os papéis da comunidade, tentavam doutrinar o povo com 'ideologias alienígenas' ou corrompiam-se com pornografias. Vale a pena discernir o entendimento da comunidade de informações sobre atividades dos meios de comunicação, não tanto pelo que de grotesco há, mas pelo caráter representativo de suas avaliações, que expressam, em bruto, os preconceitos mais recônditos de alguns setores da sociedade brasileira.⁶³

O comunismo estaria, segundo essa visão, disseminado em toda a sociedade, necessitando de urgentes medidas de combate. Muitos tornaram-se suspeitos em potencial a partir de determinados comportamentos ou atitudes, bem como do olhar preconceituoso e temeroso dos setores mais conservadores.

Em momentos de crise ou mesmo de incertezas, mitos políticos, como o comunismo e seu complô mundial, são reforçados, ganhando adesão no corpo social e são insuflados por aqueles que se autodenominam como os salvadores. E de que forma esses mitos são trazidos à tona e trabalhados? A quem ou a que fazem referência para ganhar maior respeitabilidade ou mesmo ressonância? Não basta apenas criar ou elaborar a ideia de um complô, mas também conectá-los a valores negativos e obscuros, sendo evocados através de pesadelos, como o “medo dos porões tenebrosos, das paredes sem saída que se fecham, das fossas escuras de onde não se sobe de novo; medo de ser entregue a mãos desconhecidas, de ser roubado, vendido ou abandonado; medo enfim, do ogro, dos dentes, dos dentes carniceiros dos animais de presa, de tudo que tritura, despedaça e devora.”⁶⁴ A análise de Raoul Girardet sobre os mitos e as mitologias políticas torna-se aqui de grande importância. Ao buscar compreender de que forma os mitos ganham associação com o real e passam a ser dotados de grande força no meio social, Girardet entende que eles também podem conduzir ao delírio e a paranoia. Como uma força que estaria presente em toda a sociedade, que com seus mil olhares clandestinos e com uma mão invisível conduziria para a desgraça, o mito político coloca o indivíduo em uma temível rede de malevolência, da qual praticamente não encontra saída. A mensagem mitológica carrega consigo uma série de imagens, de fantasmas e de representações simbólicas, que são utilizadas de diferentes formas, causando medo e pânico na sociedade. Contudo, tais representações

⁶³ FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 166.

⁶⁴ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 57.

buscam sempre se relacionar com o real. Em certo sentido, ainda podemos perceber em alguns casos uma funcionalidade da paranoia, quando o indivíduo transforma o delírio em realidade. Isto pode assumir feições ainda mais perigosas quando uma parte significativa da sociedade também o faz. Para o autor, isso resulta do encontro do discurso paranoico com o mito. Segundo Girardet,

A coerência e a lógica do delírio paranoico vão ao encontro aqui da coerência e da lógica do discurso mitológico. A análise sociológica e a observação psiquiátrica tendem a confundir-se. E pouco importa, no caso, a qual desses dois modos de interpretação conviria mais particularmente apegar-se. Em relação à história, ambos concordam ao fazer o mito desempenhar o papel de revelador. É talvez pelo exame desses sonhos que uma sociedade revela com mais segurança algumas de suas desordens e alguns de seus sofrimentos.⁶⁵

Mesmo sendo uma análise e uma interpretação deturpada do real, não se pode esquecer que tais mitologias políticas exercem também determinadas funções explicativas, auxiliando-nos a compreender o presente e também o real. “Esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização: por tudo que veicula de dinamismo profético, o mito ocupa um lugar muito importante nas origens das cruzadas e também das revoluções.”⁶⁶ Se os mitos e mitologias são uma falsificação, uma deturpação ou uma imaginação do real, em larga medida, por outro lado, contribuem significativamente para intervenções no real e sustentam ações de sujeitos e grupos.

Por outro lado, o século XX trouxe um novo tipo de racionalidade, aqui entendida como racionalidade instrumental, que acabou por declinar antigos valores transcendentais, ligados às religiões monoteístas. A razão instrumental busca um controle sobre a natureza e sobre os homens e permite também extermínios em massa, bem como a eliminação daqueles que supostamente atrapalhariam o bom desenvolvimento da sociedade. Eugène Enriquez afirma que o século XX optou por incorporar essa razão instrumental não respeitando os fins, ou não se preocupando com eles, resultando em um mundo onde só tem o direito de viver aquele que se adequar a categorias como: fiel, apropriado, integrado e que encontra seu lugar neste universo funcionalizado. Nasce assim, um homem paranoico ou apático, muitas vezes oscilando entre os dois, os quais são assassinos em potencial, além de representarem as duas faces do ódio.⁶⁷

⁶⁵ GIRARDET, Raoul. Op. Cit. 1987. p. 57.

⁶⁶ Ibidem. p. 13.

⁶⁷ ENRIQUEZ, Eugène. Matar sem remorso: reflexões sobre os assassinatos coletivo. **Revista História: Questões & Debates**. Curitiba, PR: Editora da UFPR, v. 18, n.35. jul/dez. 2001. pp. 21-23.

Este novo homem paranoico está inserido em uma sociedade que se pretende pura e repudia tudo aquilo que possa contaminá-la, minando assim a ordem social. Vendo no estrangeiro, no estranho, no exótico, no não integrado e não adequado, aqueles que elaborariam os mais perniciosos complôs contra a sociedade. A nação corre assim, o risco de ser invadida, de ter seus mais preciosos valores destruídos por aqueles que vêm de fora ou brotam de dentro desta mesma sociedade, a qual não se adéquam. Para se defender, “o que há de melhor do que o ataque e o extermínio àqueles que querem destruir a 'felicidade estabelecida'?”⁶⁸

Do outro lado desta moeda do ódio, encontra-se o apático, aquele que não sente emoções ou que as toca sem sentir, como uma tecla de piano, que apenas cumpre seu papel com zelo e prazer do dever cumprido. O indivíduo sente vergonha por não cumprir suas tarefas, sabendo que poderá ser punido se não as fizer, mas que será bem recompensado se executá-las com precisão. Este homem sem emoções executaria o outro, assim como fez Eichmann, muitas vezes buscando uma ascensão na carreira.⁶⁹

Ao unir esses dois aspectos, a paranoia e a apatia,

[...] os limites não são mais respeitados. O paranoico, seguro de seu valoroso direito, certo de lutar contra as forças do mal, coloca todas as suas energias e pulsões a serviço de sua causa. Se ele é também um apático, um perverso, melhor fará esse 'trabalho', com a capacidade meticulosa de um funcionário exemplar.⁷⁰

Dessa forma, a defesa do bem em oposição ao mal pode conduzir à violência, fazendo do ódio dirigido ao outro algo que vai além da morte, abolindo assim a própria noção de humano, o qual transforma-se em “outra coisa.” A defesa do bem absoluto poderia ser também um caminho perigoso.⁷¹

Por fim, cabe o questionamento de como essa sociedade dos anos sessenta e setenta se sentia ameaçada por uma força que se erguia fortemente, mas que também apresentava seu caráter obscuro, dificultando a sua localização. Um inimigo que se espalhava pelo corpo social, podendo disfarçar-se para empreender sua conquista. Cabia agora aos defensores dos justos valores empreenderem sua “guerra psicológica”, baseados na violência e no terrorismo,

⁶⁸ ENRIQUEZ, Eugene. Op. Cit. 2001. p. 23.

⁶⁹ ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

⁷⁰ ENRIQUEZ, Eugene. Op. Cit. 2001. p. 26.

⁷¹ KOLTAL, Caterina. A tentação do bem: o caminho mais curto para o pior. **ÁGORA**. v. V. n. 1. jan/jun 2002. pp. 9-17.

esquadrinhando o adversário, compreendendo como agia e de que forma este “outro” tentava subverter a ordem social. A cultura do medo e a ideia de defender-se do inimigo conduziram à violência, à tortura e à morte. A presente pesquisa pretende se orientar para esta reflexão sobre o medo. Quando repetido e amparado pelo aparelho estatal, ele se torna também produtor da violência.

O Serviço Nacional de Informações e a ditadura

Em 1964, coerente com a *ideologia de segurança nacional* e visando identificar ações ou ideias que colocariam em risco a ordem e a segurança nacional, bem como mapear grupos subversivos, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). Segundo a Lei 4.341/64,

Art 1º É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional.

Art 2º O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional.

Art 3º Ao Serviço Nacional de Informações incumbe especialmente:

a) assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contrainformação afetas aos Ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais;

b) estabelecer e assegurar, tendo em vista a complementação do sistema nacional de informação e contrainformação, os necessários entendimentos e ligações com os Governos de Estados, com entidades privadas e, quando for o caso, com as administrações municipais;

c) proceder, no mais alto nível, a coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do Presidente da República e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da Secretaria-Geral desse Conselho;

d) promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes.⁷²

Para atender aos interesses da segurança nacional, o SNI produziu uma infinidade de informações, as quais serviam de suporte para os aparelhos repressivos. Inicia-se um período não somente de repressão, mas também de uma espionagem e vasculhamento da vida privada de milhares de cidadãos, em nome da segurança nacional e do bem da nação.

O SNI tinha por objetivo a produção de informações que serviriam de suporte para os atos repressivos. Mesmo sendo um órgão de informação, alguns de seus agentes acabaram por se envolver em atividades de busca e prisão, fazendo parte do aparelho repressivo. Entre suas ações, “o SNI interceptava correspondências, roubava documentos, fazia escutas telefônicas e

⁷² Lei 4.341 de 13 de junho de 1964 que criou o Serviço Nacional de Informações (SNI)

acompanhava a vida das pessoas, fossem adversários políticos e suspeitos de subversão, fossem integrantes da equipe governamental”⁷³

Em meio a Guerra Fria, parte dos militares via na URSS e na China os maiores perigos, pois os mesmos teriam planos de conquista mundial, almejando expandir o comunismo por todo o planeta. Em todas as edições de *Comunismo Internacional* estas duas “potências comunistas”, como eram chamadas, tinham um capítulo específico. Por outro lado, em meio ao crescimento de movimentos de contracultura e do aumento no consumo de drogas, os militares atribuíam a culpa ao comunismo, que tinha como plano entregar a juventude às drogas.

Ao longo de toda a publicação, podem ser percebidos dois ideais distintos, mas que se complementam. Primeiro, demonstrar a força deste inimigo e como ele se espalhava por todo o mundo de uma forma silenciosa, como em artigos intitulados “A aproximação da 'Al Fatah' à China Comunista”, “A subversão e o terrorismo: Desmoralização da Polícia e do cidadão”, “O interesse da URSS pela América Latina”. Segundo, mesmo dotando este inimigo de força, os militares o associavam a práticas imorais, como a pornografia, a produção e o incentivo ao consumo de drogas, o apoio ao sexo e ao amor livre. Para os militares estas táticas visavam destruir as estruturas do mundo ocidental, facilitando a sua conquista pelos comunistas.

De que forma agiram aqueles que receberam este material? Como procederam ao descobrir que suas famílias, a segurança do país e os valores do mundo ocidental corriam sério perigo? Com uma série de materiais produzidas pelo próprio governo, que reforçava constantemente a noção de um complô comunista, não seriam insuflados sentimentos como o medo e a paranoia? Isso também não poderia ser refletido em atos de violência? Pode-se mapear a presença do discurso anticomunista de *Comunismo Internacional* em outras publicações oficiais, as quais bebem na mesma fonte autoritária que legitimou atos de violência e barbárie durante a ditadura civil-militar. Entende-se que as informações produzidas pelos órgãos de espionagem possuem uma efetiva conexão com a violência praticada não somente nos “porões da ditadura” – termo que leva à falsa ideia de que as torturas ocorriam de forma obscura e sem o conhecimento de boa parte da corporação – mas dentro de delegacias e centros de tortura, contando com a presença de vários civis.⁷⁴ Neste sentido, é possível, e este é objetivo deste trabalho, mapear a existência de um discurso autoritário, permeado por sentimentos paranoicos,

⁷³ ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In: FICO, Carlos et al (orgs). Op. Cit. 2008. p. 221.

⁷⁴ A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” juntamente com o Arquivo Público do Estado de São Paulo descobriram em 2013 uma lista de visitantes civis do Departamento de Ordem Política e Social nos horários em que ocorriam sessões de tortura.

de construção depreciativa do “outro”, enviado para vários órgãos governamentais por todo o Brasil. Tal discurso cruza-se com outros vários informes e publicações produzidos pela comunidade de informações, os quais somaram força na legitimação do combate aos comunistas, além de estar inserido em um contexto mais amplo da Guerra Fria.

O sentimento de paranoia existente em muitos governos totalitários ou autoritários acaba também por provocar a violência. Se existe o inimigo, torna-se fundamental para aqueles que se encontram no poder eliminá-lo. Segundo Carlos Roberto Aricó,

Sempre existe no paranoico – e por que não dizer no ditador – uma ideia de conspiração iminente que leva o detentor do poder a criar um exército secreto de homens (robôs ou corruptos) para sua defesa. Num plano mais amplo, desenvolvem-se as instituições jurídicas menos para fazer justiça do que para auxiliar a manutenção do ‘establishment’ onde o paranoico continua a exercer seu poder ilimitado sobre a destruição da maioria. O detentor do poder e o paranoico sempre idealizam a imagem do conspirador que através de um conluio bem engendrado irá destitui-los do poder.⁷⁵

Com a sociedade ou os valores pertinentes a ela ameaçados, a justificativa de defendê-los conduz, por certo, a ações de violência e terror. Nestes períodos, parte da sociedade é passível de sofrer com atos de terrorismo, aqui entendido como terrorismo de Estado. Alguns são passíveis de estarem contra a ordem estabelecida, e, por isso mesmo, a espionagem contra todos torna-se fundamental. Em regimes de caráter totalizante ou mesmo autoritário, o inimigo, no entender do governo, pode esconder-se sob suas próprias barras. Por outro lado, entende-se que a violência não se restringe apenas ao aspecto físico, mas também pode ser entendida como uma violência relacionada ao psicológico, no qual entram as ameaças, intimidações e também o esquadrinhamento da vida privada, a qual deixa de ter valor em benefício do público, devendo por isso mesmo, ser de conhecimento do próprio governo.⁷⁶ A vida privada deveria ser investigada para atestar a idoneidade dos cidadãos e demonstrar que estes são dignos de fazerem parte da sociedade.⁷⁷ Desta forma, o terrorismo acaba por fazer parte destas sociedades, com a justificativa última de defendê-las, de proteger os seus próprios cidadãos do mal, chegando a momentos limites, como no caso nazista, de almejar o extermínio de praticamente toda a sociedade para a construção de uma “raça de senhores”.

⁷⁵ ARICÓ, Carlos Roberto. **Estudos sobre psicanálise**: epistemologia e política. São Paulo: Núcleo de Estudos em Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise, 1984. p. 123.

⁷⁶ Entende-se que a obtenção de informações de caráter privado, como hábitos sexuais, foram também usadas para conseguir informações em interrogatórios, como forma de intimidar ou mesmo desestruturar o interrogado.

⁷⁷ É comum na documentação do Serviço Nacional de Informações, pedidos de informações sobre o caráter e a conduta de determinadas pessoas.

Diferentemente do extermínio em massa, a ditadura civil-militar brasileira optou por uma forma de terrorismo direcionado, buscando silenciar uma parte específica da sociedade, aquela mesma identificada como subversiva. Assim, o “terrorismo surge de modo mais exato: *o atentado*, ato de violência que é sua expressão característica, concentra-se num ponto limitado no tempo e no espaço, visando um objeto cuidadosamente selecionado, ainda que este seja uma multidão anônima e transeunte.”⁷⁸ Ao buscar compreender a lógica do terrorismo, pode-se afirmar que ele é atravessado por uma violência dupla. A primeira voltada para o interior do próprio grupo terrorista. Seria uma violência densa e fusional, que encontra sua razão de ser no clareamento do próprio ato. A segunda, ao se espalhar pela sociedade, seria uma violência mais nebulosa, mais cega e difusa.⁷⁹ O ato terrorista ou violento, dessa forma, atende a dois objetivos: eliminar o seu alvo ou fazê-lo falar e ainda fazer silenciar o inimigo.⁸⁰

Ao se apresentar como o motivo último de um projeto revolucionário, além de justo, o ato terrorista encontra coro na organização social, na qual a violência recolhe a esperança. Desta forma, para Roger Dadoun, a violência é formada por um triângulo terrorista, no qual podem ser percebidos três elementos:

[...] o Grupo, o Sistema, a Massa. Entre eles realizam-se estranhos e problemáticos cruzamentos que poderíamos esclarecer com a ajuda de uma analogia com a estrutura do psiquismo. Centrado, concentrado sobre si mesmo, egocêntrico, narcisista, pretendo autonomia e identidade, o Grupo corresponderia convenientemente ao Eu, instância da consciência, da iniciativa, do domínio, do discurso; valor dinâmico, coerente e da posteridade. O Grupo se dirige contra o Sistema, que poderia representar o Superego, pois ele profere proibições, dita a lei e a norma, detém a autoridade e impõe a repressão. O Grupo e o Sistema, dualidade belicosa e armada, visam juntos um terceiro termo, que é a Massa – ou 'povo', 'proletariado', 'nação', 'comunidade', etc. - força bruta, inconsciente, reservatório de energia, que compararíamos validamente ao Isso. O Grupo afirma trabalhar – ele que é Eu, consciência, vontade, Cabeça – pela totalidade do Corpo social, que é massa e inconsciência...⁸¹

Ao fazer analogia do sistema exposto acima com a ditadura civil-militar brasileira, Marion B. Magalhães, entende o *Eu* como governo, sendo enquadrados neste conceito tanto a elite responsável pelo sistema repressivo como o próprio torturador, que representaria ou se

⁷⁸ DADOUN, Roger. **A violência**: ensaio acerca do “homo violens”. Tradução de Pilar Ferreira de Carvalho e Carmen de Carvalho Ferreira. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998. p. 35.

⁷⁹ Ibidem. pp. 35-36.

⁸⁰ MAGALHÃES, Marion Brepohl de. Campo de concentração: experiência limite. **Revista História: Questões & Debates**. Curitiba, PR: Editora da UFPR, v. 18, n.35. jul/dez. 2001. p. 70.

⁸¹ DADOUN, Roger. Op. Cit. 1998. p. 38.

imaginária representante do próprio governo; o *Superego* como os ditos subversivos, ao qual é atribuído pelo sistema de informações e repressão, uma força muito maior do que a do próprio governo; e o *Isso*, o qual não representaria a massa ou a população, mas sim a ordem. Para a autora, havia tanto a identificação do subversivo como terrorista, além de uma obsessão do governo pela ordem.⁸²

Por certo, as ditaduras latino-americanas valeram-se deste terrorismo de Estado como forma de violência, tanto para a obtenção de informações, ao torturar física e psicologicamente seus acusados, como para eliminar seus inimigos, vistos como prejudiciais à ordem. Em alguns casos, presos políticos, ao serem vistos como subversivos, poderiam ser vistos como inferiores a seres humanos.⁸³ O terrorismo de Estado está ligado diretamente à ideia e aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, segundo a qual, o cidadão não deve se realizar enquanto pertencente a uma classe social, ou mesmo como indivíduo, mas sim como pertencente a uma comunidade nacional coesa que o potencializa e viabiliza a satisfação de suas demandas. Desta forma tudo aquilo que apontar em contrário a esta coesão nacional e mostre antagonismos sociais, é visto como nocivo à nação. Os indivíduos identificados a estas ideologias, vistas como estranhas e também diferentes das locais, foram tratados como inimigos perigosos da unidade nacional, pois não compartilhavam das mesmas aspirações e ideais desta elite local.⁸⁴ Neste sentido, a Doutrina de Segurança Nacional e a teoria francesa de Guerra Revolucionária, associou “diretamente o 'subversivo', portador de tensões e 'contaminado' por ideais e influências estranhas (externas), ao comunismo, sendo este tratado de forma tão vulgar e imprecisa que abrangeu toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento com a ordem vigente.”⁸⁵ Todavia, não se pode afirmar que existia uma coesão ideológica dentro do governo civil-militar e que a Doutrina de Segurança Nacional era percebida por todos os executores da repressão da mesma forma, o que não impediu, por certo, que medidas autoritárias fossem empregadas contra milhares de cidadãos. Segundo relatório produzido no projeto *Brasil: Nunca mais*, entre os anos de 1964 e 1979 mais de 17 mil pessoas passaram

⁸² MAGALHÃES, Marion Brepohl. Op. Cit. 2001. p. 70.

⁸³ CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**. Tradução Fernando Correa Prado. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 48. Calveiro analisou a ditadura argentina, a qual, segundo a autora, lançou mão de um “poder desaparecedor”. Para Janaína de Almeida Teles, o caso brasileiro teria sido marcado por um “poder torturador.” TELES, Janaína de Almeida. Apresentação. Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções. In CALVEIRO, Pilar. Op. cit. 2013. p. 17.

⁸⁴ PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência. In: FICO, Carlos et al. (orgs). Op. Cit. 2008. p. 144.

⁸⁵ Ibidem. p. 152.

pelos bancos da justiça militar; 7.367 foram formalmente acusadas; 3.613 pessoas foram presas; 1.843 declararam terem sido torturadas na prisão e cerca de 400 pessoas foram mortas ou desapareceram.⁸⁶

O terror de Estado, baseado nestas ideias de unidade nacional e também no que pregava a Doutrina de Segurança Nacional, atuou na América Latina entre as décadas de 1960 e 1980, como uma guerra contrainsurgente, sendo classificado como um terrorismo de grande escala, a partir do centro do poder estatal. Este modelo de terror estatal, muitas vezes é obrigado a transpor os marcos da repressão legal, recorrendo a métodos não convencionais e muitas vezes desproporcionais de violência para conter oposições, sejam elas armadas ou desarmadas. O alcance destes atos abrangeu toda a sociedade, pois nenhum setor permaneceu imune ou não se sentiu ameaçado por esta forma de violência.⁸⁷

Sobre o método

Este trabalho, ao analisar diversos textos produzidos pelo SNI, vale-se da contribuição da *Análise do Discurso*. Este referencial metodológico entende o discurso para muito além dele próprio, buscando encontrar *sentidos, sujeitos, significados*, bem como definir a *cena enunciativa*. O discurso deve ser entendido a partir de seus sujeitos, seus efeitos de sentido, de seu contexto e de seu local de produção⁸⁸. Ao buscar entender a difusão da mensagem de *Comunismo Internacional*, torna-se essencial compreender as razões deste discurso, com quais discurso ele dialoga e para quem ele se destina. Entende-se também que estes discursos não elementos soltos no tempo e no espaço, mas que estão inseridos numa lógica muito maior de citações e referências. Um discurso acaba sempre sendo uma referência a outros discurso. Acaba por citar e trazer à tona um outro discurso, mesmo que não explicitamente, mas indiretamente ou muitas vezes sem se dar conta disso. Ao circular diferentes informações, sobre situações e sujeitos diversos, os agentes do SNI contribuía para disseminar sua visão de mundo, mas traziam também uma visão que lhes era muito anterior. Não se pode dizer que se cria um discurso novo, mas que se atualiza e reatualiza uma prática discursiva anterior. Freda Indursky, ao abordar a *análise do discurso*, afirma que “tais posições, contudo, não transformam

⁸⁶ Arquidiocese de São Paulo (org). **Brasil: Nunca Mais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁸⁷ PADRÓS, Enrique Serra. Op. Cit. 2008 p. 153.

⁸⁸ ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas de discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 145.

esse sujeito em uma figura que decide livremente seu discurso, pois se trata de um sujeito socialmente construído. No entanto, por não ter consciência de seu assujeitamento, mantém fortemente arraigada a ilusão de ser plenamente responsável por seu discurso.”⁸⁹ A “cena enunciativa” seria igualmente importante, pois, é também nela e a partir dela que esses discursos ganham vida e sentido. Ao compreender este discurso autoritário, que nega a figura e a voz do outro, inserido em um regime autoritário, descobre-se que ele possui “como característica a arregimentação em torno de uma ação apresentada metaforicamente como uma missão a ser cumprida em prol do bem-estar da nação. A defesa da nação, ou ainda da pátria ou do país, representa o ideal máximo.”⁹⁰ Alguns temas como “mal” e “inimigo” tornaram-se indispensáveis na determinação do papel representado pelos militares na elaboração das expressões metafóricas de seus discursos. Este inimigo passa a ser designado pelos temas ligados aos *campos semânticos* religiosos (mal), bélicos (inimigos) ou das doenças (epidemia, câncer). Neste campo semântico de bem e mal, se justapõe o da desordem e da ordem, sendo os grupos oposicionistas associados à anarquia e a irracionalidade.⁹¹

Os textos referidos devem ser entendidos como marcados por uma *instituição*, a qual restringe fortemente a enunciação.⁹² Para tanto, cabe questionar de que forma esse discurso se forma ao longo do tempo, não caracterizando-se em algo novo, mas sim em algo que se repete, ou mesmo de um discurso que cita a outros discursos. A associação dos comunistas ao mal, estaria então em uma *formação discursiva*, a qual Foucault entende por “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística, dada, as condições de exercício da função enunciativa.”⁹³

Não se pode, dessa forma, pensar nos textos como isolados de seu tempo. Nesse sentido, em *A Ordem do Discurso*, Foucault alerta sobre a questão do *autor* e sobre a noção de *verdade*. O *autor* estaria diretamente influenciado pelo seu tempo e seria fruto dele, produzindo a partir de questões de sua época. Foucault afirma que:

⁸⁹ INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p. 35

⁹⁰ FORGET, Danielle. **Conquistas e resistências do poder: a emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1984)**. Tradução de Lucimar de Oliveira. São Paulo:EDUSP, 1994. p. 35.

⁹¹ Ibidem.

⁹² MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 13

⁹³ FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986. p. 136.

[...] o indivíduo que se põe a escrever um texto no horizonte do qual paira uma obra possível retoma à sua conta a função do autor: o que ele escreve e o que não escreve, aquilo que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, e o que ele deixa, vai cair como conversas cotidianas. Todo este jogo de diferenças é prescrito pela função autor, tal como a percebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica.⁹⁴

Pode-se entender que a linguagem seria então inseparável de uma instituição, pois o simples *ato da fala*, implicaria em um reconhecimento da habilitação de quem profere o discurso. Neste caso, os textos produzidos pelo SNI, adquiria respeitabilidade perante seus leitores. Confere-se assim, credibilidade ao texto ou a enunciação pelo simples fato de ter sido produzido ou proferido por determinado órgão, possuidor de respeitabilidade.⁹⁵ Os textos de *Comunismo Internacional* como os demais dessa publicação e outros relatórios produzidos pelo SNI, devem ser entendidos a partir de uma topografia social preexistente sobre seus pronunciadores. Dominique Maingueneau, ao analisar a questão dos “lugares” afirma que trata-se “determinar qual é a posição do sujeito”. Isso equivale a dizer que a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito antes que este enuncie, mas uma teoria da instância de enunciação que é ao mesmo tempo e intrinsecamente, um efeito de enunciado.”⁹⁶

Não se pode afirmar que estes discursos estão isolados ou que estão encerrados em si mesmos, mas sim, que os discursos são tocados também por outros discursos. Aquilo a que chamamos de *intertextualidade* e *interdiscurso* seria quando o discurso é atravessado por outras formações discursivas e as relações que mantém com elas. Assim, uma formação discursiva deve ser entendida como

[...] dois ou mais discursos em um só, estabelecendo a contradição como seu princípio constitutivo. Pode-se dizer que uma FD [Formação Discursiva] é uma unidade dividida e heterogênea. Seu contorno é fundamentalmente instável, pois não há limites rígidos a separar os elementos internos de seu saber daqueles que lhe são exteriores. O domínio de saber de uma FD funciona como um princípio de exclusão do que nela é formulável, função da FI [Função Ideológica] de que provém.⁹⁷

O discurso de *Comunismo Internacional* fala em nome de um determinado grupo político, com uma posição ideológica definida. Portanto, deve também ser analisado como uma

⁹⁴ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro. 5.ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p. 29.

⁹⁵ MAINGUENEAU, Dominique. Op. Cit. 1989. pp. 29-31.

⁹⁶ Idem. p. 32.

⁹⁷ INDURSKY, Freda. Op. Cit. p. 45.

linguagem política, pois coloca “necessariamente em destaque uma tomada de posição escolhida entre tantas outras, ou ainda pode estar em confrontação direta com uma posição adversa.”⁹⁸ Não se pode compreender um discurso em separado do aspecto ideológico, existindo assim uma forte relação entre ideologia e linguagem. Para José Luiz Fiorin, deve-se “verificar qual é o lugar das determinações ideológicas neste complexo fenômeno que é a linguagem, analisar como a linguagem veicula a ideologia, mostrar o que é ideologizado na linguagem.”⁹⁹ Para Fiorin, o discurso é a materialização das formações ideológicas, às quais está ligado e pelas quais é determinado.

A *Análise do Discurso* nos auxilia a entender os sentidos de uma produção tão vasta como *Comunismo Internacional*, além de demonstrar o quanto a utilização de determinados conceitos não é inocente ou casual, refletindo uma intenção, a de atacar um oponente, demonstra o quanto esse discurso estava inserido em um contexto político e discursivo muito mais amplo, com os quais dialoga constantemente e por eles é fortemente influenciada.

* * *

*Para mim, o importante é compreender. Para mim, escrever é uma questão de procurar essa compreensão, parte do processo de compreender.*¹⁰⁰

Um dos objetivos deste trabalho foi analisar a presença de elementos como “medo” e “paranoia” em relação aos comunistas na publicação *Comunismo Internacional*, procurando demonstrar como estes sentimentos estariam difundidos dentro da *comunidade de informações*. Compreender tais estruturas consiste também em perceber seu caráter difuso, obscuro e de distorção da realidade. A paranoia e o medo produzem distorções do real, gerando a ansiedade, mas também refletindo-se em uma personalidade autoritária e em uma ação violenta. A documentação produzida pelo SNI, assim como outras tantas, insuflava o ódio e a perseguição do inimigo, mas também a atenção e vigilância constante. Ao dizer logo no início “Conheça o inimigo: o que ele faz, o que ele diz” ou ainda, ao apresentar um calendário dos eventos

⁹⁸ FORGET, Danielle. Op. Cit. 1994. p. 15.

⁹⁹ FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 7.

¹⁰⁰ ARENDT, Hannah. O que resta? Resta a língua: uma conversa com Gunter Gaus. In ARENDT, Hannah. **Compreender**: Formação, exílio e totalitarismo. Tradução Denise Bottmann. Organização, introdução e notas Jerome Kohn. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 33.

comunistas, alertado para que em determinadas datas houvesse uma maior atenção das forças de segurança, sendo essas datas as de maior importância, pode também ser percebido como parte de um mesmo fenômeno autoritário. Ao mesmo tempo que *Comunismo Internacional* informava seus leitores sobre a atuação dos comunistas, contribuía para disseminar um discurso permeado pela aversão ao “outro” e em tom paranoico, reforçando, e muito, o poder dos comunistas.

Entende-se que o período inicial do ano de 1968 foi marcado por um aumento do anticomunismo militar aliado a disseminação do conceito de “guerra revolucionária” que, além da formação teórica, passava a ter uma instrução prática. Em 1966, por exemplo, foi criado na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAM) o Departamento de Instrução Especial (DIEsp), o qual era encarregado de ministrar um curso sobre combate de guerrilhas. Ainda nesse sentido, ganha força o discurso de oficiais descontentes com o aumento da subversão, pedindo muitas vezes uma radicalização política ou a crucificação de determinados grupos políticos, como por exemplo o partido de oposição o MDB e grupos mais radicais que formavam-se fora da esfera governamental.¹⁰¹ Para Chirio, esse discurso não emanava propriamente da chamada “linha dura” nem tampouco da média oficialidade, mas sim das altas patentes do Exército, que demonstravam seu desconforto a respeito dos recentes acontecimentos, como a Passeata dos Cem Mil e o assassinato de Mário Kozel Filho, soldado do Exército.¹⁰² Segundo o general Carvalho Lisboa, logo após o atentado afirmou que iria “buscar os comunistas onde estejam infiltrados, na Igreja, nos colégios, nas fábricas e até mesmo no inferno.”¹⁰³ Em certa medida, esse anticomunismo militar muda de tom a partir de 1968:

Enquanto os temas da destruição da família, da derrubada da moral e dos estragos provocados pelo materialismo ateu não eram até 1968 centrais nas declarações públicas de militares, eles se tornam nesse momento as provas obsessivas do progresso da subversão. O general Albuquerque Lima mostra-se particularmente preocupado com essas temáticas sociais, que ele associa nas suas declarações à infiltração de agentes do comunismo na Igreja.¹⁰⁴

Esse anticomunismo militar encontra também ressonância no fortalecimento e recrudescimento do anticomunismo religioso, presente em determinados grupos católicos e

¹⁰¹ CHIRIO, Maud. Op. Cit. 2012. pp. 119-120.

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ General Carvalho Lisboa. Apud. CHIRIO, Maud. Op. Cit. 2012. p. 120.

¹⁰⁴ CHIRIO, Maud. Op. Cit. 2012. p. 121.

através de intelectuais como Gustavo Corção, que propagava suas ideias em *O Estado de São Paulo* e em seu próprio jornal, *Permanência*. Não se pode esquecer a organização paramilitar e católica, Tradição, Família e Propriedade (TFP), fundada em 1960, que difundia e pregava, através de seu fundador, Plínio Corrêa de Oliveira, a perseguição dos comunistas e afirmava que estes dominavam as universidades, imprensa e igreja, defendendo assim meios mais duros para seu combate. Por outro lado, diversos grupos religiosos eram contrários à ditadura e apoiavam ações de enfrentamento, como a guerrilha.¹⁰⁵ Em paralelo a esses movimentos religiosos e militares, surgem, ou ganham maior destaque e visibilidade, organizações de extrema-direita responsáveis por atos de terrorismo, principalmente contra o meio artístico e estudantil, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Movimento Anticomunista (MAC) e o Grupo Secreto – formado por militares da Vila Militar e com base no Centro de Informações do Exército (CIE).¹⁰⁶ Em meio a essas efervescências políticas e surgimento de grupos anticomunistas, percebe-se também uma reordenação no aparato jurídico brasileiro, com a criação de novos atos institucionais, como os de número 13 e 14 que instituem em 1969, respectivamente, o banimento e a pena de morte. Neste mesmo ano houve também uma ampla reformulação na *Lei de Segurança Nacional*, conferindo-lhe mais poderes e tornando-a mais rigorosa e com a incorporação de novas punições criadas pela Junta Militar. Um dos pontos mais importantes no que diz respeito a esse trabalho é o *Plano Nacional de Informações (PNI)*, elaborado em 1970. Mesmo que sua publicação só tenha efetivamente ocorrido em junho desse ano, na criação de vários órgãos de informações, consta a obrigatoriedade destes em contribuir para com o PNI. A efetiva criação do plano marcou o início do Sistema Nacional de Informações (SISNI) que seria responsável por organizar e agrupar as informações de diversos órgãos. A publicação *Comunismo Internacional* insere-se exatamente neste contexto em que a troca de informações sobre a ação dos comunistas e de movimentos vistos como subversivos ganha maior importância.

No primeiro capítulo, pretende-se analisar exatamente o momento da criação do Serviço Nacional de Informações e de outras agências de informações. Torna-se importante mapear o contexto em que *Comunismo Internacional* estava sendo gestada e produzida, bem

¹⁰⁵ Veremos ao longo do trabalho como existiu uma forte preocupação com o “clero progressista” e a associação de padres com a esquerda radical. Kenneth Serbin analisa o papel ambíguo da Igreja e dos membros do clero durante a ditadura. SERBIN, Kenneth P. **Diálogo nas sombras: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Tradução Carlos Eduardo Lins da Silva e Maria Cecília de Sá Porto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁰⁶ CHIRIO, Maud. Op. Cit. 2012. pp. 122-123.

como as transformações sofridas pelo SNI. O órgão ganhou muito destaque dentro da ditadura civil-militar, mas não foi o único a produzir informações sobre a subversão. Cabe analisar de que forma esses órgãos trocaram informações e como relacionaram-se com os aparelhos repressivos.

No segundo capítulo, busca-se uma análise inicial de *Comunismo Internacional* e seus assuntos gerais. Por certo, o ofício do historiador é marcado muitas vezes por recortes arbitrários e a seleção de determinados assuntos em detrimento de outros. Seleccionamos assim, aqueles que julgamos de maior relevância para nossa análise e que tratam de assuntos diversos, não concentrando-se em um especificamente. Procuramos analisar a abordagem de *Comunismo Internacional* sobre os costumes, a sexualidade, discursos pacifistas, invasão de chineses no mundo ocidental, drogas e hábitos de líderes comunistas, usados muitas vezes para descaracterizar o “inimigo”.

Ao tentar compreender a mentalidade autoritária e de que forma aqueles que produziram *Comunismo Internacional* foram treinados, esbarramos em uma farta documentação produzida pelo Serviço Nacional de Informações e pelo seu antecessor o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) e os cursos ministrados para treinar esses agentes secretos, atualmente sob a guarda do Arquivo Nacional. Tratamos, dessa forma, no terceiro capítulo da formação dos agentes secretos e do treinamento recebido. Foram selecionados alguns materiais utilizados nesses cursos, alguns dos quais podem ser percebidos na produção de *Comunismo Internacional* e que indicavam o *modus operandi* da comunidade de informações. *Comunismo Internacional* não tinha a assinatura de um agente específico, podendo ser produzida por diferentes pessoas ao longo de seus três anos. O treinamento recebido contribuía exatamente para uniformizar essa produção e alinhar o discurso.

No quarto capítulo, nossa análise destina-se exatamente para o movimento comunista internacional e de que forma a publicação o analisa. A ampla análise de diversos países em todas as publicações e, principalmente, das “potências comunistas”, URSS e China e o embate entre elas foram uma das preocupações da ditadura civil-militar. Ainda nesse sentido, merece destaque também o olhar desse serviço para os países da África e Ásia e os movimentos de independência ocorridos nessas regiões, amplamente influenciados pelos movimentos comunistas. Tema pouco tratado na historiografia brasileira, o olhar do Brasil para com esses movimentos e o comunismo praticado nessas regiões, serão tratados nesse capítulo. Neste capítulo também trataremos daquilo que ficou conhecido como “Campanha contra o Brasil no Exterior”. Para os serviços de informação, era importante acompanhar o que produziam os brasileiros sobre o regime ditatorial, bem como exercer certa vigilância sobre exilados, que

mesmo fora do país, representavam, segundo a comunidade de informações, risco à segurança nacional. A possibilidade de que pudessem voltar clandestinamente e novamente se integrar aos movimentos guerrilheiros não era descartada. Por tanto, vigiar esses brasileiros, bem como acompanhar sua produção, fazia parte do trabalho dos serviços de informações.

No quinto e último, a análise volta-se para a América Latina e para o movimento religioso. Não podemos esquecer que o fenômeno comunista teve destaque em toda a América, não somente na América Latina. Se a região sul-americana passou por vários regimes ditatoriais, os Estados Unidos também tiveram poderosos movimentos contestatórios, muitas vezes associados ao comunismo e que geraram grande medo e temor e uma forte produção de filmes e materiais culturais de cunho anticomunista. A perseguição ao comunismo foi praticamente uma regra – mas não sempre – em todo o continente durante a Guerra Fria. O olhar do governo brasileiro para esses movimentos principalmente no Cone Sul é de fundamental importância para compreendermos as relações entre as ditaduras latino-americanas e perceber que o discurso anticomunista legitimou outros regimes autoritários. A troca de informações entre eles, não somente durante a chamada Operação Condor, contribuía para que a violência e a repressão alcançassem seus objetivos de aniquilar o “inimigo”. O movimento religioso também foi uma grande preocupação dos serviços de inteligência e também daqueles que ocupavam altos cargos na esfera administrativa. Se a “subversão” preocupava, um “clero progressista” que porventura pudesse estar associado a comunistas também gerava preocupação. Mesmo que muitos padres e bispos fossem conservadores e concedessem apoio aos militares, outros, e em número significativo, atacavam a ditadura e denunciavam a violência, aqui e no estrangeiro. O discurso religioso atingia uma população ainda maior do que o de grupos revolucionários e uma guinada em prol de uma igreja mais justa e mais humanitária, aproximando-se de discursos políticos, tinha também grande impacto social.

Por fim, cabe destacar que, ao analisar esses movimentos e discursos autoritários, buscamos uma discussão e um mundo mais plural. Compreender esses fenômenos, muitas vezes dolorosos e que ainda deixam profundas marcas nas sociedades, é essencial para evitar sua repetição. As palavras de Hannah Arendt sobre a política e a busca por esse mundo plural, são de grande valia e inspiração para esse trabalho. A política, como o mundo surgido entre os homens, é o espaço da liberdade.

[...] Quanto mais povos houver no mundo que tenham entre si essa relação e outras, mais mundo se formará entre eles e maior e mais rico será o mundo. Quantos mais pontos de vista houver num povo, a partir dos quais possa ser avistado o mesmo mundo, habitado do mesmo modo por todos e estando diante dos olhos de todos, do mesmo modo, mais importante e mais aberta para o mundo será a nação. Mas se

acontecer o contrário e, através de uma tremenda catástrofe, só restar um povo na face da Terra e se esse povo chegar ao ponto em que todos veem e entendem tudo a partir da mesma perspectiva e vivem entre si em plena unanimidade, então o mundo terá chegado ao fim, no sentido histórico-político, e os homens sem mundo que restarem na face da Terra quase mais nada terão em comum conosco.¹⁰⁷

O conhecimento desse passado torna-se importante para nossa sociedade, mesmo que parte dela tente esconder seus atos e apagar seus vestígios. Muitos desses registros continuam a existir. Devemos, assim como Pandora, insistir em manter aberta a caixa que outros querem fechar. Segundo Beatriz Sarlo, “a pretensão dos militares, virar a página já escrita da história, pode ser acatada em certas instâncias. Mas não em outras: as palavras são, de fato, testemunhas informantes. Fedem, mas não apodrecem, não se desintegram.”¹⁰⁸ Mesmo que as sociedades não possam viver em uma lembrança nítida e perfeita desse passado, não é possível eliminar essa lembrança, seria impossível esquecer por completo. Ante os cães do esquecimento, “estão as certezas e as dúvidas daquilo que já se escreveu.”¹⁰⁹

¹⁰⁷ARENDT, Hannah. **O que é política?** Organização Ursula Ludz. Trad. Reinaldo Guarany. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004. p. 108.

¹⁰⁸SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias:** intelectuais, arte e meios de comunicação. Tradução Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 33.

¹⁰⁹ Ibidem. Op. cit. 2005. p. 34.

1. Serviço Nacional de Informações: a criação do monstro

Sabe-se que tanto as tribos de índios americanos quanto as tribos bíblicas utilizavam largamente as informações. Entre muitos exemplos podemos citar Moisés, que no dizer do marechal Montgomery, foi o maior chefe militar de todos os tempos, ao enviar seus agentes para além do Jordão.

Determinou Moisés aos seus doze agentes (um representante de cada tribo): “Subi pela parte do meio-dia e, quando tiverdes chegado aos montes, considerai que terra é essa e o povo que a habita – se é valente ou fraco, se é pequeno ou grande – , se a mesma terra é boa ou má, como são as cidades, muradas ou sem muros, se o terreno é fértil ou estéril, com arvoredo ou sem árvores. Tende coragem e trazei um dos frutos da terra.” Josué, seu sucessor, usou largamente a espionagem, sendo bem conhecido o episódio de dois de seus agentes em Jericó.¹¹⁰

Em 1970 na palestra proferida no curso sobre informações na Escola Superior de Guerra (ESG), intitulada *Espionagem nas informações*, o palestrante trazia uma nova e poderosa arma, que dentro em breve seria a grande revolução nos círculos de informações sigilosos. Não se tratava de avançados equipamentos tecnológicos, ou supercomputadores a serviço dos agentes secretos, então em formação. O novo recurso em questão tratava-se da telepatia. Afirma o palestrante que

Embora esteja ainda na fase experimental e de estudos, queremos assinalar aqui esse novo meio de comunicação que o homem vem procurando dominar. Trata-se da possibilidade de controlar o fenômeno parapsicológico da telepatia, tendo em vista a previsão alarmante de que a capacidade cada vez maior dos computadores tornará, no futuro não muito remoto, praticamente impossível a existência de uma cifra indecifrável. Sabe-se que atualmente as grandes potências mundiais estão empenhadas na solução desse problema, que virá revolucionar as comunicações sigilas.¹¹¹

A afirmação acima pode parecer estranha aos dias atuais, e talvez até soasse fantástica para muitos na data em que foi proferida. Porém, em tempos de Guerra Fria, onde o fantástico e o real tornavam-se muito próximos, tal afirmação fizesse sentido para militares sempre em busca de monstros a serem eliminados com as armas mais poderosas. Se o período foi marcado por armas que beiravam o impossível, o mesmo pode se dizer em relação aos inimigos a serem combatidos. A busca incessante pela eliminação do suposto perigo comunista, criou a paranoia

¹¹⁰ As informações – Conceitos fundamentais, da equipe da Daici, de 1967.

¹¹¹ Espionagem nas informações no Brasil, da equipe do DE (Curso de Informações), de 1970. Da ESG. Apud. FIGUEIREDO, Lucas. **O ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 171.

não somente em parte dos agentes repressivos, que prendiam, torturavam e matavam supostos e efetivos comunistas, aliados ou inocentes úteis a serviço de Moscou. Pode-se afirmar que a paranoia também instalou-se nos serviços de informação do mundo ocidental. O medo e a aversão aos seguidores da doutrina comunista fez com que esses serviços vissem seu inimigo em praticamente toda a sociedade, a qual deveria então ser completamente vigiada e espionada, tudo em nome da ordem e da segurança nacional. Este vasculhamento da vida de milhares de cidadãos justificava-se em nome da defesa da nação.

A Guerra Fria foi difundida como a divisão do globo entre o mundo capitalista e o comunismo. De um lado encontravam-se os apoiadores dos Estados Unidos e tudo o que o seu sistema político representava e defendia no chamado mundo ocidental, como a propriedade privada, valores religiosos, divisão das classes sociais, liberdade econômica. Do outro lado os seguidores e apoiadores da União Soviética e da doutrina proposta por Karl Marx ainda no século XIX, defendiam a coletivização dos meios de produção, o fim das classes sociais e dos abismos entre elas, bem como o fim da pobreza. Dessa forma, em praticamente 50 anos do século XX, o mundo encontrou-se dividido entre essas duas potências e entre dois sistemas políticos, além de uma corrida espacial e do aprimoramento e inovação de armamentos, que trouxe a possibilidade de uma destruição em massa sem precedentes na história. Como reflexo dessa tensão, conflitos ocorreram na área de influência dos Estados Unidos e União Soviética, como a Revolução Cubana de 1959, a implantação de ditaduras militares em vários países da América Latina e a independência de antigas colônias europeias na África e Ásia, matando aproximadamente 20 milhões de pessoas.

O termo Guerra Fria foi utilizado pela primeira vez em 1947, para denominar um conflito não armado entre Estados Unidos e União Soviética. A criação do termo é atribuída a Walter Lippmann, jornalista estadunidense, o qual se referia exclusivamente aos dois países. Posteriormente esse conceito se expandiu para o conflito entre os blocos ocidental e soviético.¹¹² Por outro lado, não se pode afirmar que este estado de tensão teve início apenas após a Segunda Guerra, esquecendo que a disputa entre estes dois países remonta a revolução bolchevique, de 1917. Tony Judt afirma que o conceito “Guerra Fria” oficial pertencia ao futuro, pois o embate entre URSS e o mundo ocidental teve início muito antes de 1945. Ele não

¹¹² Sidnei Munhoz faz um balanço das contradições a respeito da origem do termo Guerra Fria, demonstrando que este é creditado a vários autores. Entendemos, juntamente com Munhoz que a repercussão e universalização do termo se deve a Lippmann. O autor faz também um interessante levantamento de algumas correntes interpretativas sobre a Guerra Fria. MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: Um debate interpretativo. In TEIXEIRA, Francisco Carlos (org.). **O século sombrio: guerras e revoluções do Século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 264.

começou no fim da Segunda Guerra Mundial, mas depois da primeira. Se o discurso do anticomunismo serviu como plataforma para as direitas, a possibilidade de invasão e ataque do Ocidente e das potências capitalistas, foi significativo para fortalecer o monopólio de Stálin e para o expurgo de críticos do partido.¹¹³ Noam Chomsky aponta duas fases que constituíram a Guerra Fria: a primeira, que vai de 1917 até o início da Segunda Guerra; e o segundo, iniciado após o fim do conflito até o colapso do lado soviético. Chomsky afirma que num primeiro momento o ocidente não via a URSS como um perigo militar, e que a tão propagada possibilidade de um ataque soviético à Europa não passava de um engodo, nunca tendo sido levada muito a sério, atendendo apenas aos anseios políticos dos estadunidenses. O discurso dos Estados Unidos, baseado na “segurança” seria então fraudulento, pois justificava a supressão dos nacionalismos independentes, surgidos no Terceiro Mundo. Para Chomsky:

(...) Entendendo ‘segurança’ em termos mais razoáveis, podemos perguntar em que extensão ela foi um fator genuíno na formação política. Considere de novo as três maiores glorificações militares (Truman, Kennedy, Reagan), sob pretextos que iam de fracos a fabricados, sugerindo que diferentes motivos estavam trabalhando sob a fachada da segurança. A sugestão é reforçada pelo fato de que, naquele momento, as ameaças à segurança não tinham destino. Assim, em 1950, houve de fato uma ameaça potencial à segurança norte-americana: mísseis balísticos intercontinentais com avançadas ogivas nucleares. Mas os autores da política não empreenderam nenhum esforço para inibir o desenvolvimento de armas que pudessem, eventualmente, pôr em risco a segurança norte-americana. A história do desenvolvimento de armas segue o padrão até o fim da Guerra Fria. (...) A idéia de que os russos pudessem atacar a Europa Ocidental nunca foi levada muito a sério, apesar de o poder militar soviético, isso era reconhecido, tomar a atitude de ameaça.¹¹⁴

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética buscava instaurar áreas de influência e regimes a ela associados em sua fronteira com a Europa Ocidental. O então presidente estadunidense Franklin D. Roosevelt receava a definição de áreas sob o controle soviético, temendo que isso justificasse a permanência dos impérios coloniais franceses e britânicos, os quais buscava eliminar, facilitando a expansão do capital estadunidense. Por outro lado, os britânicos também firmaram acordos com os soviéticos, dividindo a Polônia, Romênia, Hungria, Iugoslávia e a Grécia.¹¹⁵ A ideia de uma partilha do mundo durante esse período incorre certo exagero, pois a União Soviética ficou com uma estreita faixa de países pobres da

¹¹³ JUDT, Tony. **Pós-guerra**: uma história da Europa desde 1945. Tradução José Roberto O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 117.

¹¹⁴ CHOMSKY, Noam. **Novas e velhas ordens mundiais**. Tradução Paulo Roberto Coutinho. São Paulo: Scritta, 1996. p. 48.

¹¹⁵ MUNHOZ, Sidnei. Op. Cit. 2004. p. 271.

Europa Oriental, enquanto todo o restante do planeta permanecia sob influência capitalista.¹¹⁶ Com a morte de Roosevelt em abril de 1945 e a posse de seu vice, Harry Truman os ânimos entre os Estados Unidos e União Soviética ficaram cada vez mais acirrados, com uma clara mudança da política externa estadunidense, com a troca de seis dos dez secretários de Estado do antigo presidente. Do lado soviético, as mudanças de rumo da política estadunidense foram vistas com ressalvas, causando a impressão de que os países ocidentais buscavam eliminar a área de influência da União Soviética, a qual ainda buscava uma solução diplomática durante o ano de 1946. Em março deste ano Churchill pronuncia seu famoso discurso, no qual afirmou a imposição de uma cortina de ferro a várias capitais europeias para conter o perigo soviético. No ano seguinte, em 12 de março de 1947 era anunciada a Doutrina Truman concedendo ajuda à Grécia e Turquia, mas também retirando comunistas do governo.¹¹⁷ No discurso, Truman defendia o auxílio dos Estados Unidos aos povos livres, que estariam sob uma ameaça totalitária, em clara alusão a União Soviética. Dessa forma, a falida Grã-Bretanha, sem condições de manter seus impérios coloniais, retirava-se da guerra civil grega, sendo substituída pelos Estados Unidos. Essa ajuda foi estendida também a Turquia, mesmo que essa não estivesse sob ameaça interna ou externa. Os britânicos deixavam assim a responsabilidade aos estadunidenses pela contenção do comunismo. Dessa forma era reforçada a noção de divisão do mundo e uma verdadeira cruzada contra o inimigo soviético e contra seus valores era iniciada, não somente na Europa, mas também em todo o Terceiro Mundo, que também acabou por se tornar alvo da Guerra Fria e dos interesses, tanto russos quanto estadunidenses. Poucos meses depois era lançado o Plano Marshall, que concedia empréstimos aos países europeus afetados pela guerra para que adquirissem produtos estadunidenses a juros baixos. Esse plano, mesmo com sua aparência de ajuda e benefícios, em certa medida abria as portas dessas economias aos investimentos estadunidenses, como parte do acordo, abandonando assim sua soberania, além de reforçar a noção da divisão do trabalho entre a Europa Ocidental industrializada e o leste agrário. Esse plano foi duramente rechaçado pela União Soviética e pelos partidos comunistas europeus. Porém, ainda se vivia um momento de luta contra os fascismos e da defesa dos valores democráticos, motivo pelo qual a implantação dessas medidas não seria fácil. Era necessário construir uma imagem negativa da União Soviética e do comunismo, criando assim mitos que se referiam a defesa do mundo livre contra a ameaça

¹¹⁶ VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Guerra Fria. In REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge, CELESTE, Zenha. **O Século XX**. Vol. 2 O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 2003. p. 199.

¹¹⁷ MUNHOZ, Sidnei. Op. Cit. 2004. p. 273.

soviética.¹¹⁸

Interessante notar que em várias esferas da sociedade se buscou apresentar o comunista como uma figura maléfica e portadora de características negativas. Uma delas foi a difusão de filmes de caráter anticomunista e com apoio do governo estadunidense. Para Alexandre Busko Valim,

Durante o período mais tenso da Guerra Fria, entre 1945 e fins da década de 1950, alguns estúdios estadunidenses diminuíram a produção de filmes considerados de ‘boa qualidade’ e de conteúdo social, olhados com suspeita por setores mais conservadores da sociedade. Dezenas de produções com propaganda anticomunista passaram a se disseminar no mercado, atendendo à sugestão ou mesmo imposição desses setores, e tinham os custos menores, incluindo-se no rol conhecido posteriormente como ‘filmes b’. Muitos filmes contribuíram para construir ou reforçar o estereótipo clássico do ‘comunista comedor de criancinhas’, e não apenas nos Estados Unidos, já que a produção de Hollywood era dominante nas telas do mundo.¹¹⁹

Para os Estados Unidos, o que de fato preocupava no início da Guerra Fria, era não tanto o poder militar russo, mas antes seu poder político e de que forma isso se espalhava pelo mundo ocidental, com o discurso de combate ao imperialismo. Por certo, um sentimento de paranoia começa a surgir no pensamento estadunidense, levando o Conselho Nacional de Segurança a elaborar o Memorando 68, de 1950, escrito por Paul Nitze e Dean Acheson. Neste documento, o mal absoluto (eles) seria contrastado com a perfeição absoluta (nós), afirmando que os russos buscavam eliminar o desafio da liberdade, criando um Estado escravo que subverteria e destruiria todas as estruturas da sociedade. Pode-se afirmar que esses conceitos deram o tom de todo esse período, colocando o mal sempre no outro, afirmando que as ações tomadas eram uma forma de “conter” esse outro, agindo sempre numa postura defensiva. Além de conter o outro, a Guerra Fria também serviu para conter dissidências internas em nome da defesa e da segurança nacional.¹²⁰

O ano de 1949 foi importante para definir algumas fronteiras decisivas e também pela criação da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e do CAME ou COMECON (Conselho de Assistência Mútua Econômica) criado pela União Soviética para atender os

¹¹⁸ VIZENTINI, Paulo Fagundes. Op. Cit. 2003. p. 201.

¹¹⁹ VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas: cinema e guerra fria no Brasil (1945-1954)**. Maringá: Eduem, 2010. p. 89. Valim afirma ainda que essa propaganda anticomunista cumpriu importante papel na “urdidura de uma trama que enredava ‘corações e mentes’ a serviço, mesmo que involuntário, de uma causa; por seu intermédio, as ideias, os valores e o próprio modo de ver as coisas e viver no mundo foram substantivados em consonância com os interesses dos blocos que se formaram no início daquele conflito de magnitude mundial.

¹²⁰ CHOMSKY, Noam. Op. Cit. 1996. p. 41

mercados socialistas. A OTAN, a seu turno, criada em abril em resposta ao conselho soviético, buscava intensificar a presença militar estadunidense no continente europeu e também como forma de conter o avanço socialista.¹²¹ Por outro lado, a criação da organização ocidental também foi motivada pelo temor de que surgisse uma terceira força neutralista, o que nas palavras de Acheson, seria um atalho ao suicídio. O medo de que Stalin pudesse tentar unificar a Alemanha causou receio dos governantes ocidentais, que buscavam ainda subordinar e manter sob controle o potencial político e econômico da Alemanha.¹²² Em setembro desse ano era criada a República Federal da Alemanha (RFA) com capital em Bonn e sob controle das potências ocidentais, Estados Unidos, França e Inglaterra, concentrando também as indústrias alemãs, estando sob a chefia do conservador e protegido dos Estados Unidos, Konrad Adnauer. No mês seguinte, como resposta, era criada a República Popular Democrática Alemã (RDA) sob influência da União Soviética e com capital em Berlim Oriental. Os dois novos países, bem como a cidade de Berlim e o muro que dividia a cidade, criado em 1961 pela RDA para controlar a fronteira ocidental, seriam o grande marco físico da Guerra Fria. Porém, esta se estendia para além desse muro, bem como das fronteiras dos territórios alemães.

A Guerra Fria ao mesmo tempo em que se configurava em um conflito não armado e não direto entre Estados Unidos e União Soviética, por outro lado se apresentava como uma disputa ideológica pela verdade, na qual ambos os modelos, soviético e estadunidense, estavam em oposição. Eram modelos que se opunham, mas ao mesmo tempo se reforçavam pela simples existência do outro e pelas características negativas que esse outro apresentava. A existência de um inimigo a ser combatido legitimou inúmeras práticas repressivas e que interferiram diretamente na vida de milhares de cidadãos. O discurso de combate a ameaça imperialista estadunidense reforçou o aparelho repressor stalinista, e da mesma forma nos Estados Unidos, o combate ao comunismo possibilitou inúmeras medidas repressivas contra a população durante o macarthismo. No início da década de cinquenta, a perseguição ideológica nos Estados Unidos foi muito grande, solapando os tão prestigiados valores democráticos ocidentais. Esse período se refere às ações do senador Joseph McCarthy, o qual empreendeu uma verdadeira perseguição a todos aqueles que se opunham à política estadunidense, censurando os meios de comunicação, expulsando docentes de universidades, arruinando ainda a vida de milhares de cidadãos, acusados de subversão. Dando grande sustentação ideológica, afirmando que os Estados Unidos poderiam ser atacados pela União Soviética, o House Un-American Activities Committee, criado

¹²¹ CHOMSKY, Noam. Op. Cit. 1996. p. 204.

¹²² Ibidem. p. 48.

em 1938, e com grande repercussão na década de cinquenta, deu impulso as mentes paranoicas, criando o medo na sociedade estadunidense. Nessa década, com base no Smith Act, “qualquer postura crítica às políticas governamentais eram qualificadas como subversivas e antiamericanas. Efetivamente, nesse período, houve uma fascistização da sociedade norte-americana, quando então o acusado era considerado culpado até que provasse ser inocente.”¹²³ Surge nessa época a noção de que o perigo não se encontrava apenas no estrangeiro, mas também dentro da própria sociedade estadunidense, a qual seria vítima da ramificação comunista. Em 1952 foram construídos campos de concentração nos Estados Unidos para abrigar comunistas e subversivos com a capacidade para receber aproximadamente 26.500 prisioneiros.¹²⁴ No ano de 1953 acusado de crime de traição contra o país, supostamente repassando informações sobre a bomba atômica aos soviéticos, o casal Julius e Ethel Rosenberg foi executado.

Outros eventos foram também muito significativos na Guerra Fria no final da década de quarenta e início da década de cinquenta e marcaram um deslocamento da tensão para outros continentes, em especial para o chamado Terceiro Mundo, além do desenvolvimento de novas armas de destruição em massa pelos dois blocos. Em 1949 ocorre a primeira explosão da bomba atômica soviética, colocando fim a hegemonia nuclear estadunidense e em outubro deste ano Mao-Tsé-Tung chegava ao poder na então criada República Popular da China. O país mais populoso do mundo tornava-se comunista, criando também uma alternativa e uma concorrência ao modelo soviético.

Após revoltas ocorridas na Coreia do Sul em 1948, originadas em oposição a ocupação estadunidense e com a ocupação e a implementação de um regime comunista na Coreia do Norte, as tensões na Ásia cresceram significativamente. Em resposta a um discurso do secretário estadunidense, Dean Acheson, que declarou a zona de defesa dos Estados Unidos entre o Alasca às Filipinas, passando pelo Japão e excluindo a Coreia do Sul e Formosa, o chefe militar Douglas MacArthur, que comandou a ocupação estadunidense no Pacífico durante a Segunda Guerra, conseguiu o envio de uma esquadra para o estreito de Formosa. Cabe ressaltar que o discurso de Acheson buscava uma aproximação com a China, evitando um alinhamento desta com Moscou. Por outro lado, o envio desta esquadra à Formosa, dava-se em consequência da visão da direita conservadora dos Estados Unidos que via um total fracasso na política de

¹²³ MUNHOZ, Sidnei. Op. Cit. 2004. p. 274.

¹²⁴ MUNHOZ, Sidnei. Op. Cit. 2004. Os campos foram construídos nas cidades de Allenwood, na Pensilvânia; El Reno, em Oklahoma; Florence e Wickensburg, no Arizona e Tule Lake, na Califórnia. Segundo Munhoz desconhece-se uma efetiva utilização para os fins a que foram propostos.

contenção dos democratas. A eminência de um conflito entre as duas Coreias era grande e em certa medida, interessava aos Estados Unidos, que poderiam entrar uma guerra de forma legítima. Isto aconteceu após a Coreia do Norte cruzar o paralelo 38, sendo condenada pela ONU, que enviou tropas, obrigando um recuo dos comunistas. Pouco tempo depois, essas tropas avançaram além do paralelo 38, extrapolando as decisões da ONU. Em resposta a esse avanço, a República Popular da China advertiu que não toleraria um ataque a Coreia do Norte e entrou na guerra, empurrando as tropas ocidentais para o sul. Após uma política de terra arrasada, na Operação Killer, os americanos foram obrigados a um cessar fogo depois de um certo equilíbrio atingido no paralelo 38.¹²⁵ Segundo Vizentini, Truman teve que destituir MacArthur, “por haver envolvido os EUA numa má guerra, num mau momento, contra um mau inimigo. (...) O presidente americano desejara um conflito limitado e só conseguira, a um custo quatro vezes maior, conservar os mesmos resultados já obtidos quando fora atingido o paralelo 38 em outubro.”¹²⁶ Dessa forma, o empate na Guerra da Coreia pode ser visto mais como uma derrota para os Estados Unidos e principalmente para a direita conservadora, obrigada a limitar seus planos militares e belicistas. Por outro lado, motivou uma preocupação anticomunista ainda maior, mostrando a necessidade de uma intervenção mais direta, conferindo legitimidade às ações unilaterais dos Estados Unidos.¹²⁷

A década de cinquenta foi marcada ainda pela morte de Stalin em 1953 e pelo processo de desestalinização, empreendido por Kruchev e também pela corrida espacial com o lançamento do satélite Sputnik pelos soviéticos, ultrapassando assim os Estados Unidos. Estes, por sua vez, expandiram seu padrão de consumo, acessível à grande parcela da população, prestigiando assim o modelo capitalista e consumindo bens que movimentavam a economia estadunidense. Tinha início o *american way of life* (estilo de vida americano), baseado no consumo de roupas de marcas famosas, carros, utensílios domésticos, aparelhos eletrônicos. Deve se ressaltar que o incentivo a esse estilo de vida e a facilidade na aquisição desses produtos, baseados na política econômica keynesiana visava fazer frente e desestabilizar a propaganda socialista. Com uma população em condições de adquirir produtos e inebriada pelos recentes avanços tecnológicos e com o pleno desenvolvimento da televisão e do cinema, com políticas públicas como aposentadoria, seguro-desemprego, investimentos em saúde e

¹²⁵ VIZENTINI, Paulo Fagundes. Op. Cit. 2003. p. 206.

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ FICO, Carlos. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 22

educação, o discurso socialista seria mais enfraquecido no mundo ocidental.

Buscando expandir seus domínios e baseando seus discursos em uma política de proteção do continente, remetendo a Doutrina Monroe do século XIX, os Estados Unidos lançaram-se também para a América Latina, reforçando o discurso da Guerra Fria para manterem e defenderem seus investimentos em terras estrangeiras. Para isso, fizeram uso de sua polícia e de seus órgãos de segurança, como a CIA (Agência Central de Inteligência) criada em 1947 pelo presidente Truman, bem como treinaram exércitos e polícias no mundo inteiro com o intuito de salvaguardar os interesses capitalistas estadunidenses. De um lado os interesses capitalistas e financeiros dos Estados Unidos. De outro uma propaganda ideológica que buscava reforçar o medo e a paranoia em todo o Ocidente, fazendo crer nas mentes mais temerosas que o perigo comunista estava próximo. Esta propaganda foi realizada através do cinema, da literatura, de histórias em quadrinho e desenhos, produzidos por grandes empresas estadunidenses. Dessa forma, a Guerra Fria não deve ser entendida apenas por um aspecto, mas antes de tudo como uma série de fatores e lógicas, que se entrecruzaram e se complementaram, dando o tom do conturbado século XX. Por certo um tom violento e muitas vezes assustador, mostrando a capacidade humana para produzir a destruição.

1.1. Um olhar para a América Latina e a defesa do continente

Os Estados Unidos durante todo o século XX, inclusive depois do término da Guerra Fria, mantiveram uma política intervencionista em todo o mundo, especialmente no chamado Terceiro Mundo¹²⁸, com o discurso de proteger e auxiliar esses países contra a interferência comunista, bem como, atualmente, do terrorismo e do narcotráfico. Por outro lado, entende-se que essa interferência não se caracterizava por uma missão humanitária, nem tampouco visava

¹²⁸ Hannah Arendt afirma que o conceito *Terceiro Mundo* não é uma realidade, mas uma ideologia. ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 2ª ed. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 38. Segundo sua teoria, os jovens também decepcionados com a política dos dois blocos foram buscar uma terceira via em países como China e Cuba e seus líderes foram invocados praticamente com preces pseudo-religiosas como “salvadores vindos de outro mundo.” Por certo, concordamos com a noção de que o Terceiro Mundo não pode ser visto como uma realidade, mas antes como um conceito elaborado exatamente para reforçar as noções levantadas durante a Guerra Fria, bem como para reforçar o predomínio de países inseridos no que ficou conhecido como Primeiro Mundo. Por outro lado, o conceito “Terceiro Mundo” era uma realidade para muitos jovens e intelectuais, como na produção da revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, publicação idealizada na Argentina em 1974 por Neiva Moreira, brasileiro que estava exilado naquele país, o argentino Pablo Piacentini e a uruguaia Beatriz Bissio. A partir de 1976, por conta da instauração da ditadura, a publicação passou a ser produzida no México e em 1980 no Brasil. Sendo editada em três idiomas – português, inglês e espanhol – *Cadernos do Terceiro Mundo* trazia temas não contemplados pela mídia tradicional.

a elevação das condições de vida da população desses países. O interesse primeiro sempre foi a manutenção dos negócios e empresas estadunidenses, as quais expandiram-se pela América Latina fonte de uma grande variedade de matérias-primas e de um mercado consumidor em potencial, haja vista a pouca industrialização. Os Estados Unidos expandiram seu controle sobre os países que, em certa medida, contribuíam para o seu enriquecimento e de suas empresas. Para isso era necessário criar e aprimorar formas de controle, sejam elas indiretas, com empréstimos e acordos políticos, seja um controle mais direto, treinando polícias e exércitos desses países, enviando armamentos e equipamentos, repassando técnicas avançadas de intimidação, incluindo ainda tortura e espionagem, chegando ao envio de soldados para o combate de movimentos subversivos. Porém, esta intervenção na grande maioria dos locais onde ocorreu, nem sempre foi vista com bons olhos pela população, sendo inclusive motivo de investigação pelo Congresso dos Estados Unidos. Intervindo na América Latina, África e Ásia os Estados Unidos visando implantar o “império da lei”, criando o que Hannah Arendt afirmou ser uma “correia de transmissão”¹²⁹, fazendo da polícia externa de um país, ser de interesse interno de outro. Assim, os Estados Unidos, segundo Martha Huggins, treinaram polícias estrangeiras, podendo “instalar infraestruturas de informação e de controle social de outro tipo para a proteção e o fortalecimento de sua posição frente ao país beneficiário, e maximizar sua posição dentro do sistema internacional mundial.”¹³⁰ Na corrida da Guerra Fria, era fundamental garantir o controle não somente da Europa, mas também estender seus braços sobre o mundo inteiro, colocando países mais pobres e menos desenvolvimento sob a tutela estadunidense, forçando-os a se curvarem aos interesses de Washington e adotarem medidas que restringiam as liberdades individuais da população. Por outro lado, também inseriram esses países no paranoico combate ao “inimigo vermelho”, seja ele vindo do leste ou mesmo interno, contrariando os interesses nacionais. Os Estados Unidos conseguiram dessa forma, justificar sua interferência nesses países, em nome da manutenção da ordem e dos valores democráticos e também do combate ao comunismo. Cabe destacar aqui os golpes patrocinados pelos Estados Unidos na América Latina que seguiram esse caminho, como Brasil, Argentina, Uruguai, Panamá, Chile, Peru, Equador, El Salvador e Bolívia.

Nas primeiras décadas do século XX, os Estados Unidos concederam destaque a

¹²⁹ ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹³⁰ HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Cortez, 1998. p. 5.

América Latina auxiliando na criação de novas forças policiais nesses países, visando garantir o controle interno nesses locais. Após a década de trinta, buscaram, juntamente com ditadores colocados no poder com consentimento estadunidense, integrar exército e polícia, visando conter protestos políticos e os movimentos oposicionistas. Num terceiro momento, mais recente, optaram por uma intervenção mais secreta, principalmente com o apoio a ditaduras militares e polícias menos burocratizadas.¹³¹

Esta intervenção estadunidense, motivada pelo discurso de defesa do continente, encontrou também alguma resistência durante o século XX, não sendo uma unanimidade na América Latina, motivando governantes não alinhados com sua política, os quais buscavam uma maior autonomia, ou também, como no caso cubano, um alinhamento à União Soviética. Essas intervenções também encontraram uma estrutura burocratizada dentro de muitos países e, em alguns casos, se restringiram apenas a acordos militares e bélicos. Podemos afirmar que a partir da década de cinquenta, com especial destaque após a Revolução Cubana, as atenções para a América Latina e a visão sobre a necessidade de uma intervenção ficaram mais intensas.

Nesse sentido, toda a ação policial é política, pois representa por um lado o serviço a um poder organizado, como, por outro lado, tornando-se uma extensão de um Estado, entendido como neutro. Caracterizado como neutro e a serviço do Estado, essa polícia preza pela manutenção da ordem, utilizando para isso a força ou a ameaça da força, para coibir e conter indivíduos acusados de atentar contra a ordem social, política e econômica de um Estado. Entende-se que a polícia trabalha então a serviço da classe dominante. Segundo Huggins, “o papel da polícia – qualquer polícia – é impedir, coibir ou controlar conflitos que representem ameaça ao regime, a fim de criar e manter o monopólio do uso da força coercitiva por parte de um Estado estruturado em base de classe.”¹³²

Não se pode perder de vista o aspecto ideológico desta interferência estadunidense, colocando o foco apenas a um interesse propriamente econômico e de classe. A ação de profissionalizar as polícias estrangeiras visava garantir a ordem nos países que interessavam economicamente aos Estados Unidos, mas também combater o comunismo, em defesa dos valores ocidentais. Por outro lado, também criaram programas de apoio e desenvolvimento econômico, podendo, desta forma, controlar a polícia e outros sistemas de segurança destes países. Através da ideologia de segurança nacional, a qual se espalhará pela América Latina, os

¹³¹ HUGGINS, Martha. Op. Cit., 1998. p. XII.

¹³² Ibidem. p. 11.

Estados Unidos conseguiram internacionalizar e centralizar a segurança interna latino-americana, difundindo seus métodos de segurança para neutralizar ameaças subversivas, bem como técnicas de torturas e espionagem.¹³³

O Brasil sofreu diretamente com a interferência estadunidense, porém, não podendo afirmar-se que os Estados Unidos conseguiram controlar o país ou mesmo que não enfrentaram resistência por parte dos governantes brasileiros. Em 1935, após a Intentona Comunista, a polícia brasileira já contava com o apoio, mesmo que discreto, do governo estadunidense. Foi durante a Segunda Guerra que este apoio acabou se consolidando com maior força. Em 1940, buscando impedir uma presença alemã no continente, o FBI (*Federal Bureau Investigation*) passou a exercer o controle das atividades de inteligência no mundo ocidental, através do recém criado Serviço Especial de Inteligência (*Special Intelligence Service* – SIS). Esse novo serviço passou a se infiltrar nas polícias latino-americanas, concedendo treinamento a chefes de polícia, levando-os a Academia do FBI, em Washington. Estar no FBI, por certo, concedia grande prestígio a esses homens, que conseguiam um maior respeito de seus subordinados, tendo maior acesso a informações privilegiadas, as quais seriam prontamente repassadas aos novos colegas estadunidenses. Após a Segunda Guerra, as atenções se voltam novamente para os perigos do comunismo, causando temor que alguns governantes não se dedicassem propriamente ao combate desta nova doutrina, como foi o caso de Getúlio Vargas, em seu segundo governo, visto pelos Estados Unidos como muito mais preocupado em centralizar uma polícia que fortalecesse o seu poder do que propriamente um combate mais ostensivo ao comunismo. A intervenção dos estadunidenses não se restringia à polícia, mas também a entidades de classe, como o Serviço Social da Indústria (SESI), o qual patrocinou panfletos anticomunistas, contando com o apoio da embaixada dos Estados Unidos.¹³⁴

Durante o segundo mandato de Truman (1949-1953) surgiu o Programa do Ponto Quatro, tornado lei em 1951, o qual buscava uma união entre a ideologia da contenção do comunismo com desenvolvimento econômico. Este programa era destinado à Ásia, América Latina e Oriente Médio, com o discurso de que uma intervenção não-militar e de ajuda econômica impediria o avanço da subversão. Por outro lado, esse plano autorizava uma cooperação bilateral, na qual entrava treinamento, consultoria e equipamentos.¹³⁵ Porém, esse plano não teve grande desenvolvimento, pois o Departamento de Estado estadunidense relutava,

¹³³ HUGGINS, Martha. Op. Cit., 1998. p. 27

¹³⁴ Ibidem. p. 78

¹³⁵ Ibidem. p. 88.

muitas vezes, em colocar seus recursos nesse projeto. Com a chegada de Eisenhower em 1953 surge a promessa de um novo estilo de governar, bem como um novo modelo de proteção ao continente e do combate ao comunismo. Neste novo molde, as Forças Armadas dos Estados Unidos seriam apenas uma das formas de conter a subversão, colocando também as polícias do Terceiro Mundo na defesa do continente. Essa ideia surge, em parte, da solução da polícia japonesa, treinada pelos Estados Unidos, no controle aos motins de 1952. Nessa operação, pela primeira vez foi utilizado gás lacrimogêneo, demonstrando que a polícia era essencial na defesa interna. Com o medo de que conflitos e rebeliões, como da Grécia e Indochina, se repetissem, era importante conter o problema antes que ele ficasse fora de controle. Tornava-se importante transformar as polícias estrangeiras para que elas controlassem possíveis movimentos insurrecionais. Esse modelo questionava a atenção dada anteriormente às polícias internacionais, o que era feito após o estrago já ter se propagado. Dessa forma a polícia conteria o comunismo antes que ele ficasse forte demais.

Durante a década de cinquenta, o governo dos Estados Unidos buscava treinar aproximadamente 1.500 policiais de cinquenta países, colocando universidades estadunidenses para auxiliar nessa tarefa. Nesses treinamentos, feitos com uma aparência apolítica, pois eram feitos por universidades e pela Administração de Cooperação Internacional (*International Cooperation Administration* – ICA), a CIA ficava oculta, colocando sua empresa de fachada, a Serviços de Polícia Internacional (*International Police Services, Inc.* – INPOLSE), a qual era uma empresa de consultores de polícia civil. Através da INPOLSE, a CIA dava treinamento à polícias estrangeiras, colocando seus homens como agentes dessa operação. Existia um interesse especial da CIA pelas polícias políticas dos países, como no Brasil o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), as quais poderiam oferecer informações privilegiadas sobre a atuação de comunistas.¹³⁶

Além dessa polícia política, começa a surgir nesse período os grupos que operavam fora da estrutura formal, os chamados “esquadrões” que reuniam os melhores homens da polícia. No Rio de Janeiro, sob o comando de Amaury Kruel, o qual visitou os Estados Unidos em 1958 para conhecer as operações especiais desse país, surge o “Esquadrão Motorizado”. Torna-se interessante que após essa visita surge no Brasil uma legislação coordenando a ação policial entre todos os estados. No ano seguinte o governo estadunidense afirmou que era o momento de auxiliar a polícia brasileira na contenção do comunismo e movimentos nacionalistas extremados, através de um programa de segurança pública. O esquadrão montado por Kruel,

¹³⁶ HUGGINS, Martha. Op. Cit. 1998. p. 105.

era constituído de membros do Serviço de Diligência Especial, o qual fazia parte do Esquadrão Motorizado. Durante sua atuação, pessoas acusadas de crime, eram mortas e mensagens como “eu era um ladrão” “eu vendia drogas” eram assinadas com a sigla E.M. Essas iniciais se referiam ao Esquadrão Motorizado, mas também podem ser entendidas como Esquadrão da Morte.¹³⁷ A utilização de esquadrões fora da estrutura oficial seria uma constante na ditadura civil-militar brasileira, os quais matavam e eliminavam o inimigo, retirando do Estado a responsabilidade pelos crimes.

Preocupados com a transformação de Cuba em um regime socialista em 1961, os Estados Unidos intensificaram sua política intervencionista na América Latina. Como reflexo do sucesso de Fidel Castro com a tática de guerrilha, surge ainda no governo Eisenhower a ideia de que era importante tornar as forças armadas menores e mais ágeis, principalmente para combater focos guerrilheiros. O medo de que novas “cubas” pudessem surgir no continente tornou possível que investimentos de maior alcance chegassem aos países latino-americanos.

Carlos Fico afirma que até então os investimentos americanos não passavam de acordos militares, que auxiliavam os Estados Unidos a cultivarem relações diplomáticas com outros países do continente. Para Fico, “sempre foi flagrante que ‘fornecer tanques a Honduras ou ao Equador provavelmente não impediria que a União Soviética lançasse um ataque nuclear. Tanto o presidente republicano, Dwight D. Eisenhower (...) quanto o futuro presidente pelo Partido Democrático, Jonh F. Kennedy, concordavam, nos anos 1950, que o programa, em termos militares, não tinha grande importância.”¹³⁸ Essa mudança de olhares para com a América Latina levaria ao treinamento de unidades militares nos Estados Unidos ou na Escola das Américas, no Canal do Panamá.

A ideia presente de que o comunismo penetraria com mais facilidade em países mais pobres, seria, nas palavras do Secretário de Defesa entre 1961 e 1968, Robert McNamara a semente da revolução violenta, fazendo do crescimento econômico da região uma necessidade a segurança do continente. Dessa forma, acordos miliares e uma doutrina militar, bem como um plano de ajuda, materializada na Aliança para o Progresso eram essenciais. Esse plano, iniciado com Kennedy em 1961 foi coordenado pela Agência para o Desenvolvimento Internacional (*U.S. Agency for International Development* – USAID) mas acabou não trazendo investimentos de grande porte, se restringindo a obras desnecessárias, como chafarizes em praças de cidades

¹³⁷ HUGGINS, Martha. Op. Cit. 1998. pp. 113-115.

¹³⁸ FICO, Carlos. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 22.

nordestinas. Por outro lado, buscou-se aparelhar as polícias civis, objetivando principalmente conter movimentos sociais, como, por exemplo, o das Ligas Camponesas. Os recursos da Aliança para o Progresso tiveram mais impacto após o golpe de 1964 e com a chegada dos militares ao poder.¹³⁹

O início da década de sessenta marcou profundamente o Brasil, bem como a América Latina. O surgimento de movimentos populares e de governos com características mais nacionalistas, como foi o caso do governo João Goulart, preocupou os Estados Unidos, que criticavam o anticomunismo brasileiro, visto pelos estadunidenses como muito tolerante, aliados a uma falta de sistematicidade do combate ao comunismo no Brasil.¹⁴⁰ Após a morte de Kennedy, Lyndon B. Johnson assumiu a presidência dos Estados Unidos e acabou por mudar a política externa estadunidense. Colocando Thomas Mann como responsável pela Aliança para o Progresso, secretário para Assuntos Interamericanos e assistente especial do presidente para América Latina, Johnson foi acusado de apoiar regimes ditatoriais e não questionar a natureza dos governos latino-americanos, desde que combatessem o comunismo, o que ficou conhecido como “Doutrina Mann”.¹⁴¹ Permeado pelo anticomunismo concedeu apoio militar e teórico aos órgãos de informações e repressão desses países, além de cooptar ex-simpatizantes do marxismo, intelectuais e artistas em defesa dos valores “democráticos” e ocidentais, através do Congresso pela Liberdade Cultural, administrado pela Agência Central de Inteligência (CIA), órgão de espionagem do governo dos Estados Unidos.¹⁴²

A preocupação estadunidense adquiriu uma forma mais concreta em 1963 quando o embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, já preparava um plano de contingência para cenários possíveis na política brasileira.¹⁴³ Composto de quatro cenários o Plano de Contigência 2-61 (*A contingency plan for Brazil*), encontrado pelo historiador Carlos Fico em 2004, foi elaborado em dezembro de 1963 e encaminhado ao conselheiro de segurança nacional do presidente

¹³⁹ FICO, Carlos. Op. Cit. 2008. pp. 28-29.

¹⁴⁰ RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 99. Sobre o apoio a entidades de classe e grupos ver DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro, 1981.

¹⁴¹ FICO, Carlos. Op. Cit. 2008. pp. 34-35.

¹⁴² Sobre a cooptação de teóricos e artistas em prol da causa anticomunista ver SAUNDERS, Frances Stonor. **Quem pagou a conta?** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2008.

¹⁴³ Esses planos são elaborados criando hipóteses de cenários possíveis e também soluções, antecipando ações militares.

Johnson, McGeorge Bundy. Em janeiro haveria uma reunião com Thomas Mann e Ralph Dungan para discutir o plano.¹⁴⁴ Segundo Fico,

[...] O primeiro considerava a possibilidade de uma 'revolta de extrema esquerda contra o regime de Goulart', com o apoio de um reduzido segmento das Forças Armadas. O segundo (e desejado) supunha a possibilidade de uma 'resistência organizada, aberta, de forças democráticas de bom tamanho, com considerável apoio militar, contra uma tentativa de Goulart de obter poder autoritário', identificada por um gesto como a intervenção em um estado, o fechamento do Congresso ou qualquer outra ação indiscutivelmente antidemocrática ou inconstitucional. A terceira hipótese supunha um golpe militar que implantasse uma liderança nacional 'mais efetiva', motivado por um descontentamento acumulado com o 'caos' econômico e político, não por um episódio específico. Finalmente, o quarto cenário descrevia a possibilidade de uma tomada gradual do poder por 'ultranacionalistas de extrema esquerda', com ou sem participação de Goulart, acompanhada de uma 'neutralização ou fracionamento' das Forças Armadas.¹⁴⁵

As ações a serem tomadas se detinham especificamente no segundo e terceiro ponto. Essas ações foram executadas pelos golpistas, apontando que esses também conheciam o plano de contingência. O plano apontava como solução para o segundo caso, a necessidade criar um governo provisório com as forças democráticas, tornando possível o reconhecimento pelos Estados Unidos. Para isso era fundamental que essas forças controlassem uma parte importante do território, legitimando a intervenção e o posterior reconhecimento externo. Dois dias antes do golpe em 1964 foi nomeado para o cargo de secretário estadual do governo de Minas Gerais, Afonso Arinos de Melo Franco, o qual havia sido ministro das Relações Exteriores de Jânio Quadros e também de Brochado da Rocha, sob o governo de João Goulart, ainda no regime parlamentarista, em 1963.¹⁴⁶ Essa nomeação buscava criar condições para o reconhecimento do novo governo que se esperava atingir com o golpe militar. Para garantir que essa intervenção tivesse êxito, o plano previa o envio de suprimentos, combustíveis e apoio logístico aos rebeldes, o que se materializou na expedição Brother Sam com navios estadunidenses a costa brasileira.

Por outro lado, não se pode responsabilizar inteiramente os Estados Unidos pelo golpe em 1964, como se este tivesse ocorrido apenas pelos interesses deste país, excluindo assim, as particularidades nacionais. O golpe militar de 1964 foi motivado por uma série de fatores e também se insere na perspectiva da Guerra Fria. Não se pode descartar os interesses de atores

¹⁴⁴ FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In FICO, Carlos et al. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

¹⁴⁵ FICO, Carlos. Op. Cit. 2008. pp. 69-70

¹⁴⁶ Ibidem. p. 71.

nacionais, os quais movidos por um grande sentimento de anticomunismo acreditavam que a solução para o país era retirar João Goulart da presidência.

1.2. O golpe de 1964 e os militares no poder

A posse de João Goulart, acusado de ser herdeiro político do getulismo e do populismo¹⁴⁷, em 1961, trouxe grande temor aos setores conservadores da política brasileira. Concedendo apoio e espaço de participação aos setores populares e prometendo as *Reformas de Base*, Goulart conseguiu reunir contra si vários setores da sociedade brasileira, como empresários, igreja e a alta oficialidade militar. O receio de que o presidente desse uma guinada a esquerda e transformasse o país em uma república sindicalista, ou mesmo comunista, possibilitou o golpe em 1964.

Juan Linz, ao estudar regimes autoritários, afirma que esses setores “concordaram que as demandas dos setores populares eram excessivas tanto na participação no poder como em termos de consumo, e aquela acumulação de capital seria impossível se não fosse controlada.”¹⁴⁸ O golpe militar foi então perpetrado para conter a subversão e a desordem em que o país estaria entrando. Esta intervenção dos militares, em parceria com a burguesia nacional, visava aumentar a produtividade industrial, a qual se efetivaria através da incorporação de novas tecnologias, buscando então modernizar o parque produtivo nacional, possibilitando assim, uma concorrência em pé de igualdade com as indústrias estrangeiras.¹⁴⁹ Juan Linz define o caso brasileiro como um sistema autoritário burocrático militar, o qual objetivaria a:

[...] exclusão de setores populares ativos, especialmente as classes trabalhadoras urbanas, com base na coalização entre o novo tipo de elite militar, incumbido das funções tecnocráticas em setores públicos e privado, nos setores mais dinâmicos e eficientes, com o apoio da camada social ameaçada pela mobilização. (...) As funções tecnocratas no exército, a burocracia, compartilham um ponto de vista comum quanto às necessidades para um desenvolvimento, especialmente a necessidade de excluir e desativar o setor popular, e tem ligações internacionais com elites semelhantes em

¹⁴⁷ Importante ressaltar que o termo populismo foi utilizado para definir realidades diferentes em períodos históricos distintos. Cf. CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

¹⁴⁸ LINZ, Juan. Regimes autoritários burocráticos-militares. In PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O Estado Autoritário e os movimentos populares**. São Paulo: Paz e Terra, 1980. p. 164.

¹⁴⁹ MENDES, Ricardo Antônio Souza. Direitas, desenvolvimentismo e o movimento de 1964. In MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006. p. 114.

sociedades industriais avançadas. [...] Sua emergente coalização golpista terá como objetivo remodelar o contexto social por meios previstos como mais favoráveis para a aplicação da especialidade tecnocrata e para a expansão da influência dos setores sociais que nele penetram mais densamente, como resultado da modernização.¹⁵⁰

Ao lado de um projeto de modernização, os militares foram também influenciados por um forte sentimento anticomunista. Ao tomarem o poder passaram a perseguir e reprimir pessoas ligadas ao governo anterior e identificadas com o comunismo. Nesse sentido, o Serviço Nacional de Informações ajudou no combate a subversão, produzindo uma infinidade de informações aos órgãos repressivos.

Após o golpe, em 15 de abril de 1964 Castelo Branco era empossado presidente da República, eleito por um Congresso já com inúmeros deputados cassados pelo Ato Institucional número 1.

Cabe ressaltar que os militares não formavam um bloco monolítico, com uma única forma de entender o país, seus problemas, bem como as soluções para que o Brasil avançasse rumo ao desenvolvimento, deixando de ser um país do chamado terceiro mundo. O grande objetivo dos militares, por certo, girava em torno do desenvolvimentismo e da modernização da indústria bélica. Neste sentido, podem ser observados dois grupos. O primeiro apresentava características de um desenvolvimento com predominância de traços nacionais e estaria mais ligado ao que ficou conhecido como linha-dura. O segundo grupo, por outro lado, objetivava um desenvolvimento com uma presença maior do capital estrangeiro, estando associado ao grupo denominado como moderados, ou grupo da *Sorbonne*.¹⁵¹ Porém, não podemos apenas afirmar que a ditadura civil-militar brasileira configurou-se numa alternância entre duros e moderados, em apenas dois grupos que se opunham entre si. Castelo Branco, primeiro presidente desta ditadura e associado ao grupo moderado, foi o criador do SNI, eliminou o pluripartidarismo e as eleições diretas para governadores, presidente e para prefeitos de capitais, assinou a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa e a Constituição de 1967.

Uma simples oposição entre duros e moderados deve ser questionada, demonstrando a existência de outros grupos, que também foram importantes dentro deste processo. Optamos por uma análise que demonstre fases diferentes desta ditadura, na qual existiram momentos de maior radicalização, com o aumento da violência e da repressão, bem como da espionagem e do aparelhamento dos órgãos de informação, e, por outro lado, momentos no qual esse regime

¹⁵⁰ LINZ, Juan. Op. Cit. 1980. p. 159.

¹⁵¹ MENDES, Ricardo Antônio Souza. Op. Cit. 2006. p. 116.

teve suas aberturas. Adriano Codato afirma que “o regime ditatorial militar no Brasil esteve marcada, como se sabe, por ciclos de ‘repressão’ – intensificação do autoritarismo – e ciclos de ‘liberalização’ – atenuação das restrições sobre a atividade civil. Essa história (...) torna evidente o caráter não-linear da política nacional entre 1964 e 1985.”¹⁵² Uma questão levantada por Codato é exatamente a transformação de um regime autoritário no pós-64 em regime ditatorial-militar no pós-68. Para o autor existem alguns fatores que contribuíram, e que norteiam sua análise: a) não existiria um projeto político das Forças Armadas, mas antes o que ocorreu foi um autoritarismo de crise; b) houve uma militarização do sistema político e as Forças Armadas passaram a controlar a vida política do país; c) houve também um processo, simultâneo ao anterior, de centralização do poder decisório no executivo federal; d) os dois processos anteriores tiveram seu ponto culminante entre 1969-1979, mas não podem ser explicados sem os graves conflitos políticos e sociais que incorreram no ano de 1968.¹⁵³ Ainda nessa linha interpretativa, o argumento *duros e moderados* merece ser questionada. Codato demonstra que a ditadura civil-militar foi marcada por períodos de liberalização e radicalização e que esses ocorreram não necessariamente obedecendo aos governos que, historicamente, foram denominados duros ou moderados. Antes, tais mudanças estão relacionadas a fatores do campo político e obedecem a determinações conjunturais.

João Roberto Martins Filho também critica uma versão dualista, apontando antes, a existência de quatro correntes dentro da ditadura civil-militar brasileira entre os anos de 1964 à 1969. Castelistas e palacianos de um lado, e duros e albuquerqueístas de outro. Para o autor, os castelistas, identificados com o pensamento da Escola Superior de Guerra (ESG) e com uma perspectiva de associação com o capital internacional, acabaram ficando marginalizados no governo de Costa e Silva, sendo considerados suspeitos e colocados em cargos menos expressivos, com exceção de Orlando Geisel, nomeado para a chefia do Estado-Maior do Exército. Outro grupo, identificado como “linha dura” acabou por se chocar com as figuras mais centrais do governo. Os duros representavam o setor mais radical no que se refere ao combate a subversão e acabaram também por serem marginalizados das decisões, em partes pelo posicionamento ambíguo de seu principal ideólogo, Carlos Lacerda. Esse grupo tinha como principais nomes os coronéis Boaventura e Ruy Castro e tinha dificuldades de relações com a hierarquia militar. A aproximação de Lacerda com a Frente Ampla, movimento criado

¹⁵² CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 64 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. In **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 40. Editora UFPR: 2004. p. 14.

¹⁵³ Ibidem. p. 15.

em associação com João Goulart e Juscelino Kubitschek, colocou esses militares em grande desorientação. O terceiro grupo militar é identificado com o ministro do interior, Affonso de Albuquerque Lima, sendo denominados de “albuquerqueístas”. Esse grupo possuía um nacionalismo mais elaborado e articulado do que os duros e apoiava a candidatura de Albuquerque à sucessão presidencial após Costa e Silva, passando a ter grande apoio na jovem oficialidade e também na Marinha de Guerra. Albuquerque sempre se apresentou como porta-voz do neo-nacionalismo castrense e buscando o desenvolvimento de regiões mais críticas, como o Nordeste e a Amazônia. Por fim, o autor apresenta o grupo dos palacianos, os quais possuíam cargos de comando dentro do governo e da hierarquia militar. O chefe do gabinete militar Jayme Portella, o coronel Mario Andreazza, ministro dos Transportes e o general Garrastazu Médici podem ser identificados e próximos a esse grupo. Esse grupo acabou por se chocar com os outros, buscando impedir um avanço dos coronéis e também articulando e reorganizando o Conselho de Segurança Nacional, colocando Portella como homem forte do governo.¹⁵⁴

É importante salientar que mesmo com uma grande desunião dentro do meio castrense, e não podendo afirmar que o período ditatorial se dividiu apenas entre duros e moderados, trazendo à tona a existência de outros dois grupos, cabe lembrar que os militares possuíam um grande censo de união frente a crises políticas, as quais poderiam ameaçar diretamente o comando dos militares. Para Martins Filho,

[...] havia mais lógica nas crises militares do que em geral se supõe, embora a dinâmica do regime não possa ser entendida apenas em termos de um conflito entre duros e moderados. Nesse quadro, ao invés da 'anarquia' [...], o regime parece ter-se caracterizado mais pela capacidade efetiva de reagir a ela, impondo as regras da hierarquia. [...] O quadro caótico da ditadura aparece assim como dotado de uma certa lógica. A ditadura militar, certamente, apresentou um quadro de desunião muito mais complexo do que em geral se admite. Mas ao mesmo tempo, durante todos os seus 21 anos, sua dinâmica foi marcada por profunda unidade institucional. A nosso ver, essa 'unidade na desunião' explica melhor o caráter do regime militar brasileiro que as ideias agora em voga.¹⁵⁵

A simples permanência de uma dualidade entre duros e moderados, esconde que muitos destes últimos, também participaram de momentos de maior radicalização e fechamento do regime, apoiando as medidas de “higiene” no combate ao comunismo. Esconde também, que

¹⁵⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos: EDUFSCar, 1995. pp. 115-121.

¹⁵⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. A ditadura revistada: unidade ou desunião. In REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 138.

em determinados momentos, presidentes identificados pela historiografia como “duros”, no caso Costa e Silva e Médici, acabaram tendo que enfrentar o próprio Exército e militares mais exaltados, que exigiam cada vez mais medidas repressivas.

Após assumir o poder, criar novos órgãos e fazer uma verdadeira operação limpeza na vida política brasileira, com cassações dos direitos políticos de inúmeros cidadãos, os militares prometeram devolver o poder aos civis, assim que a situação no país estivesse normalizada e a subversão fosse eliminada. Com eleições presidenciais marcadas para 1965, o presidente Castelo Branco resolve prorrogar seu mandato até 1967, com eleições previstas para outubro de 1966. As eleições para governadores de 11 estados, porém, foi mantida. A derrota em dois importantes estados, Minas Gerais e Guanabara, fez com que o governo baixasse o Ato Institucional número 2 (AI-2), extinguindo os partidos políticos. Este ato conferiu ainda à Justiça Militar o direito de julgar crimes cometidos contra a segurança nacional e deu ao presidente da República o direito de cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos até 15 de março de 1967. O Ato Institucional número 3 (AI-3) tornou as eleições para governadores indiretas, sendo esses eleitos pelas assembleias estaduais. Pouco antes de deixar o poder em 1967 e repassá-lo a Costa e Silva, eleito no ano anterior, Castelo Branco promulga a nova Constituição, sanciona a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, além de regulamentar a criação de representações do SNI em todos os ministérios. Costa e Silva assume em março de 1967 com um poder muito maior, tendo em mãos um amplo leque de medidas que enquadrariam milhares de pessoas nos crimes contra a segurança nacional. O cerco porém, não estava completo.

Somos da opinião de que golpe de 1964 não deve ser analisado por uma única motivação, mas pelo encontro de diversos setores preocupados com os rumos do país. Nesse sentido, os militares sentiram-se atacados quando João Goulart deu apoio a cabos e sargentos, demonstrando para a caserna a possibilidade de quebra na hierarquia militar. A igreja, que historicamente participou da vida política brasileira, preocupava-se com o avanço do comunismo ateu, que, a exemplo de outros países, perseguiria religiosos e fecharia igrejas. E por fim, a burguesia brasileira associada ao capital internacional, sentia-se ameaçada com as constantes reformas de base propostas pelo presidente que limitavam a remessa de lucros, além da possibilidade da reforma agrária, ferindo assim o direito da propriedade privada. Mesmo com interesses díspares, esses setores uniram-se em torno do combate ao comunismo e da subversão e lançaram-se numa ferrenha campanha de defesa da ordem e dos bons costumes. O regime implementado por esses militares, com apoio de setores civis, pode ser entendido como não-democrático e não-totalitário, mas sim como autoritário, com um pluralismo político

limitado. O cientista político Juan Linz, ao buscar na década de setenta uma tipologia dos sistemas políticos autoritários, define o caso brasileiro como “autoritário burocrático-militar” afirmando que esse caracteriza-se por:

[...] uma coalizão, na qual oficiais das Forças Armadas e burocratas ocupam uma posição predominante, mas não detém poder exclusivo, estabelece o controle do governo excluindo ou incluindo outros grupos sem se comprometer com uma ideologia específica, agindo pragmaticamente dentro dos limites de sua mentalidade burocrática e sem criar ou permitir que um único partido de massa desempenhasse um papel dominante, são o mais frequente subtipo.¹⁵⁶

A análise de Linz deve ser analisada com alguma ressalva, pois afirma que os militares e os civis não estariam comprometidos com uma ideologia específica e sim com uma mentalidade autoritária. Lamounier lembra que mentalidade e ideologia não são tão diferentes. Para o autor:

[...] o contraste ideologia/mentalidade dificilmente se ajusta à análise dos regimes autoritários. O polo ‘ideologia’ escapa inteiramente à escala do problema, pois supõe uma dinâmica de atividade e comunicação políticas de outro tipo. Isto porém não torna *ipso facto* aconselhável a noção de ‘mentalidade’, pois esta tende a desfazer precisamente aquilo que Linz aborda com razoável precisão sob a rubrica legitimidade: a necessidade que tais regimes, como formações estatais complexas, efetivamente têm de uma coerência ideológica mínima, capaz de orientar e dar sentido à ação do aparato estatal. A dificuldade de se apreender o fenômeno da ideologia em regimes autoritários decorre, a meu ver, precisamente dessa difícil localização entre aqueles dois polos.¹⁵⁷

Mesmo que os militares não possuíssem uma forma de pensamento único, perceptível na presença de diversas correntes políticas, cabe ressaltar que após o golpe militar e a limpeza promovida contra militares associados a grupos de esquerda, o meio castrense foi marcado por um forte sentimento de anticomunismo e de combate a subversão. A ideia de proteger o país dos males do comunismo foi o que uniu esses diferentes grupos militares e tornou possível a criação de vários órgãos de informação e repressão. Entende-se que a ideologia do anticomunismo presente na Doutrina de Segurança Nacional foi o fator de união desses grupos, bem como motivador de ações repressivas.

A Doutrina de Segurança Nacional cumpriu importante papel e se constituiu num marco importante das ditaduras latino-americanas. Essa doutrina, formulada após a Segunda Guerra

¹⁵⁶ LINZ, Juan. Op. Cit. 1980. p. 149. Mesmo que parte das análises de Linz tenham sido produzidas antes de todos os golpes na América Latina, elas foram importantes na compreensão das ditaduras.

¹⁵⁷ LAMOUNIER, Bolívar. Ideologia em regimes autoritários: uma crítica a Juan Linz. **Estudos CEBRAP**. n. 7. São Paulo, 1974. p. 79.

Mundial e no início da Guerra Fria, teve como base a Doutrina Truman, de 1947 e pretendia a defesa da civilização ocidental e cristã. Sendo amparada na existência de uma guerra permanente, oculta e ideológica, contra o comunismo internacional. Esta guerra não se limitaria a nenhuma fronteira social ou geográfica, pois o inimigo vermelho seria onipresente e se utilizaria não somente de operações armadas, mas de técnicas psicológicas para cooptar mais adeptos.¹⁵⁸ Para Isabel Cristina Leite:

[...] a materialização da DSN consistia no fortalecimento político e operativo das Forças Armadas de cada país, preparando-as para combater o inimigo interno, estranho aos interesses nacionais e de orientação marxista-leninista; essa política significava o uso das armas contra seus próprios habitantes. A supressão das garantias constitucionais, a ditadura militar e a imposição do terror constituíam diferentes graus de aplicação da Doutrina.¹⁵⁹

Tal doutrina almeja uma sociedade que rejeita a divisão de classes sociais, pois as tensões entre essas prejudicariam a noção de unidade política. Dessa forma, o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou membro de uma classe social, mas como pertencente a uma comunidade nacional, a qual potencializa o ser humano.

Dentro da lógica da Escola Superior de Guerra, segundo sua Doutrina Básica, ao reelaborar conceitos absorvidos de teorias estrangeiras,

Verificou-se que os problemas da Segurança estão intimamente ligados com os do Desenvolvimento, ao ponto de ser impossível tratá-los, a nível político, como fenômenos independentes.

Criou-se na ESG uma Doutrina, a princípio com um tratamento parcial – Doutrina de Segurança Nacional – envolvendo depois para a visão mais ampla que hoje apresenta – Doutrina Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento.

Em função dos dois cursos que atualmente ministra, convém distinguir o grau de liberdade de formulação doutrinária da ESG, quando ensaia uma Doutrina de Ação Política aplicável ao País como um todo e quando trata de uma Doutrina Militar Brasileira.

No ensaio da Doutrina Política Nacional, a ESG não sofre qualquer restrição de ordem oficial, funcionando, especialmente através do Curso Superior de Guerra, com absoluta liberdade de especulação e formulação, enquanto a Doutrina Militar Brasileira, da responsabilidade do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, deve obedecer às diretrizes traçadas pelo EMFA.

Em outras palavras, a ESG, através de seu Curso Superior de Guerra, é predominantemente um instituto de pesquisa de Doutrina Política Nacional, nos campos de Segurança e do Desenvolvimento, ao passo que, através de seu Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, é basicamente um centro de estudos da Doutrina Militar Brasileira, incumbindo-lhe a pesquisa apenas para buscar seu

¹⁵⁸ LEITE, Isabel Cristina. Doutrina de Segurança Nacional e terrorismo de Estado: análise comparada entre Brasil e Argentina. In: II Encontro Memorial do ICHS, 2009, Mariana. Anais do **II Encontro Memorial do ICHS**, 2009.

¹⁵⁹ Ibidem.

aprimoramento.¹⁶⁰

Os antagonismos sociais, presentes no discurso de classe, ou mesmo a crítica a essa desigualdade social é vista como nociva aos interesses da nação, devendo ser duramente combatida. Esta coesão política pressupõe o fim do pluralismo político, visto como fator desagregador da nação.¹⁶¹ Enrique Serra Padrós, afirma que:

[...] o perigo é identificado nas 'ideologias estranhas', forâneas, externas, diferentes das locais. Pelo desdobramento dos fatos históricos, constata-se que aqueles cidadãos que acabaram identificados internamente com essas 'ideologias estranhas' foram tratados como inimigos perigosos dos interesses da unidade nacional, uma vez que não compartilhavam nem defendiam a tradição política (da elite) local. [...] É por isso que o elemento desestabilizador, contrário à unidade nacional da DSN, é considerado 'subversivo', inimigo e, na semântica da doutrina, como o estranho que não pertence e nem direito de pertencer à nação.¹⁶²

Portanto, pode-se afirmar que os militares e os setores civis que apoiaram o golpe militar e sucessivamente assumiram o poder, possuíam uma ideologia de defesa da nação e da promoção de um tipo específico de cidadão. O Serviço Nacional de Informações, produto dessa ideologia de segurança nacional, não configura-se, por certo, apenas em um aparelho repressivo. Ele faz parte de uma “estratégia global, que nasce dos preceitos colocados pela Doutrina de Segurança Nacional a qual, pelo menos teoricamente, inspira os rumos políticos do país desde março de 1964.”¹⁶³ No discurso militar a *informação* tem grande importância para a defesa interna, a qual visará todos os inimigos da nação e portadores de ideologias estranhas. Para a Escola Superior de Guerra informação seria o “conhecimento de um fato ou situação resultante do processamento inteligente de todos os informes disponíveis, relacionados com o referido fato ou situação, devendo sempre atender a uma necessidade de planejamento, de execução ou de acompanhamento de atos decisórios.”¹⁶⁴ Com o enfrentamento de uma guerra psicológica, o SNI era criado como super ministério pelo presidente Castelo Branco em 13 de junho de 1964.

1.3. Os serviços de inteligência no combate à subversão

¹⁶⁰ BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro, 1979.

¹⁶¹ PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência. In: FICO, Carlos et al. Op. Cit. 2008. p. 144.

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ LAGÔA, Ana. **SNI: Como nasceu, como funciona**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.. 1983. p. 11

¹⁶⁴ Escola Superior de Guerra. Doutrina Básica. Apud. LAGÔA, Ana. Op. Cit. 1983. p. 14-15.

A criação de um serviço secreto brasileiro não deve ser pensada em separado da conjuntura específica que foi trabalhada até aqui, nem tampouco como a vontade específica de Golbery do Couto e Silva, mas como resultado de um projeto mais amplo do governo civil-militar de eliminar da sociedade brasileira o perigo comunista, real ou imaginado, bem como dos ideais anticomunistas do governo estadunidense, o qual apoiou a implantação de ditaduras militares em praticamente toda a América Latina, com suporte financeiro, material e teórico. Se o Serviço Nacional de Informações foi produzido no Brasil, ele não foi feito sem o apoio do Estados Unidos, nem tampouco deixou de estar influenciado pela tônica da Guerra Fria. Foi antes de tudo, fruto dessa tensão e dessa vontade de eliminar o perigo vermelho da sociedade, fazendo parte de um projeto muito mais amplo do governo civil-militar brasileiro. Desse anseio de eliminação da subversão surgiu a *comunidade de informações*, bem como da estruturação de um sistema repressivo, que teve seu ápice com o Destacamento de Operações Internas (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), criados para realmente trucidar o inimigo interno, impedindo qualquer espécie de reação. Nas palavras do general Adyr Fiúza de Castro, quando decidiu-se colocar o Exército na luta contra subversão, a qual foi praticamente estudantil e intelectual, “foi a mesma coisa que matar uma mosca com um martelo-pilão. Evidentemente, o método mata a mosca, pulveriza a mosca, esmigalha a mosca, quando às vezes, apenas com um abano é possível matar aquela mosca ou espantá-la. E nós empregamos um martelo-pilão.”¹⁶⁵ Por certo este “martelo-pilão” empregado pelos militares só foi possível com a criação de uma rede de informações, encabeçada pelo SNI, se espalhando pelos outros órgãos de informação criados pelo governo civil-militar. As informações produzidas por essa *comunidade* tornaram possíveis centenas de mortes e milhares de prisões e sessões de torturas. Se o *Serviço* não matava, entregava a cabeça do “inimigo” de presente aos perpetradores da violência.

A criação de um serviço secreto brasileiro, para muitos, foi obra da ditadura civil-militar a partir de 1964 com o Serviço Nacional de Informações. Porém, um serviço dessa natureza foi inicialmente estruturado durante o governo do general Eurico Gaspar Dutra, em 1946. Criado em 06 de setembro, o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFCI), teria como atribuições “tratar de informações no Brasil”, preparando o país para a guerra.¹⁶⁶ Todavia, essas

¹⁶⁵ D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 75.

¹⁶⁶ FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit. 2005. p. 50.

informações levantadas seriam a respeito dos próprios brasileiros, principalmente supostos subversivos. O *Serviço*, como ficaria conhecido o serviço secreto brasileiro, não possuía nenhuma estrutura, sala ou mesmo aparelho telefônico. Somente com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Sfici saiu realmente do papel para a ação efetiva do mundo da espionagem. Pressionado pela Escola Superior de Guerra (ESG), a qual passou a ser a grande matriz teórica do meio militar e também conservador, e pelo governo estadunidense, que cobravam a efetivação de um serviço de informações, Kubitschek deu início a implantação do novo órgão. Contando com apoio dos Estados Unidos, o qual ofereceu cursos aos militares brasileiros no ano de 1956, o serviço era montado sob a égide do combate ao comunismo e de ideologias extremistas.¹⁶⁷ Através do decreto nº 44.489 de 15 de setembro de 1958 era realmente efetivado. Dentre os militares que deixaram sua marca no órgão, cabe destacar a presença de Golbery do Couto e Silva, e do futuro presidente João Baptista Figueiredo. Mesmo detectando uma articulação contra o presidente João Goulart, o Sfici não conseguiu impedir o golpe militar em março de 1964.

1.4. A criação do SNI e o nascimento do monstro

Planejado e arquitetado pelo general Golbery do Couto e Silva, o SNI era subordinado diretamente ao presidente da república, absorvendo totalmente o antigo Sfici que estava sob supervisão do Conselho de Segurança Nacional. Castelo Branco criava um novo órgão de informação subordinado ao presidente da República, dirigido e coordenado por um de seus aliados. Dessa forma, impedia que o *Serviço* ficasse sob a direção dos militares mais radicais, liderados pelo General Arthur da Costa e Silva, que durante o golpe se apoderou do Ministério da Guerra, nomeou para a chefia do Conselho de Segurança Nacional o coronel Jayme Portella, também identificado com o grupo dos radicais. Nomeando Golbery para a chefia do SNI, Castelo retirava o poder do antigo órgão de informações, o Sfici, que, subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, estaria nas mãos do grupo de Costa e Silva.

A Lei nº 4.341, em seu Art 2º, afirmava que “o Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessem à Segurança Nacional.”¹⁶⁸ Por

¹⁶⁷ Para maiores informações a respeito do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, ver FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit. 2005. LAGÔA, Ana. Op. Cit. 1983. ANTUNES, Priscila. **SNI e ABIN**: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.

¹⁶⁸ Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Apud FICO, Carlos. **Além do golpe**: visões e controvérsias sobre 1964

certo, os assuntos que pudessem interessar a Segurança Nacional, em tempos de combate a subversão, tornaram-se amplos demais, colocando milhares de cidadãos como suspeitos de estarem contra a ordem e contra a “Revolução”.

Ao se deparar com a documentação produzida pela comunidade de informações, que além do Serviço Nacional de Informações, abrangia outros órgãos de informação dos ministérios militares e as seções de informação dos ministérios civis, conhecidas como Divisões de Segurança e Informação (DSI), torna-se evidente, devido a quantidade de material produzido, um sentimento de paranoia por parte dos gestores desses órgãos. Objetivando dar suporte ao presidente da República com informações que interessassem a segurança nacional, esses órgãos fizeram um vasculhamento na vida de milhares de cidadãos, além de produzirem relatórios e informes sobre a subversão nacional e internacional. Tais relatórios, mesmo que o discurso militar alegasse que prezava pela imparcialidade e objetividade, foram produzidos muitas vezes de forma distorcida pela lente de seu produtor, o qual permeado por um sentimento de combate ao comunismo, enxergava o perigo da subversão em praticamente tudo. Por outro lado, além de produzirem uma infinidade de informações que em muitos casos não condiziam com os fatos, superestimando um suposto inimigo, dotado de um poder além de suas capacidades e com uma grande capacidade de organização e mobilização, tal discurso acabou sendo importante para legitimar a própria repressão, numa produção de efeitos de sentido que atendeu de forma eficaz a vontade de suprimir o outro, aqui entendido como aquele identificado com ideologias estranhas aos valores nacionais e daqueles que encontram-se no poder, ou ainda que buscavam subverter a ordem estabelecida, visto como subversivos e comunistas. Dessa forma, o “subversivo” tornava-se o portador de tensões e contaminado por ideias estranhas, sendo associado diretamente ao comunismo, sendo esse “tratado de forma tão vulgar e imprecisa que abrangeu toda e qualquer forma de manifestação de descontentamento diante da ordem vigente. (...) Associando o comunismo à tirania, à opressão e à barbárie, procurou-se desenvolver, junto à população latino-americana, a ideia de que socialismo e democracia eram incompatíveis.”¹⁶⁹

Com essa construção de efeitos de sentido a partir dos órgãos de informação, os militares conseguiram, em certa medida, justificar a própria repressão sobre um inimigo que ameaçava a ordem vigente e os valores ocidentais. Para Carlos Fico, este “corpo de

e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 346.

¹⁶⁹ PADRÓS, Enrique Serra. Op. Cit. 2005. p. 146.

especialistas”, que produziam e faziam circular informações, tornaram-se produtores de um discurso que acabou por sustentar suas próprias ações, como a espionagem e a violência, mas também a conduta daqueles vistos como “moderados”. Para o autor, esse grupo dos chamados moderados, admitia a espionagem e a violência como algo indispensável. Esses relatórios e informações produzidas por esses órgãos, não devem ser vistos apenas como um amontoado de papéis, os quais abordam temas fragmentados e de forma excessiva,¹⁷⁰ mas segundo Fico, como

[...] uma rede intertextual produtora de eficazes efeitos de sentido e de convicção. Mas ao contrário do que pensa importante corrente radical da teoria literária, tais efeitos de sentido não são *tudo* o que a história pode almejar recuperar. Esse material retórico, [...] municiou o 'corpo de especialistas' de convicções para agir e forneceu (enquanto foi reconhecido) aos militares não participantes da comunidade certos sentidos justificadores da repressão. Portanto, gerava efeitos extra-discursivos, podendo ser analisado como a narrativa de uma infâmia ou o poder simbólico do algoz. Assim, uma das formas mais eficazes do *agir* da comunidade de segurança e de informações foi o estabelecimento dessa relação entre ela própria, que 'executava', e os demais militares, que a admitiam, baseada na força de elocução de um tal discurso – que assim vivificava, recriava-se continuamente e sustentava ações.¹⁷¹

Os órgãos de informação produziam um discurso que sustentava e justificava as ações repressivas, além de dar suporte na questão operacional. Se essa comunidade produziu informações que beiravam ao excesso e ao absurdo, de forma distorcida e exagerada pelos olhos de seus produtores, também conseguiu informações importantes e verdadeiras sobre seus oponentes, exterminando focos de oposição não toleradas pelo regime ditatorial.

Para operacionalizar a repressão, o SNI foi criado tendo total autonomia financeira, que sempre havia sido negado ao Sfici. Tais verbas seriam generosas e teriam origem tanto do Orçamento da União quanto de fundos secretos. Para sua instalação, foram gastos nada menos que 200 milhões de cruzeiros, ou o equivalente a 964 mil dólares. Com tantos recursos e com autonomia financeira, o SNI teve autonomia para criar agências regionais nas principais capitais do país. A antiga estrutura do Sfici foi absorvida apenas pela agência regional do Rio de Janeiro. Incorporando o quadro funcional do antigo órgão, o SNI também poderia requisitar civis e militares de outros ministérios e órgãos do poder Executivo, o que não necessariamente exigia a aprovação por parte do presidente da República. Além desses funcionários públicos, o SNI poderia contratar colaboradores fora dos quadros do serviço público, pagos com verba secreta, não implicando ônus para a folha de pagamento. Essas vantagens e autonomia financeira eram garantidas através do direito que o órgão adquiriu em não ter que tornar públicas as informações

¹⁷⁰ FICO, Carlos. Op. Cit. 2001. p. 22.

¹⁷¹ Ibidem.

básicas sobre sua organização, regras de funcionamento e quadro de pessoal. Nem o Congresso teria acesso a essas informações, não cabendo nenhum controle externo a ele.¹⁷²

As ações do SNI se distribuíam em três frentes: política, tóxicos e pornografia. Os comunistas, segundo o *ethos* da comunidade de informações, não usariam apenas uma força armada para derrubar o mundo ocidental, como o fez a Revolução Cubana, mas utilizariam meios para minar “por dentro o ocidente”, debilitando os valores morais da população. Com o aprimoramento dos meios de comunicação, como o rádio, a televisão e o cinema, os setores anticomunistas acreditavam que os “subversivos” estariam se apropriando dessas armas psicológicas para conquistar corações e mentes, buscando também debilitar a juventude através do incentivo ao consumo de drogas e pregando o amor livre. Em um país de maioria católica e ainda permeada por um pensamento conservador, as drogas e a pornografia eram vistas como um grande mal à sociedade, pois estariam a serviço de Moscou para debilitar os valores tão defendidos pelo ocidente. Por outro lado, discursos pacifistas também foram associados a uma campanha comunista para enfraquecer militarmente os países ocidentais, facilitando uma posterior conquista dos vermelhos. Era necessária uma atenção redobrada a esse perigo e às armas dos comunistas, que ameaçavam subverter a ordem. A política, os tóxicos e a pornografia eram então considerados como vírus que ameaçavam não somente a estrutura militar, mas também o mundo ocidental como um todo. Esses vírus seriam agentes transmissores das doenças propagadas pelo comunismo internacional.¹⁷³

A preocupação com a América Latina por parte dos Estados Unidos não esteve restrita ao apoio militar aos golpes ocorridos nessa região. Além da Agência Central de Inteligência (CIA), os latino-americanos contaram com o apoio da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), que buscava conceder recursos a diversos países, com o intuito de que esses combatessem o comunismo, auxiliando os EUA em sua corrida anticomunista. Por certo, tais recursos não se destinavam apenas ao combate a pobreza e a miséria, nem tampouco tinham apenas características humanitárias. Serviram sobretudo para aparelhar as polícias e exércitos desses países, buscando reprimir levantes populares de características subversivas. Cite-se como exemplo, que o presidente estadunidense John Kennedy almejava um treinamento de policiais civis, ministrado por um setor em separado dentro da AID, o qual se materializou na Seção de Segurança Pública (OPS), criada em novembro de 1962. Através desses órgãos, forças

¹⁷² FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit. 2005. pp. 124-125.

¹⁷³ LAGÔA, Ana. Op. Cit. 1983. p. 19.

de polícia de diversos países receberam apoio e treinamento, muitas vezes encobertos e em caráter secreto.¹⁷⁴ A OPS não se limitou somente a preparar policiais, mas também ofereceu ao SNI ajuda e treinamento. Um de seus consultores:

[...] preparou 'um organograma básico para o Serviço Nacional de Informações (SNI) como ponto de partida para o desenvolvimento de uma estrutura organizacional que atenderá as necessidades da nova organização e seja aceitável para as mais altas autoridades brasileiras.' Preocupado em suprir os quadros do novo SNI com 'pessoal qualificado', a OPS forneceu ao diretor desse órgão 'uma lista com pessoal do DFSP (Departamento Federal de Segurança Pública) que havia recebido treinamento na IAPA da CIA (Academia Interamericana de Polícia, na zona norte-americana do Canal do Panamá) ou nos Estados Unidos – para a possível seleção e nomeação' para o SNI. Não foi preciso que a OPS indicasse ao Departamento de Estado ou à CIA que essa ajuda poderia tornar muito mais fácil influir sobre o SNI.¹⁷⁵

Os Estados Unidos conseguiram colocar dentro do novo órgão, pessoas que receberam treinamento segundo os valores estadunidenses, e também com as técnicas dos setores de informação daquele país. Ganhavam nos órgãos de informação latino-americanos, mais um braço na sua empreitada contra o comunismo. O outro braço, com uma força mais brutal e também com treinamento estadunidense, seria o setor de repressão, aquele que torturaria e mataria inúmeras pessoas.

O discurso em defesa do SNI residia na existência de setores de informações bem aparelhados nas principais potências democráticas e que o mesmo era fundamental para a garantia da ordem e da democracia. No Brasil, a ditadura civil-militar deu a si mesma uma aparência democrática, garantindo a população que sua atuação nada mais era do que a simples manutenção de um sistema democrático.¹⁷⁶ Não obstante, o lema do governo era “a Revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil.”

O órgão brasileiro de inteligência se diferenciava de seus parceiros estrangeiros. Estes possuíam um serviço de atuação apenas interno e outro órgão dedicado a ações externas. Nos Estados Unidos, por exemplo, a CIA realizava as operações externas e o FBI atuava internamente. O mesmo ocorria em outros países, como França, Alemanha, Reino Unido. O modelo brasileiro se assemelhava mais à ditadura soviética, que concentrava na KGB a espionagem interna e externa, além de exercer funções de polícia política e formular políticas

¹⁷⁴ HUGGINS, Martha K. Op. Cit. 1998. p. 126.

¹⁷⁵ Ibidem. p. 149.

¹⁷⁶ Para uma discussão mais aprofundada sobre o estado de exceção e de como democracias utilizam-se de medidas excepcionais ver AGAMBEN, Giorgio. Op. Cit. 2004.

de governo.¹⁷⁷ Porém, o serviço soviético era obrigado a prestar contas ao Partido Comunista, diferentemente do brasileiro, que possuía uma autonomia gigantesca, não prestando contas de suas ações. O status conferido ao SNI era imenso, tornando-se um campeão de poderes, tendo uma área de atuação mais abrangente, autonomia maior, um ministro como chefe, fiscalização externa quase inexistente, além de exercer um grande poder de interferência em outros órgãos.¹⁷⁸

Logo após sua posse, Costa e Silva pode colocar em prática um antigo objetivo: a criação de um serviço secreto do próprio Exército. Criado em 02 de maio de 1967, o Centro de Informações do Exército (CIE) transformou-se em uma das mais temidas siglas da ditadura civil-militar, não somente pela sua capacidade de espionar, mas principalmente pela sua truculência e violência. Surgido da fusão da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército e da instância de informações do gabinete do ministro, conhecida como D2 (Divisão de Informações).¹⁷⁹ Para chefiar o cargo, foi escolhido o coronel Adyr Fiúza de Castro, um dos mais radicais militares do período. O coronel, ao comentar sobre os ritos de passagem sofridos no Exército afirmava que “graças a Deus sofri, por que isso me endureceu. E nós não podemos deixar de ser duros, porque mandamos homens à morte e matamos outros.”¹⁸⁰ Ao mesmo coronel foram imputadas inúmeras acusações de tortura contra civis. O CIE acabou por levar a risca o pensamento de seu chefe, não deixando de serem duros, nem tampouco deixando de matar outros.

O CIE contava com o maior quadro de pessoal, configurando-se num dos órgãos que mais se empenharam no combate à subversão. Os agentes deste centro compuseram também a maior parte dos quadros dos Destacamentos de Operação Interna (DOI) e dos Centros de Operações e Defesa Interna (Codi), setores esses, subordinados diretamente ao Ministério do Exército e ligados à segurança nacional. Segundo Priscila Antunes, “com exceção das informações do SNI, que eram centralizadas na Agência Central, todas as questões relativas à repressão naquele período foram conduzidas pelos Codi e pelos DOI, que passaram a operar em conjunto com as polícias estaduais e federal, sob a direção e coordenação formal do ministro do Exército. A essa estrutura e esse conjunto de operações se deu o nome de Sistema Nacional

¹⁷⁷ FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit. 2005. p. 129.

¹⁷⁸ Ibidem. p. 129.

¹⁷⁹ FICO, Carlos. Op. Cit. 2001. p. 91.

¹⁸⁰ D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (org.). Op. Cit. 1994.

de Segurança Interna (Sissegim).”¹⁸¹ Ao CIE foi concedido uma grande quantidade de recursos, como um andar inteiro na sede carioca do Ministério do Exército, contando com 80 militares, especializados em análises de informação, fotógrafos, microfilmagem, arquivistas, escutas telefônicas, combate de rua e uma turma de assalto e destruição. Além disso, o CIE contratava também informantes e também tinha capacidade para fazer escutas em 50 telefones ao mesmo tempo. Uma das grandes capacidades do CIE, além da repressão, foi a infiltração de seus homens no movimento estudantil, sendo muitas vezes presos por engano por outros órgãos.¹⁸² O SNI não estava mais sozinho. O CIE passava também a integrar a *comunidade de informações*.¹⁸³

Devido ao papel interventor do SNI, Costa e Silva cuidou de colocar um homem da mais alta confiança na direção deste órgão, o general Emílio Garrastazu Médici. Uma das primeiras medidas do novo chefe foi a reformulação das chamadas Seções de Segurança Nacional, pouco atuantes até 1967, as quais passaram a ser denominadas Divisão de Segurança e Informações (DSI) e subordinadas ao SNI.¹⁸⁴ Essas DSI estariam presentes em todos os ministérios civis, além da criação das Assessorias de Segurança e Informações, que seriam as seções de informações de organismos importantes e empresas públicas. Desta forma Médici deu um enorme alcance ao órgão sob sua chefia, colocando um braço do SNI em cada ministério e uma ASI em várias empresas e órgãos públicos, como Correios, Petrobras, Embratel, Itaipu, Ibama, etc. As DSI e ASI tinham por função vigiar a conduta dos funcionários, bem como a rotina de trabalho dos ministros. Esses dois órgãos chegaram a abrigar 1.500 funcionários. Uma das mais atuantes DSI foi a do Ministério da Justiça contou com 53 funcionários, numa produção quase frenética de informação, como no ano de 1970, em que esse órgão solicitou, sozinho, ao Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal, 412 Pedidos de Busca.

Era necessário, porém, capacitar todos esses agentes presentes no SNI. Nada melhor do que o centro de formação da intelectualidade militar: a Escola Superior de Guerra. Era necessário moldar os agentes segundo os valores da Doutrina de Segurança Nacional e fazer

¹⁸¹ ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In: FICO, Carlos. Op. Cit. 2008. p. 220.

¹⁸² FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit. 2005. p. 154.

¹⁸³ O termo *comunidade de informações* não significa que os órgãos de informações atuaram sempre em conjunto. Deve-se levar em conta que em algumas situações, alguns escondiam informações preciosas com o intuito de terem a primazia de uma determinada operação. Não foi raro durante a ditadura que diferentes órgãos estivessem investigando o mesmo caso ou a mesma organização sem ter conhecimento da ação de seus pares.

¹⁸⁴ FICO, Carlos. Op. Cit. 2001. p. 84.

com que esses homens não somente cumprissem seu papel, mas também odiassem, perseguissem e aniquilassem seus inimigos sem culpa. Era imperativo ao regime que seus homens acreditassem que toda a violência se fazia mais do que necessária e totalmente justificável, em nome da segurança do país. Por certo, essa violência não passaria em branco para seus executores, deixando sequelas não somente aos torturados, mas também aos torturadores, traumatizando os agentes da barbárie. Segundo Maria Rita Kehl,

[...] a licença para abusar, torturar e matar, acaba por traumatizar também os agentes da barbárie. Não se ultrapassam certos limites impostos ao gozo impunemente. Assim como certas experiências extremas com a droga e com o álcool traumatizam o psiquismo pelo encontro que promovem com o gozo da pulsão de morte, o convívio normal com a crueldade traumatiza o sujeito que se autorizou a ser cruel e imagina beneficiar-se disso.¹⁸⁵

Para tanto, entre 1967 e 1970 foi ministrado na ESG o Curso de informações. Essas aulas, iniciadas já em 1965 para formar os quadros do recém criado SNI, abordavam temas técnicos, conceituais, planejamento estratégico, análise de outros serviços secretos, etc. A partir de 1967 o combate à subversão passa a ser o foco principal do curso, buscando demonstrar como conter o perigo comunista.¹⁸⁶ Dentre as apostilas elaboradas para esse curso, um exemplo a ser citado é *Operações contra o Movimento Comunista Internacional*. Esta explicava como derrotar o inimigo, aproveitando-se de sua vulnerabilidade, “ação direta contra os líderes”, “ação indireta contra a subversão” infiltração no movimento subversivo, além de ensinar que o segredo da vitória constituía-se em identificar os movimentos subversivos ainda no início e impedi-los de crescer.¹⁸⁷

Um dos objetivos do curso era o de demonstrar a importância da informação para um país, reafirmando que esta já era utilizada muito antes, inclusive com exemplos bíblicos:

Sabe-se que tanto as tribos de índios americanos quanto as tribos bíblicas utilizavam largamente as informações. Entre muitos exemplos podemos citar Moisés, que no dizer do marechal Montgomery, foi o maior chefe militar de todos os tempos, ao enviar seus agentes para além do Jordão. Determinou Moisés aos seus doze agentes (um representante de cada tribo): “Subi pela parte do meio-dia e, quando tiverdes chegado aos montes, considerai que terra é essa e o povo que a habita – se é valente ou fraco, se é pequeno ou grande – , se a mesma terra é boa ou má, como são as cidades, muradas ou sem muros, se o terreno é fértil ou estéril, com arvoredo ou sem árvores. Tende coragem e trazei um dos frutos

¹⁸⁵ KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir. Op. Cit. 2010. p. 130.

¹⁸⁶ FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit. 2005. p. 165.

¹⁸⁷ Ibidem.

da terra.” Josué, seu sucessor, usou largamente a espionagem, sendo bem conhecido o episódio de dois de seus agentes em Jericó.¹⁸⁸

No entender dos militares que ministravam os cursos e produziam esse material, era importante que seus alunos acreditassem realmente nessas informações e teorias, além de demonstrar que a repressão era importante, comparando muitas vezes o país a uma família, na qual era importante repreender os filhos desviantes e educá-los dentro dos padrões morais e religiosos:

A célula mater da sociedade é a família. [...] Assim sendo, qual o fim de uma família em que não exista o princípio da hierarquia consciente e natural de pais para filhos, [...] em que não haja o respeito mútuo, provocado quase sempre pela irresponsabilidade dos pais em não levarem aos filhos os princípios básicos da religião, da moral e da honestidade? Fatalmente essa família será conduzida aos caminhos da sua desintegração e, por conseguinte, do seu enfraquecimento. Assim como as famílias, são os países; e assim como os pais, são os governos.¹⁸⁹

Com uma formação de quadros especializados no curso da ESG, contando com grande orçamento e vasculhando cada vez mais a vida de inúmeros cidadãos e exercendo também um controle dentro da estrutura governamental, logo o SNI passou a ser ainda mais importante dentro do governo, e seu chefe, o general Médici, passou a ser um dos homens mais influentes da ditadura civil-militar, chegando a cobrar do presidente Costa e Silva medidas mais duras contra a subversão, que vinha, segundo ele, crescendo cada vez mais através de movimentos armados. Tal medida se tornou efetiva em dezembro de 1968. Enfrentando inúmeros protestos desde o início do ano, principalmente após a morte do estudante Edson Luís, no restaurante *Calabouço* no Rio de Janeiro, com a passeata dos Cem Mil, também no Rio de Janeiro, o governo estava sendo cada vez mais acuado por uma parte da opinião pública, que passava a questionar os atos de autoritarismo e violência. Em setembro daquele ano o deputado oposicionista Márcio Moreira Alves profere discurso contra os militares, sugerindo um boicote as manifestações em comemoração à independência e também que as moças da época não namorassem com militares. O discurso foi extremante mal visto pela alta cúpula das Forças Armadas, que solicitou à Câmara o pedido de cassação do deputado, o que acabou sendo negado por seus pares. Talvez nem tanto por uma simpatia ideológica a Moreira Alves, mas antes com receio de que os militares iniciassem um novo pacote de cassações. A atitude da Câmara foi a

¹⁸⁸ As informações – Conceitos fundamentais, da equipe da Daici, de 1967.

¹⁸⁹ Atuais movimentos subversivos no Brasil, da equipe do Cenimar. De 1970. Da Esg. Apud. FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit. 2005. p. 171.

desculpa que o governo queria para impor mais um Ato Institucional, o de número 5 (AI-5). Com esse ato, de 13 de dezembro de 1968 o governo ganhava ainda mais poderes em sua luta contra a subversão e um poderoso mecanismo que atingiria inúmeros cidadãos, suspendendo o *habeas corpus*, podendo suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por um prazo de 10 anos e acabar, cassar mandatos de vereadores, deputados federais e estaduais, senadores, governadores e prefeitos, decretar o estado de sítio sem a necessidade de autorização de outros poderes e também demitir juízes. O AI-5 foi atribuído a má condução dos instrumentos jurídicos concedidos pela “Revolução” e pelo movimento subversivo que ameaçava a ordem no país. Segundo o novo decreto

[...] atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la; [...] que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária.¹⁹⁰

Neste mesmo dia o Congresso era fechado e no dia 30 de dezembro a primeira lista de cassações atingiu 11 deputados federais, entre eles Moreira Alves. Alguns dias depois uma nova lista, na qual dois senadores, 35 deputados federais, 38 deputados estaduais e um vereador perderam seus mandatos. Esses eventos ficaram conhecidos como o golpe dentro do golpe.

Em agosto do ano seguinte, Costa e Silva sofre um derrame cerebral e os militares receosos que o seu vice, Pedro Aleixo, que fora o único a votar contra o AI-5, assumisse, articulam uma nova intervenção, criando uma Junta Militar para substituir o presidente. Após caracterizada a incapacitação completa de Costa e Silva, o então ex-chefe do SNI, general Médici é indicado à presidência, tomando posse em outubro de 1969. Chegara a hora do *Serviço* ocupar a presidência da República. Iniciava-se o processo de aniquilação dos focos de resistência ao regime.

Médici foi substituído no SNI pelo general Carlos Alberto da Fontoura, o qual entendia que não faltava liberdade no país, apenas que a esquerda queria liberdade demais, uma “licenciosidade”. O órgão administrado pelo general Fontoura tornara-se cada vez mais poderoso, principalmente após o decreto de 16 de junho de 1970, que instituía o Plano Nacional de Informações, o qual tornou-se base legal para a criação do Sistema Nacional de Informações

¹⁹⁰ Ato Institucional número 5. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em 03/03/2011.

(Sisni), também conhecida como *comunidade de informações*. Esta comunidade era controlada pelo SNI, que coordenava os trabalhos, pelos serviços secretos da Marinha, Exército e Aeronáutica, os serviços de informações das polícias militares, as DSI e ASI, Polícia Federal e Polícia Civil. Com um sistema de informações extremamente eficiente não foi difícil para o governo esmagar grupos de luta armada espalhados pelo país. Formados em sua maioria por estudantes de classe média e por operários ligados ao movimento sindical, tais grupos apresentavam grandes divergências entre si, caracterizando-se em movimentos isolados no combate à ditadura. Após o sucesso da Operação Bandeirantes (Oban) criada no estado de São Paulo, o governo Médici, optou por agrupar os serviços de repressão no sistema Codi-DOI. A *comunidade* fazia o levantamento e produzia as informações, e os grupos englobados pelo Codi-DOI executavam a repressão.

Além dos serviços secretos do Exército, os militares criaram também o serviço secreto da Aeronáutica, e reformularam o da Marinha. Criado em 1955 com o nome de Serviço de Informações da Marinha (SIM) e transformado em Centro de Informações da Marinha (Cenimar) em 1957, este órgão caracterizou-se pelo seu sigilo e eficiência. Com o endurecimento do regime, em 1968, o Cenimar passou a ser subordinado diretamente ao ministro da Marinha. Em 1968 era criado também o Núcleo de Serviço de Informações da Aeronáutica (N-Sisa), transformando-se em 1970 em Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa).¹⁹¹

As principais atribuições do SNI eram a interceptação de correspondências, roubo de documentos, escutas telefônicas e o acompanhamento da vida das pessoas, fossem elas adversárias do governo ou mesmo do próprio governo. O SNI conseguiu infiltrar seus homens tanto em organizações clandestinas como no partido de oposição legalizado, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).¹⁹²

O governo do general Médici chegava ao fim cumprindo o seu objetivo: aniquilar a luta armada no país. Durante o governo de Médici, 104 presos políticos desapareceram, 53 somente nos últimos seis meses de governo. Tal brutalidade nos momentos finais de seu governo, pode ser entendida pelo fato de que Ernesto Geisel seria o novo presidente do país, e que este buscava promover a abertura política. Era necessário eliminar pessoas que pudessem representar um risco a nação, caso a abertura fosse levada a cabo. Em 1974, Geisel era empossado como

¹⁹¹ ANTUNES, Priscila. Op. Cit. 2008. pp. 219-220.

¹⁹² Ibidem.

presidente do país, levando consigo para o SNI o general João Figueiredo, além de trazer de volta ao governo Golbery do Couto e Silva. Figueiredo seria posteriormente presidente do país, encerrando o ciclo de presidentes militares, bem como a ditadura civil-militar, que perdurou por longos 21 anos. Porém, mesmo que o discurso enfatizasse a volta a democracia, esses governos também foram marcados por excessos e atos violentos de repressão. Cabe ressaltar que no período identificado como a “abertura política” prometida por Geisel, os grupos mais radicais intensificam a repressão, tentando dessa forma conter o perigo do comunismo. O governo de Geisel, mesmo com o discurso de abertura, foi marcado também por retrocessos autoritários e medidas de exceção.

Adriano Codato demonstra a existência de ciclos de liberalização, mas também de ciclos de repressão, como 1975-1976, especialmente em São Paulo, com o intuito de combater manifestações de oposição ao regime, além do Pacote de Abril de 1977 no qual Geisel fecha o Congresso.¹⁹³ Por outro lado, a atuação de esquadrões paramilitares foi uma constante nesse período. Temerosos de uma possível volta de comunistas e subversivos, esses grupos passaram a atuar de forma violenta contra supostos inimigos do governo.

Entende-se que Serviço Nacional de Informações cumpriu o seu papel, no que diz respeito à produção de informação. Pode-se afirmar que esta produção ocorreu em excesso, impulsionada por um sentimento de paranoia não somente neste órgão, mas em todo o governo, que via o perigo da subversão em praticamente tudo, na televisão, teatro, cinema, música.¹⁹⁴

Dessa forma, a comunidade de informações, da qual o SNI era o coordenador, via o avanço do comunismo em várias esferas da sociedade, devendo por isso ser duramente reprimido. Com uma produção frenética, os dados levantados pelo SNI, bem como pela visão que se construía da subversão, justificou a violência e a repressão contra todos os setores de oposição ao governo. Além disso, foram atingidas pessoas ou grupos que nada tinham a ver com grupos de esquerda. Neste sentido, durante a ditadura civil-militar brasileira qualquer indivíduo poderia tornar-se um suspeito em potencial, já que ninguém estaria imune à subversão, à corrupção e ao comunismo, sempre à procura de “inocentes úteis”. Para os agentes da comunidade de informações, qualquer indício poderia ser um aspecto desabonador da conduta de um determinado indivíduo, não sendo difícil criar milhares de culpados, conforme crescia o sentimento anticomunista e a paranoia dentro do governo. O SNI justificou atos de

¹⁹³ CODATO, Adriano Nervo. Op. Cit. 2004. p. 14.

¹⁹⁴ FICO, Carlos. Op. Cit. 2001. p. 166. Cf. Nota de rodapé número 66 deste trabalho.

violência e indicou alvos e atividades a serem vigiados e reprimidos.

Torna-se importante saber quem eram os “inimigos” a serem combatidos e que características negativas possuíam. Eram vistos pelos militares e agentes de informação como portadores do mal e da subversão. Se o comunismo já estava presente na sociedade brasileira desde a década de vinte, é importante questionar como ele passou a ser visto durante a década de sessenta. Esse período foi marcado por grandes mudanças no campo cultural, com rebeliões estudantis se espalhando por todo o mundo, principalmente no final da década. O “inimigo” a ser combatido não era mais o mesmo. Buscava novos espaços de atuação e novas formas de se infiltrar na sociedade. Uma visão de mundo diferente, na qual era imperativo fazer a revolução, com sentimentos generalizados de transformação, com a atuação de intelectuais e políticos em prol de uma mudança significativa da sociedade.¹⁹⁵ A revolução estava ali, ao alcance dessa juventude e dos setores revolucionários. Arte, política, cultura e música refletiam esse sentimento e faziam crer nos corações mais utópicos que era chegada a hora de impor uma nova ordem social, um novo rumo. Preocupados com essa mudança e com o avanço desse discurso, era necessário, no entender dos militares, combater o inimigo, vigiando-o e reprimindo-o. O sonho da revolução esbarrou na atuação das forças repressivas e de informação.

¹⁹⁵ RIDENTI, Marcelo. A época de 1968: cultura e política. In FICO, Carlos e ARAÚJO, Maria Paula (orgs). **1968: 40 anos depois: história e memória**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009. p. 82.

2. Eles querem destruir o Ocidente: Assuntos gerais de Comunismo Internacional

Preceitos maoístas de guerra

Tudo que é bom no país do nosso oponente necessita ser destruído e aniquilado.

Envolver as classes dirigentes em atividades criminais; minar o respeito e a posição delas, e expo-las no momento adequado ao desprezo de seus próprios concidadãos.

Utilizar a cooperação das mais baixas e repulsivas criaturas.

Utilizar de todos os meios para perturbar o trabalho do governo inimigo.¹⁹⁶

Entre os anos de 1968 e 1969, a pensadora alemã e radicada nos Estados Unidos, Hannah Arendt, escreveu um de seus mais importantes estudos acerca da violência e de sua perpetração na sociedade. Em meio a um contexto de revoltas estudantis, ocorridas em todo o mundo, e de protestos pelos direitos das minorias, Arendt afirmava que tais reflexões foram provocadas pelos eventos até então ocorridos do século XX, o qual Lenin previa ser um século de guerras. Na página inicial de seu livro *Sobre a violência*, a autora afirma que “o desenvolvimento técnico dos implementos da violência alcançou agora o ponto em que nenhum objetivo político poderia presumivelmente corresponder ao seu potencial de destruição ou justificar seu uso efetivo no conflito armado.”¹⁹⁷ Arendt afirma que os implementos da violência, ou seja os armamentos, teriam agora uma capacidade destrutiva tão elevada, que o princípio ou o objetivo político poderia não ser alcançado, pois um conflito entre as principais potências significaria uma destruição total, ou “o fim para ambos”. Nesse sentido, uma de suas principais preocupações era o de mostrar como os atores políticos não deveriam aceitar a violência. Para ela o extremo da violência seria a ausência do poder, o qual, em seu entendimento, é a capacidade de agir em concerto, não sendo exclusividade de apenas um indivíduo, mas antes de um grupo que empossa alguém para agir em seu nome.¹⁹⁸ Contrariando a máxima de Mao Tsé-Tung, de que o poder brota do cano de uma arma, Arendt afirma que onde a violência predomina o poder está ausente ou está sendo perdido. Do cano de uma arma não emerge jamais o poder, mas antes, o comando mais efetivo e a mais perfeita obediência. Por outro lado, e contrariamente a seus críticos, cabe ressaltar que as teorias de Hannah Arendt não afirmam que poder e violência apareçam sempre

¹⁹⁶ **Comunismo Internacional**. Novembro 1970. Conheça o inimigo: o que ele faz e o que ele diz. p. 4.

¹⁹⁷ ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. 2ª ed. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 17.

¹⁹⁸ Ibidem. p. 60.

de formas isoladas, como compartimentos estanques, os quais não se tocam. Para ela, nada é mais frequente do que a combinação entre violência e poder e que, normalmente são fenômenos que aparecem juntos. Porém, não ocorre que tais fenômenos sejam a mesma coisa.¹⁹⁹ Uma das distinções importantes feitas por Arendt remete ao fato de que a violência sempre depende de uma justificativa, ou seja, remete a um fim que almeja, e que ela é sempre instrumental. Já o poder não necessita de justificação, mas sim de legitimidade. Ele pode surgir onde as pessoas ajam em concerto, mas sua legitimidade está relacionada a um estar junto inicial e a uma tradição que assenta-se no passado. Assim, a violência pode até ser justificável, mas nunca será legítima, pois ela é sempre um meio para um determinado fim.

Em sua crítica à violência da nova esquerda, Arendt afirma que elas, em oposição ao próprio discurso marxista, passaram a valorizar a ação violenta como meio de superar as desigualdades existentes, haja vista que, na concepção das esquerdas, o espaço político, com a “democracia representativa”, atendia unicamente aos interesses da classe burguesa, propondo em contrapartida, visto por Arendt como único slogan positivo, a “democracia participativa”. Esse elogio a violência encontrou eco na obra de Frantz Fanon, o qual afirmava que apenas a violência compensa, em seu livro *Os condenados da Terra*, lançado em 1961. Essa obra teve também grande repercussão no movimento estudantil da década de 1960, sendo prefaciado pelo filósofo francês Jean-Paul Sartre.²⁰⁰ Esse apelo, e também a valorização, à violência como resposta aos problemas que se apresentavam a sociedade dos anos sessenta, foi fortemente absorvido pelos movimentos de esquerda, bem como pelos movimentos estudantis e de combate ao racismo. A nova esquerda entendia que somente através da violência seria possível vencer o capitalismo, o qual havia fechado todas as portas para uma sociedade melhor. Para Arendt, essa geração “parece caracterizar-se pela pura coragem, por uma surpreendente disposição para a ação e por uma confiança não menos surpreendente na possibilidade de mudança.”²⁰¹ Por outro

¹⁹⁹ ARENDT, Hannah. Op. cit. 2010. p. 63 e 69. André Duarte afirma que “é preciso caracterizar as inúmeras distinções conceituais propostas por Arendt ao longo de sua obra, pensando sempre em seu caráter *relacional*, isto é, sob a pressuposição de que aquilo que se distingue mantém uma relação intrínseca com aquilo *de que* se distingue, jamais podendo existir como entidade isolada e absoluta, independente de seu outro, de modo que a própria exigência arendtiana de estabelecer distinções implica o reconhecimento de que, na vida política cotidiana, o limite jamais é absoluto, mas sempre tênue e sujeito à contaminação e ao deslocamento.” Duarte sugere uma relação de proporcionalidade, “em vista da qual, quanto mais poder, menos violência e quanto mais violência, menos poder.” DUARTE, André. Poder e violência no pensamento político de Hannah Arendt: uma reconsideração. In ARENDT, Hannah. Op. cit. 2010. p. 134-5.

²⁰⁰ ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos 1960 e 1970. In FICO, Carlos et al. (orgs.) **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço historiográfico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. pp 252-255.

²⁰¹ ARENDT, Hannah. Op. cit. 2010. p. 31.

lado, esses grupos de esquerda iam contra as teorias marxistas ao valorizar a violência, pois para Karl Marx a violência teria um papel secundário, já que eram as contradições da velha sociedade que iriam conduzir para algo realmente novo, assim como as dores do parto precedem, mas não causam, o nascimento orgânico.²⁰²

Essas teorias são por nós destacadas por dois motivos. Primeiro, elas demonstram o estado de tensão experimentado pelo mundo no final dos anos sessenta.²⁰³ Segundo, remetem-nos ao estudo da violência nos assuntos humanos, seja para melhor compreendê-los, seja para buscarmos a liberdade e um mundo melhor. Esses motivos tornam-se aqui complementares e são essenciais para nosso objeto de análise. Por nos lembrar da constante tensão entre capitalismo e comunismo, ocidente e oriente, associada a uma dicotomia de bem e mal, eles ainda nos mostram como essa tensão perpetrou a violência em ambos os lados. Ao abordar a questão da ditadura e todas as suas consequências para as sociedades latino-americanas que experimentaram estados autoritários, ou ainda um terrorismo estatal, não devemos esquecer que a violência e sua aplicação estavam na ordem do dia nos anos sessenta e setenta. Seja para o governo civil-militar, em sua defesa da nação e dos valores morais da sociedade ocidental, seja para as esquerdas e seu combate ao arbítrio e autoritarismo militar. Os serviços de informação caminhavam juntos a essa perpetração da violência.

2.1. Um entre tantos

A documentação produzida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) representa uma infinidade de dossiês sobre milhares de cidadãos, abordando diversos assuntos referentes à segurança nacional e também relatórios produzidos pela Agência Central e pelas seções regionais desse órgão, espalhadas pelo Brasil. Somente o acervo do SNI totaliza 220 mil microfichas, além de jornais, livros e cartazes. 469 livros, 15.269 documentos iconográficos,

²⁰² ARAÚJO, Maria Paula. Op. Cit. 2008. p. 256. Maria Paula Araújo analisou o discurso em defesa da violência nos anos sessenta e setenta por parte de alguns grupos de esquerda, bem como as críticas de Hannah Arendt ao uso da violência nesse período e como ela seria a negação da política. Pilar Calveiro afirma que para muitas dessas organizações de esquerda, a luta armada tornou-se a própria política, tornando-se a expressão máxima da política. CALVEIRO, Pilar. Op. Cit. 2013. p.13.

²⁰³ André Duarte faz uma importante lembrança ao contexto em que o estudo foi produzido. “O ensaio de Arendt foi escrito entre 1968 e 1969, datas que evocam experiências políticas cruciais como a inusitada rebelião estudantil em todo o mundo e os confrontos raciais que ela ensejou nos Estados Unidos; a glorificação da violência pelos militantes de esquerda e pelos movimentos de descolonização; a invasão soviética que pôs fim ao movimento político denominado Primavera de Praga; o aumento acelerado do processo tecnológico no que respeita à produção dos meios da violência e ao temor de uma guerra nuclear; as lições políticas oriundas da Guerra do Vietnã e dos movimentos de resistência e desobediência civil por ela engendrados nos Estados Unidos. DUARTE, André. Op. Cit. 2010. p. 132.

774 cartográficos, 241 micrográficos, 178 sonoros, 9 audiovisuais e 6 digitais. A documentação do Serviço Nacional de Informações compõe atualmente o arquivo do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (SISNI), armazenado no Arquivo Nacional em Brasília. Nesse arquivo encontram-se documentos das Assessorias de Segurança e Informação (ASI) de vários órgãos públicos, do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), Comissão Geral de Investigação (CGI), Conselho de Segurança Nacional (CSN), documentos das Divisões de Segurança e Informação (DSI) dos ministérios civis. Não está nesse acervo a documentação referente ao Centro de Informações do Exército (CIE).²⁰⁴ Nesta documentação existem desde relatórios sobre os passos de suspeitos de subversão, solicitações de informação vindos de outros setores, além de uma documentação que buscava repassar informações sobre o comunismo, possuindo assim uma característica mais doutrinária.

De certa forma, uma documentação que buscava sustentar a repressão, com dados que servissem a operacionalização da violência através da espionagem e do levantamento de dados, interceptando correspondências, roubando documentos, realizando escutas telefônicas e infiltrando agentes dentro de organizações clandestinas e no partido de oposição consentida, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).²⁰⁵ De outro lado, pode-se perceber uma documentação que não estaria diretamente vinculada às ações repressivas, mas a sustentavam em termos discursivos. Inúmeras apostilas para cursos de capacitação de agentes de informação, como os dados inicialmente na Escola Superior de Guerra (ESG) e posteriormente na Escola Nacional de Informações (EsNI).²⁰⁶ Outros textos visavam informar toda comunidade repressiva das ações dos comunistas de forma geral, no Brasil e no mundo. Esses textos não instruíam a forma de agir da espionagem, mas mostravam ações dos comunistas e, de certa forma, os perigos que isso representava para a civilização ocidental.²⁰⁷ Ainda assim, esse

²⁰⁴ <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/SNI.pdf>> Acesso em 01/03/2012.

²⁰⁵ ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares: institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In FICO, Carlos et al (orgs.) Op. Cit. 2008. p. 221.

²⁰⁶ No ano de 1992 uma caixa foi deixada no Arquivo Nacional, sem identificação e continha uma serie de apostilas para os cursos de capacitação de agentes tanto do extinto Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) e o posterior Serviço Nacional de Informações (SNI). A essa coleção foi dada o nome de “O informante do Regime Militar” e o código utilizado para identificar esse fundo foi “X-9”, que significa informante, espião. Nesta documentação existem várias apostilas que instruem o ato da espionagem, produzidos por diversos órgãos, além de textos traduzidos que no entender militar eram de grande importância para a espionagem. **Inventário da Coleção Informante do Regime Militar**. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2008.

²⁰⁷ Podemos citar como exemplo um panfleto produzido pelo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) em 1971, chamado “Como eles agem” e ainda “O decálogo da segurança” produzido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1969. MAGALHÃES, Marion Dias Brepohl. A lógica da suspeição: sobre aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In **Revista Brasileira de História**. Vol 17. n. 34. São Paulo, 1997.

conjunto de textos pode ser lido pelo seu viés ideológico e doutrinário, pois almejava internalizar mensagens que refletissem o terror e o medo paranoico em seus leitores. Ao divulgar os males do comunismo, não o faz apenas pela perspectiva do ateísmo, pacifismo e costumes, mas também pela ótica da destruição do Ocidente, expressão vaga e genérica, porém mobilizadora de sentimentos e ações. O discurso ditatorial assentou-se, em grande medida, na noção de “reação” e “defesa”, mas deve ser visto, por outro lado, como propagador da violência. Ao analisarem o “inimigo”, muitas vezes imaginário, partiam para o ataque e a destruição de tudo que pudesse soar como ameaça. O dismantelamento extremamente violento de organizações de esquerda, mesmo as não armadas, é um indício disso. Prisões, torturas e mortes de envolvidos ou supostamente envolvidos com a luta armada, nos levam a crer que a ditadura não foi uma “reação”, mas sim um ataque e a tentativa de silenciar ou aniquilar grupos e organizações que soassem à dissonância. Nesse sentido, a violência encontraria grande sustentação nos discursos anticomunistas, que tinham como destinatários a comunidade repressiva. Neles, o “inimigo” aparece como aquele que merece e deve ser combatido com todas as forças. Não podemos medir com exatidão o alcance desses textos, nem tampouco afirmar que eles, ao serem lidos, influenciariam diretamente na ação dos agentes repressivos. Contudo, não podemos esquecer que todos aqueles que ingressaram nas forças de repressão e informação estavam inseridos em uma sociedade que trabalhava intensamente com valores anticomunistas. Filmes, histórias em quadrinhos, heróis e vilões que serviam ao mesmo objetivo de anunciar os males do comunismo ao mundo ocidental e eram, em sua maioria, produzidos e idealizados nos Estados Unidos. Por outro lado, não podemos desconsiderar a influência do discurso católico e das organizações e institutos que se formaram para combater a doutrina comunista.

As apostilas e documentos do SNI com um caráter doutrinário são exemplo do discurso autoritário e que, em certa medida, influenciou e legitimou a ação dos “operários da violência”. Estavam inseridos em um mundo que acusava, através de diversos meios, os comunistas por vários crimes e associavam a doutrina marxista à dissolução dos valores tradicionais.²⁰⁸ Por

²⁰⁸ Talvez por isso a luta iniciada pelos guerrilheiros encontrou pouca ressonância na sociedade. Eles buscavam encontrar apoio nas comunidades populares, as quais apoiariam a ação revolucionária e aceitariam o papel de vanguarda dos grupos radicais em combater os males do capitalismo e do imperialismo. Porém, os discursos em defesa dos valores liberais e de repulsa aos comunistas eram muito maiores e de maior alcance na sociedade. A sociedade não encontrava grande sentido nessas lutas, ou as viam como lutas que não eram sua. Para Daniel Aarão Reis Filho, “para a grande maioria da população, aquela guerra, como a chamavam os revolucionários e a polícia política, era algo que não conseguiam compreender, quanto mais participar de forma direta. Ao contrário do que os revolucionários imaginavam, muito poucos compartilhavam de suas convicções e certezas. E elas eram indispensáveis para que se consentissem os riscos e os sacrifícios inerentes, naquele momento, ao desafio aberto da ditadura. Por outro lado, também não é certo que houvesse simpatia pelos métodos brutais empregados pela polícia política, embora a sociedade brasileira já tivesse então apreendido – e até hoje isso continua – a conviver serenamente com a tortura – mas desde que empregada contra os chamados marginais. Desde que esse jogo sujo

certo, essa documentação contribuiu para reforçar a já mencionada paranoia em seus leitores, tornando-se mais uma peça no discurso anticomunista. Este, por certo, não vem ou nasce de uma única e exclusiva fonte, mas antes, é a soma de vários discursos que se fundem, sendo realimentados por novas informações ao longo do tempo. A lógica desses discursos não está tanto na novidade ou no ineditismo de seus assuntos, mas sim em reforçar assuntos antes anunciados e trabalhados, criando assim verdades sobre o outro.

Mesmo que a Doutrina de Segurança Nacional não tenha alcançado a todos os membros do governo e os aparelhos repressivos e de informação, nem tampouco se espalhado por toda a sociedade, como em regimes totalitários de ideologia única, certos documentos oficiais, produzidos, por exemplo, pelo SNI, demonstram a existência dessa ideologia autoritária nas estruturas do governo. O perigo do comunismo internacional, ou do Movimento Comunista Internacional (MCI) esteve presente em diversos documentos e publicações dos órgãos de informações da ditadura civil-militar, demonstrando assim que os olhos dos agentes não se concentravam apenas nas ações de guerrilha urbana e rural ou nas organizações clandestinas brasileiras, mas também em acompanhar o andamento do comunismo em escala internacional, como é o caso de *Comunismo Internacional*. A preocupação não era apenas interna, mas também residia na lógica de identificar o inimigo externo, por vezes muito mais perigoso.

2.2. Boletins Informativos: os recortes de jornal

Comunismo Internacional foi precedida por outra publicação, chamada *Boletim Informativo*²⁰⁹, produzida a partir de 1969. Esses boletins possuíam o mesmo nome de uma documentação antes produzida pelo DEOPS/SP durante o governo de Castelo Branco. Com o objetivo de centralizar a produção e circulação de informações, esses boletins passaram a ser produzidos em 05 de setembro de 1969 pela agência estadual de São Paulo do SNI, em meio a um contexto de tensão dentro e fora do governo civil-militar. O primeiro Boletim Informativo foi produzido, segundo Carla Reis Longhi, logo após dias intensos, quando

(...) Costa e Silva foi oficialmente considerado inapto no dia 31/08/69 e numa rápida

se passasse fora das vistas e longe dos ouvidos, nas celas imundas de fedor e de sangue, porém fechadas e bem guarneçadas por isopor à prova de som, sempre seria possível sustentar que os excessos eram ignorados e a sociedade inocente.” REIS FILHO, Daniel Aarão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005. p. 53.

²⁰⁹ Esta documentação encontra-se no Arquivo Público do Estado de São Paulo no dossiê 20.C.043.

movimentação foi formada a junta provisória tríplice, respaldada pelo AI-12, impedindo a posse de Pedro Aleixo. Em 1.º de setembro o Brasil foi recepcionado pela mais nova conquista tecnológica: a 1.ª edição do Jornal Nacional da Rede Globo; nesta, o jornal anunciava a doença do presidente e indicava que ele se encontrava em recuperação. O movimento de radicalização já havia se iniciado; foi apaziguado pelas novidades tecnológicas e pelo anúncio do seqüestro do embaixador americano, ocorrido no dia 04 deste mês. Esta sobreposição de fatos foi lida de maneiras diversas e, apesar de não parecer, foi a justificativa ideal para o recrudescimento.²¹⁰

Para Longhi, a data do boletim demonstra uma mudança já em curso dentro da estrutura governamental, pois não haveria tempo hábil para a produção logo no dia seguinte ao sequestro do embaixador, se isso já não fosse uma decisão tomada anteriormente. Essa documentação visava dar uma visão mais ampla e geral da situação atual, diferentemente do outro boletim, produzido pelo DEOPS/SP, que concentrava-se em temas locais do estado de São Paulo. Ela estava dividida em quatro itens: 1. Político, que se subdividia em política interna, administrativa, externa, atividades subversivas; 2. Psico-Social, que se dividia em trabalho, educação e cultura, assistência e previdência social, opinião pública; 3. Economia e 4. Militar. Esses boletins eram produzidos diariamente e eram, em sua maioria, recortes de textos de jornais referentes ao governo e aos temas acima relacionados. Estes eram reproduzidos sempre nessa mesma ordem e reafirmam preocupações presentes na própria Doutrina de Segurança Nacional. Serviam de base aos boletins os jornais *Folha de São Paulo*, *Diário da Noite de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, *Notícias Populares* e o *Jornal da Tarde*. Dessa forma os boletins visavam não demonstrar que essas informações eram produzidas pelo governo, mas antes retiradas de jornais de circulação nacional. Por outro lado, o SNI não necessitava retirar essas informações dos jornais, pois teria acesso a elas, inclusive previamente, caso fosse realmente necessário. Segundo Carla Longhi

Excetuando-se o terceiro exemplo, os membros dos órgãos de Informação não teriam a necessidade de retomar os jornais, todos os dias, para extrair informações como as colocadas acima, pois se referem às informações sobre a ação do próprio governo. Além disso, estas informações poderiam ser adquirida através de comunicação interna, contendo, inclusive, muito mais detalhes. Um aspecto, contudo, é indicativo: a maior parte dos trechos presentes nos B.I(s) reforça uma atitude positiva sobre o governo, demonstrando agilidade [...], controle e centralização [...], através do qual demonstra a força e poder do SNI e, também, capacidade de agregação.²¹¹

Como exemplo desses recortes, na seção Atividades Subversivas, encontra-se: “A

²¹⁰ LONGHI, Carla Reis. O boletim informativo: documentação institucional ou discurso reapropriado? In Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. p. 2.

²¹¹ Ibidem. p. 3.

Polícia descobriu e desmantelou anteontem, em São Sebastião, no litoral paulista, um ‘aparelho’, onde se reuniam grupos subversivos. (JT).”²¹² O objetivo, como se percebe, não era o de trazer informações de fato importantes e que alimentassem a ação da atividade repressiva, pois essa já havia ocorrido, tampouco entender como o desmantelamento ocorreu e de que forma a polícia agiu ou como ela conseguiu informações para essa operação. Essas informações não eram veiculadas, inclusive por conta da reformulação da Lei de Segurança Nacional, através do Decreto-lei 898 de 29 de setembro de 1969, o qual definia os crimes contra a Segurança Nacional, bem como as penas, afirmava que as mensagens trocadas entre os serviços de informação deveriam ser sigilosas, proibindo a circulação de informações referentes às operações militares contra revolucionários.²¹³

Segundo esse decreto, em seu artigo 31, um dos crimes cometidos por funcionários públicos seria:

(...) Revelar segredo obtido em razão de cargo ou função pública que exerça, relativamente a ações ou operações militares ou qualquer plano contra revolucionários, insurrectos ou rebeldes:

Pena: reclusão, de 5 a 12 anos.

Parágrafo único. Se o segredo revelado causar prejuízo às operações militares ou aos planos aludidos:

Pena: reclusão, de 12 anos até a prisão perpétua.²¹⁴

Dessa forma, os funcionários públicos estavam impedidos de revelarem informações referentes a essas operações, bem como seu funcionamento e detalhes mais aprofundados. A divulgação dessas notícias através dos BI's está muito mais relacionada a uma ação de convencimento. Segundo Longhi, essa circulação diária de informações recortada de jornais, visava criar uma rede de convencimento e de *retroalimentação* a qual favorecia a união, criando assim um sentimento de pertença e de potência entre a comunidade de informações. Para a autora, “esta teia só se mantém se os seus nós continuarem interligados e isto seria garantido pela manutenção contínua do ato comunicativo, então, da circulação de informação.”²¹⁵ Esse boletins seriam produzidos, segundo Longhi, até julho de 1970, quando seriam substituídos por uma documentação mais abrangente, chamada *Comunismo Internacional*. Porém, a informação de Longhi não condiz com a própria publicação *Comunismo Internacional*. Em algumas edições

²¹² Apud. LONGHI, Carla Reis. Op. Cit. 2006. p. 3.

²¹³ LONGHI, Carla Reis. Op. Cit. 2006. p. 4.

²¹⁴ Decreto-lei 898 de 29 de setembro de 1969.

²¹⁵ LONGHI, Carla Reis. Op. Cit. 2006. p. 13.

do ano de 1970, existem citações de números anteriores, como, por exemplo, aos meses de maio e abril de 1970, demonstrando assim que a publicação do SNI é anterior ao mês de julho.

2.3. A produção de um sumário de informações

Durante aproximadamente três anos a Agência Central do Serviço Nacional de Informações buscou mapear os passos do comunismo não somente no Brasil, mas em todo o mundo. Persistia uma preocupação crescente com este movimento desde a África e Ásia, até seu alcance na América Latina, bem como a atuação de supostos comunistas no exterior e discursos contra o Brasil na imprensa estrangeira.

A divisão desta publicação traz algumas diferenças dos Boletins, buscando fazer uma ampla análise do comunismo internacional em escala total. Almejavam mostrar a violência comunista e seus aspectos mais perversos. A seção “Assuntos Gerais”²¹⁶, que aparecia logo após o calendário das atividades comunistas e das frases de efeito de comunistas conhecidos, analisava aspectos mais amplos do comunismo, como hábitos e costumes, bem como as táticas utilizadas pelos “vermelhos” para atacar o mundo ocidental. É recorrente em *Comunismo Internacional* uma preocupação com os hábitos dos comunistas e as ideias que esses tentavam, de diversas formas, introduzir na sociedade ocidental, o que no entender da comunidade de informações, era uma estratégia para enfraquecer e desarmar o ocidente, tornando mais fácil sua conquista. Ao trazer os costumes, muitas vezes entendidos como promíscuos, o agente produtor almejava desmoralizar o inimigo, demonstrando não somente seu caráter mais violento, mas também seu lado mais pervertido e degenerado. A preocupação com a violência era uma recorrência nessa publicação, trazendo sempre à tona o lado mais cruel dos comunistas. Por outro lado, eles são mostrados como espertos e inteligentes, possuindo muitas táticas psicológicas para seduzir principalmente a juventude.

Semelhante aos boletins, *Comunismo Internacional* na seção Assuntos Gerais, retirava muitos de seus textos de jornais e revistas. Porém, os textos tinham uma origem mais ampla, alguns estrangeiros traduzidos na íntegra para a publicação. O fato de citar não diminui a importância do texto. Em certa maneira, o produtor da publicação busca referendar sua ideia citando aqueles que possuem um discurso semelhante. O recorte jornalístico buscava demonstrar a pertinência do assunto analisado e de como este estava na ordem do dia. A um primeiro olhar pode nos parecer uma simples reprodução de um discurso paranoico para aquele

²¹⁶ A expressão “Assuntos Gerais” passou a ser adotada a partir da edição de agosto de 1970. Anteriormente usava-se a expressão “Aspectos Gerais”.

que faz a seleção dos textos a serem inseridos na publicação. Porém esse ato era permeado de uma lógica muito maior, pois almejava referendar suas ideias através de longas citações, além de fazer crer nos seus leitores que o perigo era eminente. Por outro lado, em diversos momentos o autor se deixa mostrar, colocando suas opiniões na forma de comentários e reafirmando a importância da atenção para com a notícia analisada.

Em outras edições de *Comunismo Internacional* os textos são do próprio autor da publicação e nessas edições são feitas análises de fatos ocorridos nos meses anteriores ou de aspectos gerais do comunismo e do “esquerdismo”. Os temas abordados na seção Assuntos Gerais são diversos e não seguem uma sequência lógica – diferente das outras seções que se atém sempre aos mesmos temas e na mesma ordem – nem possuem um critério de ordenamento. O critério era apenas o de informar sobre os aspectos gerais do comunismo e os meios que este utilizava para difundir sua doutrina.

Em tempos de violência e de início da guerrilha rural e urbana perpetrada por grupos de esquerda, em oposição ao discurso pacifista do Partido Comunista Brasileiro, os agentes do Serviço Nacional de Informações acreditavam que a campanha pela paz defendida por alguns partidos comunistas espalhados pelo mundo era na verdade uma forma de destruir o Ocidente, tornando-o mais fraco e vulnerável. Para esses agentes,

Jornais e revistas deveriam se opor a toda e qualquer campanha desenvolvida pelos comunistas, diretamente ou através de suas 'frentes', como inocentes úteis, 'infiltrados' ou mesmo atraídos pelo dinheiro que lhes é oferecido, atuam eficientemente (para os comunistas) na Campanha Anti-Guerra, nova denominação da surrada “Campanha pró Paz” desencadeada pela URSS, logo após a 2ª Grande Guerra.

[...] A imprensa publica artigos dessa espécie e se omite completamente de dizer que é imperioso para o Mundo Ocidental que seja executada e desenvolvida a política de contenção 'do monstro comunista, impedindo sua escalada'.

Não dizem e repetem o que, desde há muito tempo é sabido, que os comunistas com suas 'Campanhas pró Paz' e 'Campanha Anti-Guerra', desejam desarmar material e espiritualmente o Mundo Ocidental para facilmente dominá-lo.

São omitidas e esquecidas frases como as que se seguem:

'Nós não venceremos o Ocidente por meio da bomba atômica. Venceremos com algo que o Ocidente não compreende: as nossas cabeças, as nossas ideias, nossa doutrina'. 'Segundo a tática do CAVALO DE TRÓIA, a GUERRA POLÍTICA infiltra auxiliares de todas as condições – desde agente assalariado ao amigo honesto, mas iludido em tudo que tenha força sobre a opinião pública: na imprensa, nas editoras, nas estações de rádio e televisão, nos teatros e cinemas, nas escolas e universidades, corrompendo a todos, desde o camponês até o cardeal. Os EUA por pressões internas, fruto de 'infiltrações' está sendo forçado a abandonar sua 'política de contenção' da escalada comunista. Foram envolvidos pelas campanhas 'Pró-paz' ou 'Anti-guerra' e de 'crimes cometidos por suas tropas no Vietnam'.²¹⁷

²¹⁷ *Comunismo Internacional*. Junho 1970. p. 1.2.

DIFUSÃO EXTERNAPresidência da República

- * - Ch Gab Mil PR
- * - Ch Gab Civ PR
- * - Consultor Geral Rep
- * - Ch Gab Vice-Pres Rep
- * - AERP/PR
- * - SG/CSN
- * - FA-2/EMFA
- * - ESG

Legislativo

- * - Pres Senado Federal
- * - Pres Câmara Deputados

Judiciário

- * - Pres STF
- * - Pres STM

Autoridades Eclesiásticas

- * - Núncio Apostólico
- * - Arcebispo de São Paulo (D. Agenlo Rossi)
- * - Arcebispo de Porto Alegre (D. Vicente Scherer)
- * - Arcebispo de Salvador (D. Eugênio de Araújo Sales)
- * - Arcebispo do Rio de Janeiro (D. Jaime de Barros Câmara)
- * - Bispo de Diamantina (D. Geraldo de Proença Sigaud)

Ministérios Civis

- * - GM-MRE
- DSI/MJ
- DSI/MRE
- DSI/MF
- DSI/MT
- DSI/MA
- DSI/MEC
- DSI/MTPS
- DSI/MS
- DSI/MIC
- DSI/MME
- DSI/MPOG
- DSI/MI
- DSI/MC
- Sec G/AAA-MRE
- Sec G/AEAs-MRE
- DPF/CI

Min da Aeronautica

- * - GMA
- GMA
- 2ª/EMAer
- ECEMAR
- AFA
- 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª ZA's
- COMFAP/BH

Min da Marinha

- * - GMM
- CENIMAR
- 2ª/EMA (2)
- COMENCH
- * - EGN
- EN
- CNB
- CNA
- 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª DN

Min do Exército

- * - GMEx
- CIE
- 2ª/EME (4)
- DPO, DGP, DPG, DGE
- IGPM
- I, II, III, IV Ex
- 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª (3) e 10ª RM
- CMP
- CMA
- * - ECEME
- EsAO
- AMAN
- CEPE (C. Info)

DIFUSÃO INTERNA E REDISTRIBUIÇÃO PELAS AGENCIAS

* - Ch SNI (1)					
* - AC (24) * (3)					
- ABSB (6)	NA (1)	SSP/DF	PM/DF		
			PM/GO		
- ARJ (10)	NA (4)	SSP/GR			
- ASP (6)	NA (1)	SSP/SF (3)			
- ADH (9)		SSP/MG	PM/MG	DR/DPF/MG	
- ACT (5)	NA (1)	SSP/PR			
		SSP/SC			
- APA (6)		SSP/RS	BM/RS	DR/DPF/RS	
- ADE (11)	NA (6)	SSP/PE	PM/PE		
- AMA (3)	NA (5)		PM/AM		

Total = 131 * (29)

JUN 70

CONHEÇA O INIMIGO

O QUE ELE FAZ E O QUE ELE DIZ

"Devemos apoiar tudo que o inimigo combate e opor-nos a tudo que o inimigo apoie."

MAO TSETUNG

"A guerra total entre o Comunismo e o Capitalismo é inevitável. Hoje é claro não estamos suficientemente fortes para atacar. Nos sa oportunidade virá dentro de 20 a 30 anos. Para vencer necessita - mos o elemento surpresa. A burguesia deverá ser adormecida. Assim co - meçaremos por lançar o mais espetacular movimento pró-paz de todos os tempos. Os países capitalistas estúpidos e decadentes, virão, alegre - mente, cooperar para sua própria destruição.

Tão cedo suas defesas estejam desarmadas as esmagaremos de punhos cerrados."

DIMITRI N. MANUILSKY

ESCOLA LENINE PARA POLÍTICA DE GUERRA - 1930

"A surpresa, a manha o terror, esgotam o inimigo sem que o tenhamos de combater, o que significa a habilidade suprema da guerra."

A Arte da Guerra

SUN-TSE

"É preciso transformar a América em um, dois ou mais VIET - NAMS."

CHE GUEVARA

"Ser revolucionário é o dever de todo cristão."

CAMILO TORRES

"O objetivo da guerra não é a destruição física do inimigo mas sim a destruição de sua vontade de resistir."

VON CLAUSEWITZ

"Unamo-nos para alcançar um objetivo, que é consolidar a di - tadura do proletariado. Há que obtê-lo em cada fábrica, aldeia, ins - tituição oficial e centros de ensino."

MAO TSETUNG

JUN 70

CALENDÁRIO DOS PRINCIPAIS EVENTOS COMUNISTAS

- Meses de agosto e setembro -

AGOSTO

- 1 a 31 - Mês do aniversário da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD).
- 1 - DIA DO JOVEM. (Proclamado no IX Festival da Juventude, em Sofia, 1968.)
- 6 - Lançamento da Bomba Atômica sobre Hiroshima (1945).
- 8 - Declaração de guerra pela Rússia ao Japão (1945).
- 9 - Lançamento da Bomba Atômica sobre Nagasaki (1945).
- 15 - Data Nacional da Coreia.
- 17 - ANIVERSÁRIO DA UNIÃO INTERNACIONAL DE ESTUDANTES (UIE).
- 21 - Invasão da Tcheco-Eslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia (1968).
- 23 - Data Nacional da Romênia. (Libertação nazista em 1944.)

SETEMBRO

- 1 - DIA DA PAZ MUNDIAL.
- 1 - Dia da luta contra o perigo de uma nova guerra.
- 1 - Data Magna do Conselho Mundial da Paz (CMP).
- 2 - Rendição Incondicional do Japão.
- 2 - Independência do Vietnã do Norte.
- 3 - Fundação do PC belga (1921).
- 4 - SEQUESTRO DO EMBAIXADOR AMERICANO, NO RIO DE JANEIRO (1969)
- 8 - Dia Internacional da Alfabetização.
- 8 - Dia Internacional dos Jornalistas.
- 9 - Data Nacional da Bulgária. (Libertação nazista em 1944)
- 13 - Dia Internacional das Vítimas do Fascismo.
- 13 a 20 - Semana dos Combatentes da Resistência, ou Semana Internacional contra o Fascismo.
- 21 - Dia Internacional da Solidariedade com os Povos Árabes, contra a agressão israelense.
- 22 - DIA NACIONAL DA LUTA CONTRA A DITADURA NO BRASIL.
- 23 - Dia da Solidariedade com Porto Rico.
- 28 - Aniversário da Fundação dos Comitês de Defesa da Revolução. (Cuba - 1960)

As datas de 1 e 17 Ago e 1, 4 e 22 Set são as de maior importância, no período considerado, para os órgãos de Segurança Nacionais.

JUN 70 CI-SI

I N D I C EA S S U N T O1. ASPECTOS GERAIS

- a. Campanha Antiguerra 1.1
- b. A Morte por um Ideal 1.2
- c. Esquerdismo 1.4

2. POTÊNCIAS COMUNISTASa. RÚSSIA

- 1) Subordinação dos PC's de Todo o Mundo 2.1
- 2) Crise Russa 2.2
- 3) O Soviet Supremo 2.3

b. CHINA

- 1) Apoio aos Movimentos Estudantis Externos e Repressão aos Internos 2.4
- 2) A Linha Aventureira de Pequim no "Movimento de Libertação Nacional" 2.6
- 3) A China Aproxima-se dos Estados Comunistas "Independentes". 2.6

c. URSS x CHINA

- 1) Militantes Comunistas do Mundo - Cisões em Linha Pequim e Linha Moscou 2.7

3. ÁFRICA

- a. OFENSIVA ECONÔMICA E COMERCIAL SOVIÉTICA NO NORTE DA ÁFRICA. 3.1
- b. RÚSSIA PROCURA FIXAR-SE NA ÁFRICA 3.1
- c. RELAÇÕES ARGÉLIA/RÚSSIA E ARGÉLIA/RDA 3.3
- d. EXPULSÃO DE DIPLOMATAS RUSSOS 3.3

4. ORIENTE MÉDIO

- a. A PENETRAÇÃO RUSSA NO ORIENTE MÉDIO 4.1
- b. AL FATAH: CRONOLOGIA 4.3
- c. APROXIMAÇÃO DA "AL FATAH" À CHINA COMUNISTA 4.4

5. EUROPA OCIDENTALa. ITÁLIA

- 1) A Crise Italiana e os Comunistas 5.1

b. FRANÇA

- 1) Cristãos e Marxistas Diante do Mundo Moderno 5.3
- 2) Dia da Insurreição - Esquerda Proletária 5.3
- 3) Movimento Estudantil - "Plano de Férias" 5.3
- 4) A "Internacional Situacionista" e os "Conselhos Operários" - ORC e GRCA 5.4

Essas informações encontram eco nas palavras de um dos idealizadores da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil, Golbery do Couto e Silva, quando esse afirma que

Francamente, não entendemos como – a menos que busque, por um mecanismo subconsciente de compensação, enganar-se a si mesmo e à angústia da instabilidade a que deseja fugir – possa alguém acreditar hoje nos velhos sonhos de uma paz mundial estável, fundada – e ainda mais para os nossos dias ou os dias de nossos filhos – na justiça internacional, na intangível liberdade das nações, reconhecida e respeitada por todos, e nesse princípio tão lógico, tão moral, mas não menos irreal, da autodeterminação e absoluta soberania dos povos, o qual, nem por não se poder nele confiar, de forma alguma, importa que se deixe de usá-lo e defendê-lo a todo custo como argumento único, que é, dos fracos contra os fortes.²¹⁸

Como se sabe, após o golpe de 1964, o PCB foi duramente criticado pelo seu imobilismo, não sabendo também lidar com a própria derrota sofrida. Por todos os lados, uma série de cisões abalaram a estrutura do partido, que anteriormente aglutinava a maior parte da esquerda brasileira. Segundo Marcelo Ridenti

[...] Entre os anos de 1965 e 1968, as bases universitárias romperam com o Partido em todos os cantos do território nacional, constituindo as conhecidas dissidências estudantis, 'Dis': no estado do Rio surgiu a DI-RJ; na Guanabara, a DI-GB (ambas posteriormente denominadas Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8); havia a DI do Rio Grande do Sul; a DISP, paulista (depois integrada à ALN ou a VPR e VAR-Palmares); em Minas Gerais a dissidência estudantil integraria a CORRENTE.²¹⁹

Um dos principais nomes dessas cisões foi Carlos Marighella, que criou a Aliança Nacional Libertadora (ALN) e Mario Alves, que fundou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Dessa forma, até 1968 o PCB perdeu praticamente metade de seus integrantes, os quais optaram por partidos que defendiam a luta armada.²²⁰ Nesse contexto surgiram ainda outros movimentos, como o Partido Comunista Revolucionário (PCR), a Ala Vermelha do Pcdob (ALA), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), além das cisões na Ação Popular, de base católica, que optou pelo maoísmo gerando assim o descontentamento de suas bases que optavam por uma linha leninista e guevarista.²²¹ Nessa colcha de retalhos que

²¹⁸ SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. 4. ed. José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1981. p. 21.

²¹⁹ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. p. 28.

²²⁰ Ibidem. p. 28.

²²¹ Para uma melhor abordagem a respeito dos grupos de esquerda desse período ver RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. 1993. Especialmente capítulo 1. pp. 25-72.

se transformou a esquerda brasileira, a paixão pela revolução encantaria muitos jovens que lutavam por uma grande e profunda transformação da sociedade. Por outro lado, e nas posteriores lutas da memória, esses seriam apresentados como parte de uma resistência democrática, a qual, de certa maneira, buscou em tom conciliador apagar o tom revolucionário de suas ações, as quais não nutriam grande sentimento pelos valores democráticos. Se suas ações eram de combate à ditadura, elas visavam também a tomada do poder pelos trabalhadores, tendo o movimento estudantil como vanguarda revolucionária.²²²

No entender dos militares, porém, esse esquerdismo era algo deplorável e atrapalharia em demasia nossa sociedade. Visão essa compartilhada por Plínio Corrêa de Oliveira, expoente do catolicismo conservador e um dos fundadores da Tradição, Família e Propriedade e que também foi utilizado para referendar as teorias da comunidade de informações. Na edição de junho de 1970, Corrêa de Oliveira foi citado no subitem “Esquerdismo” afirmando que “os prosélitos mais radicais e dinâmicos da subversão social encontram-se em certas sacristias, universidades, redações de jornais e boites de granfinos”²²³ O texto discorre a respeito da suposta rejeição que o comunismo estava sofrendo no meio sindical, lembrando que em muitas manifestações estavam presentes apenas “estudantes vagabundos”, contando com poucos operários e que a massa não seria esquerdista, mas antes elementos deteriorados das elites. Corrêa de Oliveira citou o Pe. Comblim, o qual anos mais tarde publicaria um livro sobre a Ideologia de Segurança Nacional, afirmando que esse age com o beneplácito de autoridades eclesiais e que um abaixo assinado possuía 2 milhões de assinaturas, contra a infiltração comunista na igreja. Após o texto, o agente produtor afirma que:

Essas observações deveriam ser lidas por todos os brasileiros, especialmente pelos pais dos nossos estudantes, a fim de não permitirem que seus filhos estudantes se deixem levar por seus conselheiros e pseudo-orientadores da juventude, participando de manifestações de cunho nitidamente comunista.²²⁴

Ao longo da publicação, busca-se demonstrar o quanto a violência comunista era uma realidade inquestionável, bem como as mudanças que essa doutrina prometia. Em certa medida, o agente busca, tanto ao selecionar os textos quanto ao proferir determinados comentários, reafirmar a violência praticada pelo outro. Na edição de Agosto de 1970, foi traduzido um texto

²²² REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 70.

²²³ **Comunismo Internacional**. Junho 1970. p. 1.4.

²²⁴ **Comunismo Internacional**. Junho 1970. p. 1.4.

de Suzanne Labin²²⁵, a qual foi durante as décadas de sessenta e setenta utilizada pelo meio conservador como uma grande pensadora anticomunista. Porém, em seus livros lançados no Brasil²²⁶ apresentava-se como seguidora da família espiritual do socialismo, afirmando que essa era uma doutrina completamente diferente da “coisa comunista”. Essa separação entre socialismo e comunismo foi algo mais característico da França nesse período e não era realizada aqui nesse momento. A absorção do pensamento dessa autora francesa no Brasil pelas Forças Armadas não levou isso em conta e reproduzia suas ideias em manuais, como “Ação Educativa contra a ‘Guerra Revolucionária’” produzida em 1963 pelo Ten. Cel. Mario de Assis Nogueira.²²⁷ Em *Comunismo Internacional*, uma longa tradução de “Fifty Years of Communism” de 1967 no “The Wael Bulletin”, editada em Seul, foi publicada sob o título “Mais de meio século de comunismo – As promessas e a realidade”. Como afirmou o agente produtor, mesmo sendo publicada há três anos, suas ideias permaneciam válidas. O texto analisava as promessas comunistas e a realidade em diversos países, como por exemplo em “Exploração do homem pelo homem”, afirmando que os comunistas haviam prometido o fim da exploração e que os trabalhadores seriam livres. Porém na prática, isso não aconteceu, ocorrendo o seu oposto, com uma fiscalização ferrenha sobre os trabalhadores, os quais eram “registrados no ‘livro registro de trabalhadores’ que contém os mínimos detalhes de vida profissional e crença política, e que os indivíduos são adequados para determinado serviço.”²²⁸ Foram abordados temas sobre as indústrias e a produção, o mérito e a educação. Neste último ponto, a autora afirma que os comunistas haviam prometido uma educação gratuita para toda a população. Como esse assunto era, em certa medida, uma realidade na maioria dos países de orientação comunista, a autora buscou demonstrar que mesmo com a gratuidade e com a expansão do ensino, existiam barreiras para o ingresso nas escolas e universidades públicas. Segundo Labin,

As universidades são gratuitas, mas o acesso a elas é filtrado, primeiro pela barreira da dispendiosa instrução secundária e secundariamente pela necessidade que os pais do candidato desfrutem de ‘boas’ amizades para conseguirem um lugar em uma das

²²⁵ Na referida edição aparece a grafia Suzana Labin.

²²⁶ Foram lançados vários livros pela autora no Brasil. **Em cima da hora: a conquista sem guerra**. Rio de Janeiro: Record, 1963; **O duelo Rússia x USA**. Rio de Janeiro: Record, 1964; **A condição humana na China comunista**. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1963; **A guerra política: arma política do comunismo internacional**. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1960.

²²⁷ FONSECA, Raquel Silva. **A guerra revolucionária como questão estratégica**: Suzanne Labin, militares brasileiros e a guerra política. In **X Encontro Estadual de História**. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. Julho 2010. Santa Maria-RS.

²²⁸ **Comunismo Internacional**. Agosto 1970. p. 1.8.

universidades, para o filho. Em resumo, pode ser dito que o estudo superior tornou-se privilégio da classe burocrática, extensivo a uns poucos ‘favoritos’. As universidades ocidentais, obrigadas a cederem bolsas escolares, são muitíssimo mais acessíveis aos estudantes das mais baixas camadas sociais.²²⁹

O ponto fundamental nesse texto é a abordagem da democracia em oposição à violência. Segundo Labin, a promessa comunista era de que “a verdadeira democracia reinará. O governo manterá suas portas abertas e governará controlado por todo o povo. Os ministros terão os mesmos direitos que os trabalhadores.” Porém, em sua opinião não existia democracia nos países comunistas, existindo pelo contrário, arbítrio e violência por parte do governo.

Não existe nenhum controle público, nem são admitidos quaisquer discussões políticas, que são feitas nas fechadíssimas salas dos altos comitês do partido comunista. (...) O partido comunista tem absoluto monopólio sobre a imprensa, rádio e TV. Ele controla estritamente toda a gama de impressos, inclusive cada palavra ou imagem imprimida, irradiada ou televisada.²³⁰

Sobre a violência, Labin afirmava que a promessa seria a de um governo não militarista, não imperialista e não intervencionista,

A promessa era a de que o comunismo unificaria o mundo. (...) A ideia de que o mundo, uma vez comunizado, conhecerá união e paz, não pode deixar de ser encarado como um mito. Disputas pela liderança dentro do mundo comunista, tem criado atmosfera de guerra entre a Rússia e a China Comunista, entre Iugoslávia e a Albânia. A história de que o homem, sob o comunismo, aprenderá a viver fraternalmente, independente de fronteiras, pelos cruéis exemplos conhecidos, é a maior de todas as mentiras até hoje difundidas.²³¹

E por fim, foi apresentado o que os comunistas não prometeram e realizaram: o terror. Segundo o discurso comunista, seria implantada uma ditadura do proletariado que teria um caráter humano e transitório. Ao invés disso, o partido comunista implantou uma ditadura sobre o proletariado, com uma crueldade raramente vista em outras tiranias, como por exemplo, trabalho escravo forçado, pena de morte para crianças maiores de 12 anos, campos de concentração com a reprodução dos horrores de Auschwitz, denúncias compulsórias instituídas dentro da própria família. Para ela, o comunismo “tem gerado uma terrível mistura, nunca vista anteriormente, de opressão, ineficiência e falsidade. Os exemplos da espécie humana, nestes anos de comunismo, não podem permitir que a sociedade permaneça aquietada. Comunismo é

²²⁹ **Comunismo Internacional.** Agosto 1970. P. 1.8.

²³⁰ **Comunismo Internacional.** Agosto 1970. P. 1.8.

²³¹ *Ibidem.* P. 1.14

luto, e não festa.”²³²

Foi também uma constante em *Comunismo Internacional* citações atribuídas a Lenin, na publicação chamado de Lenine, bem como às organizações que adotaram essa linha de ação. Essas citações normalmente estavam associadas a um caráter violento, tanto de Lenin, quanto das organizações que o seguiam. Sua figura é muito mais citada na seção “Assuntos Gerais” do que o próprio Karl Marx. Essa preocupação se deve, em certa medida, pelo caráter revolucionário de Lenin e o quanto de sua influência para a esquerda em todo o mundo. Por outro lado, essas citações merecem ser questionadas, pois para o agente não seria difícil simplesmente criar ou descontextualizar uma afirmação que atendesse aos seus interesses de reforçar a paranoia ou fazer crer que Lenin de fato valorizava a violência gratuita. Por outro lado, ao leitor seria mais difícil realizar o questionamento ou talvez nem o fizesse, pois na publicação ela era atribuída a Lenin e em muitos casos, aparecia em citações de outros autores. Por certo, não podemos tomar tais citações como se fossem todas proferidas por Lenin. Aqui, citar esse revolucionário atendia aos planos dos produtores do discurso autoritário. Ao citá-lo, o discurso ganhava muito mais peso e ressonância, pois não foi um revolucionário subalterno ou de pouca relevância, pelo contrário, um dos mais importantes, ao lado de Mao Tsé-Tung, Fidel Castro e Che Guevara. Em texto do próprio Lenine, chamado “Apologia Leninista à Guerrilha – Assassínatos – Expropriações – Ataques à bomba e metralhadora”, com uma apresentação do agente, a qual afirmava que, “É oportuno, a vista do artigo transcrito, a reprodução do seguinte tópicó contido, na famosa apologia leninista à guerrilha (...) publicada em 1906 e que constou no CI-SI Abr 70 Fls 1.4, 1.5, e 1.6, sob o título ‘a delinquência na ação comunista.’”²³³ Importante lembrar que o fato de citar a própria publicação e textos de origem estrangeira, acaba fortalecendo o próprio discurso, tornando-o verdadeiro. Segundo a publicação, Lenin afirma que, “a luta armada persegue dois objetivos: em primeiro lugar a finalidade é o assassinato de personalidades, tantos altos funcionários, quanto subalternos” e, para o agente:

Por iniciativa pessoal de Lenine, em 1905/1906, o Partido Social Democrata Russo – posteriormente denominado de Partido Comunista da União Soviética – então em clandestinidade, criou o seu ‘Bureau Técnico Militar’, destinado ao ‘dirty work’ (trabalho sujo) da ala extremista, ou seja as ‘operações especiais’ que incluíam todos os atos terroristas de **hoje**, incluindo ‘expropriações’, ataques à bomba e metralhadora. A pregação leninista sobre o emprego da guerrilha e suas variantes é bem conhecida pelos estudiosos da história do comunismo. Tão grande foi o interesse

²³² **Comunismo Internacional**. Agosto de 1970. p. 1.18.

²³³ **Comunismo Internacional**. Agosto de 1970. p. 1.19.

de Lenine pelo assunto que, ainda em 1905, ele traduziu para o russo, inserindo anotações marginais de sua autoria, o então famoso livro do General Gustave Paul Clausezet, sobre a Comuna de Paris, e os princípios do emprego da guerrilha, nos grandes centros urbanos.

Logo na mesma seção, porém em um subitem, com o título “Lenine, apologista do terror político, econômico e contra o clero”, uma suposta declaração de Lenine em 1922, no Congresso do Partido Bolchevique, afirmava que “nossos tribunais revolucionários têm que fuzilar àqueles que fizeram confissão pública de menchevismo.... Para isso, permitam-nos que os encostemos à parede. Ou então, tenham a bondade de abster-se de manifestar suas ideias.”²³⁴

Atacando a imagem de Lenine, a qual, segundo os produtores da publicação, também tinha por objetivo desmoralizar a todos aqueles que por ventura apoiassem suas ações ou governos que se declarassem socialistas. O ataque a figura de Lenin criava bases para o ataque a outros países, como o Chile e o então recém formado governo de Salvador Allende. Em uma tradução do texto de alguém cujo nome não é citado, mas dizia-se tratar de um jesuíta anticomunista, faz uma ampla discussão a respeito das táticas autoritárias e antidemocráticas de Lenin, citando supostas afirmações deste, as quais faziam relações com o plano comunista de se aliar a burguesia para logo depois afastar-se dela, implantando assim a ditadura do proletariado. O texto “O destino do Chile, face a Lenine e a Mao Tse Tung” de dezembro de 1970, inicia com uma afirmação de Salvador Allende, de que “seu governo não será marxista, nem socialista, mas que somente abrirá as portas para o socialismo no Chile.” A partir disso, o autor constrói uma teia de frases soltas de Lenin, demonstrando o caráter articulado dos comunistas em se aliar à burguesia, para logo depois a destruí-la. Porém, mesmo durante esse período seria fundamental “vigiar o aliado como se tratasse de um inimigo.”²³⁵ Ao citar Lenin, afirmando que para ele a ditadura seria um poder apoiado diretamente na violência, além de não obedecer a nenhuma lei e de que a ditadura revolucionária do proletariado seria um poder conquistado e mantido pela violência do proletariado contra a burguesia, não estando sujeito a leis, buscava-se demonstrar que Allende faria o mesmo no Chile. Para o autor, “abrem-se as portas para o socialismo pela extinção do parlamento e pela ditadura férrea do Partido. Com o fim de conquistar o poder, o comunismo faz alianças, que imediatamente se rompem. A história de nossos dias nos dá, desta verdade, testemunhos irrefutáveis.”²³⁶ Era preciso todas as atenções

²³⁴ **Comunismo Internacional.** Agosto 1970. p. 1.20.

²³⁵ **Comunismo Internacional.** Dezembro 1970. p. 1.3.

²³⁶ **Comunismo Internacional.** Dezembro 1970. p. 1.3.

ao governo de Allende, pois esse, ao abrir as portas para o socialismo, estaria fazendo posteriormente como Lenin, o qual anunciava, segundo o autor, que “não esqueçamos, jamais, que precisamos manter sempre a mão sobre os ombros daquele a quem queremos empurrar para frente.” Para o autor, essas palavras de ordem demonstram claramente que quem não se curvar aos “caprichos do partido marxista-leninista, será por ele, esmagado.”²³⁷ Em um mundo de citações, o autor recorre ao papa Pio XI, o qual afirmava que “o comunismo é, intrinsecamente mau. Se alguém, induzido pelo erro, cooperar para a vitória do comunismo em seu país, será o primeiro a cair, vítima do próprio engano.”²³⁸

A lógica da violência comunista teria sempre um objetivo específico: implantar uma ditadura que suprimiria as liberdades e a democracia. Aplicar essa mesma violência no mundo ocidental seria, dessa forma, o plano comunista. No entender dos órgãos de informações, essa prática poderia ser comparada a uma razão instrumental, que estaria ligada ao extermínio de grandes populações, em nome exclusivamente da implantação de um regime autoritário. Apresentando-se como um regime que traria a liberdade e a igualdade, os comunistas enganariam muitos de seus seguidores, para logo em seguida implantar um regime de violência e perseguição.

A Doutrina de Segurança Nacional, a qual legitimou a violência e a prática de atos arbitrários, sofreu alterações ao longo dos anos, sendo ela também influenciada pelos acontecimentos da Guerra Fria, bem como pelas mudanças culturais ocorridas na sociedade. Se a DSN influenciou e, de certa maneira, norteou a ação violenta por parte dos aparelhos repressivos, ela também foi influenciada pelo meio no qual foi produzida. Quando falamos em DSN, ela não pode ser pensada como um documento único, mas antes como um corpo doutrinário, englobado por vários textos, pensados e produzidos a partir da Escola Superior de Guerra. Não podemos, por outro lado, atribuir toda a violência ocorrida durante a ditadura civil-militar e praticada pelos agentes repressivos, bem como nos períodos democráticos, apenas à chamada Doutrina de Segurança Nacional. Maria Celina D'Araújo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares, no livro *Visões do Golpe*, afirmam a existência de uma “utopia autoritária” entre a alta hierarquia militar, a qual buscava reconstruir o país a partir de novas bases. Essa “utopia autoritária estava fundada na ideia de que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral.”²³⁹

²³⁷ **Comunismo Internacional**. Dezembro 1970. p. 1.3.

²³⁸ **Comunismo Internacional**. Dezembro 1970. p. 1.4.

²³⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. **Visões do golpe**: a memória

Essa noção de superioridade por parte dos militares frente aos civis em várias áreas, esteve presente durante toda a ditadura civil-militar brasileira e, em certa maneira, também foi responsável não somente pelo golpe ocorrido em março de 1964, mas também contribuiu para os atos repressivos.

Durante a década de sessenta, em diversas partes do mundo, ocorreram manifestações contrárias a atual ordem vigente e aos padrões vistos como conservadores. Essas manifestações as quais traziam à tona reivindicações de grupos como homossexuais, mulheres, negros e também de estudantes. O ano de 1968 foi o ponto alto desses movimentos, principalmente na França e nos Estados Unidos, gerando grande repercussão em várias partes do mundo. Para Maria Paula Araújo, na França

[...] os acontecimentos chegaram mais longe: ocupação de universidades e de fábricas; greves; manifestações e confrontos com a polícia; barricadas nas ruas. *Slogans* até então incompatíveis com a dura dinâmica da ação política eram escritos nos muros de Paris: 'A imaginação do poder'; 'Um, dois, três mil Vietnãs'; 'É proibido proibir'.²⁴⁰

Por outro lado, como afirma Maria Paula Araújo, ocorreu também uma transformação do próprio conceito de política, a qual sofreu a introdução da subjetividade. Nesta houve uma “politização das emoções e dos sentimentos, a problematização das relações familiares, amorosas e sexuais.”²⁴¹ Esses movimentos de contestação emergiram em meio a uma profunda transformação dentro do próprio campo da esquerda. Muitos líderes dessas manifestações pertenceram aos tradicionais partidos de esquerda, sendo, muitas vezes, expulsos desses partidos, como na França, Alemanha, Estados Unidos, México e Itália. Esses jovens, devido a seu caráter mais combativo e revolucionário, foram considerados radicais pelos comunistas mais tradicionais. Por outro lado, esses jovens acusavam os tradicionais militantes de imobilismo e conservadorismo. Nesse momento surgiram na Europa, América Latina e nos Estados Unidos, dissidências dos partidos comunistas tradicionais, buscando uma Nova Esquerda, com novos valores e novos ideais. Persistiu nesses novos grupos uma valorização da ação direta e da violência como forma de mudança da sociedade, a única forma pela qual ela poderia de fato ser transformada.²⁴²

militar de 1964. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 9.

²⁴⁰ ARAÚJO, Maria Paula. Disputas em torno da memória de 68 e suas representações. In FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs). **1968**: 40 anos depois, história e memória. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 21.

²⁴¹ ARAÚJO, Maria Paula. Op. Cit. 2009. p. 21.

²⁴² Ibidem. p. 19.

Esse mesmo comunismo, bem como os partidos surgidos e existentes estão inseridos em um grande campo de mudanças culturais que varreram o mundo ocidental nos anos sessenta, com a disseminação e a valorização de drogas, como o ácido lisérgico (LSD) descoberto em 1938, movimentos de contracultura, movimento Híppie, valorização sexual. De outro lado, uma gama de setores conservadores, preocupados com uma mudança da sociedade, que lhe escapava as mãos. O comunismo já não era mais visto da mesma forma e a subversão dos costumes era também associada a uma tentativa dos “vermelhos” de destruírem a civilização e os valores ocidentais. Uma das principais preocupações de *Comunismo Internacional* e principalmente por ser o primeiro item a ser trabalhado era exatamente os “Assuntos Gerais”, os quais faziam uma análise do comunismo e de suas características. A ditadura civil-militar brasileira dedicou grande atenção às ações dos comunistas não somente no plano armado e revolucionário, mas também com suas ações no plano cultural e também naquilo a que os setores mais conservadores denominavam uma subversão dos costumes.

2.4. Os costumes e a subversão

A grande preocupação dos militares com os hábitos e costumes dos comunistas residia na capacidade de sedução que isso exercia principalmente sobre a juventude. Para os setores conservadores esses hábitos destruiriam os valores ocidentais e, de certa forma, seriam também uma grande estratégia comunista para destruir não apenas os valores, mas o próprio Ocidente. Não se pode esquecer que o “ser comunista” despertava grande fascínio em determinados setores da sociedade. Não era apenas uma maneira de mudar o mundo, mas também uma forma de se posicionar frente aos problemas da sociedade, uma forma de agir, associados aos hábitos esquerdistas. A coragem desses homens e mulheres causava em uma parcela da juventude, um sentimento de pertença, de compartilhar anseios, enxergando neles a figura do herói, daquele que poderia mudar o mundo. Em diversos grupos dessa esquerda, existia a ideia de que “quem não tem Cadillac pega mulher com o *Manifesto Comunista*.”²⁴³ Para Marcelo Ridenti,

(...) a liberação sexual, o desejo de renovação, a fusão entre vida pública e privada, a ânsia de viver o momento, a fruição da vida boêmia, a aposta na ação em detrimento da teoria, os padrões irregulares de trabalho e a relativa pobreza, típicos da juventude de esquerda na época, são características que também remetem à tradição romântica.

244

²⁴³ RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 48.

²⁴⁴ Ibidem. Sobre romantismo Ridenti afirma que “seria uma forma específica de crítica da modernidade entendida

Nomes como Che Guevara, Lenin, Fidel Castro, Carlos Marighella e Lamarca, povoavam a mente da esquerda brasileira, em especial daqueles que aderiram à luta armada e mostravam, de forma concreta, nos anos finais da década de sessenta e início de setenta, que seria possível mudar o mundo. Não se pode esquecer que a Revolução Cubana era ainda um fato recente nesse contexto e que seus desdobramentos eram pouco conhecidos. Como exemplo desse fascínio pelos heróis da esquerda, tivemos no Brasil o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), desdobramento da Dissidência da Guanabara, que teve esse nome em referência a data da morte de Che Guevara, ocorrida em 8 de outubro de 1967. Fernando Gabeira afirma que costumava ouvir uma música de Gilberto Gil, na qual existia uma referência a Carlos Marighella. Gil pronunciava o nome de Marighella de maneira a não ser percebido pela censura, mas claramente perceptível para os ouvidos atentos dos revolucionários. Na música *Alfômega*, Gilberto Gil realizava voz de fundo para a interpretação de Caetano Veloso, no LP de Caetano, de 1969. Essa música era também repetida pelos presos políticos do presídio Tiradentes. O próprio Caetano revelaria sua simpatia por Marighella, afirmando que isso não era de conhecimento nem dos radicais, nem dos conservadores. A frase final de seu artigo publicado em *O Pasquim*, quando estava no exílio, era dedica à morte de Marighella, afirmando que “Nós estamos mortos: ele está mais vivo do que nós.”²⁴⁵ Marcelo Ridenti afirma que os tropicalistas compuseram *Soy loco por ti, América* em homenagem à Guevara, após sua morte em 1967, com letra de Capinan, música de Gil e interpretada por Caetano. Segundo Ridenti,

Homem, povo, guerrilheiro, morte do herói apaixonado pelas mulheres, pela revolução e pela América, no ritmo anárquico de uma rumba, no estilo cubano: o tropicalismo reconstruía à sua maneira a estrutura de sentimento romântica e revolucionária do período. Em meio a referências veladas ou explícitas a Martí, a modernidade e à revolução, seria preciso cantar o nome do homem morto, isto é, Che Guevara, que a censura não permitiria pronunciar com todas as letras. Ele só poderia ser dito quando o dia da libertação houvesse arrebetado; o nome do Che seria identificado com o próprio povo, na luta para evitar que a noite definitiva se

como 'a civilização moderna engendrada pela revolução industrial e a generalização da economia de mercado' caracterizada – em termos weberianos – pelo espírito de cálculo, o desencantamento do mundo, a racionalidade instrumental e a dominação burocrática, inseparáveis do advento do capitalismo. A crítica a partir de uma visão romântica de mundo incidiria sobre a modernidade enquanto totalidade complexa, que envolveria as relações de produção (centradas no valor de troca e no dinheiro, sob o capitalismo), os meios de produção e o Estado. Seria uma *autocrítica da modernidade*, isto é, uma reação formulada de dentro dela própria, não do exterior, 'caracterizada pela convicção dolorosa e melancólica de que o presente carece de certos valores humanos essenciais que foram alienados.' RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. 2000. p. 26. Cf. LOWY, Michel e SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia**: o romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995.

²⁴⁵ RIDENTI, Marcelo. **A época de 1968**: cultura e política. In.FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula. Op. Cit. 2009. p. 85.

espalhasse pela América Latina, como já se anunciava no Brasil, submetido à ditadura militar e civil. A canção explicita a utopia do assalto ao paraíso: o céu como bandeira para os poetas que faziam canções de guerra e de mar, conscientes da fugacidade da própria vida.²⁴⁶

A música de Vandr , ao afirmar que “somos todos iguais, braços dados ou não/ Os amores na mente, as flores no chão/a certeza na frente, a História na mão/ caminhando e cantando e seguindo a can o/ aprendendo e ensinando uma nova can o”, demonstra que não se podia mais combater a ditadura com flores através dos indecisos cordões, em alusão as passeatas pacíficas do ano 1968, bem como colocava a a o como forma de mudar a história. Essa música seria ainda citada pelo próprio Marighella, ao afirmar em 1968 que a morte de Guevara não era o fim da guerrilha, mas ao contrário, “inspirados no desprendido exemplo do Guerrilheiro Her ico, prosseguimos no Brasil sua luta patriótica, trabalhando junto ao nosso povo com a certeza na mente e a História a nosso favor.”²⁴⁷ Porém, não podemos colocar o campo da cultura como marcado apenas pela dicotomia “resistência” e “coopta o”. Tal campo foi antes marcado por tensionamentos muito mais amplos e profundos, ocultando muitas vezes a a o e os projetos que separavam esses agentes históricos.²⁴⁸

Para *Comunismo Internacional*, a luta e a morte desses guerrilheiros não possuía nada de heroico, devendo, portanto, ser amplamente refutada. Era imprescindível não cometer um “erro de aprecia o, muito fácil de acontecer, sob a verdadeira motiva o dos crimes e dos criminosos.”²⁴⁹ A morte de Guevara e Marighella foi um duro golpe para as esquerdas no Brasil, porém, acabou por mitificar esses nomes, tornando-os símbolos em defesa da liberdade e, em certa medida, impulso para novas a es contra o imperialismo e a ditadura civil-militar, vistos como responsáveis pelo mal em nossa sociedade. Em *Comunismo Internacional*, em texto do

²⁴⁶ RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. 2009. p. 86.

²⁴⁷ Ibidem. 2009. pp. 88-9.

²⁴⁸ Não se pode esquecer que “parte significativa da cultura de oposi o foi assimilada pelo mercado e apoiada pela política cultural do regime.” NAPOLITANO, Marcos. Vencer Satã s  com ora es: políticas culturais e cultura de oposi o no Brasil dos anos 1970. In QUADRAT, Samantha Viz e ROLLEMBERG, Denise (orgs). **A constru o social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2010. p. 147. A ideia elaborada por conceito nesse texto, demonstra que a chamada “cultura de esquerda” identificada com a “resistência” foi, em certa medida, absorvida pelo mercado e também pelo capitalismo. Essa cultura tinha espaço nos meios mais intelectualizados e era grande sua difusão. Por outro lado ainda, essa cultura de oposi o foi também absorvida ou muitas vezes patrocinada pela própria ditadura civil-militar, buscando ampliar seu leque de abrangência. Não se pode esquecer, obstande, que isso significava um “entreguismo” desses setores ou que apoiavam a ditadura, mas que, em algumas situa es se apropriavam dos meios de divulga o que o próprio sistema criava. Cf. NAPOLITANO, Marcos. **Seguindo a can o**: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: AnnaBlume/FAPESP, 2001.

²⁴⁹ **Comunismo Internacional**. Junho 1970. p. 1.2.

próprio agente produtor, encontra-se uma crítica aos elogios à morte por pretensos ideais de liberdade.

Quando morreram ‘CHE GUEVARA e depois CARLOS MARIGHELLA – caídos na luta por eles mesmos ateados e de que eram, assim, os verdadeiros responsáveis, verificaram-se em vários meios, entre pessoas até lúcidas e honestas, e até mesmo em jornais respeitáveis, certas manifestações de respeito e simpatia para com os mortos, que, dizia-se, ‘tomaram pelos seus ideais.’ É preciso, porém, bem julgar e opinar, prestar bem atenção às coisas. Tomaram, sim, pelos seus ideais – o que, de certa forma seria nobre e honroso – mas, quais são esses ideais?²⁵⁰

O objetivo do autor consiste em demonstrar que não basta morrer por um ideal, mas que para merecer crédito e louvor, esses ideais precisam ser igualmente honráveis. Existiram ideais nobres, como a defesa da pátria, de sua independência e liberdade, bem como a defesa de valores religiosos, como muitos mártires haviam feito. Torna-se interessante pensar pela perspectiva dos militares, pois esses não viam as lutas das esquerdas como sinônimo de liberdade. Pelo contrário, para eles seria a entrega de nossa soberania aos soviéticos ou chineses. Da mesma forma, existiriam ideais tenebrosos, que se originariam na maldade, nutrindo-se também do crime. Assim como para o assaltante, o ideal é roubar impunemente, para a envenenadora o ideal é a morte da vítima e para Hitler o ideal seria a supremacia da raça ariana e o domínio da Alemanha Nazista. Segundo a publicação, Hitler lutou e morreu por esse ideal. Seria ele digno de louvor e respeito? Assim como ele, Mao Tse-Tung, outro “monstro” da história, também lutou e defendeu seus ideais. Segundo a publicação, para Mao não seria um problema uma guerra nuclear, em que perecessem dois terços da humanidade, pois a China com 600 milhões de habitantes na época, ficaria com 200 milhões e conquistaria o restante do mundo. Dessa forma, se Mao Tse-Tung morrer por esse ideal, merecia ele simpatia do mundo ocidental? Para *Comunismo Internacional*, era preciso ver

(...) nesses pretensos heróis do extremismo, qual é o seu ideal, a sua motivação. Eles, pessoalmente, se consideram heróis – e até, absurdamente, ‘patriotas’, quando, na realidade, desejam tirar o Brasil do domínio do ‘imperialismo norte-americano’, para entregá-lo ao imperialismo soviético (ou chinês), sujeitando-o à triste condição da Checoslováquia (sic) e da Hungria, ocupadas pelos tanques russos. E, descaradamente, ousam por, na nota do seqüestro do Embaixador alemão, as palavras do hino: ‘Ou ficar à Pátria livre ou morrer pelo Brasil’, quando realmente querem morrer pela Rússia, por Cuba ou pela China, onde já vige o regime que anelam. Julgam-se, também, heróis, revolucionários, abnegados que a tudo renunciaram pelo bem do povo, sobretudo das classes trabalhadoras. Fazem-se apóstolos e mártires da causa de uma palingenesia social – que realmente é a aspiração e a meta de todos os homens livres e dignos, uma reforma profunda em que sejam abolidas e a injustiça

²⁵⁰ *Comunismo Internacional*. Junho 1970. p. 1.3.

social, as monstruosas desigualdades, a exploração desenfreada e cruel do trabalho em benefício de uns poucos privilegiados.²⁵¹

Dessa forma, era preciso fazer crer até para os próprios produtores da publicação que o governo civil-militar de fato era o que lutava pela garantia das liberdades, lutava pela manutenção da democracia e que a esquerda seria, na verdade, o império do mal a caminhar sobre a Terra. Para os agentes, eram eles mesmos, os militares, os defensores dos ideais mais nobres de liberdade e democracia. Uma mensagem semelhante a esse ideal aparecia carimbada em vários documentos oficiais, afirmando que “a revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil.”

Os agentes produtores da publicação, compartilhavam a ideia de que o Brasil vivia em uma plena democracia, assim como outros países da América Latina, como o Uruguai que ainda não encontrava-se em um regime ditatorial.²⁵² Para eles, uma democracia tornava mais difícil o combate aos insurgentes, devido a existência de garantias políticas e plenas liberdades. Porém, essas democracias se defendiam mal dos inimigos justamente por serem amantes da liberdade, diferentemente dos países totalitários, que não permitiam questionadores e revoltosos.

Em “As democracias se defendem mal” demonstra-se claramente essa visão de que os regimes democráticos acabam tornando-se presas mais fáceis ao monstro do esquerdismo, justamente por garantir liberdades em demasia aos seus cidadãos. Segundo *Comunismo Internacional* de agosto de 1970,

Num país totalitário, como a União Soviética, seria impossível que surgisse contra o poder do Estado, uma força conspiratória do tipo Tupamaros, a criar casos de impossível solução para o KREMLIN. As ditaduras, desse tipo, possuem uma previsão sobre o que fazem as pessoas que se reúnem clandestinamente. Houve tentativas de subversão durante o Hitlerismo, mas nenhuma foi adiante; no fascismo mussoliano, igualmente. O policiamento estatal cuidava e cuida da segurança do Estado.²⁵³

Para determinados setores do governo, bem como para setores da sociedade civil brasileira, de fato, o Brasil não encontrava-se sob uma ditadura civil-militar, pelo contrário, em um regime de democracia comandado pelos militares, os quais teriam, segundo essa lógica,

²⁵¹ **Comunismo Internacional**. Junho 1970. p. 1.3.

²⁵² O golpe de Estado seria dado em junho de 1973 pelo então presidente Juan Maria Bordaberry com apoio das Forças Armadas, em meio a um clima de tensão social entre o Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros e setores conservadores da direita. A ditadura uruguaia durou até fevereiro de 1985.

²⁵³ **Comunismo Internacional**. Agosto 1970. p. 1.22.

plenos poderes para defendê-la de todos os males, evitando assim, problemas como os ocorridos no Uruguai. A forma como os militares vinham agindo justificava-se em comparação às nações vizinhas, que enfrentavam problemas com grupos insurgentes. O amor à liberdade dos cidadãos poderia acabar mal, como demonstra o caso uruguaio, quando os subversivos partem para a ação criminosa, colocando em perigo a segurança do Estado. Segundo a lógica dos militares, assim como fazia a democracia brasileira

As democracias precisam estar atentas e vigilantes contra todos os perniciosos ‘TUPAMAROS’ que surjam em seu meio. É necessário vigiar-lhes os passos, controlar a sua atuação, e impedir que eles, pratiquem contra as democracias, toda espécie de crimes, os mais nefandos, como nesta morte de DAN MITRIONE, em terras uruguaias.²⁵⁴

Estava justificada nessa afirmação a atuação dos órgãos de inteligência e de informações brasileiros. Estes controlavam e vigiavam os passos de milhares de brasileiros, mediante essa lógica, para defender a democracia de organizações semelhantes aos Tupamaros. No Brasil, a atuação dos órgãos de inteligência e repressão foi fundamental para reprimir e coibir a ação desses grupos, os quais foram brutalmente desmantelados, mesmo com alguns sucessos isolados por parte dessas organizações.²⁵⁵ Para a repressão, lutava-se contra o perigo comunista e todas as ações seriam válidas para defender a democracia.

Os militares acreditavam estarem lutando em defesa da democracia, bem como pelos bons costumes e por uma sociedade melhor. Nessa perspectiva, as drogas eram vistas como algo que atrapalharia o pleno desenvolvimento da nação. Não podemos esquecer que ao abordarmos o período ditatorial, estamos falando não somente em uma doutrina de segurança nacional, mas também em uma doutrina de desenvolvimento, o qual não ocorreria apenas no

²⁵⁴ **Comunismo Internacional**. Agosto 1970. O Movimento de Libertação Nacional – MLN Tupamaros havia seqüestrado Dan Mitrione, representante da Seção da Segurança Pública da USAID (United State Agency for International Development) em resposta a crescente onda de violência estatal antes mesmo do golpe de 1973. Existia uma crença de que Mitrione participava de treinamentos de torturas usando presos políticos como cobaias. Mitrione viveu no Brasil e depois transferiu-se para o Uruguai, onde acabou assassinado. SILVA, Vicente Gil. O papel intervencionista da ditadura civil-militar brasileira na América do Sul. In **História Social**. n. 18. Segundo semestre. 2010. p. 181. O objetivo dos Tupamaros era mostrar a interferência estadunidense na América e como eles patrocinavam estados autoritários. Essa ação ficou imortalizada no filme de Costa-Gavras, *Estado de Sítio* de 1973, censurado no Brasil. O filme mostra, além da intervenção estadunidense, o papel brasileiro de instruir a prática da tortura. Em uma das cenas, um preso político serve de exemplo para a demonstração de novas técnicas de tortura, com a bandeira brasileira ao fundo.

²⁵⁵ Emblemático, foi o assalto realizado na residência da amante do ex-governador do estado de São Paulo Adhemar de Barros em julho de 1969. Na ocasião, o cofre foi roubado pela organização VAR-Palmares, a qual acreditava que o cofre possuía uma quantia de aproximadamente 200 mil dólares, além de documentos secretos sobre Barros. Para surpresa da organização, a quantia encontrada foi de mais de 2 milhões de dólares e acabou gerando grandes disputas dentro da VAR-Palmares, além de uma feroz perseguição aos envolvidos no assalto. CARDOSO, Tom. **O cofre do Dr. Rui**. São Paulo: Record, 2011.

plano material e econômico, mas também no desenvolvimento de uma nação sadia, forte. Dessa forma, os tóxicos e similares eram muito mal vistos pelo governo civil-militar, sendo associados a uma tentativa dos comunistas de destruírem o Ocidente. Em dois textos de Setembro de 1970, esse combate a toxicomania e a subversão dos costumes ficou mais evidente.

Em uma tradução completa de “Yippie”, publicado originalmente em “L’homme et la société”, de Jerry Rubin, afirmava-se ser o novo partido internacional da juventude. Segundo *Comunismo Internacional*, Rubin afirmava que

Yippie. Esse é o termo de uma não organização, de um partido não-político, o 'Youth International Party'. O partido da juventude internacional. O grito de guerra desse partido: Yippie: Nascia um homem novo que fumava em segredo e atacava o pentágono, mas que não tinha com que se identificasse. (...) O mito é real se ele possui um cenário onde as pessoas representar seus sonhos e sua imaginação. O mito faz a revolução. Marx é um mito, Mao é um mito, Dylan é um mito, os Panteras Negras são um mito. O mito é sempre maior que o homem. As pessoas tentam criar o mito, o que lhes permite dar o melhor deles mesmos. O segredo do mito do yippie é que ele vive reprimido. É uma folha branca. A esquerda nos atacou, no início, vendo em nós apolíticos, irracionais, loucos drogados que canalizavam a revolta política dos jovens através das drogas, da música 'rock' e dos 'be-ins'. Os hippies nos viam como marxistas, sob uma vestimenta psicodélica e entregues aos entorpecentes, à música 'rock' e aos 'be-ins' para politizar a juventude. Somente a direita nos tomava por aquilo que somos. (...) Os yippies pensam que não se pode ter uma revolução social sem uma revolução das mentalidades, nem uma revolução da mentalidade sem uma revolução social.²⁵⁶

Jerry Rubin esteve envolvido em incidentes na cidade de Chicago, nos Estados Unidos no ano de 1968 e foi um dos fundadores do movimento Yippie, o Partido Internacional da Juventude, articulando diversas manifestações contra o sistema e a ordem estabelecida. Causaram também uma grande confusão no sistema financeiro, quando jogaram notas de dinheiro de um mezanino nos operadores do mercado, os quais deixaram o trabalho em busca das notas. Mencionar a reprodução de um manifesto na publicação *Comunismo Internacional* reflete uma grande preocupação dos militares com esse tipo de comportamento social, o qual pregava uma liberdade sexual, bem como “assistir televisão em cores duas horas por dia, sobretudo as novelas. Nós vamos derrubar o governo e vingar o Che.”²⁵⁷

O polêmico texto não deveria circular abertamente, apenas dentro da comunidade de informações e serviria como forma de reforçar o perigo e o poder de alcance do movimento Yippie. O manifesto mostrava o quanto, na visão de seu autor, o movimento de libertação vinha crescendo na América e no mundo e que muito em breve a juventude iria conquistar o poder.

²⁵⁶ *Comunismo Internacional*. Setembro 1970. p. 1.2.

²⁵⁷ *Comunismo Internacional*. Setembro 1970. p. 1.2.

Além de tudo, para eles “a mari (marijuana) é obrigatória em nossas reuniões. Nós tomamos entorpecentes no almoço para nos tornarmos mais conscientes da realidade. Existe um Yippie em cada um de nós. Nossa palavra de ordem: frustrados de todos os países, abandonem-se!”²⁵⁸

Para Rubin e seu movimento, a revolução estava caminhando em um processo sem volta, o qual explodiria muito em breve, levando consigo toda a moral da sociedade ocidental e seus valores. A classe média e a igreja estariam a beira de um colapso, não sendo mais centros de atenção para crianças e jovens, que preferiam a rebelião das ruas. Era uma subversão e uma guerrilha a caminho na América. Era preciso assim,

[...] uma nova geração de importunos, uma nova geração de loucos, de irracionais, de sensuais, de furiosos, de ateus, de frívolos, de maníacos. Tipos que queimem seus certificados de alistamento, diplomas, e que digam: para o diabo com seus propósitos! Que caminhem com os jovens e suas músicas, suas ideias, seu LSD; que arvoreem orgulhosamente as bandeiras do Vietcong, que redefinam a realidade, que tragam os costumes pândegos e esdrúxulos, que concorram com a televisão, que não tenham nada a perder, exceto seus corpos. A política é uma maneira de viver, não de votar. O mais importante conflito político dos Estados Unidos é o conflito de gerações. Mr. Amerika, a guerra está em sua cara.²⁵⁹

Esse texto é também interessante porque demonstra que apesar da censura a diversos textos e assuntos vistos como imorais nos jornais, livros e televisão, notícias desse caráter circulavam dentro da comunidade de informações. Dessa forma, tinham acesso a uma infinidade de textos e assuntos, os quais ganhavam destaque para demonstrar a necessidade de um combate cada vez mais forte contra esses costumes. Dentro dessa lógica, era imprescindível conhecer para combater. Talvez mais revelador do que o próprio conteúdo do texto, seja o comentário de seu produtor, em uma prática um tanto quanto pedagógica de explicar, mas também repudiar a ideia exposta:

O artigo demonstra a existência de uma juventude completamente entregue ao desvario, produzido por frustrações várias, e agravadas pelo uso constante de entorpecentes.
Será que os jovens yippies, pregam algo, ainda mais inconcebível que a filosofia de Marcuse?
Será que os jovens yippies conseguiram, o que parecia impossível, ou seja, desenvolver a filosofia de marcusiana a níveis que não permitam sequer, o mais elementar raciocínio com a palavra sociedade?
Se a filosofia marcusiana rebaixava totalmente a criação espiritual, colocando-se por baixo dos níveis da pura animalidade (ver CI-SI Jul 70, fl. 1.7., item b.) será que a filosofia yippie consegue fazer um rebaixamento ainda maior do homem, fazendo com

²⁵⁸ **Comunismo Internacional**. Setembro 1970. p. 1.2.

²⁵⁹ **Comunismo Internacional**. Setembro 1970. p. 1.2.

que não se consiga sequer estabelecer um nível de referência?²⁶⁰

Para referendar ainda mais sua ideia, traz uma notícia, na qual o produtor de TV Daniel Filho, após uma viagem aos Estados Unidos, comenta seu espanto com o avanço da libertinagem, sob o título: “O exagero do erotismo”. No trecho selecionado sem contextualização alega-se que Daniel Filho afirmou que “a libertinagem nos EUA é desregrada, chocante e perigosa.”²⁶¹ A notícia de Daniel Filho aparece muito mais para legitimar a matéria anterior, sobre o movimento Yippie, do que para divulgar a viagem do produtor. O intuito do agente em inserir essa notícia era demonstrar o quanto a matéria anterior era legítima, principalmente porque um cidadão brasileiro reconhecido também o disse. Dessa forma, se desloca o referendo da notícia para um sujeito externo, conferindo assim, ainda mais legitimidade a matéria anterior. Os jovens estavam subvertendo a ordem e os costumes, como pôde um brasileiro presenciar.

No texto seguinte, intitulado “Comunismo e toxicomania” é feita uma relação da produção e do incentivo de entorpecentes, como um plano comunista para destruir o mundo ocidental. O autor tece comentário a essa mudança cultural, que culminou em uma explosão do consumo de drogas no ocidente afirmando que isso nada mais era do que uma tática dos comunistas. Segundo o agente,

Uma das armas mais sutis e sinistras do comunismo consiste em sua persistente atividade de corromper os costumes para debilitar o mundo democrático.

A maior parte da produção de ópio e seus derivados é originária da China, e através de inúmeros canais clandestinos esparrama-se pelo mundo, produzindo lucros fabulosos e causando a desagregação das sociedades não comunistas.

Um mundo dissoluto, entregue a drogas estupefacientes e alucinantes, não possui energia e integridade moral, indispensáveis para enfrentar a ameaça comunista.²⁶²

Em meio as grandes transformações culturais da década de sessenta, que sacudiram as estruturas do mundo ocidental, nota-se uma enorme preocupação com a difusão de entorpecentes na sociedade. Em certa medida, essa difusão e aumento do consumo de drogas estava ligado mais diretamente a uma resposta da contracultura aos padrões morais e costumes burgueses, do que um grande plano comunista.²⁶³ Porém, nosso agente produtor, bem como boa

²⁶⁰ **Comunismo Internacional**. Setembro 1970. p. 1.3.

²⁶¹ **Comunismo Internacional**. Setembro 1970. p. 1.3.

²⁶² **Comunismo Internacional**. Setembro 1970. p. 1.4.

²⁶³ RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 36. Um exemplo dessa transformação cultural e da ideia de que as drogas estavam ligadas a uma experiência transcendental, ver CASTANEDA, Carlos. **A erva do diabo**: Os ensinamentos de dom Juan. Tradução

parte do meio conservador, acreditavam piamente que a produção de drogas fazia parte de um plano comunista, apoiado pelas grandes potências vermelhas. Para referendar ainda mais sua explanação sobre o assunto, o agente faz referência a uma suposta resolução “secreta” e seu item “f” da 1ª Conferência Tricontinental realizada em Havana no ano de 1966. Essa suposta resolução teria sido publicada no jornal “El País” de Montevidéu, no ano de 1966, e afirma que

Apoiar resolutamente a campanha a favor das drogas, baseando-a no princípio do respeito aos direitos individuais. Manter completamente separados os quadros do partido dos canais de tráfico de narcóticos, de maneira que essa fonte de receita não possa ser vinculada a ação revolucionária; entretanto, devemos combinar a insuflação do medo à guerra atômica, com o pacifismo e com a desmoralização da juventude através do estímulo ao uso dos alucinógenos.²⁶⁴

Novamente a lógica de citar outros textos para conferir veracidade às ideias da publicação. Por outro lado, essas ideias não eram exclusivas apenas dela, mas antes revelavam também parte do pensamento conservador da época. Essa juventude “entregue a drogas estupefacientes e alucinantes” ia contra os planos de uma nação forte e sadia, planejada pelos militares, além de questionar os costumes dos setores mais tradicionais da sociedade, assustados com as enormes mudanças ocorridas na década de sessenta. Porém, segundo os envolvidos no movimento estudantil e articuladores de ações contra a ditadura, embora radicalizado politicamente ele era também conservador em termos de costumes, vendo as drogas como um “desvio pequeno burguês”. Para Daniel Aarão Reis Filho, na época um importante líder estudantil,

O homossexualismo era visto com muitas reservas. Nos congressos estudantis da época, seguramente não rolava droga, pelo menos não abertamente. Mesmo as drogas leves, como a maconha, eram vistas com muita severidade. A própria música popular brasileira, que era mais prezada, era a música popular de protesto, mais politizada. (...) A grande maioria da militância de esquerda era muito resistente a questionamentos heterodoxos. No seio das organizações revolucionárias, isso era muito claro. Nós não permitíamos homossexualismo e drogas.²⁶⁵

Pode-se perceber assim, que a difusão das drogas e uma mudança dos costumes não era propriamente uma ação coordenada das esquerdas, embora mencionada como tal, mas sim de uma época de contestação aos padrões morais estabelecidos. Porém, para o governo civil-

Luzia Machado da Costa. 32ª ed. revista. Rio de Janeiro: Nova Era, 2006.

²⁶⁴ RIDENTI, Marcelo. Op. Cit. 2000. p. 36.

²⁶⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. Apud. ARAÚJO, Maria Paula. Op. Cit. 2009. p. 23.

militar e dentro da ótica da Doutrina de Segurança Nacional, tudo isso poderia ser visto como a mesma coisa e partindo da mesma fonte. Por ser visto como uma subversão dos costumes e da ordem, era encarado como algo negativo, como uma doutrina estranha aos padrões nacionais, devendo ser combatido com a mesma intensidade. Por outro lado, quando se pensa no ideal militar de busca por uma nação forte e saudável, colocando os mesmos conceitos para seu povo, também divulgados através de campanhas publicitárias da Agência Especial de Relações Públicas (AERP), a campanha pelo combate às drogas ganha mais destaque. Une-se aqui um conceito de saúde pública e o combate a uma nação enfraquecida, com um conceito político, o qual visava associar o consumo de drogas a uma prática comunista para justamente enfraquecer uma nação. Apresentar a subversão dos costumes como uma tática comunista servia duplamente aos interesses dos sistemas de informações e repressivo. Primeiro por reforçar o caráter maléfico e negativo dos comunistas, que patrocinavam além de ações armadas, ações que levavam a juventude para degradação, desvirtuando-a dos bons costumes. Segundo, por mostrar aos leitores da publicação *Comunismo Internacional* a necessidade de um combate tanto aos comunistas quanto ao uso de drogas, que segundo essa lógica, teriam a mesma origem. O autor busca exatamente relacionar determinados textos que noticiam a produção e o incentivo ao consumo de drogas como uma tática comunista de ataque aos países ocidentais, buscando-os enfraquecer moral, psicológica e fisicamente.

A década de sessenta experimentou também uma liberação dos costumes e também uma libertação das mulheres tanto na vestimenta quanto no uso de anticoncepcionais. Em uma parcela da classe média, surge nesse período o debate em torno do planejamento familiar e do aborto. Esse debate gerou enorme polêmica, pois o controle populacional ia contra as normas religiosas e esse discurso foi utilizado de diferentes formas, tanto à direita, quanto à esquerda. Um recorte da revista peruana “Caretas” de outubro de 1970, publicada em *Comunismo Internacional*, afirma, sobre as diferentes práticas de controle populacional, que

Os 'progressistas', 'revolucionários' e 'esquerdistas' de diversos matizes que crêem que o crescimento desregrado da população cria uma pressão que promove as mudanças. A estes se soma a duplicidade dos 'fidelistas'. Eles legalizaram o aborto e distribuem anticoncepcionais como confete, em Cuba; porém, dizem que no resto da América Latina é um 'complô imperialista'. A miséria extrema, no entanto, não é necessariamente o melhor combustível da revolução. Os núcleos mais pobres das cidades latino-americanas votam, a miúdo, pela direita. (...) Além de que, resulta bastante imoral propugnar o obscurantismo e negar, à família proletária, um fator de ajuda, sob a ideia de que o desespero a induzirá eventualmente um ato de rebeldia.²⁶⁶

²⁶⁶ *Comunismo Internacional*. Novembro 1970. p. 1.3.

O assunto sobre o controle de natalidade é mostrado assim de forma ambígua, pois afirma que os comunistas em Cuba incentivavam o aborto e o uso de anticoncepcionais, mas defendiam uma “explosão populacional”, a qual levaria a um aumento das contradições, tornando mais fácil os processos revolucionários. Após expor outros textos sobre essas medidas no Chile, mostrando essas ações no país de Allende e também das Nações Unidas, afirma-se que os comunistas esperam essa explosão demográfica como fator de contradição. Para os comunistas “as classes dominantes não podem resolver a contradição entre o rápido aumento da população e a carência, sempre maior de emprego, de meios de educação e de assistência. A revolução é fruto do agravamento das contradições.”²⁶⁷

2.5. Os interesses na desmoralização do inimigo

Uma das formas de desmoralizar o inimigo era mostrar além de suas estratégias violentas, costumes e hábitos que iam contra o próprio discurso marxista. Ou seja, os ditadores de países socialistas e comunistas possuíam um discurso de combate ao capitalismo e aos seus valores, mas, por outro lado, valiam-se do luxo e de formas autoritárias de governo. Nesse sentido, os comunistas, segundo *Comunismo Internacional*, buscavam incentivar o consumo de drogas e combater práticas de controle populacional, gerando assim o caos no mundo ocidental. Aliado a isso, existiam as campanhas pró-paz e pacifistas que visavam desarmar os países, tornando mais fácil o seu domínio pelas potências comunistas. Um interessante texto, retirado da revista venezuelana “Elite” de dezembro de 1970 sobre o carro mais caro do mundo, afirma que

O automóvel mais fino e mais caro do mundo é construído na Alemanha Federal. Somente 18 unidades foram fabricadas e todas vendidas para o exterior. Os multimilionários alemães consideram esse carro como sendo demasiado pomposo. Entre os compradores desse luxuoso automóvel encontram-se pequenos reis, ditadores de países neocoloniais e chefes de Estados Socialistas. [...] Nem o papa e nem os fabricantes desta maravilha mecânica pensaram que o próximo cliente seria o Presidente Mao, o herói da Revolução Chinesa, autor de numerosos manuais sobre as virtudes, inclusive a modéstia, que devem caracterizar um dirigente comunista, o protagonista daquela ‘Grande Marcha’, onde esteve à frente de milhões de miseráveis camponeses encomendou dois carros superluxuosos, tipo Landaulet, que foram enviados via Hong Kong. Outros compradores vieram de regiões nem sempre ricas e poderosas: o rei da Tailândia; o presidente do Gabón e o Xá da Pérsia. [...] O penúltimo exemplar, feito totalmente a mão, foi mandado para Belgrado, onde Tito não podia gozar bastante das aclamações dos camaradas iugoslavos em seus dois Mercedes-Pulman, tipo standard. Sabe-se que o novo carro – um pequeno transatlântico sobre rodas – tem seu custo duas vezes superior ao Mercedes-Pulman. Tão exóticos como

²⁶⁷ *Comunismo Internacional*. Novembro 1970. p. 1.6.

os compradores, são também suas exigências: madeiras preciosas para a decoração interior e couro de chiva branca para forrar os assentos sobre os quais vão pousar tão eminentes dignatários. [...] Nenhuma ressonância encontrou o superluxuoso carro entre os multimilionários alemães, que tem preferido continuar usando seus tipos standard.²⁶⁸

Pode-se perceber uma lógica no discurso dessa publicação e dos sistemas de informações, mostrando aos seus leitores, através da repetição do mesmo conceito de diferentes formas, que os comunistas almejavam destruir o Ocidente. Aliado a isso, existe a busca incessante de mostrar o quanto os líderes comunistas tinham atitudes diferentes do que pregavam para sua população.

A Lei de Segurança Nacional de 1967²⁶⁹, assinada por Castelo Branco materializou em lei os conceitos de guerra interna e guerra revolucionária trabalhado dentro das Forças Armadas e da Escola Superior de Guerra, e o Conceito Estratégico Nacional de 1968 que responsabilizava toda a população pela segurança nacional e pela segurança interna. Este documento aprovado pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) na verdade constituiu-se em diretrizes para ação governamental e também foi a base para a implantação do sistema repressivo.²⁷⁰ Esse Conceito Estratégico Nacional estipulava uma transformação dos sistemas de segurança e repressão, como por exemplo o sistema CODI-DOI.²⁷¹

Essa visão sobre o “outro” – o comunista e o “subversivo” – não estava presente apenas nos relatórios dos aparatos repressivos. Na legislação criada durante a ditadura civil-militar, a guerra revolucionária e psicológica supostamente iniciada pelos comunistas encontrava sua resposta na Lei de Segurança Nacional, demonstrando os meios que esses utilizavam para “influenciar ou provocar opiniões, emoções e atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.”²⁷² A luta contra esse inimigo que atravancaria o desenvolvimento nacional ganhava nesses decretos a sua pretensa legalidade jurídica: os agentes repressivos estavam assim do lado da lei. Porém, nesses decretos torna-se mais difícil obter uma descrição mais ampla do

²⁶⁸ **Comunismo Internacional**. Dezembro 1970.

²⁶⁹ Decreto Lei 314 de 13 de março de 1967.

²⁷⁰ FICO, Carlos. 1968: o ano que terminou mal. In FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs). **1968: 40 anos depois, história e memória**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 233.

²⁷¹ Sobre a implantação do sistema CODI-DOI e do aparato repressivo ver FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

²⁷² Lei de Segurança Nacional de 1967. Capítulo I, Art 3º, § 2º.

comportamento dos comunistas. Deve-se salientar que o comunismo e a subversão serviram para enquadrar todos aqueles que se colocavam na oposição ao regime, mesmo socialistas-democratas ou liberais. Descrever a oposição como comunistas e integrantes de um plano maior para derrubar o ocidente justificaria, em partes, a ação repressiva contra parte da população.

A ditadura civil-militar brasileira produziu assim uma infinidade de relatórios e documentos que buscavam esquadrihar o inimigo, mapear suas ações e seus comportamentos. Obter o maior número de informações possíveis, descrições de seus hábitos e rotinas, facilitaria o serviço da repressão. A imensidão de documentos produzidos pelo SNI, DOPS, CIE, CISA, CENIMAR, DSI's, polícias civis e militares, demonstram justamente essa preocupação e essa paranoia contra o comunismo e a subversão. Maria Aparecida de Aquino, ao analisar a documentação produzida pelo DOPS de São Paulo, afirma que

A riqueza que esses documentos apresentam dá-nos uma pequena amostra da importância dessa documentação, do papel desses agentes infiltrados e de seus relatórios pormenorizados. Ao mesmo tempo, demonstram uma infiltração cuidadosamente construída a ponto de conhecer os meandros dos locais sobre os quais exercem vigilância, resvalando em opiniões pessoais acerca do evento e de seu transcorrer, bem como apontam para uma quantidade de informações oferecidas, dependendo das circunstâncias, minuto a minuto, que podem redundar em pouca consistência para os objetivos do órgão, dada sua inutilidade estrutural.²⁷³

Essa documentação dos aparatos repressivos e de informações, alguns dos quais anteriores a 1964, sofreram a “mutação do tempo, dos objetivos governamentais e da própria noção de 'suspeição', que varia de acordo com os interesses desse ou daquele período.”²⁷⁴ A verdadeira riqueza dessa ampla documentação não se encontra somente nos “furos” e dados reveladores possíveis de serem encontrados, antes em um processo que se tornou rotineiro, que transformou-se em norma na ditadura civil-militar brasileira. Como um burocrata que carimba papéis todos os dias, o agente de informações produzia uma infinidade de dados sobre o andamento do comunista e do comunismo. Em muitos desses relatórios, deixa escapar, ou o faz intencionalmente, a sua visão da situação presenciada. Essas observações e opiniões são também um reflexo dessa mentalidade autoritária da ditadura brasileira, mesmo que num primeiro olhar possam demonstrar uma grande inutilidade aos verdadeiros interesses do regime.

²⁷³ AQUINO, Maria Aparecida de; MORAES, Maria Blassioli de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de, e SWENSON JR, Walter Cruz (Orgs.) **O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP- O Anticomunismo: Doença do aparato repressivo brasileiro.** Famílias 30 e 40. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 32.

²⁷⁴ Ibidem.

Nessa amplitude de papéis, muitos dos quais ainda sigilosos em nosso país, é pouco provável a existência de alguma informação que relate a localização de corpos dos desaparecidos políticos, bem como relatos oficiais da prática de tortura. Isso por uma simples razão: os agentes repressivos não costumavam deixar esse tipo de registro.²⁷⁵ Por outro lado, essa documentação pode nos ser de grande valia para compreendermos a lógica desse pensamento autoritário, bem como a forma pela qual os militares e agentes de informação percebiam o inimigo, construindo assim não uma caricatura dele, mas um retrato fiel, segundo sua ótica, daquele que colocaria em risco a segurança nacional.

Em certa medida, a presença de um inimigo a ser combatido, o qual atrapalha a ordem e paz social, ainda persiste em nossa sociedade. A construção desse “outro” associado ao mal e o clima de paranoia implantado nesse período, se estendeu no imaginário social, o qual é sempre reforçado e retrabalhado em momentos de crises e tensões sociais. O inimigo a ser combatido apenas mudou sua face, estando inserido em uma construção discursiva semelhante. A construção desse inimigo e do mal são disparadas sempre que determinados grupos sentem-se ameaçados, buscando suas razões em um passado de paz, no qual estariam os verdadeiros valores, ligados a uma tradição que está se perdendo. Esses grupos têm dificuldades em lidar com movimentos de pressão, tendendo a caracterizá-los pela ótica do mal, ganhando assim ressonância e popularidade na sociedade.

Além de demonstrarem grande preocupação com os hábitos comunistas, os quais poderiam ser sentidos no Brasil em meio as mudanças culturais do período, os sistemas de informações mapearam não apenas os hábitos, mas também as táticas e os planos dos comunistas para, supostamente, destruírem o mundo ocidental. Era fundamental para esse sistema, principalmente para o SNI, obter informações sobre as ações do comunismo em todo o mundo e como esse movimento estava atuando em diversos países, em todos os continentes. A atividade desses agentes produtores, fechados dentro da Agência Central em Brasília, consistia em uma busca incessante de informações sobre o comunismo e os comunistas, sobre a atuação de brasileiros no exterior, sobre as táticas utilizadas em outros países, as vitórias comunistas na Ásia, Europa Oriental, África e o grande avanço pela Europa e pela América. Se podemos interpretar um trabalho de coleta de inúmeras informações como paranoico, ele atendia a um plano muito maior de desconstrução do comunismo perante o sistema de informações e os aparelhos repressivos.

²⁷⁵ FICO, Carlos. **A ditadura documentada**: acervos desclassificados do regime militar brasileiro. Acervo. Rio de Janeiro, v. 21, nº 2. Jul/Dez 2008. p. 68.

Cabe aqui o questionamento sobre a formação do agente da ditadura civil-militar. Como eram moldadas, se isso for possível, as consciências daqueles que trabalhavam dentro do Serviço Nacional de Informações? Recebiam um treinamento especial, esses homens e mulheres vistos como agentes de informação, para que pudessem ingressar nos serviços de inteligência e espionagem da ditadura civil-militar? A forma de ver o outro era, em alguma medida, influenciada por esses treinamentos e cursos? Tais conceitos serão tratados no próximo capítulo, buscando compreender como eram formados esses agentes secretos e de que forma isso influenciou na produção de documentos, como *Comunismo Internacional*.

3. Entre livros e apostilas: a formação dos agentes secretos da ditadura

Um dos temas, entretanto, mais perigosos é o da inevitabilidade do comunismo. Esse tema é aceito e apregoadado, por grande número de pessoas, entre as quais se encontram algumas de elevado nível cultural.

Esses indivíduos se esquecem de que a respeito do fascismo e do nazismo se dizia a mesma coisa. Entretanto, acreditamos, convictamente, que, como aqueles, o comunismo será, também futuramente, história do passado.

Sobre os temas que não interessam à URSS, como os que esclarecem os povos sobre a inexistência da liberdade: “muro da vergonha”, fugas, cerceamento da imprensa e do rádio, etc, a ordem do PC é silenciar e mudar de assunto, sem dar tempo ao oponente para repetir o tema.²⁷⁶

Ao longo de *Comunismo Internacional*, pode-se perceber uma quantidade de informações de grande amplitude. Em suas páginas o autor, mesmo que desconhecido, deixa suas marcas e sua visão de mundo. A forma como observa essa realidade, marcada muitas vezes pela imaginação de um inimigo muito maior e onipresente, está ali, diante dos olhos do leitor. O agente do Serviço Nacional de Informações buscava assim repassar informações que julgava de demasiada importância para a atual conjuntura, marcada por tensões no campo político. Permeado pelo sentimento de repulsa ao comunismo, o qual se mostra nas linhas e nas entrelinhas de *Comunismo Internacional*, o agente almejava que a interpretação fosse vista não como sua, mas como a visão correta do *serviço*. A difusão de documentos entre os vários órgãos e serviços de informação criou uma quase infinidade de papéis que demonstram que *Comunismo Internacional* não foi um caso isolado dentro da comunidade de informações. Pelo contrário, essa quantidade reafirma nossa hipótese de que a visão construída sobre os comunistas se espalhou por muitas esferas do governo ditatorial. Entre afirmativas paranoicas e fatos concretos, as publicações produzidas pelo SNI, bem como por outros serviços de informações, integrantes do que viria a ser chamado a partir de 1970 de Sistema Nacional de Informações, misturam ações dos comunistas atreladas, em muitas situações, a comportamentos promíscuos e planos maléficos de conquista do planeta e a implantação do terror em escala mundial.

Mas, que tipo de preparação e treinamento tinha esse agente do Serviço Nacional de Informações? Que formação ideológica recebia esse indivíduo treinado para espionar e produzir

²⁷⁶ Ação educativa contra a Guerra Revolucionária. Unidade III – Técnicas revolucionárias – psicológicas. BR AN, Rio. X9.0. TAI.1/20. p. 27.

informações que serviriam ao aparelho repressivo? Por certo, tais respostas conduziram a outro trabalho de profundidade ainda maior. Não temos acesso ao perfil de todos os agentes e de todos aqueles que contribuíram ou serviram ao SNI ou aos outros serviços de informações militares, tampouco se pretende neste trabalho tratar todos os colaboradores do *serviço* como pessoas com comportamento uniforme, como se todos recebessem o mesmo treinamento, absorvessem e processassem da mesma forma os conteúdos recebidos nos cursos de formação. Também não se pode omitir outro importante detalhe: os agentes participantes desses cursos possuíam trajetórias de vida distintas, as quais seriam marcadas por contatos com diferentes materiais e experiências pessoais, que poderiam justificar o combate ao comunismo. O que se pretende neste capítulo é analisar os conteúdos e materiais trabalhados nos cursos de formações dos agentes do SNI, realizados pela Escola Superior de Guerra (ESG), os quais foram transferidos posteriormente para Escola Nacional de Informações (EsNI). Acreditamos que essa abordagem se faz necessária para melhor compreendermos *Comunismo Internacional*, bem como o contexto em que ela estava sendo produzida. A conjuntura em que essa documentação estava sendo gestada, assim como a miríade de papéis referentes ao comunismo, bebia de uma fonte comum, possuidora também de um histórico de combate à subversão. Descobrir peculiaridades nestes materiais pode nos conduzir a um melhor entendimento da formação do agente secreto e dos materiais que ele mantinha contato. Conteúdos repassados por outros agentes, que tiveram outras formações em diferentes escolas. O fio condutor da trama que envolve o Serviço Nacional de Informações perpassa outras nacionalidades e não pode ser pensado jamais de forma isolada.²⁷⁷

3.1. Cursos e apostilas: o suspeito nas páginas dos livros

No ano de 1992 uma caixa contendo uma série de documentos foi deixada na porta do Arquivo Nacional na cidade do Rio de Janeiro. O entregador não quis se identificar e apenas pediu para que fosse repassada à direção da instituição. A grande quantidade de papéis tratava de cursos realizados pelo Serviço Nacional de Informações e de pessoas e entidades espionadas pelo órgão. Depois de arroladas todas as fontes, questionou-se o nome a ser dado ao fundo. O

²⁷⁷ A noção de trama elaborada por Paul Veyne nos mostra que os fatos históricos não devem ser pensados de forma isolada. Dessa forma, acreditamos também que o Serviço Nacional de Informações brasileiro deve ser pensado como produto de uma trama histórica muito mais ampla. VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história:** Foucault revoluciona a história. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1998. p. 42.

nome *Informante do Regime Militar* foi imediatamente aceito pelos pesquisadores, acrescentando o código X9 para a identificação.²⁷⁸ Uma importante contribuição à histografia sobre ditadura civil-militar é o estudo elaborado por Samantha Viz Quadrat, chamado *A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)*²⁷⁹, o qual analisa a formação dos agentes dos serviços de informação, tendo como base parte da documentação da coleção *Informante do Regime Militar*. Quadrat afirma que ainda caminhamos pouco em relação aos estudos sobre o treinamento dos agentes de informação, principalmente os que passaram pela Escola Nacional de Informações (EsNI) e o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), com seus documentos ainda inacessíveis, criando assim um pacto de silêncio sobre suas atuações. Dentro do jargão militar, a palavra X9 tem também uma grande importância, pois significa informante, denunciante ou alcagute. Não se pode esquecer que além dos agentes treinados nos cursos oficiais, a ditadura civil-militar contou com vários colaboradores espontâneos, que, devido à grande publicidade e incentivo para a denúncia, entregavam supostos subversivos²⁸⁰ ou ainda solicitavam aos serviços de informação ou de censura, medidas contra programas e autores considerados um perigo à nação²⁸¹.

Era importante para o governo ditatorial criar no país, através de sua Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), criada em 1968, um clima de união e amor entre todos, demonstrando assim que a nação brasileira era marcada pela paz e solidariedade, bem como estaria caminhando para um novo tempo. Em meio a esses objetivos nobres, era necessário identificar os inimigos que almejavam atrapalhar o clima de concórdia e união. Segundo Carlos Fico, “os críticos estariam a serviço da discórdia e do desamor.”²⁸² Para aqueles que apoiavam o regime autoritário vivido pelo país, existiriam:

²⁷⁸ ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). COPRA/CODES. Equipe de Documentos Privados. Coleção Informante do Regime Militar – X-9. Inventário da Coleção Informante do Regime Militar. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2008.

²⁷⁹ QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, n° 47, p.21-41: jan/jun 2012. p. 28.

²⁸⁰ MAGALHÃES, Marion Dias Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**. Vol. 17. Número 34. São Paulo, 1997.

²⁸¹ FICO, Carlos. **Prezada Censura**: cartas ao regime militar. In Topoi: Revista de História. N. 05. Vol. 03. Rio de Janeiro, Julho-Dezembro de 2002.

²⁸² FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 124. Cabe ressaltar que a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) funcionou entre os anos de 1968 até 1973. Posteriormente, já no governo Geisel, no ano de 1976, foi criada a Assessoria de Relações Públicas (ARP), a qual cumpria a mesma função. O governo buscou criar uma agência de propaganda que enaltecesse os feitos do regime, mas que não tivesse os mesmos moldes do antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do período de Getúlio Vargas.

[...] obstáculos e inimigos que tentam impedir a toda força o restabelecimento das relações de convivência humana, na base da verdade e do amor, a serviço de todos os interesses malsãos que tentam impedir o melhor relacionamento entre o governo e o povo do Brasil a serviço de todos os descaminhos, cheios de todos os piores despropósitos.²⁸³

Além dessa agência de propaganda, a qual buscava mostrar os feitos positivos do governo, colaborando para uma imagem de otimismo e união, buscou-se também arregimentar informantes e colaboradores espontâneos, não em toda a população, mas em parcelas restritas, vistas como portadoras de confiabilidade. Segundo Adyr Fiúza de Castro, “há seis níveis de fontes e seis graus de veracidade do informe: A,B,C,D,E,F e 1,2,3,4,5,6. Um informante A1 é um informe de uma fonte sempre idônea e com grande probabilidade de verdade. [...] Se o informe é F6, significa que não pode se saber a idoneidade da fonte.”²⁸⁴ A afirmação de Fiúza de Castro consta no documento “O informe” de 1960, o qual era utilizado nos cursos de formação, relacionando a veracidade do fato e a idoneidade do informante.²⁸⁵

Existiam três tipos de colaboradores: aqueles que seriam recrutados no serviço público e que tinham sua vida analisada pelos órgãos de informação para comprovar sua idoneidade. Outro grupo era identificado nas organizações ideologicamente próximas do regime civil-militar como a *Tradição, Família e Propriedade* (TFP) e o *Comando de Caça aos Comunistas*, pois eram a favor da “revolução” e anticomunistas. Por fim, apareciam aqueles espontâneos e voluntários e que atuavam individualmente, tendo, portanto, uma origem mais difícil de mapear, mas que mantinha vínculos ideológicos com o regime, ou ainda, buscavam obter alguma vantagem ou atingir um desafeto político.²⁸⁶ O medo do outro, presente na figura do comunista, atingia também esse informante. Segundo Magalhães,

[...] um medo que se demonstrou tão ou mais mobilizador do que suas convicções políticas. Ao lado de sua fidelidade a ideias, do comportamento arrivista quando estava em causa a possibilidade de uma ascensão profissional, ou, ao contrário, o receio de perder o emprego, não se pode desconsiderar os traços de medo que se refletiam em seus escritos: o medo da retaliação, de ser descoberto como delator, da desordem, do poder, enfim, o medo que o fantasma da subversão lhe provocava.²⁸⁷

²⁸³ *Última Hora*. 03/08/1970. Apud. FICO, Carlos. Op. Cit. 1997. p. 124.

²⁸⁴ D'ARAÚJO, Maria Celina et al. **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 62.

²⁸⁵ O informe. BR AN, Rio de Janeiro. X9.0.TAI.3/9.

²⁸⁶ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. Op. Cit. 1997.

²⁸⁷ Ibidem.

A figura do informante contribuía para a atividade do agente dos serviços de informação e repressão, entregando supostos subversivos. A figura do informante seria também estudada nos cursos de informação.

Retomando a coleção *O informante secreto do regime militar*, ela aborda uma série de documentos e apostilas, alguns produzidos antes da instauração da ditadura civil-militar. Alguns desses documentos não possuem data de criação, mas sabe-se que foram usados nos cursos de formação na Escola Superior de Guerra e posteriormente na Escola Nacional de Informações. A data estabelecida como limite inicial foi o ano de 1946, data de criação da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Contudo, o primeiro curso realizado no país referente à atividade de informações data do ano de 1958, com o curso piloto realizado pelo brigadeiro João Mendes da Silva na ESG. Não descartamos, todavia, a utilização dessa documentação em momentos anteriores, haja vista a preocupação dos órgãos militares com o comunismo. O arquivo foi separado em duas séries, Treinamento de Agente de Informação e Espionagem. Esta última possui duas subséries, Atividades Clandestinas e Atividades Clandestinas no Partido Comunista do Brasil.

Na série Treinamento de Agente de Informação são encontrados aproximadamente seis dossiês em um total de 1800 páginas. São apostilas que tratam da relação diplomática do Brasil com potências comunistas, da busca de informações e informes, defesa de embaixadas brasileiras no exterior, técnicas de criptografia, a prática da vigilância e contra-vigilância, a espionagem praticada pelos países comunistas, a utilização de equipamentos eletrônicos como microfones, gravadores, rádios e escutas telefônicas, a forma de se produzir a informação, os interesses, as matérias a serem buscadas nos jornais, etapas da produção da informação, bem como noções de combate à guerra revolucionária. Já a série Espionagem, dividida em duas subséries, é o resultado da ação de agentes treinados ou pessoas contratadas para exercer a busca de informes mediante uma recompensa qualquer.²⁸⁸ Essas atividades eram diversificadas e envolviam a infiltração em organizações e entidades, vigilância de pessoas, coleta de panfletos e elaboração de estudos de situação. Nessa série podem ser encontrados diversos documentos elaborados durante a atividade da espionagem de pessoas e organizações consideradas suspeitas.²⁸⁹

²⁸⁸ ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Op. Cit. 2008. p. 21.

²⁸⁹ Ibidem. p. 21.

Cabe ressaltar que essa documentação dos órgãos de informações pode ser dividida em dois tipos. A primeira é uma documentação de circulação interna dos serviços de informação e produzida com o intuito de capacitar e treinar seus agentes. Outro tipo são aqueles em que os serviços de informação se faziam conhecer e repassavam a outros órgãos. Ambas as categorias de documentos estão intimamente ligadas e podemos perceber não apenas uma série de documentos técnicos relacionados ao *modus operandi* do sistema, aqui tanto o de informações quanto o repressivo, mas uma visão ideológica acerca desse trabalho. O agir era, dessa forma, impregnado de valores ideológicos e de uma visão de mundo. Há de se levar em conta que muitos desses agentes ingressavam no serviço repressivo e de informações, fossem civis ou militares, em busca de uma ascensão na carreira ou simplesmente de um trabalho com um salário.

O anticomunismo não pode ser visto como uma matriz ideológica comum a todos aqueles que trabalharam nos aparelhos repressivos e de informações. Porém, não se pode descartá-lo por completo, acreditando que todos agiam apenas porque cumpriam ordens ou encaravam o trabalho como uma tarefa a ser realizada. Dentro dos aparelhos repressivos e de informações poderíamos encontrar os dois extremos: o fanático paranoico que age com paixão à causa, bem como aquele que apenas cumpria ordens.

Taís Morais, no livro jornalístico *Sem vestígios*²⁹⁰, analisa o caso de um agente secreto, chamado por ela apenas de Carioca, preservando assim sua identidade. Nesse caso, o agente ao participar de atividades no serviço militar estava apenas cumprindo ordens. Segundo Morais,

[...] ele fazia estritamente seu dever: barrava e revistava todos os veículos que pareciam suspeitos. Tratava-se do fato mais natural do mundo. Para o soldado brasileiro, o governo central, do qual emanava a ordem era legítimo, não importava se havia resultado de golpe ou revolução. De uma forma bem elementar, aqueles homens tinham sido submetidos a uma lavagem cerebral. Eram digamos, os ‘inocentes úteis’ da autoridade ‘estabelecida’, não importava como.²⁹¹

Carioca ingressaria futuramente na Escola Nacional de Informações e posteriormente no Centro de Informações do Exército (CIE). Com o passar dos anos, o agente secreto foi

²⁹⁰ MORAIS, Taís. **Sem vestígios**: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira. São Paulo: Geração Editorial, 2008. Segundo o editor da Geração Editorial, uma documentação foi encaminhada à editora por uma mulher que atendia ao pedido do ex-marido para publicar os documentos. Eram textos escritos em forma de diários, fitas, recortes de jornal e alguns capítulos de um livro que o autor estaria escrevendo durante o início dos anos 90. O material, porém, demandava pesquisa e confirmações, resultando no livro. Infelizmente a obra não indica o nome do agente secreto e a documentação permanece em sigilo.

²⁹¹ MORAIS, Taís. Op. Cit. 2008. p. 52.

adquirindo paixão e adoração pelo seu trabalho, bem como foi sendo impregnado com os ideais anticomunistas da caserna. Participou de várias missões como a Guerrilha do Araguaia e da prisão de David Capistrano, desaparecido político e que nas memórias de Carioca aparece esquartejado na Casa de Petrópolis.²⁹² Aposentado durante o período de redemocratização, Carioca guardava grandes traumas com os episódios de torturas e assassinatos que participou, sendo perseguido em sonhos e alucinações, como demonstram os textos de seu diário, por antigos subversivos que estariam em sua busca. Afirma que:

O cenário de terror não me deixa em paz. Vozes e rostos desconhecidos me atormentam. Surgem de repente. Essa mistura de imagens fantasmagóricas e sons desconexos me confundem mais ainda. Sufocam. Provocam sensações mórbidas. Não sou mais dono de mim. Sigo à deriva, em plena tempestade sem nenhum controle. Nem chorar eu consigo. Lágrimas talvez ajudassem a tirar essa pressão do peito, do cérebro. Mas sou incapaz de me entregar ao choro. Fico à mercê das emoções terríveis que me invadem em ondas sucessivas. Gume afiado a cortar o peito. Melhor que uma lâmina de verdade me rasgue o ventre. [...] Mas, quem sabe, se isso tudo vier à tona provoque uma reflexão mais profunda. Minhas anotações constituem apenas um lembrete, uma forma de não esquecer os companheiros que lutaram comigo contra a subversão e o avanço do comunismo no país. Acreditávamos piamente no que fazíamos.²⁹³

No entender de outros integrantes do sistema repressivo, porém, a violência praticada durante a ditadura era legítima e os atos cometidos vêm à tona no presente como um feito heroico, pois, segundo eles, vivia-se uma guerra contra o comunismo.²⁹⁴ Carioca afirmou em suas memórias que o sistema ensinava como matar, mas não ensinava como lidar com as consequências emocionais dos atos, os quais, por certo, nunca passam sem deixar algum vestígio. Eles não recebiam um treinamento para autopromoção mental. Aprendiam isso no cotidiano com outros colegas, criando personagens, vestindo máscaras. O papel ao receber uma missão era o do repressor. Fim do trabalho, fim do ato e retirava-se a máscara. As cortinas desciam e tudo continuaria de forma normal. Para ele e para outros agentes, ao longo dos anos

²⁹² A Casa de Petrópolis foi um local clandestino mantido pelo CIE na cidade de Petrópolis, a qual foi alvo de inúmeras denúncias de torturas e execuções de presos políticos.

²⁹³ Apud MORAIS, Taís. Op. Cit. 2008. p. 217.

²⁹⁴ A grande maioria dos militares não confirma casos de tortura sendo usados de forma sistemática e como prática comum da ditadura civil-militar. Apontam, por outro lado, que ela ocorreu de forma ocasional e sem o consentimento dos superiores. Por outro lado, afirmam que agiram sempre contra o comunismo que seria implantado com o governo de João Goulart, bem como, contra a posterior guerrilha urbana e rural que marcaria os anos sessenta e setenta. As memórias de alguns militares que exerceram cargos importantes no aparelho repressivo e de informação presentes na coletânea organizada por Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro são reveladores dessa visão militar da repressão, justificada como salvação da pátria e da liberdade. ARAÚJO, Maria Celina et al. Op. Cit. 1994.

tal estratégia se mostraria ineficaz. A esse respeito, Martha Huggins constatou, ao entrevistar alguns, por ela denominados, “operários da violência”, um grande desgaste emocional vivido por esses agentes, pois,

[...] sentiram-se usados e abusados pelo sistema e acabaram por dar-se conta de que haviam renunciado a grande parte de sua vida pessoal e profissional em favor de suas funções infinitamente exigentes, sem reconhecimento ou recompensa adequados. Seus casamentos foram atingidos, assim como a relação com filhos e amigos. Sintomas psicossomáticos atormentaram sua saúde, assim como também a fadiga crônica e a insônia. Manifestaram extenso uso de mecanismos de autodefesa em última análise danosos, como racionalização, negação e compartimentalização.²⁹⁵

Huggins entrevistou alguns policiais envolvidos com a repressão e constatou inúmeros casos de problemas emocionais e envolvimento com drogas. Para ela existe uma grande dificuldade em se pesquisar o impacto da violência naqueles que seriam os perpetradores. Segundo ela

[...] a recusa de se realizar pesquisas com perpetradores da violência por motivos de ‘sensibilidade moral’ está relacionada ao pressuposto de que não se pode esperar que os infames digam a verdade – porque esse tipo de gente está em um nível muito baixo em uma ‘hierarquia de credibilidade’ para que se acredite neles. Assim, há mais argumentos contra levar-se em consideração o possível impacto da atrocidade sobre os próprios perpetradores. Em última análise, o pesquisador que estuda a possibilidade de que perpetradores de atrocidades sejam, eles próprios, ‘vítimas’ pode provocar acusações de viés. Pode parecer que os perpetradores de atrocidades estão sendo desculpados de sua violência quando, na verdade, a pesquisa sobre burnout serve de advertência aos que perpetrariam atrocidades: você só pode fazer isso com risco físico e psicológico para você mesmo, sem garantia alguma de que, no fim, aqueles a quem você serviu irão apoiá-lo. [...] Algumas das interpretações promovidas a partir da perspectiva dos direitos humanos sobre a violência dos perpetradores de atrocidades a explicam como resultado das suas predisposições sádicas inatas.²⁹⁶

O estudo das práticas de violência, mas também compreender as motivações ideológicas desses agentes, se fazem necessárias dentro dos estudos sobre a ditadura civil-militar.

3.2. O treinamento do agente de informações

Mesmo que não fosse comum agentes do Sistema Nacional de Informações participarem de operações repressivas, mas antes da espionagem, muitos que passaram pelos cursos de informações atuaram exatamente no combate a subversivos. O objetivo desses cursos

²⁹⁵ HUGGINS, Martha et al. Op. Cit. 2006. p. 468.

²⁹⁶ Ibidem. p. 388.

era o de capacitar os agentes para atuarem em diversas áreas e combaterem o inimigo de diferentes formas. Esse inimigo poderia, segundo essa visão, estar em muitos lugares. Um deles seria exatamente a embaixada dos países comunistas. Era, portanto, necessária uma grande atenção com o fluxo de pessoas e com a possibilidade que a partir dali, tivesse início algum plano de infiltração comunista. No material *Serviços de informações soviéticos – problemas para os serviços de contra-informação*, classificado como secreto e com 14 páginas, é exatamente esse inimigo que merece atenção. As relações diplomáticas com esses países comunistas era objeto de análise dessa apostila, a qual afirmava que o membro dessa embaixada, chamado de Representante Legal, termo usado pelos russos para designar um oficial de informação que trabalhava no estrangeiro sob cobertura legal. Esse representante diferenciava-se daqueles que residiam no país como cidadãos ordinários, muitas vezes com documentos falsos. Inicialmente, era importante, ao receber o pedido de visto para um posto na embaixada, verificar todos os nomes nos arquivos. Tornava-se fundamental evitar que esse representante legal levasse a cabo possíveis missões de informações.²⁹⁷ Em um dos trechos do material, o agente sublinhou o seguinte trecho: “se uma grande embaixada comunista tem liberdade de movimentos, é praticamente impossível, num país democrático ocidental, evitar que os oficiais de informações comunistas entrem em contato com os agentes.”²⁹⁸ Ainda nesse material, no item intitulado *Cobertura legal*, é indicada grande atenção aos membros da KGB, agência de informações soviética, os quais estariam, pelo menos um, em cada embaixada. Esses membros da KGB se utilizariam de imunidade diplomática para transitar livremente, tendo fácil acesso aos objetivos de informações, estando presentes em “consulados, adidos de imprensa, cultural e comercial, ou auxiliares desses elementos”²⁹⁹ Existe nesses materiais um grande acompanhamento da rotina desses funcionários, afirmando, por exemplo, que por não receberem adicionais por horas-extras, relutam em cumprir atividades fora do expediente, além da proibição de amizade entre funcionários inferiores e burocratas com estrangeiros, relação essa, se existente, vista como suspeita pelos soviéticos. Por outro lado, os membros da KGB adotariam nomes falsos, retiravam seus nomes verdadeiros de listas telefônicas soviéticas para dificultarem verificações, pagamentos de atividades adicionais em bancos de Moscou, adoção de histórias falsas para ludibriar membros da embaixada não iniciados no setor de informações

²⁹⁷ Serviços de informações soviéticos – problemas para os serviços de contra-informação. BRAN. Rio. X9.0.TAI. 1/1.

²⁹⁸ Ibidem. p. 3

²⁹⁹ Ibidem. p. 4.

e os estrangeiros, além da predileção de membros da KGB por atividades consulares, evitando assim a prisão. Existiam, segundo o material, vulnerabilidade na cobertura dos oficiais dos SIS.

Algumas características dos agentes em decorrência das atividades de informações são apontadas no material.

1. Exploração de partes retiradas e pouco retiradas e pouco frequentadas da cidade e arredores, particularmente durante os primeiros meses após assumir uma função no exterior.
 2. Tomar medidas de contra-vigilância.
 3. Realizar expedições solitárias a locais de diversão e cultivar amizades entre os frequentadores locais.
 4. Contatos sociais com estrangeiros em desacordo com a educação e estado social do funcionário soviético.
 5. Conhecimento acima do normal, de línguas estrangeiras.
 6. Visita a navios soviéticos no porto.
 7. Dirigir o próprio automóvel.
 8. Coletar revistas técnicas, periódicas e outras publicações que não guardem relação com suas funções oficiais.
- Observação: Os itens 4 e 7 não levam, isoladamente, a conclusões, exigindo confirmação mais positiva de outras observações.³⁰⁰

Aos poucos se constrói a figura do agente secreto soviético, muitas vezes disfarçado de membro diplomático de uma embaixada, adotando funções de rotina para enganar inclusive funcionários da própria embaixada que não saberiam de sua verdadeira identidade. Existiam também os pontos fracos dos agentes secretos, que resultariam em vulnerabilidades no sistema de informações soviéticos, como por exemplo:

1. Falta de competência no desempenho das funções de cobertura.
2. Sucessão de oficiais de informações nas mesmas funções de cobertura.
3. Promoção rápida 'in loco' ou após um período excessivamente curto.
4. Rebaixamento aparente.
5. Ligações extra-oficiais de funcionários de categoria inferior soviéticos, com estrangeiros.
6. Períodos excepcionalmente longos ou curtos numa função.
7. Visitas frequentes à URSS, em desacordo com o esquema normal de férias e licenças.
8. Utilização dos transportes destinados às residências dos SIS.
9. Trabalhar até tarde no quarto secreto da embaixada.
10. Embora se esforcem para não fazê-lo, os oficiais dos SIS tendem a se associar, quando de folga.³⁰¹

O serviço de inteligência soviético, mesmo que alvo constante de críticas e de ataques

³⁰⁰ Ibidem. p. 12. No material analisado, os itens 2 ao 7 foram circulados.

³⁰¹ Serviços de informações soviéticos – problemas para os serviços de contra-informação. BR AN. Rio. X9.0.TAI. 1/1. p. 13. No material analisado apenas o item 5 não está circulado.

aos seus agentes, foi também objeto de estudo dos cursos de informações. Existia grande preocupação quanto ao poder do serviço soviético de espionagem e a forma como esse penetrava clandestinamente nos países ocidentais. Para tanto, era importante conhecer profundamente sua operacionalidade e, em certos momentos, reconhecer também sua eficácia. Em “Lições soviéticas de espionagem” de autoria de Alexander Orlov, são conhecidas algumas minúcias da forma como agia o serviço secreto soviético. Orlov foi um importante agente soviético, servindo durante muito tempo a Josef Stalin além de chefiar ataques a inimigos do ditador, muitos dos quais acusados de serem aliados de Trotsky. Em 1938 acabou desertando após sua prisão em um barco soviético e refugiou-se nos Estados Unidos, país de onde enviou uma carta a Stalin ameaçando que se descobrisse a existência de agentes em sua procura ou fosse vigiado, solicitaria a seu advogado que publicasse cartas nas quais comprovaria falsificações de materiais para o Comitê Internacional para a não-intervenção na guerra civil espanhola. Além disso, Orlov possuía informações sobre o ouro espanhol, enviado clandestinamente para Moscou. Informações desse calibre causariam grande repercussão ao mostrar que os soviéticos não entraram na guerra espanhola apenas em favor da causa republicana.³⁰² O antigo espião soviético tentara, sem sucesso, avisar Trotsky de que existia um plano para matá-lo e de que agentes estavam em seu encalço.³⁰³ Orlov era na verdade o pseudônimo de Leiba Lazarevich Feldbin e publicou “Lições soviéticas de espionagem” publicado provavelmente em 1963 com o título original *The Handbook of Counter-Intelligence* com o apoio da CIA. Na capa do material exista uma observação de que as cópias enviadas eram para uso interno do Serviço Nacional de Informações. Na apresentação do manual, Orlov afirma que era, antes da Segunda Guerra Mundial, um dos chefes do Serviço de Informações Soviético e que havia lecionado a disciplina Informações Táticas e Estratégicas e Contra-Informações na Escola Militar Central de Moscou, além de ter elaborado em um manual regras básicas das informações soviéticas. A pedido da Universidade de Michigan foi lhe solicitado que refizesse o manual. O longo texto, mais de cem páginas, versa sobre a forma como os soviéticos obtêm informações, muitas vezes de forma ilegal. Segundo Orlov, “se as informações soviéticas tivessem gasto seus esforços e recursos em acumular dados obtidos de fontes legítimas em todo o mundo, processando-os e analisando-os depois, por certo não teriam obtido

³⁰² COGGIOLA, Osvaldo. **O assassinato de Trotsky à luz da história.** Revista de História. Número 141. São Paulo, dez, 1999. p. 123.

³⁰³ Orlov ainda ficou famoso por ter infiltrado no serviço secreto britânico o Círculo de Cambridge. Esse círculo teria inspirado ainda o romance *The Third Man*, de Graham Greene, o qual também deu origem a um filme de Orson Welles. COGGIOLA, Osvaldo. Op. Cit. 1999. p. 124.

os segredos da fabricação da bomba atômica e de hidrogênio, nem as plantas dos submarinos atômicos americanos.”³⁰⁴

Segundo o manual, os soviéticos não mediam esforços para obterem as informações necessárias e isso poderia acontecer de duas formas e através de dois órgãos distintos. Uma seria a Seção do Exterior da Comissão de Segurança do Estado (KGB) e a outra através do Departamento Central de Informações (GRU), ligado ao Ministério da Defesa. Este tratava apenas de informações militares, enquanto que a KGB empenhava-se em oito ramos diferentes, além de informações militares. O primeiro ramo, e considerado o mais importante, era a busca por informações diplomáticas, as quais mostrariam as reais negociações secretas entre países capitalistas e possíveis ações destes contra a União Soviética. Era importante obter essas informações não através de boatos, mas sim de fontes fidedignas dentro dos órgãos importantes dos países estrangeiros. As principais fontes seriam

As principais fontes de informações diplomáticas são os próprios diplomatas estrangeiros, incluindo embaixadores, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, secretários e criptografistas, secretários particulares de membros de gabinete e também os parlamentares e políticos ambiciosos que, na sua sede de poder político, procuram o auxílio financeiro e o apoio das esquerdas. Os especialistas soviéticos estudam profundamente a história da vida dos altos funcionários estrangeiros desde os seus tempos de escola, os traços do seu caráter, suas fraquezas e vícios, suas vidas íntimas e suas amizades. Tudo isso é estudado com o objetivo de descobrir o ponto fraco do investigado e assegurar a aproximação com ele por intermédio da pessoa mais indicada, a qual poderá ser um antigo colega de classe, um amigo íntimo e até mesmo um parente. Em muitos casos esta aproximação compensou os esforços empenhados para obtê-la. Muitos políticos foram atraídos para a rede soviética com a promessa de que o governo russo empregaria sua influência secreta nos respectivos países para ajudá-los em suas carreiras políticas. Essas promessas eram, muitas vezes, acompanhadas de ‘subsídios’ com o propósito ostensivo de promover boa vontade para com a Rússia, mas não passava de simples suborno.³⁰⁵

Temos aqui mais um exemplo da trama a envolver os soviéticos, agora adicionada de outro elemento: políticos e diplomatas corruptos que almejavam sucesso pessoal antes de qualquer outro objetivo. Mesmo afirmando que muitos dos que colaboravam com a União Soviética foram influenciados por valores humanitários e que apoiavam o combate ao fascismo, a grande maioria, segundo Orlov, era atraída por dinheiro. A crítica ao modo de agir do serviço soviético tem claramente o objetivo de demonstrar que a União Soviética de tudo faria para atingir seus objetivos de conquista mundial, inclusive a compra de políticos corruptos. Não temos aqui como medir se as informações levantadas por Orlov são de fato verdadeiras ou não.

³⁰⁴ ORLOV, Alexander. **Lições soviéticas de espionagem**. BR NA, RIO X9.0. TAI.2/6. Arquivo Nacional. p. 9.

³⁰⁵ Ibidem. p. 12.

Porém, aos olhos do leitor do material, constrói-se outro tipo de enredo que referenda as teorias anticomunistas: os soviéticos seriam pessoas de má índole aliando-se a políticos corruptos, os quais estavam repassando importantes informações ao grande inimigo. Como poderiam ser boas as ideias defendidas pelo comunismo se este cooptava pessoas corruptas? Ainda nesse sentido, o texto de Orlov afirma que os soviéticos tinham ao seu redor um grande número de colaboradores homossexuais, os quais estariam, segundo Orlov, em grande quantidade nas embaixadas. Para o autor, os soviéticos usaram amplamente esses indivíduos, os quais conseguiam, além de informações, também o apoio de outros homossexuais do corpo diplomático. Não se pode esquecer que no contexto dessa afirmação, bem como na produção desse manual, a homossexualidade era considerada uma doença, uma perversão e associá-los aos comunistas não era de modo algum um fato inocente.³⁰⁶

Os outros ramos importantes das informações levantados por Orlov são: militares; econômicos; desinformação ou falsa informação, na qual o governo soviético busca plantar falsas informações para confundir outros países; infiltração dos órgãos de segurança; influenciar decisões de governos estrangeiros; informações industriais para auxiliar a industrialização da União Soviética e o último item diz respeito à sabotagem e à luta de guerrilha. Ao longo do manual, além de explicar os pontos importantes e objetivos da busca de informações, o autor refaz a trajetória dos agentes secretos soviéticos em relação às histórias falsas e ao passado construído para encobrir sua real identidade e os caminhos para sair de Moscou, passando por vários países, antes de chegar ao destino para que sua origem não fosse descoberta.

Não se pretende aqui afirmar que todos os fatos relacionados por Orlov sejam falsos ou que sejam uma simples maquinação, almejando reforçar ou criar o anticomunismo em seus leitores. Porém, alguns pontos são importantes de serem analisados dentro dessa e de outras publicações do gênero, que, pela ostensiva repetição, acabam por criar verdades e elaborar conceitos, tornando-os assim, fidedignos. Nada melhor do que um desertor soviético, que

³⁰⁶ Para uma leitura a respeito da homossexualidade durante a ditadura civil-militar, ver. GREEN, James Naylor. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** Tradução Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000. pp. 391-450. Sobre a homossexualidade, Green afirma que o regime permitiu a existência de boates e saunas destinadas ao público gay, não interferindo diretamente no seu funcionamento por se tratar em um espaço restrito, de alcance político, segundo os militares, praticamente insignificante. Porém, isso não elimina a perseguição a homossexuais nas ruas realizando batidas no centro de Rio de Janeiro e São Paulo, abordando-os para conferirem se os documentos estavam em ordem ou se tinham algum trabalho. Travestis que se prostituíam poderiam ser detidos caso não tivessem como comprovar que possuíam um trabalho fixo. Segundo Green a repressão foi mais forte ao movimento gay entre os anos 1969 e 1973. Cabe ressaltar que a homossexualidade deixou de ser considerada uma doença no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psicologia em 1973 e na Organização Mundial de Saúde em 1990. No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia antecipou a decisão da OMS, tomando a decisão em 1985.

conheceu por dentro as entranhas do serviço de espionagem comunista, lutou e contribuiu com Stalin, mas que em um determinado momento da vida buscou refúgio no mundo ocidental, reconhecendo seu real valor e, por outro lado, a face sombria do comunismo. Dessa forma, o nome de um autor confere legitimidade às ideias expostas, pois não seria um estranho ou um estrangeiro, mas sim um antigo membro, ocupante de um cargo de alto escalão, que emitia o discurso aparentemente técnico, mas com toda simbologia não somente do arrependimento, mas também do ressentimento. Talvez por isso a insistência do governo estadunidense e da CIA para que Orlov escrevesse o material. Por outro lado, as associações e comparações apresentadas buscam sempre atacar a imagem dos soviéticos. Como seres das sombras que aguardariam a espreita o melhor momento para agirem, os soviéticos eram sempre associados a características negativas, que podiam variar desde a grande esperteza, corrupção de pessoas, indolência e frieza à imoralidade e a perversão. Porém, em alguns casos, existia o reconhecimento de algumas qualidades positivas dos agentes secretos soviéticos. A apostila *Práticas de contravigilância nos serviços de informações soviéticos* afirma que, ao serem vigiados, os soviéticos possuíam uma “apreciável capacidade na descoberta e fuga da vigilância”.³⁰⁷ Ao buscarem se esconder ou enganar a vigilância, algumas medidas seriam “modelos aceitáveis, como o de curvar-se para apertar o sapato, parar em frente de uma montra, utilizando-a como espelho ou tomar um carro até que as demais pessoas saiam do carro exceto o ‘indivíduo’ e o seu agente vigilante.”³⁰⁸ Ainda nesse sentido, seria notável a troca de lugares no cinema várias vezes de forma a frustrar a vigilância, além de caminharem, quando de dois agentes, em separado, muitas vezes, por blocos e em lados opostos da rua e caso sem se falarem, caso percebam qualquer vigilância não se cumprimentam.³⁰⁹

Nessas publicações referentes ao treinamento de agentes secretos, alguns procedimentos são ensinados como a utilização da criptografia, explicando seu uso e as máquinas que realizam tal operação, como o M-209, que tornam praticamente impossível uma cripto análise da mensagem. Muitas vezes a adoção de um livro qualquer serviria como referência entre dois mensageiros, com códigos previamente combinados. Na apostila *Criptografia* existe também uma referência à obrigatoriedade de sigilo por parte do agente, pois o inimigo também poderia ter um sistema de espionagem muito organizado, sendo de

³⁰⁷ Práticas de contra-vigilância nos serviços de informações soviéticos. BR AN, Rio. X9.0.TAI.1/6. p. 2.

³⁰⁸ Ibidem.

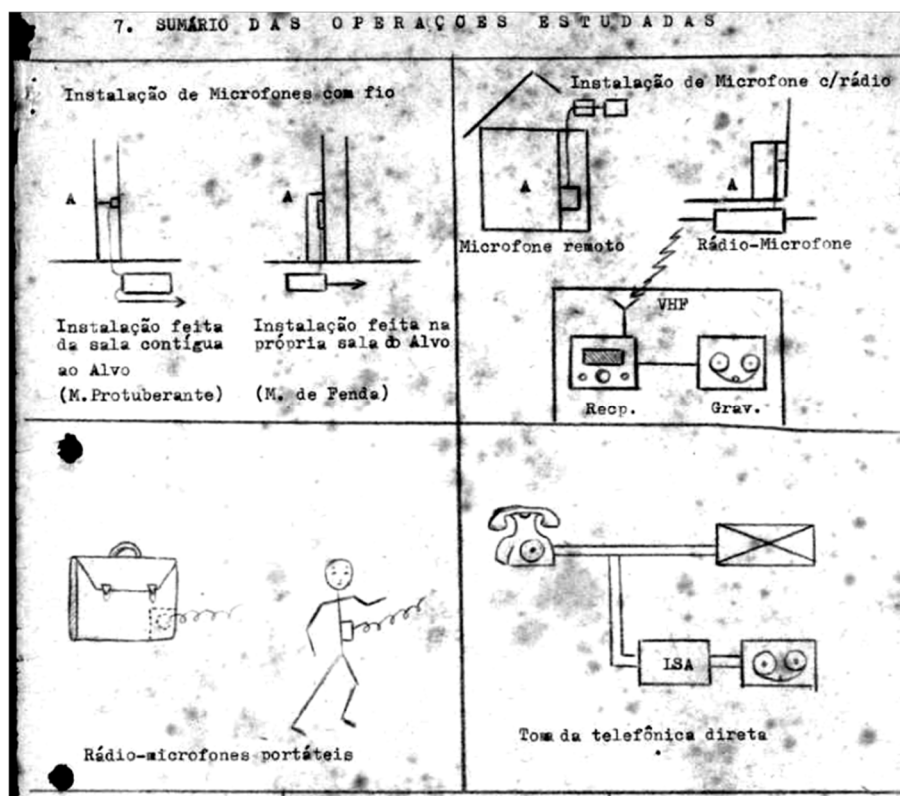
³⁰⁹ Ibidem.

fundamental importância uma constante prevenção. Por outro lado, agentes faladores ou com pouco discernimento, que buscavam impressionar aos outros ou ainda sentiam a necessidade de falar à família ou amigos o quanto sabem, poderiam significar um risco ao país e a vida dos companheiros. “Esses agentes devem ser mais instruídos a respeito de sua missão ou devem ser afastados de tais serviços, deve ser estudada a personalidade de cada agente para melhor confiar-lhe missões.”³¹⁰

Além da criptografia, outro ponto fundamental da preparação do agente secreto versava sobre a questão operacional. Em um manual de 36 páginas intitulado *Operações técnicas* de 1960, os agentes aprendiam sobre escuta através de microfones e de sua instalação, amplificadores de sinal, gravadores, rádio e escuta telefônica. Buscava-se através das escutas “colocar um ouvido artificial no local desejado. É lógico ser esse ouvido artificial um microfone e é também evidente que esse por melhor que seja não pode ser comparado ao ouvido, que possui um cérebro por traz de si.”³¹¹ Esse material é repleto de observações e anotações, além de inúmeros erros de português, muitos deles corrigidos com riscos no próprio material. Além disso, a apostila é repleta de ilustrações feitas à mão demonstrando a utilização dos equipamentos em todos os seis capítulos. Por outro lado, ao observar esse material pode se perceber certo primarismo dos produtores da apostila.

³¹⁰ Criptografia. BR AN, Rio. X9.0.TAI.1/4. p. 3.

³¹¹ Operações técnicas. BR AN, Rio. X9.0.TAI.1/17. p. 1.



Operações técnicas. Sumário das operações estudadas.

Na figura, podemos perceber um pouco a dinâmica do curso e a pouca qualidade dos desenhos, os quais buscavam sintetizar o conteúdo trabalhado. As imagens estão presentes ao longo de toda a publicação.

Outro importante material que antecipa algumas medidas usadas pelos militares e civis ao articularem o golpe contra João Goulart é o material produzido pelo Ministério da Guerra e o Estado Maior do Exército, de 1963, chamado *Ação educativa contra a Guerra Revolucionária*.³¹² O volume II, assinado pelo Ten. Cel. Mario de Assis Nogueira, consiste do tema *mobilização da opinião pública – propaganda e boato*. As ideias levantadas pelo texto versam sobre como atrair a opinião pública a favor das forças armadas e no combate ao comunismo. Inicialmente é feito um histórico da propaganda, remetendo a períodos anteriores a Cristo, nos quais se utiliza de mensagens para a mobilização das massas. Passando por Gedeão que utilizava tochas acesas para intimidar inimigos a Hitler que empregava focos possantes para iluminá-lo, além da utilização de frases de efeito gravadas em pedras, se constrói uma justificativa para a propaganda e que esse atenderia a fins nobres. Essa propaganda teria como

³¹² Cabe ressaltar que o conceito francês de Guerra Revolucionária foi de grande importância para as Forças Armadas e para a doutrinação de seus oficiais, antes mesmo do golpe civil-militar. Esse conceito será posteriormente abordado neste capítulo.

forte aliado a difusão de boatos, os quais serviriam para “sugerir ou impor crenças, modificar status ou convicções”³¹³ Para que esse boato tivesse eficácia era importante a velocidade da difusão bem como a profundidade. Ainda nesse sentido, quanto maior fosse a “instabilidade, mais rapidamente se transmite o boato, principalmente pela facilidade dos atuais meios de transmissão.”³¹⁴

São apresentados meios para a difusão desses boatos, criando uma cadeia de disseminadores, os quais sempre afirmam estar muito bem informados, que conversaram muito com pessoas importantes revelando detalhes com certa trivialidade. Em tempos de televisão, essa poderia prestar grande ajuda aos emissários do falso boato. Tais tarefas justificavam-se sempre em nome do combate ao comunismo.

[...] a propaganda foi, é e será sempre, elemento básico de motivação propulsora de atividades, em toda a vida dos povos.

Com os modernos meios de comunicação, ela se torna cada vez mais decisiva na guerra de vida ou de morte, que o comunismo promove contra a DEMOCRACIA.

Se o Ocidente não utilizar com o mesmo volume, a mesma determinação, com técnicos e meios adequados, como fazem os comunistas, estará condenado, irremediavelmente a ser tragado pela avalanche, que, em forma de propaganda e infiltração, já envolve e imunda o mundo, minando o espírito de luta dos povos livres. Reiteramos e repetimos, ansiosamente, mais uma vez, e outras mais o apelo: preparemos, já, nossos elementos de G.P. aos quais está intimamente ligada a Propaganda, enquanto é tempo.

Urge a criação nas Forças Armadas das Seções de Guerra Psicológica, para o combate ao COMUNISMO.³¹⁵

Já na unidade III, chamada de *Técnicas revolucionárias – psicológicas*, assinada também pelo Ten. Cel. Mario de Assis Nogueira são apontadas algumas técnicas usadas pelos comunistas para conquistarem a opinião pública e se infiltrarem no mundo ocidental, desencadeando

[...] violenta, constante e tenaz guerra de vida ou morte contra os países democráticos, que recebem os mais violentos ataques, na sua forma mais vil, mais repulsiva, mais odiosa: mercenários pagos por MOSCOU, acionados por MOSCOU, insuflados por MOSCOU, preparados e instruídos por MOSCOU, endeusados por MOSCOU e manejados por MOSCOU, procuram atrelar esses países a órbita socialista, transformando-os em peça decisiva na guerra fria para a conquista mundial.³¹⁶

³¹³ Ação educativa contra a Guerra Revolucionária. Unidade II - mobilização da opinião pública – propaganda e boato. BR AN, Rio. X9.0. TAI.1/19. p. 25.

³¹⁴ Ibidem.

³¹⁵ Ibidem. p. 30.

³¹⁶ Ação educativa contra a Guerra Revolucionária. Unidade III – Técnicas revolucionárias – psicológicas. BR AN, Rio. X9.0. TAI.1/20. p. 1.

Aqui existe um clássico exercício de retórica, pois quando o “nós” realiza a propaganda, ela sempre se justifica como algo bom, positivo, saudável, que almeja um fim melhor para todos, buscando sempre combater o mal. Por outro lado, quando essa propaganda parte do adversário, do “outro”, logicamente não poderia almejar fins positivos ou o melhor para a sociedade. Claro está que esse inimigo busca sempre destruir os bons valores defendidos pelo “nós”. Os soviéticos se utilizariam da LOGOMAQUIA, a qual, segundo o texto, constitui-se de uma confusão de palavras, para mover a guerra da intriga, da infâmia, falácia e mentira, bem como a traição, o suborno e a corrupção,³¹⁷ realizando-as por meio da infiltração, da organização. Ao falar em paz, os soviéticos estavam buscando a guerra interna, pois,

[...] os países democráticos estão na defensiva e defensiva de expectativa, PURAMENTE PASSIVA, porque mesmo a defensiva ativa psicológica, vem sendo roubada, paulatinamente, incessantemente, sub-repticiamente. Essa alteração psicológica de posição é obtida pela PROPAGANDA, que é impingida por dias e noites seguidos, incessantemente, por todos os modos e recursos, inclusive com o dinheiro extorquido em algumas entidades de classe, das quais os marxistas se apossaram ante o comodismo, a traição, a covardia, a corrupção de muitos maus democratas, inclusive militares, aliciados por MOSCOU, na luta que o KREMLIN lhes dita e impõe, na GUERRA PSICOLÓGICA que está sendo desencadeada, com saldos positivos para os atacantes, já vitoriosos em alguns setores, onde são saudados e bajulados como futuros dominadores das AMÉRICAS e do mundo.³¹⁸

Ao final da unidade IV, chamada *Preservação da democracia, ação psicológica, propaganda e contrapropaganda*, existe uma solicitação da criação de uma Seção de Guerra Psicológica no Exército, bem como no Conselho de Segurança Nacional e nas outras forças. Tal pedido estava sendo feito desde 1961 e foi elaborado um projeto de três páginas para sua criação, pois o “inimigo interno está em constante atividade contra as instituições democráticas e o Exército não dispõe de órgãos especializados para defender-se dos ataques dos comunistas que tentam desagregá-lo.”³¹⁹

A missão estabelecida pelo projeto já demonstrava como seria a atuação dos militares durante o período ditatorial no que se refere à Guerra Psicológica, pois buscava

³¹⁷ Ação educativa contra a Guerra Revolucionária. Unidade III – Técnicas revolucionárias – psicológicas. BR AN, Rio de Janeiro. X9.0. TAI.1/20. p. 2.

³¹⁸ Ibidem. p. 2.

³¹⁹ Ação educativa contra a Guerra Revolucionária. Unidade IV - Preservação da democracia, ação psicológica, propaganda e contrapropaganda. BR AN, Rio de Janeiro. X9. 0. TAI.1/21. Projeto de criação da seção de Guerra Psicológica. p. 33.

- Cooperar na propaganda de integração da democracia;
- Criar e incentivar uma mentalidade democrática;
- esclarecer os militares do Exército sobre as técnicas de infiltração comunista;
- Tornar evidentes as vantagens do regime democrático sobre os extremismos;
- Fazer levantamento da opinião geral dos militares;
- Cooperar na manutenção do moral do pessoal do M.G [Ministério da Guerra]
- Esclarecer a opinião pública sobre os atos das autoridades militares.³²⁰

Outro material importante é a apostila *Informações – curso para encarregados de casos e agentes*, de 1961. Mesmo produzido no período anterior ao da ditadura civil-militar, além de ter sido elaborado para o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, os dados e abordagem ali contidos irão permanecer depois de 1964. O curso com duração de trinta dias estava dividido da seguinte forma:

- I. Informações – Generalidades
- II. Organização do SFICI e da SSOP
- III. Segurança – Generalidades
- IV – Natureza e características de atividades clandestinas
- V. Segurança.
 - 1. Segurança Pessoal
 - 2. Segurança da Organização
 - 3. Segurança Operacional.
 - 4. Cobertura
 - 4.1. Pessoal
 - 4.2. Grupo
 - 4.3. Organização da cobertura
 - 5. Ocultamento
 - 6. Compartimentação
- VI – Observação
- VII – Comunicações
 - 1. Generalidades
 - 2. Planejamentos
 - 3. Meios
- VIII- Vigilância
 - 1. Generalidades
 - 2. Vigilância visual
 - 3. Vigilância técnica
 - 4. Preparação da Vigilância.
- IX – Relatos
- X- Entradas subreptícias
- XI- Entrevista – Interrogatório – Provocação
- XII- Fotografia – noções gerais³²¹

Uma observação é feita logo na página seguinte, afirmando que durante a aula, apenas o coronel Golbery, chefe do gabinete, e Ávila, chefe do SFICI poderiam interromper a aula.

³²⁰ Ação educativa contra a Guerra Revolucionária. Unidade IV - Preservação da democracia, ação psicológica, propaganda e contrapropaganda. BR AN, Rio de Janeiro. X9. 0. TAI.1/21 Projeto de criação da seção de Guerra Psicológica. p. 34. Samantha Quadrat também utilizou essas informações em seu artigo sobre o treinamento de agentes de informações. QUADRAT, Samantha. Op. Cit. 2012. p. 27.

³²¹ Informações – Curso para encarregados de casos e agentes. BR AN, Rio X9.0.TAI.1/16. p. 3.

Existe também uma descrição minuciosa de todas as formas de obtenção de informações, as quais significavam “conhecimento”. Neste sentido, a fotografia era também disciplina obrigatória nos cursos de informações. Além de noções básicas sobre tipos de lentes, especificidades da fotografia como foco, distância focal, diafragma, velocidade e obturador, por exemplo, eram ensinadas algumas estratégias para a utilização da fotografia na espionagem. Tornava-se então “muito fácil utilizar câmeras para vigiar entradas e saídas de prédios. Quando estas são volumosas seu emprego torna-se mais fácil em automóveis estacionados a certa distância do edifício vigiado. É possível, também, utilizá-las de janelas de casas vizinhas.”³²² Era importante que o agente tomasse cuidado com “fotógrafos ambulantes que existem em todas as grandes cidades, particularmente quando estiverem acompanhados por outros membros da organização, pois na realidade, difícil se torna distinguir e afirmar se um fotógrafo é apenas um profissional ou se trabalha para o serviço de informação ou polícia.”³²³

Quando nos referimos a um serviço de espionagem, isso nos remete ao próprio conceito de informações presente nesses órgãos e a importância que conferem a ela. Para serviços secretos a informação tem um peso essencial e fundamental, pois é dela que extraem dados sobre o inimigo. Em tempos de paz essas informações são buscadas exatamente com a justificativa da manutenção de um Estado democrático e plena tranquilidade, livre de distúrbios sociais. Em tempos de guerra ou de guerra psicológica, como afirmavam os militares, essas informações eram buscadas com o intuito de destruir o inimigo e recuperar a paz. Ao longo da ditadura civil-militar a retórica da defesa da paz, da democracia e de valores positivos e universais se fez presente de forma intensa, como, por exemplo, o carimbo presente em vários documentos oficiais do período, afirmando que a “revolução de 64 consolidará a democracia no Brasil”. Um material chamado *Conceitos sobre informações*, de 1960 indica muitos procedimentos adotados pelos serviços de informações no Brasil durante o período ditatorial. Por certo, quando relacionamos esses documentos utilizados nos cursos de formação dos agentes secretos, podemos perceber de que forma se constrói aquilo que viria a ser o objetivo de *Comunismo Internacional*, a qual tinha por objetivo informar uma pequena parcela da população ou ainda uma possível elite dirigente, espalhada não somente no meio militar, mais habituada no ramo da espionagem, mas também no meio civil e religioso, como indica a relação dos destinatários da publicação. A expressão sempre presente nas edições de *Comunismo Internacional* “conheça o seu inimigo: o que ele faz, o que ele diz” demonstra a importância

³²² Informações – Curso para encarregados de casos e agentes. BR AN, Rio X9.0.TAI.1/16. p. 30.

³²³ Ibidem.

conferida às informações pelos serviços de espionagem ao abordar o inimigo. Conhecer o inimigo, identificar seus passos e suas artimanhas. Segundo a apostila sobre informações “o inimigo pode retirar, avançar, lançar-se sobre seu flanco, permanecer em sua posição, etc. O oficial de informações, colocando-se no lugar do inimigo - e tendo em mente tudo o que sabe sobre ele e sua própria situação – procura determinar qual a linha de ação mais provável do inimigo.”³²⁴ O material faz ainda uma distinção entre informes e informações. Durante esse treinamento, o agente aprendia que informe era então a matéria prima, o material bruto que não foi analisado nem tampouco estudado pelo agente de informações. Caso já tenha sido realizada uma avaliação preliminar desse conteúdo, esse informe já pode ser denominado de “informe-informação”. Já a informação viria de um processo mais amplo e trabalhoso, em que “o pesquisador, vai além do próprio informe e procura relacioná-lo com um problema mais amplo ou com outros informes, criando assim algo diferente ou novos conhecimentos e objeto de interpretação mais profunda.”³²⁵ Tornava-se assim, produto de análise e interpretação dos informes recebidos.

A maneira com que os informes eram obtidos são analisados na apostila, com destaque para a “busca secreta”, na qual é necessário um fator motivador para o agente secreto, muitas vezes uma recompensa em dinheiro, mas principalmente a existência do acesso a fonte, como por exemplo um ex-membro de um partido comunista estrangeiro pode fornecer dados importantes sobre membros e atividades sigilosas. *Conceito sobre informações* é um manual de como proceder no trato com informes, desde a sua busca, com orientação de busca, prioridades, fontes de informes, agentes e métodos, chegando à elaboração das informações que passa pela reunião, avaliação, análise, integração, interpretação e apresentação. O processo termina com a difusão desses informes e informações. Os informes deveriam ser difundidos de maneira mais ampla do que as informações, as quais seriam destinadas a grupos mais reduzidos e específicos. Por fim, o material apresenta o uso que deve ser feito dessas informações: “proporcionar conhecimento sobre países e pessoas estrangeiros aos planejadores e executores da política de governo para que possam tomar decisões. Por exemplo, a informação serve para planejar a política de preservação da segurança nacional.”³²⁶

Seguindo na mesma linha das orientações do material anterior no trato com informes e

³²⁴ Conceito sobre informações. BR AN, Rio de Janeiro. X9.0.TAI. 1/11. p. 7

³²⁵ Ibidem. p. 11.

³²⁶ Ibidem. p. 36.

informações, a apostila *Recortes de jornais*³²⁷ produzida provavelmente entre 1961 e 1975, relaciona os assuntos que devem ser recortados de jornais e a importância de cada um. Nesse sentido, os agentes não somente do SNI, mas também de outros órgãos de informação e repressão realizavam o recorte de matérias jornalísticas, montando um enorme acervo de notícias de interesse daquele órgão. A divisão proposta pelo material, em partes foi também seguida por *Comunismo Internacional*, principalmente a partir do item C. A recomendação se inicia pela política interna, com o destaque para discursos do chefe da nação, o qual deveria ser recortado na íntegra, seguido por atividades e decisões do Congresso e suas comissões. Eram privilegiados também a vida interna de partidos, com declarações de seus líderes. Movimentos de massas, atitudes políticas nas forças armadas e comentários sobre o governo. O item B relaciona a situação econômica, indicando para o recorte assuntos sobre política econômica, questões monetárias, investimentos, indústria, economia rural, exportação e importação. No item C, o qual se aproxima da divisão proposta por *Comunismo Internacional*, o destaque é para a política exterior, iniciando pelos países socialistas, Estados Unidos da América do Norte, países europeus, países asiáticos, política e comércio exterior. No item D o destaque é para os próprios jornais e jornalistas, com artigos que pudessem indicar a orientação política de jornais e revistas, bem como dos jornalistas e seus dirigentes. Novidades publicitárias e leis de imprensa, regulamentos e modificações.³²⁸ A vida cultural também merecia destaque para o “recortador de jornais”. Assuntos como o teatro, música, arquitetura, pintura e artes plásticas, rádio e tv, educação nas universidades, saúde e bem estar popular, edição de livros, constavam no item E. No item seguinte, o foco deveria ser com a América Latina, Aliança para o Progresso, Voluntários da Paz, movimentos de integração latino americanos, países da América do Sul. E

³²⁷ Recortes de jornais. BR. AN, Rio de Janeiro. X9.0.TAI.3/11.

³²⁸ Cabe destacar que durante o período ditatorial, e principalmente a partir de 1968, era vedado aos jornais noticiar a existência da censura ou fazer críticas a ela. Posteriormente, em 1971 um decreto secreto nº 165-B/1971 também indicava a proibição de se noticiar a censura. Jornais como o Estado de São Paulo e a revista Veja tentaram usar artifícios para denunciar a existência da censura, como receitas de bolos impossíveis de serem feitas e poemas de Camões no caso do Estadão, e os diabinhos no caso de Veja. KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004. AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: Edeusc, 1999. Sobre a questão da censura à imprensa, bem como às diversões públicas, não existe amplo consenso entre os pesquisadores sobre qual decreto ou lei de fato amparou o ato da censura prévia a jornais e revistas, bem como a existência de duas censuras distintas, uma de caráter moral e outra de caráter político. Sobre essas diferentes possibilidades interpretativas ver MARCELINO, Douglas Attila. O passado recente em disputa: memória, historiografia e as censuras da ditadura militar. In: SANTOS, Cecília Macdowell, TELLES, Edson, TELLES, Janaína (orgs). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Aderaldo & Rotchild Editores, 2009. pp. 312-334. FICO, Carlos. **Prezada Censura: cartas ao regime militar**. In: Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ-7 Letras, nº 5, pp. 251-283, setembro de 2002.

por fim, no item G, notícias relacionadas ao Brasil, como, por exemplo, artigos publicados com ou sem a colaboração da Embaixada e a vida de emigrantes brasileiros ou da América Latina. Tal documento, provavelmente é anterior ao período ditatorial, pois não remete à campanha contra o Brasil no exterior, a qual sempre foi uma grande preocupação do governo e dos órgãos de informação. Um dos itens de *Comunismo Internacional* era exatamente essa campanha, no qual eram citados artigos publicados no exterior que denunciavam a violência perpetrada pelo Estado brasileiro. Não se pode esquecer também da contribuição do Ministério das Relações Exteriores e do seu Centro de Informações do Exterior (CIEEx), o qual mantinha o governo brasileiro informado das ações contra o país no exterior.³²⁹

Para além das operações técnicas, existiam atividades que exigiam grande atenção e treinamento por parte dos agentes. A infiltração dentro de organizações subversivas e clandestinas foi uma das marcas dos agentes dos serviços de informação e repressão. Tal técnica não foi criada durante a ditadura e já pode ser encontrada no manual *Noções sobre operações clandestinas*, de 1960. A apostila demonstra as possibilidades de ações clandestinas e as suas características, como por exemplo, o que era uma ação clandestina; as comunicações, na qual entram agentes- correios, sinais, escrita secreta, microfotografia, rádio, além de obstáculos à ação clandestina. A escrita secreta, além da criptografia, incluía as chamadas “tintas simpáticas” as quais seriam vistas ou reveladas com determinados tipos de luzes e se dividiriam em três tipos: uma comum, de fácil revelação. Outra, chamada de “tinta boa”, seria de materiais químicos mais complicados, mas que podem ser reveladas por especialistas. E finalmente a tinta secreta “essa de invenção recente, que cada Estado conserva em rigoroso segredo e não podem ser reveladas por nenhum dos processos já de domínio público. Quando a tinta dessa última categoria é descoberta, deixa de pertencer ao grupo e passa a ser considerada ‘tinta boa’”.³³⁰ Existiriam ainda situações que seriam negativas para o bom andamento da ação clandestina e atrapalharia os reais objetivos. Elas poderiam ser limitações naturais como dificuldades em lidar com segredos, contando informações para amigos ou ainda, um excesso de curiosidade, o que seria muito comum em agentes, pois esses não deveriam saber mais do que o necessário. Com boas ou más intenções, esses agentes que buscavam inteirar-se de mais alguma coisa, colocando a organização e a sua compartimentação em perigo. Seria assim necessária uma maior disciplina para com esse agente, podendo levá-lo inclusive à detenção.

³²⁹ PENNA FILHO, Pio. Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEx): o elo perdido da repressão. In: **Revista Acerto**. Rio de Janeiro. Vol. 21. n. 2. p. 79-92. Julho/Dezembro 2008.

³³⁰ Noções sobre operações clandestinas. BR AN, Rio. X9.0.TAI.1/14. p. 17.

Outros pontos ainda são importantes e, segundo o manual, colocariam a ação em perigo, como por exemplo, a noção de menos esforço. O agente acabaria, depois de longo tempo trabalhando, por se cansar e buscar caminhos mais diretos para a ação. Isso coloria sua própria vida em risco, pois ficaria ainda mais vulnerável, bem como a segurança de toda a equipe. Por outro lado, a rotina do trabalho também poderia criar certos hábitos. Ao estar em contato com assuntos sérios e importantes durante muito tempo, o agente entraria em um estado de despreocupação e desprezo pelo perigo, levando-o assim, a relaxar com a vigilância. Todas as ações merecem o mesmo grau de atenção, tomando assim as mesmas precauções como na primeira vez.³³¹

Alguns problemas emocionais e psicológicos poderiam colocar a operação em risco, como o excesso de nervosismo e preocupação do agente. Ao acreditar que todos saberiam da sua atividade, simplesmente por uma pessoa o olhar com insistência. Uma ressalva é feita no sentido de afirmar que a grande maioria das pessoas são “normais” e que nem desconfiam da existência de organizações clandestinas e, na maioria das vezes, o fato do agente acreditar que está sendo observado, não passa de mera coincidência. Por outro lado, era importante

[...] considerar também que os agentes adversários experimentam as mesmas dificuldades, em consequência os serviços de contra-espionagem do adversário, operando também clandestinamente, estão sujeitos as mesmas limitações que encontramos em nosso trabalho. Essa lembrança confortante deve estar sempre presente no espírito dos agentes.³³²

Existiria ainda aquela em que o agente leva para a vida pessoal maneiras de agir da clandestinidade. Isso poderia acontecer por meio do uso de vocabulário próprio dos serviços de inteligência, como a palavra “cobertura”, por exemplo. Porém, a falta de contato com chefes e pessoas do trabalho, típicos de missões demoradas, levaria o agente a sentir falta de elogios, de reconhecimento de seu trabalho.³³³

Dentro das ações clandestinas, uma das mais importantes caracterizava-se pela infiltração em organizações clandestinas. No período da produção do material, início da década de sessenta, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) estava na ilegalidade. Outras organizações como as Ligas Camponesas, Ação Popular e outra dissidência do PCB, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) eram importantes organizações no período anterior ao golpe de 1964 e, por certo, mereciam atenção por parte dos órgãos de informação. Nesse sentido, era fundamental

³³¹ Noções sobre operações clandestinas. BR AN, Rio. X9.0.TAI.1/14. pp. 29-32.

³³² Ibidem. p. 32.

³³³ Ibidem. p. 33.

infiltrar agentes em organizações que porventura representassem risco à segurança da nação. Tal tarefa não era das mais simples.

O trabalho do agente infiltrado é árduo, exige um esforço contínuo, às vezes durante anos, em um ambiente que não se enquadra em suas inclinações naturais. É um trabalho que solapa as energias, exigindo, portanto, um indivíduo excepcionalmente dotado para levá-lo a efeito. O elemento infiltrado, geralmente membro da organização, precisa adotar nova personalidade para introduzir-se no meio que vai estudar. Terá de criar uma história de suas atividades anteriores, locais onde viveu, trocar o nome e estar em condições de não se trair nas várias provas e armadilhas a que será submetido para verificar se a história é coerente.³³⁴

Neste trecho, podemos perceber que muitas das formas de agir dos espões soviéticos eram igualmente ensinadas aos agentes brasileiros. A ideia de criar identidades falsas, um passado construído, dando sentido à história, não se esquecendo, por exemplo, que o local de nascimento deve estar em acordo com o sotaque adotado pelo agente. Esse, deveria também manter certa discrição e evitar histórias em que se apresentasse como uma pessoa que conheceu líderes importantes. Os líderes dessas organizações se conheciam e o agente poderia cair em contradição. Neste material, são descritas orientações de como agir no cotidiano dentro dessas organizações.

Algumas vezes, essas organizações (particularmente as de criminosos e raramente as de tipo político-social) são formadas por membros dados a diversos vícios – álcool e mulheres, por exemplo. Em qualquer caso, para estar sempre alerta, o melhor é beber o mínimo possível. Quanto às mulheres, se que bem que em caso de solteiros possa ser aconselhável para não despertar suspeitas, convém evitá-las. Raras vezes as relações com mulheres compensam as desvantagens e preocupações que acarretam. As principais dificuldades de um agente de informações decorrem, principalmente, da desconfiança – das organizações clandestinas com referência aos novos elementos e, conseqüentemente, esse demora a ficar a parte dos assuntos de interesse para transmiti-los aos seus chefes.³³⁵

Neste material de 89 páginas muitas ações que seriam adotadas pela ditadura civil-militar e pelos órgãos de informações estão muito claras.

Os cursos oferecidos na área de informação nesse período e durante a ditadura civil-militar, foram oferecidos na Escola Superior de Guerra, mas também existiam cursos preparatórios na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECME). O primeiro curso realizado pela ESG no que diz respeito à

³³⁴ Noções sobre operações clandestinas. BR AN, Rio. X9.0.TAI.1/14, p. 33.

³³⁵ Ibidem. p. 47.

área de informações foi realizado, como dito anteriormente, em 1958. Nesses cursos, segundo Samantha Viz Quadrat:

Era defendida a necessidade de um governo ter um sistema de informações forte; era ensinado desde questões conceituais, como o conceito de informação; como questões metodológicas, quando ensinavam a redigir um informe e como transformá-lo em informação. Também eram realizadas várias análises acerca dos serviços de informações em outros países, tais como EUA, Inglaterra, Alemanha e União Soviética.³³⁶

O curso na Escola Superior de Guerra no ano de 1969 estava dividido da seguinte forma: “Movimento Estudantil (1. Estudo das Organizações Nacionais; 2. Relacionamento do Movimento Estudantil no país e no Exterior e suas consequências; 3. Recomendações para equacionar o problema); Estudo de Estado-Maior; Trabalho Especial; Viagem de Estudo e Estágio (no SNI).”³³⁷

Porém, muito do que foi ensinado na Escola Superior de Guerra (ESG) foi absorvido de doutrinas estrangeiras. É importante lembrar que muitos oficiais brasileiros frequentaram cursos fora do país, e de lá trouxeram muitos materiais. Um desses exemplos é a Escola das Américas ou *United States Army School of the Americas*. Nesse centro, foram formados 8.659 oficiais brasileiros, além de oficiais argentinos.³³⁸

Na Escola das Américas muitos cursos foram oferecidos com a utilização de várias apostilas que seguem o mesmo padrão das analisadas até aqui. Um exemplo desses cursos é o *Kubark Counterintelligence Interrogation*, de julho de 1963, que abordava a forma como deveria ser feito o interrogatório. Um manual muito semelhante foi produzido no Brasil, pelo Centro de Informações do Exército, em 1971.³³⁹ Essa publicação foi distribuída pelo Serviço Nacional de Informação às Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) e origina-se de uma tradução adaptada de documento sigiloso de país amigo. Segundo Bauer, “mesmo que essa não possa ser determinada, o conteúdo do ‘Manual’ apresenta muitas semelhanças com o *Kubark Counterintelligence Interrogation*, de julho de 1963, uma publicação secreta da *Central*

³³⁶ QUADRAT, Samantha Viz. Op. Cit. 2012. p. 28.

³³⁷ ARGOLLO, José A. et al. **A direita explosiva no Brasil**. Apud. QUADRAT, Samantha Viz. Op. Cit. 2012.

³³⁸ BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civis-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011. p. 90.

³³⁹ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. Manual do Interrogatório. **História: Questões & Debates**, Curitiba, Editora UFPR, n. 40, 2004.

Intelligence Agency (CIA), utilizada em cursos de inteligência ministrados na Escola das Américas.”³⁴⁰

Segundo um dos participantes do curso na Escola das Américas, João Paulo Moreira Burnier,

Não havia nenhuma ideia de engrandecer os Estados Unidos. O objetivo era realmente combater as ideias marxistas. Estávamos em plena guerra fria e estudávamos o que era comunismo, o que era socialismo. Socialismo não é assistência social como hoje em dia se pensa. Socialismo é uma doutrina econômica dura, que só pode ser implantada num regime ditatorial. Porque ninguém aceita trabalhar para os outros sem ter, pelo menos, a recompensa da sua parte no trabalho. E é isso que o capitalismo, não o capitalismo selvagem, mas o capitalismo liberal permite.³⁴¹

Alguns materiais da Escola das Américas fazem também uma análise da guerra revolucionária e do comunismo, demonstrando o grande perigo dessa ideologia. No material *Revolutionary War and Communist Ideology*, com uma tradução em espanhol, existe um mapeamento do comunismo e de suas técnicas de guerrilha, tanto rural como a urbana, passando pela estruturação desses focos guerrilheiros. Na primeira parte do material, em 76 páginas, é feito um balanço dos principais líderes comunistas como Mao-Tse Tung, Che Guevara, Fidel Castro, bem como a divisão dos pelotões, quantidade de homens para cada pelotão, ação violenta e não-violenta, que caracterizava-se pela persuasão intelectual e emocional, como uma de suas armas principais.³⁴² Na parte II do material, chamada *Ideologia Comunista* busca-se tornar ilegítimas as ideias marxistas, mostrando que eram, na verdade, uma falsidade:

O propósito deste capítulo é de familiarizar os estudantes com os princípios das ideologias comunistas e observar as falácias das teorias comunistas que estão nessa introdução. É evidente para todos nós que o comunismo é nosso inimigo, porém não podemos combater esse inimigo se continuamos ignorando as fontes de sua filosofia, seu ideal ou seus planos de ação. O comunismo é chamado, por seus próprios partidários, ‘uma filosofia de ação’. Tal como disse Marx, ‘os filósofos somente tem interpretado o mundo de diversas maneiras, contudo, o ponto está em mudá-lo.’ É importante que compreendamos o curso que querem dar os comunistas a essas mudanças e as razões que alegam ter.³⁴³

No material pode-se perceber uma preocupação com a doutrina comunista e o caminho

³⁴⁰ BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina: Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memórias.** Medianiz, Porto Alegre: 2012. p. 54.

³⁴¹ D’ARAUJO, Maria Celina et ali. Op. Cit. 1994. p. 186.

³⁴² SCHOOL OF THE AMERICAS. **Guerra Revolucionária Guerrillera e Ideologia Comunista.** 1989. p. 50. Disponível em <www.soaw.org>.

³⁴³ Ibidem. p. 85. Tradução livre.

que eles buscavam tomar. Para eles, os marxistas pretendem muito, mas muitas coisas eles não podem explicar. Porém, no seu entender, era um substituto para a religião, para aqueles que a haviam perdido e que, além de ser dogmática, teria a solução para todos os problemas humanos, explicando o passado e o presente e prevendo o futuro.³⁴⁴ Outros materiais produzidos pela escola são importantes: *Utilização de Fontes, Contrainteligência, Terrorismo e Guerrilha Urbana, Interrogatório e Análises*. Esses materiais vieram a público depois de grande pressão pelo fechamento da Escola das Américas e datam dos anos oitenta. Provavelmente foram produzidos ainda durante os anos sessenta ou setenta, mas sua utilização ainda em 1989 demonstra que a preocupação com o inimigo comunista foi além do visível enfraquecimento da União Soviética.³⁴⁵

Dentro deste contato com países estrangeiros que poderiam oferecer informações ou cursos aos brasileiros, não se pode omitir a participação francesa dentro da ideologia militar e de combate à subversão, como observamos anteriormente ao analisar a publicação *Ação Educativa contra a Guerra Revolucionária*. Pesquisas mais recentes apontam que o conceito de *Guerre Révolutionnaire* foi também muito importante para o golpe civil-militar em 1964, bem como para a posterior implantação do Serviço Nacional de Informações. A doutrina de guerra revolucionária foi introduzida na ESG em 1959 através da conferência do coronel Augusto Fragoso, o qual no ano seguinte a reproduziu, mas com conceitos ampliados. Após um curso realizado em Buenos Aires em 1961, que abordava essa doutrina, três oficiais brasileiros presentes na ocasião optaram também por trazê-la para oferecer no ano seguinte o primeiro curso brasileiro sobre a doutrina francesa.³⁴⁶ Em seu estudo, Martins Filho demonstra como esse conceito foi sendo incorporado pelas forças de repressão e espionagem, afirmando que a ideia dominante da Doutrina de Segurança Nacional como mais importante, desconsiderou durante muitos anos o conceito francês, elaborado para combater os rebeldes na revolta da Argélia, na qual se confundiam elementos como política, ideologia, operações bélicas em um mesmo conflito. O autor afirma que após o golpe, os ideais franceses passaram a ter maior destaque depois de 1969, quando do início da luta armada, além de relacionar essa doutrina com a tortura praticada com fins de combate à subversão. “O emprego da tortura como principal

³⁴⁴ SCHOOL OF THE AMERICAS. **Guerra Revolucionária Guerrillera e Ideologia Comunista**. 1989. p.85.

³⁴⁵ QUADRAT, Samantha. Op. Cit. 2012. p. 34-35.

³⁴⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. **Os militares brasileiros e a doutrina da guerre révolutionnaire**. In SANTOS, Cecília MacDowell, TELES, Edson, TELES, Janaína de Almeida. (orgs) *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Volume I. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009. p. 182.

método de combate à subversão teve na Argélia um precedente histórico fundamental. Na verdade, é impossível separar a experiência argelina, a doutrina da *guerre révolutionnaire* e a tortura. Inúmeros relatórios dessa época confirmam essa ligação.”³⁴⁷ O conceito de Guerra Revolucionária acaba se integrando às teorias produzidas dentro da Escola Superior de Guerra. A possibilidade de uma guerra nuclear deixava de ter tanta importância, dando espaço para o combate ao inimigo comunista, “veneno ideológico, agitador social e político, artífice da dissolução da unidade nacional, antes de se metamorfosear, armas em punho, em guerrilheiro em busca da conquista do poder.”³⁴⁸ A tradução pelo tenente-coronel Moacyr Barcellos Potyguara de um artigo que saía em 1957 na *Revue Militaire d’Infomation*, ligada ao governo francês, intitulado “A guerra revolucionária” e publicada no *Mensário de Cultura Militar*, apresenta os fundamentos da Guerra Revolucionária e traz os elementos teóricos utilizados posteriormente, inclusive na publicação *Comunismo Internacional*. Segundo o texto, os subversivos, ou revolucionários visavam sempre conquistar o poder e derrubar o regime existente e para tanto buscariam conquistar moral e fisicamente a população, empregando técnicas destrutivas, nas quais podem ser incluídas greves, terrorismo, manejo das massas, além de atividades que envolviam a propaganda e por fim a criação de um aparelho governamental clandestino.³⁴⁹ Para Maud Chirio, o conceito de Guerra Revolucionária muitas vezes é erroneamente associado ao de Doutrina de Segurança Nacional (DSN), o qual normalmente é visto como uma doutrina importada dos Estados Unidos, não abordando as especificidades nacionais. Esse conceito da DSN foi amplamente utilizado por boa parte da historiografia que analisa o período ditatorial como a base teórica dos regimes latino-americanos para combater o inimigo comunista. Porém, longe de ter como única influência os Estados Unidos, o Brasil absorveu outras teorias de combate à subversão.³⁵⁰ Segundo Chirio,

No Brasil, o que é conhecido como DSN corresponde às publicações da Escola Superior de Guerra (ESG), que supostamente irrigariam doutrinarmente as Forças Armadas. Entretanto, a concepção da política ali formulada não se integra senão sob determinados aspectos ao currículo das escolas de oficiais: se a elite militar ali formada como ‘estagiária’ ou discente em seu corpo permanente transmite irremediavelmente parte das teorias aprendidas aos escalões inferiores com os quais convive, a DSN, em seu conjunto, não constitui, nos anos que precedem o golpe,

³⁴⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. Op. Cit. 2009. p. 195.

³⁴⁸ CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 20.

³⁴⁹ Ibidem. 21.

³⁵⁰ Ibidem.

objeto de um doutrinamento sistemático da oficialidade.³⁵¹

A importância da Guerra Revolucionária, e os conceitos trazidos por ela, pode ser percebida em julho de 1961, quando o general Cordeiro de Farias pede que os termos “guerra insurrecional”, “guerra revolucionária”, “subversão”, “ação psicológica”, “guerra psicológica” sejam oficialmente definidos.³⁵² A partir desse período, e com a chegada de João Goulart ao poder, começa uma ampla difusão dentro das Forças Armadas e das escolas para treinamento de oficiais dos conceitos de Guerra Revolucionárias, através de cursos e publicações como o *Boletim de Informações* e o *Mensário de Cultura Militar*, ambos do Estado-Maior do Exército.³⁵³ A doutrina francesa, segundo Martins Filho, contribuiu teoricamente para o golpe civil-militar em 1964, bem como para a estruturação do aparelho repressivo instalado posteriormente.³⁵⁴

Em parceria com a Argentina, o Brasil também acabou tendo forte influência da doutrina francesa, demonstrando também o caráter colaboracionista entre as ditaduras civil-militares.³⁵⁵ Por certo, não desconsideramos também a importância da influência estadunidense nesses cursos de formação de agentes secretos. Acreditamos antes, em uma confluência de ideais, os quais foram importantes para a implementação do estado de terror nas ditaduras civil-militares do Cone Sul. A França contribuiu com os conceitos de guerra revolucionária, os quais foram importantes para os sistemas de informação, organização do aparato repressivo, além da tortura e do desaparecimento. Já os Estados Unidos contribuíram com treinamento para implementar teorias de contrainsurgência. Dessa forma, Brasil e Argentina elaboravam também seus próprios conceitos de segurança nacional, definindo quem eram os inimigos a serem combatidos.³⁵⁶

³⁵¹ CHIRIO, Maud. Op. Cit. 2012. p. 19.

³⁵² Ibidem. p. 23. Documento FA-E-01/61.

³⁵³ Ibidem. pp. 23-4.

³⁵⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. **A educação dos golpistas:** cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. Comunicação no Congresso The Cultures of Dictatorship, Universidade Maryland, 2004. Disponível em <<http://www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc>>

³⁵⁵ Caroline Silveira Bauer faz um importante levantamento dessa relação de colaboração entre as ditaduras civil-militares brasileira e argentina. BAUER, Caroline Silveira. Op. Cit. 2012.

³⁵⁶ BAUER, Caroline Silveira. Op. cit. 2012. p. 41.

3.3. A criação da Escola Nacional de Informações

Considerando o ensino ministrado na ESG muito vago para a formação de quadros para o setor de informações, o governo anunciou em 1971 a criação da Escola Nacional de Informações (Esni), com recursos e infra-estrutura muito elevados para o período. O objetivo do governo era criar o centro mais sofisticado de ensino do país. No início do governo Médici, através do decreto número 66.732 de 16 de julho de 1970, foi criado o Plano Nacional de Informações que iria otimizar a busca e circulação de informações. Segundo Priscila Antunes,

O plano foi uma iniciativa da Agência Central e buscava coordenar e fixar as prioridades do Sistema Nacional de Informações, estabelecendo os canais de exploração e regulando os fluxos de informações. Tinha como base os objetivos nacionais permanentes, traçados pelo presidente da República e pelo Conselho de Segurança Nacional. O primeiro PNI foi elaborado pelo general Carlos Alberto da Fontoura, que naquele período era responsável pelo SNI.³⁵⁷

Esse Plano Nacional de Informações seria baseado nas informações que o presidente precisava, bem como as que os ministérios também precisavam. Seriam, segundo Ênio Pinheiro, um dos fundadores da Esni, informações de grandes linhas e estratégicas, não do dia-a-dia.³⁵⁸ Esse documento dava a organização da comunidade de informações no Brasil. Além disso, o PNI indicava a criação de uma *doutrina de informação brasileira* que deveria nortear a produção da informação no país. Porém, era preciso encontrar o órgão competente para ser incluído no documento. Como não poderia ser o SNI nem o Estado-Maior das Forças Armadas por serem ligados diretamente à presidência, decidiu-se pela criação da Escola Nacional de Informações, a qual seria responsável pela elaboração da doutrina.

O governo estadunidense interessou-se pela criação da super escola e ofereceu pronta ajuda para a nova academia de agentes secretos. Segundo Lucas Figueiredo:

Os Estados Unidos consideravam que a Esni poderia desenvolver um trabalho com repercussão não apenas no Brasil, mas em toda a América do Sul. A fome dos americanos casava perfeitamente com a vontade de comer dos militares brasileiros. O governo do presidente Richard Nixon convidou então o general Enio (dos Santos Pinheiro) para um estágio de seis meses na CIA e no FBI, em Washington, um roteiro idêntico ao que colegas de farda haviam realizado em 1956 e em 1964 na busca de subsídios para a criação do Sfici e do SNI, respectivamente.³⁵⁹

³⁵⁷ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 58.

³⁵⁸ D'ARAUJO, Maria Celina et ali. Op. Cit. 1994. 131.

³⁵⁹ FIGUEIREDO, Lucas. **O ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005**. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 222.

Em 1972 a Esni foi inaugurada, mostrando um bloco de prédios, com muitas tecnologias, como um salão de tiros, auditório com fones de ouvido em todos assentos, duas piscinas, quadras poliesportivas e um circuito de corrida oval. Para um órgão que formaria agentes secretos e que teve em torno de sua construção a preocupação para evitar infiltrados comunistas que poderiam sabotar a obra, o SNI viu-se no direito de não pedir o habite-se da obra. Eram três os cursos ministrados no Esni: A (altos estudos), B (fundamentos) e C (operações). Os cursos B e C duravam um semestre enquanto o A durava um ano letivo. O curso A era uma espécie de Pós-graduação, destinado a formar chefias, sendo abordados temas políticos, econômicos, e sociais brasileiros. Era exigido do aluno, para o curso A, que ele possuísse o diploma do curso B ou C, curso superior completo, ou curso do Estado- Maior. O curso B destinava-se aqueles que seriam os analistas de informação, incluindo matérias como Sociologia, História e Ciências Políticas. O aluno deveria ser imerso no mundo do comunismo, conhecendo sua história, analisando sua propaganda a forma como praticavam sua guerra psicológica. Para os militares as denúncias de tortura no Brasil eram uma propaganda dos vermelhos afirmando que “na América Latina, a atual propaganda comunista, usando da técnica de denúncias de tortura e perseguições, que em certa época foi preponderante contra o Brasil, visa no momento também o Chile. A orquestração de numerosas frentes (...) tem como um dos principais objetivos no momento a desmoralização do atual governo.”³⁶⁰ Já o curso C formaria os agentes de rua do SNI, tratando as aulas de temas mais técnicos, como escutas telefônicas, gravação de conversas, métodos de interrogatórios, utilização da fotografia, além de defesa pessoal. Um dos pontos mais importantes do curso era também como interrogar um suspeito, aproveitando-se de falhas em sua personalidade e fraquezas pessoais. O recrutamento destes alunos era feito principalmente em corpos da elite do Exército, com jovens na faixa de 21 a 24 anos. Esses jovens, que permaneciam nas Forças Armadas como segundos-tenentes, eram obrigados a pedir baixa do Exército para ingressarem na Esni, podendo ser desligados da escola por vários motivos. Em 1973 eram formadas as primeiras turmas da Esni.³⁶¹ Ao analisar a formação dos quadros que comporiam o SNI, fica claro que o mesmo não receberia apenas técnicos e analistas de informação, mas antes pessoas capacitadas para efetuar a prisão e também o interrogatório. Mesmo não sendo parte de sua função, nem tampouco ser o lugar por excelência de prisões e torturas, segundo Priscila Antunes “os agentes do SNI tiveram

³⁶⁰ Apostila da 2ª Jornada de Estudos de Informação, de 1973. Apud FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit. 2005. p. 226.

³⁶¹ FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit. 2005. pp. 225-232.

participação efetiva nesses processos de busca e muito provavelmente colaboraram nos casos de tortura.”³⁶²

Esses agentes, além de contribuírem com a repressão, produziram uma grande quantidade de papéis, entre relatórios, informes e dados sobre supostos subversivos, bem como sobre o comunismo no mundo todo. Após o treinamento, as atenções voltavam-se também à ação de comunistas a nível global. O movimento internacional era uma das grandes preocupações dos agentes de informações. Analisaremos a partir de agora o olhar do Serviço Nacional de Informações sobre ações na Ásia, África e Europa.

³⁶² ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In: FICO, Carlos. Op. Cit. 2008. . p. 221.

4. Conhecer o inimigo além das fronteiras: As ações dos comunistas na Ásia, África e Europa

Digno de nota é o fato de representantes de dois países comunistas e alinhados com Moscou - Polônia e Hungria - fazerem parte da Comissão de Paz. Por outro lado, mais uma vez se comprova o axioma - também verdadeiro no recente Acordo sobre as Duas Alemanhas - de os comunistas só negociarem sobre os territórios pertencentes ao oponente, sem a mínima alusão ou a admissão da menor interferência sobre as regiões por ele dominadas. Desse modo, o que está em causa, ao fim de tantos anos de conflito, é o Vietnã do Sul, para o qual se preparariam 'eleições livres e democráticas' (de resto, a acepção vermelha para essa expressão é muito diversa da nossa...). O 'status quo' no Vietnã do Norte mantém-se inalterado: dominado pelos marxistas, nem se fala de eleições ali. Por outro lado, ainda bem há pouco deu a Tchecoslováquia exemplo do que são as 'eleições' preparadas pelos comunistas no poder: unanimidade de votos para o governo.³⁶³

Um aspecto pouco abordado nas pesquisas sobre o período ditatorial diz respeito à relação do governo civil-militar com países socialistas sob a influência da União Soviética ou da China. Ao que pese a perseguição aos grupos comunistas e indivíduos a eles ligados, direta ou indiretamente, o governo manteve relações diplomáticas e comerciais com países que tinham o socialismo como ideologia oficial de Estado. Buscando obter tecnologia ou mesmo parceiros comerciais, foram firmados diversos acordos com esses países que previam relações amplas, mas, principalmente, lucrativas ao governo. Tais objetivos também podem ser percebidos nas relações estabelecidas com países africanos, mesmo com aqueles que, já nos anos setenta, implodiram em revoluções de caráter socialista ou buscaram sua independência de metrópoles europeias. Segundo Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno,

As relações com a Europa do Leste, estremecidas com a mudança de regime, encaminharam-se posteriormente com base na aceitação bilateral das divergências políticas. Era intenção do governo brasileiro passar do estágio de relações puramente comerciais ao de relações econômicas, em que se agregassem componentes de desenvolvimento, como importação de máquinas, equipamentos e tecnologias. Tratou, pois, de restabelecer os contatos por delegações bilaterais, de reconvocar as comissões mistas e de reativar a Coleste. Roberto Campos, ministro do Planejamento, foi à União Soviética em setembro de 1965, e em novembro reuniu-se pela primeira vez a Comissão Mista Bilateral, prevista no acordo de 20 de abril de 1963.³⁶⁴

³⁶³ **Comunismo Internacional.** Janeiro de 1971. p. 1.5.

³⁶⁴ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** 4. ed. rev. Ampl. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011. p. 406. A Coleste, citada pelos autores, era a Comissão de Comércio com a Europa Oriental, criada em 1962.

A política externa brasileira foi, nesse sentido, muito mais ambígua, podendo também ser possível denominá-la como pragmática, do que simplesmente pautada por valores ideológicos. Cervo e Bueno apontam a existência de um projeto mais atrelado aos interesses estadunidenses iniciado com o governo de Castelo, denominado como “correção de rumos” e que estaria envolvido em uma lógica da bipolaridade da Guerra Fria e da abertura ao capital estrangeiro. Esse plano teria uma acolhida significativa na Escola Superior de Guerra (ESG) e dos grupos econômicos mais representativos. Esta “correção de rumos” acabou, por exemplo, no rompimento das relações diplomáticas com Cuba em maio de 1964 e na tentativa de isolá-la do continente na IX Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos (OEA). A atitude da política externa brasileira não gerou o retorno esperado na ajuda ao desenvolvimento. Os investimentos e empréstimos sofreram decréscimo em relação a períodos anteriores, atrelado ainda ao aumento do endividamento.³⁶⁵ Por certo, essa política não foi uma unanimidade e trouxe com o governo de Costa e Silva nova mudança, pautada no desenvolvimento. Cabe lembrar que o próprio presidente desentendeu-se com Lincoln Gordon, na época subsecretário de Estado para América Latina, em 1967 em viagem aos Estados Unidos. Devido a gozações sobre os interesses desenvolvimentistas de Costa e Silva, Lincoln Gordon foi instado a retirar-se da presença do futuro presidente. Com uma política externa denominada “Diplomacia da Prosperidade” e tendo como Ministro das Relações Exteriores, o ex-governador de Minas Gerais no período do golpe civil-militar de 1964, José de Magalhães Pinto, interesses como “desenvolvimento”, “segurança” e “objetivos nacionais” passaram a ser extremamente interligados, buscando uma economia nacional forte e independente. Os sucessores de Costa e Silva, Médici e Geisel, deram continuidade à política adotada, a qual, em certa medida, permaneceu ainda no governo Sarney. Cabe lembrar, por exemplo, que Geisel apoiou regimes de “esquerda na África, cotejando Cuba e a União Soviética, estabeleceu relações com a China comunista e condenou o sionismo como racismo”.³⁶⁶ Neste sentido ainda, cabe ressaltar o reconhecimento das independências de países africanos como Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, e o fato de ter

³⁶⁵ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Op. Cit. 2011. pp- 393-402. Segundo os autores “no triênio 1964-1966 as exportações passaram de 1,4 a 1,7 bilhão de dólares ao ano, os investimentos e empréstimos externos não só não aumentaram, como até apresentaram decréscimo com relação aos anos anteriores, ao passo que o endividamento externo ascendeu de 3,9 para 5,2 bilhões de dólares. O balanço de pagamentos revela ainda que o Brasil se manteve como exportador líquido de capitais, porquanto recebeu um total de 1,3 bilhão de dólares em investimentos diretos líquidos, empréstimos e financiamentos, e remeteu 1,4 bilhão em juros, lucros, dividendos e amortizações.” CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Op. Cit. 2011. p. 404.

³⁶⁶ Ibidem. p. 439.

sido o primeiro país do mundo a reconhecer a de Angola em 1975. Apoiou também a independência da Namíbia e do Zimbábue, tendo atuado em cooperação com a União Soviética e Cuba. Incrementaram-se ainda as relações com países da África Negra durante a década de setenta, 45 em 1977.³⁶⁷ Além dessas relações com a África, Geisel firmou tratados de tecnologia nuclear com a República Democrática Alemã, a qual já havia retomado relações diplomáticas em 1973.

Estas observações são importantes para demonstrar o caráter ambíguo da ditadura brasileira, a qual buscava demonstrar ao mundo uma pretensa garantia democrática, principalmente com a manutenção de dois partidos - diferenciando-se assim de sistemas totalitários -, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), os quais apoiavam essa política externa, e, por outro lado, uma ampla supressão das liberdades individuais e o extermínio de diversos “inimigos” do regime. No que diz respeito à política externa do governo, as fronteiras ideológicas estavam muito mais borradas e as aproximações com o comunismo e o socialismo, mesmo que a contragosto de correntes militares mais radicais, ocorreu e gerou dividendos significativos aos cofres brasileiros.³⁶⁸ Deve-se levar em conta que o diálogo com países do bloco socialista não eliminou a existência de um discurso interno de combate ou de cautela em relação a essas nações, afirmando que suas ações políticas estavam orientadas para um grande plano de invasão do ocidente. Mesmo gerando lucros para o Brasil, países como União Soviética, Iugoslávia, China, Polônia, por exemplo, eram vistos como potencialmente perigosos pelos setores de informações. *Comunismo Internacional* dedicou inúmeras páginas para apontar o quanto a ação desses países comunistas era, na verdade, uma “configuração da mais diabólica urdidura que se conhece na história para a conquista dos povos, maneira pela qual os comunistas buscam o poder, sem necessidade de guerras ou de lutas cruentas: a conquista da mente.”³⁶⁹

Aos olhos do governo tornava-se imperioso monitorar e acompanhar as ações desses países socialistas, bem como obter o máximo possível de informações sobre o comunismo. A preocupação de que esse movimento atingisse também o Brasil, ou pudesse influenciar a

³⁶⁷ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. Op. Cit. 2011. p. 452.

³⁶⁸ Um exemplo disso é o acordo firmado com a União Soviética de 100 milhões de dólares para o fornecimento de máquinas e equipamentos, com financiamento soviético. Através da Coleste firmaram-se acordos com a Tchecoslováquia, Polônia, Hungria e Iugoslávia que trocavam carvão, unidades termoeletricas e vagões por café e tecidos brasileiros.

³⁶⁹ **Comunismo Internacional**. Janeiro de 1973. p. 1.4. Esta citação é um comentário a um suposto manual de psicopolítica soviético, abordado adiante.

esquerda brasileira foi uma preocupação também do Sistema Nacional de Informações (SISNI). Ao longo dos três anos em que a Agência Central do Serviço Nacional de Informações editou e produziu *Comunismo Internacional*, é possível perceber não somente uma preocupação com aspectos gerais do comunismo, como tratado anteriormente, mas também com as ações de países socialistas.

Como parte das atribuições da Agência Central, na verdade de todo o sistema de informações, podemos destacar a:

[...] análise de problemas internacionais relacionados com a manutenção da Segurança Nacional. Seus agentes produziam, em sua grande maioria, relatórios anônimos com informações e avaliações sobre o governo e o setor público em geral, relatórios externos com dados diversos sobre 'países antagônicos' e 'países amigos', além dos relatórios psicossociais, que analisavam o comportamento dos principais agentes sociais e a forma como eles influenciavam e eram influenciados pela sociedade. Estavam nesse conjunto as igrejas, os sindicatos, as entidades estudantis, a imprensa, os movimentos sociais.³⁷⁰

Para esses setores, o controle das informações tornava-se decisivo no combate à subversão, mas também no que tange ao desenvolvimento. Não obstante, quando se fala em Doutrina de Segurança Nacional, omite-se, muitas vezes, a palavra “desenvolvimento” que vinha logo a seguir.³⁷¹ Essa lógica vinculava “segurança nacional” ao “desenvolvimento”, sendo, por tanto, parte do mesmo objetivo nacional na ótica dos militares. Explica-se nesse sentido, o apoio material concedido por grandes empresas no combate a “subversivos”. Mariana Joffily, ao analisar a criação da Operação Bandeirantes em 1969, afirma que:

[...] Como não dispunha de verbas consignadas em orçamento, coube a Antônio Delfim Neto – futuro ministro da Economia – e a Gastão Vidigal, dono do Banco Mercantil de São Paulo, reunir os representantes de grandes bancos brasileiros para pedir fundos, procedimento repetido na Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp). Os empresários Paulo Sawaya e Luiz Macedo Quentel também faziam a ponte entre empresários e industriais e o órgão. Henning Albert Boilesen, presidente da Ultragás, dinamarquês naturalizado brasileiro, exerceu pressão sobre seus colegas de outras empresas no sentido de contribuírem financeiramente para garantir a 'paz dos negócios'.³⁷²

³⁷⁰ ISHAQ, Vivien, FRANCO, Pablo E., SOUSA, Teresa. **A escrita da repressão e da subversão: 1964 – 1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 19.

³⁷¹ Segundo o livro “Doutrina Básica – 1979” da Escola Superior de Guerra: “ Verificou-se que os problemas da Segurança estão intimamente ligados com os do Desenvolvimento, ao ponto de ser impossível tratá-los, a nível político, como fenômenos independentes. Nesse sentido criou-se na ESG uma Doutrina, a princípio com um tratamento parcial – Doutrina de Segurança Nacional – evoluindo depois para a visão mais ampla que hoje se apresenta – Doutrina Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento.” ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro, 1979. p. 14.

³⁷² JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013. pp. 43-4. Joffily também chama a

Na imbricada relação de interesses que gravitavam em torno do regime, a repressão ao comunismo – motivada pelo perigo que esse representaria não somente à economia, mas também aos valores morais e a ordem estabelecida –, pode ser interpretada como um poderoso denominador comum de todos aqueles que se lançaram no combate à “subversão” e a apoiaram.

4.1. Agência Central: a origem dos documentos

No ano de 1967 a Agência Central, até então sediada na cidade do Rio de Janeiro, transferiu-se para Brasília, buscando conceder maior autonomia à Agência do Rio de Janeiro. Tinha como responsável um general do Exército e era ligada diretamente ao Serviço Nacional de Informações. Possuía diversas atribuições, como por exemplo:

Acionar o SisNI, visando a produção de informações de interesse do presidente da República, do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e de sua Secretaria Geral, bem como das que pudessem influir na formulação ou na condução da política nacional; coordenar e controlar a ação dos órgãos do SisNI no que dizia respeito às atividades de informações; produzir, em nível adequado, os documentos de informações e propor ao ministro-chefe do SNI a difusão judiciosa destes; propor, orientar, coordenar e executar medidas de contrainformação; indicar pessoal para cursos e estágios, de acordo com instruções específicas; realizar operações de informações em qualquer parte do território nacional e, desde que autorizadas pelo ministro-chefe do SNI, no exterior; exercer orientação normativa, a supervisão técnica e a fiscalização específica das Divisões de Segurança e Informações (DSI).³⁷³

Conhecer os meandros da Agência Central pode nos auxiliar a compreender a lógica da produção de *Comunismo Internacional*, bem como os interesses dessa agência nesse tipo de documentos. A divisão interna demonstra claramente uma atenção para com diferentes movimentos considerados “subversivos”, mas também lança seu olhar para o mundo. Em certa medida, podemos perceber essa mesma tentativa ao produzir sumários de informações que almejaram um alcance global. Era importante conhecer o inimigo, interno e externo. Essa preocupação, por certo, não se restringiu apenas à Agência Central do SNI, mas esteve presente em diversos órgãos de informações e repressão espalhados por todo o país. A atenção com o que acontecia no exterior não era uma exclusividade do principal órgão da *comunidade de*

atenção para uma maior investigação sobre o papel do empresariado no financiamento da repressão. Mesmo que o tema tenha sido já abordado por outros autores, como por exemplo René Armand Dreifuss, o assunto carece ainda de maiores abordagens. DREIFUSS, René A. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

³⁷³ ISHAQ, Vivien et al. Op. Cit. 2012. p. 47.

informações, mas, antes, uma prática cotidiana nos serviços de inteligência do Exército (CIE), Marinha (CENIMAR), Aeronáutica (Cisa), Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), Ministério das Relações Exteriores (CIEEx)³⁷⁴ e Ministério da Justiça (DSI/MJ).³⁷⁵ Muitos desses órgãos foram criações do governo ditatorial, mas, não se pode esquecer, muitos foram reformulações de antigas seções de informações de ministérios civis nas Seções de Segurança Nacional³⁷⁶ ligadas ao Conselho de Segurança Nacional, bem como as conhecidas segundas seções de informações de ministérios militares, as quais tinham por função a espionagem e a coleta de informações. Mesmo criados em um período ditatorial, esses órgãos abarcaram toda uma estrutura anterior, estabelecida em um período democrático.³⁷⁷ Segundo Setemy, no que concerne ao Ministério das Relações Exteriores, isso demonstra uma preocupação constante com o comunismo, ocorrida não somente em momentos de exceção (1937 e 1964), mas também em períodos democráticos, permanecendo – e intensificando-se cada vez mais – durante a ditadura, ganhando ares de legitimidade.³⁷⁸ Neste sentido, a preocupação com o “inimigo internacional” estava presente em diversos órgãos, caracterizando-se antes de tudo, em uma

³⁷⁴ SETEMY, Adrianna. **Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. O trabalho de Setemy abarca um período anterior à criação do Centro de Informações do Exterior (CIEEX), ocorrido em 1966, mas demonstra a preocupação do Itamaraty com o comunismo internacional e a atuação de brasileiros no exterior a partir dos anos trinta. Cabe ressaltar que o Ministério das Relações Exteriores, além de Centro de Informações, contou também com um braço do Serviço Nacional de Informações através da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE). Este ministério civil foi o único a possuir um centro de informações e uma Divisão de Segurança e Informações. SETEMY, Adrianna. “Por uma memória 'diplomática': o Itamaraty e o combate ao inimigo escarlata. In **X Encontro Estadual de História: o Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional**. 26 a 30 de julho de 2010. Santa Maria-RS. p. 14.

³⁷⁵ Um documento produzido pela Coordenação de Documentos Escritos do Arquivo Nacional, apresenta a série “Movimentos Contestatórios”, uma das mais consultadas do acervo DSI/MJ, e demonstra uma infinidade de dossiês avulsos nos quais pode ser percebida uma grande preocupação com assuntos referentes ao comunismo internacional. Arquivo Nacional (Brasil). Coordenação de Documentos Escritos. Equipe de Documentos do Poder Executivo e Legislativo. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça: Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios/ Equipe de Documentos do Executivo e Legislativo. 2ª. ed. - Rio de Janeiro: o Arquivo, 2013.

³⁷⁶ Essas seções foram reformuladas em 1967 através do Decreto número 200 como órgãos de assessoramento dos ministros. O Decreto 60.940/67 estabeleceu as diretrizes para esses órgãos, os quais deveriam atuar em estreita colaboração com o Conselho de Segurança Nacional e ao Serviço Nacional de Informações, mas permaneciam subordinados ao ministério. O Decreto 67.325 de 02 de outubro de 1970 criou um novo regulamento para as DSI, as quais passavam a coordenação direta do Serviço Nacional de Informações. Instrumento de Pesquisa da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE). Arquivo Nacional (BRASIL). BSB, Z4. 2012. Ver também FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). In **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013. p. 299.

³⁷⁷ SETEMY, Adrianna. Op. Cit. 2013. p. 247.

³⁷⁸ Ibidem. p. 13.

prática cotidiana dos setores de informações e não em um fato isolado ou de apenas um órgão. Com a Agência Central do Serviço Nacional de Informações não seria diferente. Dentre uma infinidade de atribuições como visto anteriormente, podemos afirmar que a preocupação em monitorar o que se passava no exterior era tarefa de um dos departamentos da agência e de várias seções a ele ligadas.

Um documento de 1984 demonstra a divisão da Agência Central. Denominado “Aditamento ao Boletim Especial nº 01, Quadro de Abreviaturas e Indicativos dos Órgãos Integrantes da Agência Central” o documento realiza um levantamento dos departamentos e divisões do órgão:

- Departamento de Informações Internas e Psicossociais
 - Assessoria
 - Divisão de Assuntos Políticos
 - Seção de Partidos Políticos
 - Seção de Atividades Legislativas
 - Seção de Estudos Políticos
 - Divisão de Assuntos Ideológicos
 - Seção de Organizações Ideológicas
 - Seção de Atividades Subversivas
 - Seção de Infiltração
 - Seção de Ligações no Processo Subversivo
 - Divisão de Assuntos Psicossociais
 - Seção de Atividades Trabalhistas e Sindicais
 - Seção de Atividades Educacional.
 - Seção de Opinião Pública
 - Seção de Atividades Diversas
- Departamento de Informações Externas
 - Divisão de Momentos Ideológicos e Organismos Internacionais
 - Seção do Movimento Comunismo Internacional
 - Seção de Organismos Internacionais
 - Seção de Organização de Frente
 - Divisão da América do Sul
 - Seção Meridional I
 - Seção Meridional II
 - Divisão da África, Ásia e Oceania
 - Seção do Oriente Próximo e Médio
 - Seção África Sub- Saária
 - Seção da Ásia e Oceania
 - Divisão da América do Norte
 - Seção da América do Central e Caribe
 - Seção da América do Norte
 - Divisão da Europa (URSS)
 - Seção da Europa Ocidental

- Seção da Europa Oriental³⁷⁹

Ao observar a divisão da Agência Central e, principalmente, o Departamento de Informações Externas, temos acesso aos interesses do órgão como, por exemplo, atividades religiosas, educação, ciência e tecnologia, além do movimento comunista internacional e supostas atividades “subversivas” em todo o mundo. Esse setor tinha como objetivo “acompanhar e, quando pertinente ou por solicitação, produzir conhecimentos sobre o campo externo, de interesse para o Brasil e principalmente relacionados com a Segurança Nacional, de acordo com prioridades estabelecidas no tocante a áreas e assuntos.”³⁸⁰ A preocupação com o “campo externo” foi uma constante, chegando até praticamente os momentos finais do órgão em 1990.

No segundo capítulo, abordamos a seção “Assuntos Gerais”, na qual *Comunismo Internacional* tecia análises do comunismo em diversos aspectos, como comportamento, hábitos, tentativas de desestabilizar a juventude e o mundo ocidental, contradições da teoria marxista ou mesmo supostas “falhas morais” de seus principais líderes e expoentes, como Lenin, Mao Tsé-Tung, Che Guevara e Fidel Castro. Nestas próximas seções da publicação, o interesse desloca-se de questões meramente comportamentais, passando a se concentrar em notícias e fatos – reais ou não, superdimensionados ou com análises temerosas –, que, de alguma forma, estariam ligados ao comunismo ou aos interesses de partidos e grupos de esquerda espalhados pelo mundo. Analisar publicações como esta, nas quais em cada edição ou exemplar são tratados assuntos distintos, como uma suposta invasão comunista na África ou um longa discussão sobre controle de natalidade na América, apresenta alguns desafios de como construir uma narrativa que torne tais assuntos conectados, ou, como nos lembra nos Carlo Ginzburg, encontrar o fio que pode nos orientar no labirinto de uma realidade histórica, ou ainda, de como lidar com o falso e o verdadeiro sem desconsiderar a atuação dos sujeitos e sua intencionalidade ao deixar determinados rastros.³⁸¹ A presença de notícias falsas ou que se misturam a dados verdadeiros, não deve ser descartada por tratar de documentos não-autênticos, como se a presença do “falso” fosse, a priori, algo que o historiador não pudesse também trabalhar e

³⁷⁹ Agência Central/Serviço Nacional de Informações. Quadro de abreviaturas e indicativos dos órgãos integrantes da Agência Central/ SNI. Apud ISHAQ, Vivien. Op. Cit. 2012. pp. 49-51.

³⁸⁰ Agência Central/Serviço Nacional de Informações. Estudo das atribuições das frações, de 30 de setembro de 1987. Apud FELDHUES, Paulo Raphael. A Guerra das Malvinas/Falklands e a espionagem brasileira – algumas considerações. In **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009. p. 4.

³⁸¹ GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

elaborar uma análise. Por outro lado, é imprescindível o exercício da crítica documental para não cairmos em armadilhas que documentos produzidos em períodos ditatoriais podem representar.³⁸² Temos, dessa forma, um duplo desafio. O primeiro, o de considerar e trabalhar com informações verdadeiras e falsas, as quais podem demonstrar uma determinada visão e uma representação acerca da realidade. Produzir um documento com informações fictícias para incriminar alguém ou atacar uma ideologia, denota, por si só, uma determinada visão de mundo. Analisar o “falso” ou o fictício, aquele que busca se passar por verdadeiro, pode também contribuir para um melhor entendimento sobre a ditadura brasileira. O segundo, exatamente o de distinguir informações falsas e verdadeiras nesses documentos. Como afirma Carlo Ginzburg,

Da profusão de relações entre ficção e realidade, vimos surgir um terceiro termo: o falso, o não-autêntico – o fictício que se faz passar por verdadeiro. É um tema que deixa os céticos em situação incômoda, pois implica a realidade: essa realidade externa que nem sequer as aspas conseguem exorcizar. [...] Ninguém pensará que é inútil estudar falsas lendas, falsos acontecimentos, falsos documentos: mas uma tomada de posição preliminar sobre sua falsidade ou autenticidade é sempre indispensável.³⁸³

Analisar informações “fictícias” é importante para melhor compreender esse imaginário anticomunista, o qual, ao produzir uma documentação “com alguns dados falsos”, adentra ao campo das ações, misturando imaginação e ação. A edição de janeiro de 1973 de *Comunismo Internacional* era acompanhada de uma edição de “Psicopolítica”, que, segundo a publicação, era um poderoso elemento de dominação das mentes produzido pelos soviéticos com o intuito de dominar o mundo ocidental através do controle das mentes. Ao comentar a publicação em anexo, *Comunismo Internacional* afirma que:

Com apresentação de Lavrenti Beria, então chefe da Polícia Secreta Soviética, acompanha este CI-SI uma tradução do Manual de Psicopolítica editado pelos comunistas, para divulgação entre seus seguidores no Ocidente. Toma-se contato, assim, com o que talvez seja a configuração da mais diabólica urdidura que se conhece na história para a conquista dos povos, maneira pela qual os comunistas buscam o poder, sem necessidade de guerras ou de lutas cruentas: a conquista da mente. Já o dissera Vishinsky, claramente, em 1954:

³⁸² JOFFILY, Mariana. “A ‘verdade’: sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. In **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Diálogo Social**. Natal, 2013. Para uma discussão mais aprofundada sobre a questão, ver CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. In **Registro**, Indaiatuba, n. 1, jul. 2002. GREEN, James. A Proteção da Privacidade com a Abertura Plena dos Arquivos. In **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1. Jan/jun 2011.

³⁸³ GINZBURG, Carlo. Op. Cit. 2007. p. 13. Ainda sobre esse assunto, Ginzburg afirma que: “Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é trama do nosso estar no mundo.” p. 14.

'Nos não venceremos o Ocidente por meio da bomba atômica. Venceremos com algo que o Ocidente não compreende: as nossas cabeças, as nossas ideias, a nossa doutrina.' Como expressão marginal da Geopolítica, lança mão a Psicopolítica a serviço dos comunistas de todos os recursos de condicionamento de reflexos, a fim de induzir comportamentos favoráveis aos desígnios vermelhos por parte daquelas pessoas alvos das suas investidas. Por outro lado, visa a desmoralizar as práticas tradicionais, científicas e cristas de cura mental, substituindo-as pelos tratamentos de choque que, reduzindo as vontades a impotência, subordinam-nas a dominação comunista. São os agentes psicopolíticos, desse modo, orientados para dominarem os centros psiquiátricos e de psicologia dos países ocidentais, para mais facilmente instilarem o veneno das suas doutrinas e o germe da desconfiança.³⁸⁴

Vindo ao público na década de cinquenta nos Estados Unidos, o *Brain-Washing: A Synthesis of the Russian Textbook on Psychopolitics*³⁸⁵, gera ainda certa polêmica quanto a sua real autenticidade e autoria. A história mais conhecida é que o livro foi produzido por Lafayette Ronald Hubbard – mais conhecido como L. Ron Hubbard, escritor de ficção científica e fundador da Igreja da Cientologia – em 1955 e no ano seguinte publicado por Kenneth Goff, ministro de Igreja Pentecostal. Goff foi membro do Partido Comunista nos Estados Unidos nos anos trinta, converteu-se ao pentecostalismo e tornou-se um fervoroso anticomunista. L. Ron Hubbard, teve uma vida repleta de escândalos e marcada pela perseguição de opositores. A edição de 1955 do Manual de Psicopolítica continha uma nota do editor, na qual existia uma pequena história dos textos ali presentes, assinada por uma pessoa de nome Charles Stickley afirmando que os textos foram reunidos ao longo de dez anos de pesquisas e investigações.³⁸⁶ De acordo com Hubbard, os textos chegaram de forma misteriosa e haviam sido publicados na Alemanha na década de quarenta e no seu entendimento, a publicação seria um serviço ao público.³⁸⁷ O texto seria introduzido por um agente secreto soviético, Lavrent Beria, o qual mostrava as possibilidades de um controle das mentes através das novas técnicas. A combinação de drogas com tratamentos forçados para os opositores do comunismo seria, segundo a publicação, uma garantia de conquista do mundo ocidental e da juventude. Segundo *Comunismo Internacional* ao comentar o manual,

Se alguma personalidade nacional opõe-se valente e eficiente mente aos seus planos

³⁸⁴ **Comunismo Internacional**. Janeiro de 1973. p. 1.4

³⁸⁵ **Brain-Washing**: A Synthesis of the Russian Textbook of Psychopolitics. Los Angeles: The American St. Hill Organization, 1955.

³⁸⁶ Ibidem.

³⁸⁷ AMBRY, Brian. **Brainwashing Manual parallels in scientology**. Revisiting The Textbook on Psychopolitics also know as The Brainwashing Manual. [s.d.] . KENT, Stephen A. Scientology – Is this a Religion? In **Marburg Journal of Religion**. Vol. 4. N. 01. July 1999. p. 6.

de conquista, trata-se primeira de desmoralizá-la, acusando-a de sofrer de faculdades mentais, para depois dobrar-lhe a vontade através das práticas de tortura mental e física, apelidadas de processos de 'cura mental'.³⁸⁸

Logo na sequência, *Comunismo Internacional* apresenta alguns excertos do texto que seguiria em anexo:

Nestes tempos de recursos ilimitados, em que os antagonismos nacionais possibilitam uma guerra atômica entre as potências capitalistas, a Psicopolítica deve atuar com maior eficácia que nunca. Todas e cada uma das atividades e campanhas psicopolíticas devem ser acres - contadas para ajudar e colaborar nas atividades de outros agentes comunistas dispersos pela nação alvo. Se a Psicopolítica conseguir seu objetivo em todas as nações capitalistas do mundo, não voltará a haver uma guerra atômica, porque a Rússia terá dominado todos os seus inimigos. O comunismo já ocupa uma sexta parte do mundo habitável. As doutrinas marxistas se tem infiltrado nas partes restantes. Em todas as partes, tem triunfado uma prolongação da ordem social comunista. O comunismo não se tem imposto pela força das armas, e sim pela conquista da mente. A Psicopolítica é a expressão mais refinada de tal conquista. O operador psicopolítico deve triunfar, porque seu triunfo implica um mundo de paz. Seu fracasso poderia significar a destruição das partes civilizadas da Terra 'por meio das armas atômicas utilizadas pelos dementes capitalistas'. O fim justifica os meios. A degradação das massas humanas e menos desumana que sua destruição mediante a guerra nuclear, porque, para o animal que só tem uma vida, essa vida vale mais que a morte. O fim da guerra é a dominação do povo conquistado. Se um povo é dominado sem luta, o fim da guerra se conseguirá sem destruição material. Eis aí um propósito louvável. O psicopolítico tem sua recompensa no controle quase infinito das massas e na supremacia comunista sobre a estupidez dos inimigos do Povo.

Está assim configurada a mais cruel e diabólica forma de Guerra Revolucionária - a domesticação das mentes - contra a qual urge lutar com todas as forças e conhecimento de causa.³⁸⁹

O texto foi desmascarado já nos anos setenta com uma publicação de Morris Kominsky, o qual notou vícios de linguagem e de ataques contra a psicologia e a psiquiatria tradicionais, discurso amplamente utilizado pela Igreja da Cientologia e por L. Ron Hubbard.³⁹⁰

A circulação desse manual em 1973 entre diversos órgãos de informação demonstra o interesse da Agência Central do SNI em divulgar o “plano comunista de conquista das mentes”. Podemos, retomando novamente as reflexões de Carlo Ginzburg, afirmar que o fio que nos conduz entre o labirinto da realidade e, nesta documentação específica, no emaranhado de notícias e informações, é o medo, o temor das ações dos comunistas e o avanço do comunismo. Tais sentimentos estariam ainda permeados e influenciados por um outro: a paranoia de que esse inimigo estivesse em praticamente todos os lugares.

³⁸⁸ **Comunismo Internacional**. Janeiro de 1973. p. 1.4.

³⁸⁹ Ibidem.

³⁹⁰ KENT, Stephen A. Op. Cit. 1999. p. 6. O livro de Kominsky citado por Stephen Kent é KOMINSKY, Morris. **The Hoaxers**: Plain Liars, Fancy Liars, and Damned Liars. Boston: Branden Press, 1970.

Ao olhar também para acontecimentos em diversas partes do mundo e acompanhar o chamado “Movimento Comunista Internacional”, a Agência Central produzia uma infinidade de informações, tanto do ponto de vista arquivístico, como de relatórios e análises de conjunturas. Esses relatórios, como afirmado anteriormente, não podem ser entendidos como uma peça única ou exclusiva, mas, antes, uma constante dentro do *serviço*.

4.2. África e Ásia

Os anos setenta foram de grande ebulição política não somente nas Américas, mas também nos continentes africano e asiático. Na geopolítica idealizada por Golbery do Couto e Silva, os comunistas poderiam conquistar esses continentes e depois chegar à América. Por outro lado, o movimento comunista nessas regiões adquiriu feições diferentes e características próprias do que era conhecido em terras brasileiras. Ainda nesse sentido, noticiar, por exemplo, os abusos e arbitrariedades cometidas na Coreia do Norte ou no Laos por líderes comunistas, constituía, para os agentes do SNI, uma maneira de atacar a doutrina marxista como um todo, tornando-a dessa forma, única e homogênea, a qual partilharia da violência e do autoritarismo em todas as regiões. Uma das formas de deslegitimar o comunismo era exatamente o de torná-lo uma única ideologia, sem cisões e ou embates internos. Quando noticiadas, campanhas de desarmamento e pró-paz eram vistas como uma mera forma de enganar o ocidente, tornando-o assim, mais fraco e vulnerável. Por trás do discurso pacifista de amor pelos pobres, se esconderia, segundo os anticomunistas, um perigoso e violento plano de destruição dos valores morais, religiosos e ordeiros. Não se pode esquecer, contudo, que vários grupos guerrilheiros foram seduzidos pelo discurso da violência como única forma de combater o capitalismo, o imperialismo e os regimes ditatoriais implantados em diversos países. Contra a violência seria necessário ainda mais violência. De toda a forma, o discurso comunista revolucionário ganhou corações e mentes não somente nas Américas ou no maio de 68 europeu, mas em todo o mundo, prometendo um mundo livre dos grilhões imperialistas, responsáveis, na ótica desses grupos guerrilheiros da chamada esquerda radical, por toda a desigualdade e miséria.³⁹¹ Segundo David

³⁹¹ Note-se, por exemplo, um texto do MR-8 de 1971, chamado “Orientação para a prática”: “Na primeira metade deste século, acentuou-se a transformação do caráter do imperialismo, que passou da fase colonialista, caracterizada pela exportação de produtos manufaturados pelas metrópoles em troca de matérias-primas dos países subordinados, à fase monopolista caracterizada pela exportação de capitais. Uma das características fundamentais do Estado da fase imperialista, o Estado monopolista, é a identificação, levada ao extremo, do poder econômico com o governo com base numa máquina burocrático-militar poderosa e racional. Entre os Estados monopolistas, o dos Estados Unidos assume grande importância e torna-se a vanguarda internacional que defende os interesses do capitalismo. (...) A experiência socialista vitoriosa em diferentes países do mundo, aliada às condições objetivas internas de cada país, desempenha um papel importante; as revoluções socialistas são consideradas como o

Priestland,

[...] Nunca antes, nem depois, a linguagem do marxismo estaria tão na moda e seria tão lugar-comum, com ativistas no Sul global juntando-se aos do Ocidente para lutar contra o 'imperialismo', 'racismo' e 'paternalismo'. O número de regimes marxistas proliferou, e o mapa do comunismo mundial atingiu o auge do predomínio do vermelho. No entanto, sob a aparente unidade, o comunismo nunca esteve tão diversificado e desunido. O período de uma década, mais ou menos, depois de 1968, viu o comunismo surgir em todas as suas variedades. Foi como se toda a história do movimento tivesse se condensado numa década febril: de um estilo stalinista do final da década de 1920 na África a uma Revolução Cultural maoísta no Camboja; do comunismo da Frente Popular de Allende no Chile ao marxismo romântico dos *soixante-huitards*; de um quase eurocomunismo social-democrata à luta guerrilheira da Nicarágua inspirada em Guevara.³⁹²

De certa forma, o olhar ocidental entendia que a África e Ásia seriam um campo de interesses e de disputa pelas potências comunistas. China e União Soviética utilizariam todas as suas forças e potencialidades para conquistarem essas regiões, dominando assim, boa parte do chamado “Terceiro Mundo”. Em janeiro de 1972, *Comunismo Internacional* trazia na sua seção sobre Oriente Médio, Ásia e África a seguinte notícia “ÁFRICA - Conflito sino-soviético caracterizado na luta pela influência política no continente africano - países onde a influência chinesa é mais atuante”

Sem mencionar diretamente a União Soviética, mas usando uma expressão com que costuma caracterizá-la - social-imperialismo - a República Popular da China acusou os soviéticos de 'infiltrarem-se ativamente' no continente africano, para levá-lo a sua esfera de influência. Ao fazer tal declaração, na sessão especial do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que se realiza em Adis Abeba, o Embaixador chinês, Huang Hua, comparou a Rússia com o 'colonialismo e o neocolonialismo que, após derrotados, se preparam para voltar a África.' Os chineses, depois de terem sido expulsos por diversos governos africanos, devido a sua política de apoio as guerrilhas, dedicam-se agora a atender os pedidos de auxílio, sem imiscuir-se, aparentemente, nos assuntos internos dos países. Pequim pretende, com isso, demonstrar respeitabilidade e capacidade na ajuda externa, criando problemas a Moscou, que aos poucos, também se tenta infiltrar na África. Dentro dessa política de infiltração, a China dá auxílio técnico, militar e financeiro a Tanzânia, Zâmbia, Sudão, Somália, Zaire e aos grupos guerrilheiros de Etiópia, Quênia, Rodésia, Angola e Moçambique. Na Tanzânia, os chineses constroem uma estrada de ferro no valor de 400 milhões de dólares. Além disso, Pequim possui considerável influência na esfera militar da Tanzânia, através de treinamento das Forças Armadas, de financiamentos a construção de fábricas de tecidos e ajuda técnica na agricultura e medicina. Ao Sudão, Somália e

coroamento da luta de classes pelo imperialismo e pelo capitalismo. [...] No que se refere à luta armada, nossa perspectiva se materializa pelo apoio e solidariedade internacionalistas, sobretudo para os povos que combater à mão armada o imperialismo: os heroicos povos da Indochina, particularmente o Vietnã, o Laos e o Camboja, os movimentos palestinos no Oriente Médio, os movimentos de libertação dos povos das colônias portuguesas na África são exemplos mais expressivos da luta internacionalista contra a exploração e a opressão imperialista.” In REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. (orgs) **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. pp. 430-2.

³⁹² PRIESTLAND, David. **A bandeira vermelha**: uma História do comunismo. Tradução Luís Reyes Gil. São Paulo: Leya, 2012. p. 528.

Zaire, a China Popular presta ajuda financeira e técnica e em Zâmbia, financia culturas de arroz, rodovias, fabricas de tecidos. Através de armas e ajuda financeira, finalmente, os homens de Mao encorajam os movimentos de libertação da Etiópia, Quênia, Moçambique, Angola, África do Sul e Rodésia. Apesar dessa ofensiva, os russos continuam sendo os principais sustentáculos dos movimentos armados na África.³⁹³

Notícias como a citação anterior eram uma constante em *Comunismo Internacional*, demonstrando que a possibilidade de que o continente africano fosse dominado por uma das potências comunistas representava também um perigo para o Brasil. Outro ponto importante da documentação, é a recorrência de referência a edições anteriores. Nesta matéria sobre a disputa sino-soviética, existe uma nota de rodapé quando é tratado da estrada de ferro na Tanzânia construída pelos chineses. A nota indica para a edição do mês anterior, Janeiro de 1972, citando inclusive a página. A matéria a qual fazia referência era intitulada “TANZÂNIA - China instala estação de radar e base de foguetes no interior da Tanzânia”. O texto afirmava que:

A revista alemã 'Quick' revelou, em seu último número, que a China possui uma potente estação de radar montada nas selvas da Tanzânia, para detectar foguetes inimigos, e breve estará em condições de contar com mísseis capazes de alcançar Washington e Moscou. Segundo os repórteres da 'Quick', o material necessário a estação é desembarcado no porto de Dar Es Salaam à noite, e os comboios circulam com suas luzes apagadas. Cerca de 14 mil chineses trabalham, atualmente, na Tanzânia. Parte dos comboios atravessa o parque natural de Mikmi, nas proximidades de Liberege, onde os chineses constroem uma ferrovia de 1.800 Km, que unira, no futuro. Dar Es Salaam às minas de cobre da Zâmbia. Oresto desaparece nas selvas, onde se encontra a estação de radar.³⁹⁴

A revista criava, dessa forma, uma ampla rede de citações, reafirmando conceitos ou demonstrando a importância, segundo sua própria lógica, de determinados assuntos. Um assunto poderia virar uma recorrência na publicação – como a suposta tática de dominação do continente africano –, e o leitor seria direcionado a buscar um tema que foi tratado em edições anteriores. Em certa medida, tal recurso levaria o leitor a reler uma matéria que poderia não ter sido lida com a devida atenção ou ainda reatualizar um assunto caído no esquecimento. Ao mesmo tempo, essa notícia “antiga”, trazida em nota de rodapé, serviria para reafirmar ao leitor a importância da notícia “atual”, a qual estava sendo tratada naquele momento. A mesma serviria futuramente a outra notícia e assim, criava-se um grande ciclo de citações. O leitor, ao deparar-se com uma indicação de uma edição anterior na nota de rodapé, poderia, ao buscar

³⁹³ *Comunismo Internacional*. Fevereiro de 1972. p. 4.7.

³⁹⁴ *Comunismo Internacional*. Janeiro de 1972. p. 4.9.

essa matéria, encontrar outra nota de rodapé, levando a outra matéria, em outra edição. Criava-se um “campo verdadeiro”³⁹⁵ e as matérias publicadas ganhavam veracidade.

Obviamente que o interesse soviético pelo continente africano era superdimensionado não somente pelos olhos do SNI, mas por boa parte dos órgãos de inteligência no ocidente. Mesmo com a criação da Universidade dos Povos Patrice Lumumba³⁹⁶ em Moscou, a União Soviética estava mais interessada em reconhecimento internacional a seu status de superpotência ao realizar programas de auxílio econômico e assistência técnica a alguns países africanos.³⁹⁷ Paulo Visentini afirma que o apoio por parte do campo socialista aos países africanos foi insuficiente, contribuindo assim para a manutenção de uma posição subordinada na divisão internacional. A principal contribuição soviética para os africanos foi o fornecimento de armas, mas isso não caracterizou um plano articulado de dominação na região. Mesmo apoiando algumas forças anti-imperialistas não se opôs diretamente ao *status quo* local, reconhecendo assim, o domínio francês na região em troca do apoio de Paris na política europeia.³⁹⁸ Já os chineses concederam apoio a movimentos de libertação nacional e, principalmente, quando do aumento da rivalidade com os soviéticos, procuraram se aliar a líderes, mesmo que conservadores, antissoviéticos. O fato citado na edição de Fevereiro de 1972, referente à construção de uma ferrovia entre a Tanzânia e a Zâmbia, foi importante para conceder ao último uma saída para o mar, livrando-se da dependência de países racistas.³⁹⁹

³⁹⁵ Michel Foucault abordou a noção de “verdadeiro” em A Ordem do Discurso. Para Foucault, um determinado assunto poderia não ser a “verdade”, não ser correto, mas estar no “verdadeiro” ou o contrário. “Mendel dizia a verdade, mas não estava 'no verdadeiro' do discurso biológico de sua época: não era segundo tais regras que se constituíam objetos e conceitos biológicos; foi preciso toda uma mudança de escala, o desdobramento de todo um novo plano de objetos na biologia para que Mendel entrasse 'verdadeiro' e suas proposições aparecessem então, (em boa parte) exatas. Mendel era um monstro verdadeiro, o que fazia com que a ciência não pudesse falar nele; enquanto Schleiden, por exemplo, uns trinta anos antes, negando, em pleno século XIX, a sexualidade vegetal, mas conforme as regras do discurso biológico, não formulava senão um erro disciplinado. É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma 'polícia' discursiva que devemos reativar a cada um de nossos discursos.” FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5.ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 35.

³⁹⁶ Patrice Lumumba foi um importante líder da República Democrática do Congo, antigo Congo Belga, que em 1958 fundou o Movimento Nacional Congolês (MNC), partido com uma forte base nacional e assumiu o cargo de primeiro-ministro em 1960, após a independência do país. Foi assassinado em 17 de janeiro de 1961. MAZRUI, Ali A. (Editor) WONDJI, Cristophe (Editor Assistente). **História geral da África**. Vol. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1068.

³⁹⁷ VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira e PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 124.

³⁹⁸ Ibidem. p. 125.

³⁹⁹ Ibidem. p. 126.

Os autores Iba Der Thiam e James Mulira afirmam que essa colaboração dos países socialistas para com o continente africano remonta aos anos seguintes à Revolução Russa de 1917, lembrando os ideais de Lenin de prometer ajuda a todos os povos colonizados. Para os autores, URSS e China prestaram ajuda de diferentes maneiras, antes e após o período de independência que marcou a segunda metade do século XX. Este interesse estaria assim, vinculado a dois interesses: um ideológico, de apoiar países que seguissem o marxismo-leninismo e outro já de caráter estratégico, acelerar o processo de revolução colonial, o qual estaria integrado à revolução mundial. Segundo Thiam e Mulira, existem quatro períodos, 1917-1945, 1945-1965, 1960-1975 e o último a partir da guerra do Vietnã. O primeiro seria de influência indireta, apoiando-se mais na atuação de partidos comunistas europeus na região. O segundo, de 1945-1965, marca um apoio mais direto na região, estando ligados direta ou indiretamente a independência das antigas colônias. O período de 1960-1975, marcaria uma opção mais diplomática por parte da URSS e um refluxo da ação soviética no continente africano.⁴⁰⁰ Aos olhos dos agentes do SNI, o interesse soviético e chinês não seriam meramente diplomático. A movimentação comunista no continente africano preocupava o órgão brasileiro, o qual, em certa medida, procurava também associar esse fato à ação soviética ou chinesa. Sobre a questão em Moçambique, *Comunismo Internacional* noticiava no item “Moçambique - FRELIMO - Conflito Sino-Soviético Leva a cisão à liderança guerrilheira - extratos do relatório do comando militar português sobre a FRELIMO” que:

O Comando Militar Português divulgou um relatório, afirmando que a 'Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO' está dividida por sérias rivalidades entre facções que seguem as linhas comunistas da União Soviética e da China. Segundo o relatório, os grupos da 'FRELIMO' recebem treinamento e suprimento dos chineses, além de grandes quantidades de armas pequenas, e da União Soviética, armamentos mais modernos, como o lança-foguetes de 112 milímetros. Mas 'apesar dessa significativa ajuda, a rivalidade existente entre a URSS e a China, e o antagonismo entre as culturas e mentalidades dos africanos' levaram a divisões intelectuais dentro da 'FRELIMO' e, conseqüentemente, a uma queda significativa de apoio a organização por parte da população africana. As estatísticas sobre o contingente português em Moçambique variam de 50 a 60 mil homens, enquanto os membros da 'FRELIMO' são cerca de oito mil guerrilheiros. A 'FRELIMO' foi fundada em Junho de 62, da fusão de dois movimentos nacionalistas de Moçambique - 'Udenamo' e 'Manu' - ambos desorganizados, cujas atividades resumiam-se a ataques de mão.⁴⁰¹

⁴⁰⁰ THIAM, Iba Der e MULIRA, James. A África e os países socialistas. In MAZRUI, Ali A. (Editor) WONDJI, Christophe (Editor Assistente). **História geral da África**. Vol. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010. pp. 965-6.

⁴⁰¹ **Comunismo Internacional**. Janeiro de 1973. p. 4.7.

A “invasão” ou a “dominação” comunista poderia ainda ocorrer com o apoio das duas potências comunistas, China e URSS. Em outubro de 1971, uma notícia publicada em *Comunismo Internacional* demonstrava essa questão:

Republica do Mali - Três anos após rejeitarem o 'caminho socialista' do antigo governo, os militares no poder dividem-se quanto ao regresso a esfera de influência soviética ou chinesa.

Da revista 'Jeune Afrique', nº 562, de 12 Out 71:

As últimas férias na União Soviética do Tenente Moussa Traore, Chefe de Estado do Mali, no início de Set 71 e a recente visita oficial a Moscou de Diallo Seydou, Presidente do Sindicato Governamental, anunciam uma nova fase das relações entre Moscou e Bamako. Entre os dois países, é verdade, não houve rutura de relações, oficialmente, mas constatou-se, no dia seguinte a queda do Presidente Modibo Keita, em 19 Nov 68, um certo esfriamento nas relações entre as duas capitais. Falou-se então, em Bamako, em uma virada em direção ao Oeste, orientada para a França. Certas decisões de ordem econômica, tomadas pelo novo regime para preparar o retomo a zona do franco, permitiram dar validade, em certa medida esta interpretação: liberação do comércio exterior, abrandamento do regime das empresas estatais, etc. Os militares no poder pareciam rejeitar o 'caminho socialista' do antigo Presidente, inspirado pelos conselheiros soviéticos responsáveis, a seus olhos, pelo marasmo econômico. Beneficiavam—se, nesse ponto, do apoio dos camponeses, descontentes com a tentativa, conduzida por Modibo Keita, de reagrupamento em cooperativas. Nos dois anos que se seguiram a tomada do poder pelo Exército, o grande complexo olímpico de Bamako — estádio, piscina e teatro — iniciado com a ajuda soviética, em vista dos jogos Pan-Africanos de 1968, foi deixado inacabado. O empréstimo de vários milhões de francos malis, concedido pela União Soviética a 'Sociedade Nacional de Pesquisas Minerais de Mali - SONAREM', foi desviado de sua destinação inicial. A escola de militantes do partido, construída pelos soviéticos, foi transformada em Escola Normal, e os americanos realizam hoje a construção de um anexo. (...) Mali está agora retornando ao seu caminho anterior: a única questão reside em saber se escolheria a União Soviética ou a China.⁴⁰²

Uma guinada à esquerda em movimentos de libertação nacional foi recorrente nas lutas anticoloniais. Nas colônias portuguesas, o marxismo ganhou destaque dentro do movimento guerrilheiro. A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) foram movimentos influenciados pelo marxismo, mesmo que tenham adotado técnicas e discursos distintos. O MPLA, ao adotar as guerrilhas em algumas partes do leste de Angola, julgou e executou opositores, inclusive mulheres acusadas de bruxaria.⁴⁰³ Muitos desses movimentos de libertação nacional que adotaram um discurso e uma prática marxista, encontraram resistência por parte de camponeses. Assim como na China nos anos trinta e quarenta, muitos daqueles que estavam fora das cidades em nada se identificavam

⁴⁰² *Comunismo Internacional*. Janeiro de 1971. p. 4.5.

⁴⁰³ PRIESTLAND, David. Op. Cit. 2012. p. 549.

com as promessas de liberdade e igualdade, bem como de modernização prometida pelos comunistas. Para esses, seguir e adotar o comunismo estava mais ligado a ausência de possibilidades e o temor da violência. Por outro lado, comunistas foram importantes nas lutas contra regimes racistas na África, como no *apartheid* na África do Sul. O Congresso Nacional Africano (CNA), liderado por Oliver Tambo e Nelson Mandela, ganhou mais apoio dos soviéticos do que o Partido Comunista sul-africano, visto por Moscou como independente e branco demais.⁴⁰⁴ Além de Angola e Moçambique, outros países se autodeclararam marxista-leninistas. David Priestland afirma que em 1980 existiam sete países: Angola, Benin, Congo-Brazzaville, Etiópia, Madagascar, Moçambique e Somália. Outros nove estariam próximos ao socialismo: Argélia, Cabo Verde, Guiné, Guiné-Bissau, Líbia, São Tomé e Príncipe, Ilhas Seychelles, Tanzânia e Zâmbia. Angola, Moçambique e Guiné-Bissau chegaram ao poder através de guerrilhas anticoloniais. Os outros governos marxistas eram militares, exceto a Etiópia. Seguindo algumas práticas do discurso marxista, desviavam recursos do campo para a cidade, privilegiando a população urbana.⁴⁰⁵ O caso etíope foi marcado por extrema violência e por crises econômicas que desencadearam uma grande crise alimentar. Com a queda do reinado de Haile Selassie em 1974, motivada pela fome, o Derg (Comitê), um grupo de oficiais de baixa patente, tomou o poder. Liderado pelo major Mengistu Haile Mariam, o Derg buscou um “socialismo etíope”, mas acabou se aproximando mais de uma tendência marxista-leninista, atraindo a atenção de alunos universitários marxistas, principalmente após a reforma agrária. A aproximação com grupos marxistas levou a uma profunda crise política, pois o Derg acabou por aliar-se ao Movimento Socialista de Toda a Etiópia (Meison) e colocar na clandestinidade o maoísta Partido Revolucionário do Povo Etíope (EPRP). Após a vitória sobre os opositores, com o auxílio militar soviético e cubano, Mengistu procurou transformar a economia com metas para a indústria e agricultura. Este ato acabou por gerar uma resistência dos camponeses e uma erosão do solo. Em 1984, a fome devastou a Etiópia, levando a comunidade internacional a pressionar o governo de Mengistu, acusado de negligência, e a arrecadar fundos através de shows musicais, como o “Live Aid”. Priestland afirma ainda que Mengistu foi um dos mais fiéis seguidores de Stálin, levando o mundo a assistir uma onda de violência em nome de um marxismo já distante de ideais de liberdade e igualdade.⁴⁰⁶

⁴⁰⁴ PRIESTLAND, David. Op. Cit. 2012. p. 551.

⁴⁰⁵ Ibidem. p. 557.

⁴⁰⁶ Ibidem. pp.559-564.

O interesse pela África gerou questionamentos dentro do próprio bloco comunista. Em um artigo do Boletim da Agência de Notícias da RDA de 17 de setembro de 1971 e publicado em *Comunismo Internacional* em outubro do mesmo ano, existe uma crítica a participação chinesa na África. Na matéria “os verdadeiros amigos do povo não estão em Pequim”.

Em recente artigo dedicado à política dos dirigentes chineses na Ásia e na África, o 'Neues Deutschland', órgão do Partido Socialista Unificado (comunista), diz que os povos daqueles continentes podem comprovar, com a evidência dos fatos, que os seus verdadeiros amigos não se encontram em Pequim. Opondo-se ao obscuro apelo de uma 'diplomacia de sorrisos' ambígua e hipócrita, a URSS irradia a verdadeira ajuda, que presta aos jovens Estados da Ásia e da África, e sua solidariedade com os movimentos de libertação nacional. 'Testemunho convincente disso são mais de 2.500 projetos industriais, entre os quais construções gigantescas, como a represa de Assuã, no Egito, ou o complexo siderúrgico de Bhilai, na Índia. Referindo-se ao apoio militar, econômico e técnico oferecido por Pequim, escreve o jornal: 'Os fatos demonstram o contrário do que pregam (os chineses). Oitenta por cento do comércio exterior da República Popular da China são realizados com Estados imperialistas. Contrariamente ao que diz, Pequim desenvolve ativo comércio com os regimes racistas e colonialistas da África do Sul, da Rodésia e de Portugal'. Não é por acaso que os enclaves coloniais de Hong Kong e Macau constituem posições-chaves nas transações comerciais, 'Aqui se efetua, acima de tudo, um lucrativo comércio de ouro e de estupefacientes com os Estados imperialistas.'⁴⁰⁷

Outro ponto interessante a ser abordado, é a existência de ampla variedade de fontes para os textos publicados em *Comunismo Internacional*. Além daqueles de própria autoria dos agentes e de jornais brasileiros, existem muitos textos estrangeiros provenientes de outros jornais ou de agências de notícias, indicando assim que a Agência Central tinha acesso a uma grande quantidade de informações, muitas das quais indisponíveis para a própria imprensa nacional, seja pela proibição da censura, seja pela dificuldade de obtê-las. No jogo de palavras, persiste exatamente a tentativa constante de caracterizar os comunistas como inferiores ou perigosos.

Além das disputas políticas e alianças realizadas com países comunistas, os discursos sobre Ásia e África também abarcavam questões de comportamento e práticas sexuais. Se no imaginário ocidental tais regiões eram motivo de desconhecimento ou de preconceito, no campo político a ideia que eram povoadas por indivíduos desprovidos de uma moral sexual poderia referendar a noção do comunismo como algo moralmente deplorável. Na edição de Setembro de 1970, em uma referência sobre o Camboja, *Comunismo Internacional* traz uma “nova” forma de guerra. Não a psicológica, mas a “psico-erótica”:

O Vietcong utiliza, na guerra do Camboja, uma arma surpreendente e diante da qual

⁴⁰⁷ *Comunismo Internacional*. Outubro de 1971. p. 5.2.

é difícil que o adversário não sucumba: belas guerreiras jovens completamente nuas, segundo revela o jornal de língua francesa ‘Le Courrier Pnon-Penhhois’, que qualifica a nova estratégia de ‘operação militar psico-erótica’. E comenta: ‘Essas estranhas guerreiras levam um fuzil, apenas um fuzil; sua missão é distrair os soldados cambojanos.’ Um desses ‘destacamentos femininos’ foi visto, pela primeira vez, há duas semanas, segundo parece, no campo de batalha de Preak Tameak. O jornal de Pnon Penh, que parece estar muito bem informado, diz que o aspecto físico das mulheres é ‘irrepreensível’ e que é evidente que foram selecionadas, ‘tal a beleza de suas formas’, para homem nenhum botar defeito. Apesar de tudo, admite o jornal que nenhum soldado governamental abandonou, em nenhum momento, o seu posto de combate, e ‘nenhum se equivocou, ainda, quanto ao inimigo.’⁴⁰⁸

Diferentemente disso, a disciplina e a rigidez marcaram o comunismo e as teorias marxistas nessa região. Como nos lembra David Priestland, a participação ativa contou com a presença de professores recrutando jovens camponeses e pobres. Além dos métodos maoístas de estudo e autocrítica, existiam pesadas sessões de trabalho manual, almejando um grupo unido. Nesse mesmo contexto, o Khemer Vermelho buscou erradicar o budismo, além de impor um igualitarismo e a obrigatoriedade do uso de “pijamas” pretos aos camponeses.⁴⁰⁹ Por mais que tais fatos também fossem de interesse dos detratores do comunismo e do marxismo praticados no Oriente, questões de apelo sexual ou moral eram garantias de um ataque mais preciso aos “vermelhos”, agora trajando “pijamas pretos”.

4.3. Europa Ocidental e Oriental

A preocupação dos agentes de informação com a Europa Ocidental eram, por certo, diferentes das que diziam respeito à Europa Oriental. A difusão do comunismo e do marxismo na Europa Oriental, além de ser uma certeza e um fato consumado para esses agentes, seria abordada de forma distinta em *Comunismo Internacional*, noticiando muito mais as práticas dos governos comunistas e de como o essas teorias suprimiam dia após dia as liberdades individuais nesses países, dominando inclusive o clero local. Na matéria “HUNGRIA - Bispos húngaros tomam público seu agradecimento ao ‘heroico povo soviético’ – A Igreja e a sociedade Socialista”, a publicação relata exatamente essa grande vinculação do clero húngaro com os ideais marxistas. Segundo *Comunismo Internacional*,

Desde 17 de Fevereiro de 1970, os dois ‘Movimentos para a Paz’, o Opus Pacis (Movimento criado pelos bispos em 1957) e o OBKB (Comissão Católica de Conselho da Paz) haviam decidido, de comum acordo, enfocar sua ação, durante o 1º semestre de 1970, sob o signo do 25º aniversário da libertação da Hungria. Durante

⁴⁰⁸ *Comunismo Internacional*. Setembro de 1970. p. 7.1.

⁴⁰⁹ PRIESTLAND, David. Op. Cit. 2012. p. 570.

sua reunião, o diretor administrativo do OPUS PACIS, o padre Bela Mag - que, há muito tempo se sabe, simpatiza com o regime (ele foi um ‘sacerdote para a paz’ notório) - afirmava que, desde o ponto de vista religioso, tudo o que a Igreja possui, o deve a libertação de 1945 e nesse sentido a Igreja pode participar, atualmente, na sociedade socialista sem necessidade de defender seus privilégios.⁴¹⁰

O ataque à Igreja e à ação de padres e bispos, como veremos no próximo capítulo, não era gratuita, tampouco isenta de motivação. A preocupação com o chamado “clero progressista” preocupava sobremaneira os militares no início dos anos setenta. A aliança desse clero com o comunismo ou sua proximidade com teorias marxistas, mesmo que através de um discurso social mais próximo da igualdade, era o motivo para o alerta na comunidade de informações. Talvez a crença de que o discurso religioso teria talvez, um impacto mais profundo na sociedade do que aquele almejado pela guerrilha. Um discurso em prol da igualdade proferido por um bispo teria mais penetração social do que panfletos pregando a libertação dos povos com uma linguagem marcadamente marxista. No mesmo documento, outra matéria abordado ainda o caso húngaro diz o seguinte:

A Conferência Episcopal, associando-se ao 25º aniversário de libertação adotou, por unanimidade, a seguinte declaração:

‘Em tudo que se passou, nós vemos a mão da Providência, já que somos cristãos e lhe estamos agradecidos. Entretanto, ao mesmo tempo, também estamos agradecidos a aqueles que desempenharam o papel de instrumento heroico da Providência, isto é, ao heroico povo soviético, que não retrocedeu ante nenhum sacrifício por nós...’

‘... Que nossos agradecimentos cheguem a sensata democracia do socialismo a quem devemos, poder louvar a Deus livremente, em nossa pátria, junto com todos nossos irmãos crentes, e a quem devemos também, poder exercer livremente nossa religião...’⁴¹¹

Merece destaque, nesse sentido, a observação feita pelo agente de informação ao comentar que: “os bispos e padres-deputados húngaros ‘se esqueceram’ de mencionar que: ‘a libertação’ da Hungria, foi ‘completada’ em 1956, quando as tropas soviéticas esmagaram a revolta popular nacionalista, matando friamente alguns milhares de corajosos cidadãos húngaros.”⁴¹² A utilização de aspas nas palavras “libertação” e “completada” não era, por sua vez, inocente, buscando demonstrar, segundo a ótica do agente, que, na verdade, não houvera a tão sonhada liberdade e que sua completude custou a vida de, agora sem aspas, corajosos

⁴¹⁰ **Comunismo Internacional**. Setembro de 1970. p. 4.2.

⁴¹¹ Ibidem.

⁴¹² Ibidem.

cidadãos. De certa forma, tais notícias contribuíam – não de forma isolada, mas em seu conjunto – para referendar o ideal de um clero comprometido com a “subversão”. Se isso acontecia na Hungria, poderia também acontecer em outros lugares.

Uma rápida observação do índice de umas das edições de *Comunismo Internacional* nos proporciona a dimensão das preocupações dos agentes de informações da Agência Central do SNI. A sequência de tais conteúdos em uma mesma publicação demonstram a variedade de assuntos que eram vistos como potencialmente perigosos, ou que poderiam ser úteis no plano de ataque ao comunismo.

- a. ALBÂNIA – ‘Zer I Populit’ analisa situação na América Latina – ‘Região converteu-se em foco de explosões revolucionárias’ – ‘Luta antiimperialista manifesta-se particularmente na Argentina, Uruguai, Colômbia e Venezuela.
- b. ALEMANHA ORIENTAL - Pankow Vvnde Potzdammer Platz à RFA - Disposição de trocar territórios Ocidentais encravados no lado comunista.
- c. BULGÁRIA - Autoridades inquietam-se com crescente extensão de movimentos trotskistas e anarquistas.
- d. HUNGRIA - Dirigentes húngaros acreditam que Tito faz mais pela divulgação do comunismo do que Moscou ou Pequim.
- e. IUGOSLÁVIA
 - 1) Belgrado não aceita domínio das grandes potências nos assuntos mundiais. Chanceler: ‘Segurança da Iugoslávia não está garantida nem por alianças políticas, nem por pactos militares’ – ‘Coexistência deve ser exercida entre todos os Estados, sem considerar sua importância.’
 - 2) ‘Tanjug’ admite fim do terrorismo na América Latina, com exceção no Uruguai e na Argentina – ‘Guerrilha urbana surgiu do fracasso da guerrilha rural. Guevara não obteve apoio popular.’
 - 3) ‘Conselho Federal dos Comunistas Croatas no Exterior’ exorta ‘Exército Guerrilheiro Socialista Croata’ a fustigar postos militares e policiais - Governo anuncia liquidação de grupo guerrilheiro ‘Ustashi’ que procurava ‘provocar distúrbios e rebelião no país’ - Continuação da atividade guerrilheira.
- f. POLÔNIA
 - 1) Inaugurada fábrica de ‘Coca-Cola’ em Varsóvia - Ampla cobertura jornalística do evento.
 - 2) Perspectiva de intensa atividade comercial e industrial com a Iugoslávia surge após visita de Tito.
- g. ROMÊNIA - Ceausescu pede ‘novos regulamentos’ para solucionar divergências entre Estados socialistas - Marxismo-Leninismo é ‘princípio demasiadamente vago’ - Elogio às relações amistosas com os EEUU e ao surgimento da China como potência mundial - Raízes econômicas do desentendimento com a URSS.
- h. TCHECOSLOVÁQUIA - Novos processos em Praga - Condenação de intelectuais e religiosos no ‘Verão Dos Processos’ - Acusados têm penas maiores que as pedidas pela promotoria.⁴¹³

Matérias com abordagens distintas, como por exemplo a inauguração de uma fábrica da Coca-Cola, símbolo do capitalismo, contando ainda com a afirmação de um jornal de camponeses de que “no dia da festa, bares e restaurantes estarão abastecidos com o refrigerante. A Coca-Cola produzirá 50 milhões de garrafas por ano na Polônia.” A Polônia – país do

⁴¹³ *Comunismo Internacional*. Julho de 1972. p. 5. (Sumário).

COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua), do qual participavam também União Soviética, Alemanha Oriental, Romênia, Hungria e Bulgária – estaria, por outro lado, buscando acordos com outros países socialistas, como a Iugoslávia de Tito, expulsa do COMINFORM (Communist Information Bureau) em 1948. *Comunismo Internacional* nos informa que,

[...] seguindo as pegadas da recepção tributada a Tito por Moscou, o semanário polonês ‘Literatura’ publicou, em 30 Junho de 1972, uma das mais calorosas referências ao presidente iugoslavo e aos dirigentes de Belgrado até hoje feitas pelo bloco comunista, elogiando a ‘sua coragem de pensar, audácia de experimentação e criatividade’ no desenvolvimento da Iugoslávia.⁴¹⁴

A reaproximação de Tito com Moscou figurou nas páginas de outras edições de *Comunismo Internacional*, demonstrando certa preocupação com tal ato. Uma única matéria de maio de 1972 sobre a visita de Tito a Moscou, contava com três notas de rodapé indicando a leitura de outros exemplares da publicação, nas edições de Março de 1972 e Setembro de 1971 e ainda lembrando que Tito havia sido condecorado com a “Ordem de Lenine”, segundo a publicação a máxima condecoração soviética por sua luta contra o fascismo e a colaboração entre os povos. Tito já recebera anteriormente a “Ordem da Vitória” e a “Ordem Suvorov”. As ameaças do passado patrocinadas por Stálin, quando, por exemplo, embaixadores iugoslavos foram advertidos através de uma carta que “a carreira política de Trotsky é suficientemente ilustrativa”, ainda deixavam o general iugoslavo receoso das ações de Moscou.

Os países do leste europeu, excetuando a União Soviética, não demonstravam, pela ótica da Agência Central, grande perigo do ponto de vista estratégico ou político para o Brasil. A ameaça que esses países representavam concentrava-se no campo das ideias ou do apoio concedido a brasileiros exilados. A Rádio Tirana, na Albânia, possuía um programação em 16 línguas e de uma hora para o Brasil. Segundo Bernardo Joffily,

[...] Normalmente éramos quatro brasileiros, dois casais de jornalistas, jornalistas nem sempre com diploma, mas com função jornalística. [...] Teve várias gerações, começou antes de mim, acho que em 68, parece, foi a primeira transmissão em português, e foi até 1990. Então foram várias, deve ter tido umas duas dúzias de casais aí do PCdoB que foram lá. Eu e a minha mulher, Olívia Rangel, trabalhamos lá de 74 até 79. [...] Então, uma parte [da programação brasileira da Rádio Tirana] falava da Albânia, uma parte eram notícias internacionais, um noticiário variado e tal, e uma parte eram notícias e comentários sobre o Brasil, que eram escritos por nós lá na Rádio Tirana, e nós traduzíamos também, nós locutávamos, o conteúdo do jornal A Classe

⁴¹⁴ *Comunismo Internacional*. Julho de 1972. p. 5.2.

Operária.⁴¹⁵

Encontramos referências à Rádio Tirana e de outras rádios de países comunistas, como a Rádio Havana e a Rádio Pequim, utilizadas por partidos brasileiros para denunciar casos de violência e tortura, além de propagandear ideias marxistas. Segundo o acompanhamento dos agentes que, provavelmente, repassavam relatórios para diversos setores da *comunidade de informações*, encontramos a seguinte nota sobre a Rádio Tirana, na seção Campanha contra o Brasil no exterior:

a) 12 Agosto 70 - Em seu programa em português, das 20:50 horas, irradiou artigo publicado no jornal "A Classe Operária" sob o título 'Revolucionalizar o Partido'. O artigo tece comentários sobre documento do PC do B denominado 'Responder ao banditismo da ditadura com a intensificação das lutas do povo'.

(b) 17 Agosto 70 - Em seu programa em português das 20:30 horas, apresentou uma síntese do documento: 'União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista' segundo a emissora, aprovado na 6ª Conferência nacional do PCdoB.

[...] 18 Agosto 70 - Em seu programa em português das 20:50 horas, irradiou artigo do jornal "A Classe Operária", que teve como título a 'Derrota da ditadura'. O artigo versa sobre o sequestro do embaixador da Alemanha Ocidental. Do texto do artigo irradiado, destacam-se os seguintes trechos:

O sequestro do Embaixador da Alemanha Ocidental, representou, sem dúvida, uma contribuição na luta contra a ditadura militar e contra o governo imperialista ianque no Brasil. Essa ação revolucionária alcançou imensa repercussão política, não só no Brasil, como no estrangeiro, chamando ainda mais a atenção dos povos para a difícil situação em que se debate o País sob o 'guante' [sic] de um punhado de militares fascistas. A jovem Vera Magalhães, teve que ser carregada por policiais para o avião que a conduziu para Argel, pois encontrava-se parálitica, em virtude das torturas que sofreu.⁴¹⁶

Logo abaixo, um comentário do agente buscava demonstrar que a paralisia de Vera Magalhães não era decorrente das torturas, mas, pelo contrário, "[...] do que constou do programa da 'Rádio Tirana' talvez não seja de conhecimento geral que Vera Magalhães, foi ferida na espinha, quando reagiu, à bala, a prisão, tendo sofrido paralisia temporária, da qual já se recobrou, segundo informes procedentes de Argel."⁴¹⁷

Neste sentido, a publicação fazia uma referência a esses países do Leste Europeu, noticiava a ação dos comunistas, a qual seria censurada na imprensa escrita, e ainda buscava desconstruir esse discurso ao informar que Vera Magalhães fora ferida quando reagiu à bala a

⁴¹⁵ JOFFILY, Bernardo Apud MOURÃO, Mônica. Comunicação clandestina: redes de comunicação política durante a ditadura militar brasileira. In **VII Encontro Nacional de História da Mídia: Mídias alternativas e alternativas midiáticas**. 19 a 21 de agosto de 2009. Fortaleza-CE. p. 11.

⁴¹⁶ **Comunismo Internacional**. Agosto de 1970. p. 9.11.

⁴¹⁷ Ibidem.

sua prisão.⁴¹⁸

Quanto à Europa Oriental, veiculava-se a imagem de uma região dominada por comunistas, com diversas contradições, nas quais sobressaíam aos olhos dos agentes a falência e a ineficiência das teorias marxistas. No entender dos agentes, bem como dos anticomunistas de forma geral, o comunismo promovia a miséria e a exploração de sua população, além de ser moralmente inferior, patrocinando a promiscuidade e a liberação dos costumes. Falência econômica e moral uniam-se no discurso de combate às teorias que moviam os grupos de esquerda. Como se não bastasse, ainda buscavam estudantes no chamado “Terceiro Mundo”:

Empenhada em intensificar sua política de ajuda ao desenvolvimento também na AL a RDA vem oferecendo grande quantidade de bolsas de estudo a estudantes latino-americanos. Não se sabe o número, nem aproximado, de bolsas oferecidas a estudantes do ‘terceiro mundo’, pois o bloco comunista da tratamento confidencial a tal assunto.⁴¹⁹

Uma outra notícia sobre a política da República Democrática da Alemanha e sua tentativa de captar estudantes nas Américas, traz uma nota sobre a universidade “Carlos Marx”, em Leipzig.

Leipzig, 5/1/71 - ADN - Entre os êxitos da Universidade Carlos Marx, de Leipzig, figuram a conclusão de novos acordos de colaboração com institutos superiores de três continentes, assim como várias viagens de estudos a 36 países, efetuadas em 1970. Junto aos tratados de amizade com escolas superiores de vários países árabes, figuram outros acordos com Universidades do Chile e do México. Pontos principais destes acordos, são a ajuda que a Universidade de Leipzig prestará às Universidades com ela irmanadas, na preparação de quadros científicos. O principal sócio da colaboração internacional, em 1970, foi a União Soviética. Com os convênios concluídos no transcurso do ano passado, com o Instituto de Idiomas Moscovita ‘Maurice Thorez’ e a Universidade de Amizade entre os povos ‘Patrice Lumumba’, a Universidade Carlos Marx, a mais antiga da Leipzig, tem já estabelecido contatos, sobre a base de tratados, com dez escolas superiores e institutos acadêmicos da URSS. Em 1970, cientistas de Leipzig efetuaram mais de 151 viagens à URSS. Durante o mesmo ano, a Universidade Carlos Marx recebeu cerca de cem cientistas soviéticos. (Boletim

⁴¹⁸ Em entrevista na Câmara dos Deputados, Vera Magalhães informou que levou um tiro na cabeça e que foi brutalmente torturada: “Eles me torturaram na Sexta-Feira Santa. Foi a única pessoa torturada na Sexta-Feira Santa na PE. E eles me disseram: “Você vai ser torturada como homem, como Jesus Cristo”. E aí foi uma loucura o que eles fizeram. Porque eles estavam com ódio de mim. Não sei se porque eu era mulher, porque eu tinha... Sei lá, não sei. Não sei, acho que foi uma tortura inteiramente desmesurada, desproporcional à que os outros... muita gente não foi. A do Daniel foi barra pesada também. Mas para uma mulher, acho que exagerou, exageraram mesmo. Tanto é que eu nunca mais me recuperei fisicamente. Fiquei cheia de sequelas, cheia de problemas. Agora, também não morri, não é? Eu saí logo. Eu fui trocada pelo alemão. Eu caí em 6 de março e fui trocada em 15 de junho pelo embaixador alemão. Eu ainda estava na tortura, estava na cadeira de rodas.” Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historiaoral/Memoria%20Politica/Depoimentos/vera-silvia-magalhaes/texto>> Acesso em 28 de abril de 2014.

⁴¹⁹ **Comunismo Internacional**. Junho de 1970. p. 9.9.

Informativo da Agencia de Notícias da RDA, nº de 5 Jan 71)⁴²⁰

Algumas afirmações recorrentes na publicação como “não se sabe”, “tratamento confidencial”, serviam para justificar notícias que não poderiam ser comprovadas. Assuntos, mesmo que “segretos”, eram conhecidos pela *comunidade de informações*.

4.3.1. Europa Ocidental

Diferentemente do leste europeu, a Europa Ocidental era vista como um alvo potencial dos comunistas, que almejavam conquistar o restante do planeta e impor sua teoria a todos os povos. Por outro lado, essa região era ponto preferencial da grande maioria dos exilados brasileiros e de onde partiam muitas críticas ao governo ditatorial e às ações dos militares, como torturas e prisões arbitrárias. Diversos intelectuais europeus apoiaram campanhas contra a violência das ditaduras latino-americanas e isso não apenas incomodava os agentes de informações e de repressão, como gerava inconvenientes diplomáticos sérios ao governo brasileiro. As “Campanhas contra o Brasil no Exterior” eram monitoradas pelos serviços de informações, sendo vistas como parte de um ataque infundado contra a “democracia brasileira”, patrocinado por “elementos subversivos”, banidos do território nacional. Essas campanhas partiam principalmente de países europeus, que abrigavam boa parte dos exilados brasileiros. Não existem números exatos quanto ao número de brasileiros exilados, mas estima-se que aproximadamente 10 mil pessoas deixaram o país de forma compulsória, através do banimento a que foram submetidos, quando, por exemplo da troca de presos políticos por embaixadores, ou ainda de forma espontânea ao sentirem sua segurança ameaçada pela situação que o país vivia. O exílio deve ser visto como uma experiência plural e diversa, devido, principalmente, a forma como atingiu diferentes pessoas, bem como sua própria motivação. Ao analisar a questão do exílio, Denise Rollemberg⁴²¹ aponta a existência de duas gerações que partiram para a vida fora do país, um grupo de lideranças ativas em 1964 e outra, a geração de 1968. Segundo Rollemberg, a primeira seria herdeira de uma tradição política que almeja as reformas de base, que participava de campanhas eleitorais, com negociações políticas, greves, negociações, comícios, Reformas de Base, incluindo as lutas pela reforma agrária, principalmente com as *Ligas Camponesas*. Nesse cenário podemos identificar aqueles ligados tanto ao PCB e ao PTB.

⁴²⁰ **Comunismo Internacional**. Janeiro de 1970. p. 5.2.

⁴²¹ ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: Entre raízes e radares. Rio de Janeiro. Record, 1999.

Já a chamada “geração de 1968”⁴²² estaria identificada a grupos mais jovens que almejavam uma transformação política e social mais profunda, principalmente após a ruptura de diversos quadros com o PCB, acusado de reformista, e a formação de novas organizações políticas com um viés mais radical. Tais grupos esperavam uma ação revolucionária, a qual seria apoiada pelas massas ou conduzida por elas, ou ainda pelas vanguardas revolucionárias. As principais cidades dessa geração, segundo Rollemberg, foram Santiago e Paris. Segundo a autora,

Ainda que não se trate de trabalhar com as duas gerações de forma dicotômica e monolítica, é possível traçar diferenças e oposições que ajudam à compreensão do exílio. Por exemplo, a geração 1964 sentiu muito mais o golpe como uma derrota do que a geração 1968, que viveu este impacto com mais intensidade, anos depois em 1973, com o golpe no Chile. Para a geração 1964, a luta estava muito associada à defesa do passado anterior ao golpe, à preservação de uma tradição que merecia mudanças, nos limites de um projeto de reformas. A geração 1968, ao contrário, negava e desprezava a experiência pré-1964. A luta deveria ser travada em outro patamar, a partir de um marco zero, que julgava inaugurar. O ano 1968 anunciava esta esperança.⁴²³

Mesmo com uma distinção entre as “gerações”, os grupos não eram homogêneos. Aqueles que partiam para o exílio, o faziam por diferentes motivos e razões, bem como sua saída era realizada de diferentes maneiras.

Houve os atingidos pelo banimento; houve quem decidiu partir, às vezes até com documentação legal, por rejeitar o clima em que se vivia no país; houve quem, pessoalmente, não era alvo da polícia política, mas se exilou ao acompanhar o cônjuge ou os pais; houve os diretamente perseguidos, envolvidos, uns mais outros menos, no confronto com o regime militar; houve quem foi morar no exterior por outras razões que não políticas e, através do contato com exilados, integrou-se às campanhas de denúncia da ditadura e já não podiam voltar com tanta facilidade. Os casos são inúmeros. Neste universo tão diverso, são todos exilados. Cairíamos em um vazio inútil se pretendêssemos estabelecer quem era e quem não era, estrito senso, exilado.⁴²⁴

⁴²² Samantha Quadrat chama a atenção para a necessidade de problematizar o conceito de “geração de 1968”, a qual é vista muitas vezes como homogênea e, na grande maioria dos casos, como exclusivamente ligada às esquerdas. Segundo Quadrat, “é perceptível no olhar do senso comum para todas as gerações uma errônea homogeneização e uma ideia de juventude como um grupo sem nuances ou diferenças. Além desta questão, Bourdieu alerta que ‘falar dos jovens como se fossem uma unanimidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente.’ QUADRAT, Samantha. A oposição juvenil à unidade popular. In QUADRAT, Samantha e ROLLEMBERG, Denise. **A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 524.

⁴²³ ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit. 1999. p. 31.

⁴²⁴ Ibidem. p. 33.

Esse número considerável de exilados e de pessoas que poderiam realizar campanhas contra o Brasil na Europa eram alvo do monitoramento não apenas do SNI, mas de outros órgãos de informações da ditadura, como o Centro de Informações do Exterior (CIEEX).

Em *Comunismo Internacional*, as citações sobre a atuação de brasileiros no exterior não vinham de jornais brasileiros de grande circulação, como o Globo e Folha de São Paulo, constantemente citados, mas, pelo contrário provinham de relatórios internos. A divulgação da ação de brasileiros exilados estava sob censura na grande imprensa e essas informações chegavam a partir de relatórios de outras agências ou da imprensa internacional. Não se pode omitir que muitos governos também colaboraram com a ditadura brasileira fornecendo dados e acompanhando a ação desses brasileiros ou ainda dificultando sua permanência no país.⁴²⁵

Em um artigo publicado na revista *L'Express* na França em Agosto de 1971, ao noticiar a construção da sede do Partido Comunista Francês, Oscar Niemeyer afirmava que “sou mesmo um militante comunista” e que é “preciso saber deixar a prancheta e entrar na luta.”⁴²⁶ Ainda no mesmo artigo,

Velha vestimenta de pedra contra traje estalando de novo de vidro e de luz: o PC ganhou na mudança, ao instalar-se na Praça Coronel Fabien, no XIX ‘arrondissement’, no novo imóvel de sete andares construído pelo celebre arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer. ... Pequena concessão a hierarquia: os dirigentes pisarão em tapetes, enquanto que os demais membros do PC não terão direito a nada mais que um simples revestimento plástico.⁴²⁷

Com uma nota de rodapé após a parte que abordava os supostos tapetes vermelhos, o agente apenas questiona: “E a sociedade sem classes?”

O acompanhamento se dava de forma intensa e meticulosa. No cotidiano desses agentes, cabia monitorar não apenas os passos e discursos proferidos por brasileiros associados ao malfadado “Movimento Comunista Internacional”, mas também a ação de intelectuais e praticamente tudo que fizesse alguma referência ao Brasil.

⁴²⁵ O historiador brasileiro, Luiz Felipe de Alencastro, exilado em Paris durante a ditadura, afirmou em entrevista recentemente que: “durante o mandato de Georges Pompidou, entre 1969 e 1974, o governo francês, a pedido dos militares brasileiros, havia proibido a entrada de Miguel Arraes na França. Em certa ocasião, o delegado Sérgio Fleury, que torturou opositores ao regime militar no Brasil, realizou uma visita a Paris. ‘A Violeta [Arraes, irmã de Miguel Arraes] nem foi dormir em casa. Ficou com medo da presença do Fleury aqui.’” Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/03/140326_alencastro_daniela_ditadura_fl.shtml> Acesso em 01/05/2014.

⁴²⁶ **Comunismo Internacional**. Agosto de 1971. p. 6.2.

⁴²⁷ Ibidem. p. 6.2.

Realizou-se em fins de fevereiro de 1970, na localidade de Fresnes, subúrbio de Paris, a 'Semana da América Latina', abrangendo a exibição de filmes, exposições de pintura e arte em geral, conferências etc. Entre os conferencistas franceses, especialistas em 'aspectos políticos, econômicos e culturais da realidade latino-americana' foram citados o padre Michel de Certeau, Marcai Niedergang, Pierre Gilhodes, Kichel Leiris, Paul Estrade, Michel Gutelman e outros. Entre os filmes exibidos foram citados: 'Deus a o Diabo na Terra do Sol' de Glauber Rocha e os 'Fuzis' de Ruy Guerra. (PRG 5931/70).

*** O padre Michel de Certau foi um dos conferencistas da reunião havida a 15 de junho, em Paris, quando foi criada a 'Frente Brasileira de Informações.' (Ver CI-SI, Mai 70 – Fl 9.1)⁴²⁸

Muitos assuntos de *Comunismo Internacional* tinham como fonte jornais brasileiros, como O Globo, Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Jornal do Brasil. Porém, alguns assuntos de caráter mais sigiloso eram originários de outras agências de informações, tanto nacionais ou em colaboração com outras agências estrangeiras. Em algumas matérias, muitas vezes, percebe-se a sigla PRG, que indica o arquivamento do documento, com uma sequência de cinco números e o ano, facilitando assim o acesso no banco de dados. Conclui-se que essas informações de outras agências e órgãos de informações, eram utilizadas para a elaboração da publicação e logo em seguidas arquivadas no banco de dados de notícias sobre o comunismo, e também utilizadas por toda essa *comunidade de informações*.

A chamada "Campanha contra o Brasil no Exterior" era criticada e motivo de constante acompanhamento por parte dos agentes de informações. Na tentativa de tornar ilegítima essa ação, as organizações envolvidas eram sempre associadas ao comunismo internacional. Intelectuais estrangeiros, sozinhos ou em parceria com brasileiros, visavam apenas, segundo o discurso dos serviços de informação, apenas desestabilizar o país. Tal acompanhamento demonstra o quanto os olhos da ditadura civil-militar não se concentravam apenas para o país, mas também para o estrangeiro.

Revista 'Lettre' - Movimento Religioso - Miguel Arraes - Paulo Freire - Geraldo Vandr 

A revista francesa 'Lettre', editada em Paris, a rua de Babylone n 68, por "Tempo Present" publicou:

(1) N  138 - Fev 70 - Artigo denominado 'ajudar o Brasil' de Miguel Arraes, que nada mais   que o discurso por ele proferido a 15 Jan 70, no encontro de fundação da 'Frente Brasileira de Informações' e do 'Comitê Francês Europa-América Latina'. (Ver CI-SI Mai 70 Fl 7.1). Em seguida   transcrição do discurso, faz um sumário dos 'propósitos' dos organizadores do 'Encontro de solidariedade com o povo brasileiro' que foi o encontro acima referido.

(2) N  139 - Mar 70 - Artigo denominado 'A Arte Política Compra o Silêncio do Episcopado (Brasil)', em que critica o governo, dizendo que o término da Catedral de Brasília, foi uma maneira do governo 'comprar o Episcopado Brasileiro'. Além disso,

⁴²⁸ **Comunismo Internacional**. Junho de 1970. p. 9.9.

o artigo tece outras considerações entre as relações do Estado e da Igreja, no Brasil, todos concluindo por um ‘silêncio’ da Igreja face à posição de ‘força’ do governo.

(3) Nº 140 - Abr 70 - Artigos denominados ‘Uma Mensagem para a Libertação -Notas tomadas em conferência de Paulo Freire’ e ‘A Paixão Brasileira’. No primeiro, a revista publica artigo em que faz a apologia do ‘célebre’ método de alfabetização Paulo Freire. No segundo, diz se tratar ‘a paixão brasileira’ de uma nova versão da Paixão de Cristo, feita pelo poeta-cantor Geraldo Vandré, que representa a história de um homem, como muitos outros, que um dia se choca com a injustiça e as condições inumanas que torturam seu povo

(4) Ainda no número 140 - Abr 70 - a página 1, são declarados os objetivos e orientação da revista que são assim sintetizados:

- a ‘Lettre’ um dos modos de crítica da Igreja
- a ‘Lettre’ um dos modos de expressão do engajamento dos cristãos, nas lutas revolucionárias
- a ‘Lettre’ um dos modos de estudo e de expressão de uma nova forma de existência cristã mais humana.

(5) A revista ‘Lettre’ que se propõe a estudar e debater assuntos religiosos, tem uma orientação nitidamente comunista, servindo como mais um instrumento de penetração vermelha, no meio religioso.⁴²⁹

Esse exemplo da “campanha contra o Brasil no exterior” é significativo pelo fato do Serviço Nacional de Informações possuir inclusive o endereço da publicação que edita a revista “Lettre”, o que demonstra o aperfeiçoamento da espionagem por parte do governo brasileiro, bem como da constante preocupação com as ações do “inimigo”, que, na visão dos serviços de inteligência e informação, espalhava-se por diferentes setores e pretendia “dominar o mundo”. O “plano de infiltração comunista” consolidava-se também através da “penetração no meio religioso”, o que também preocupava a ditadura. Como veremos no próximo capítulo, uma das maiores preocupações do Serviço Nacional de Informações, além das guerrilhas – urbana e rural – em plena ação no início dos anos setenta, era também a ação do chamado “clero progressista.” Mesmo que uma parte significativa do alto clero mantivesse posições conservadoras, padres e bispos engajavam-se na oposição da ditadura.

Doutrina Revolucionária da Igreja - Associações Católicas de Esquerda na França - Ação Junto ao Meio Estudantil Latino Americano – ‘Communauté Catholique Latine-Américaine’ – ‘Federation de Groupes Temoignage Chrétien’ – ‘Frères du Monde’ – ‘Centre Catholique de Intéllectuels Françaises’ – ‘Federation Française des Etudiants Catholiques’ – ‘Maison Diocésaine des Etudiants’.

Atualmente, na França, estão proliferando as associações católicas do esquerda. Possuem sede própria, restaurantes, bibliotecas, discotecas e cine-clubes anexos, tudo visando a angariar a simpatia e a adesão dos estudantes e jovens, que frequentam os bairros que cercam as Universidades de Paris.

Entre elas, destaca-se ‘COMMUNAUTÉ CATHOLIQUE LATINO-AMERICAINE’, com sede à rua Grenelle, nº 42, Paris. É uma das mais ativas no meio estudantil latino-americano, fornecendo bolsas do estudo aos mais ativos, em condições de propagarem a doutrina revolucionária da Igreja. Os reais objetivos da ‘Commanuté’ são os de congregar estudantes, seminaristas, padres, e mesmo leigos, todos latino-americanos, engajados ou para engajá-los no dito movimento de renovação da Igreja Católica, com vistas a defender os princípios da esquerda, da ‘conscientização’ e ‘evangelização’ dos

⁴²⁹ **Comunismo Internacional**. Junho de 1970. p. 10.10.

povos da AL.

Outras Organizações:

-Centro Catholique de Intellectuels Françaises

-Federation Française des Etudiants Catholiques

-Maison Diocésaine des Etudiants

-Federation des Groupes Temoignage Chrétien

Esta Federação, implantada na maior parte dos Departamentos da França, estabelece diálogos com os partidos e movimentos de esquerda, inclusive os marxistas, e incita seus membros a aderir ao PSU - Partido Socialista Unificado - ou apoiá-lo. Este movimento é seguido por militantes cristãos e por padres.

[...]

Dispondo aparentemente de meios financeiros importantes, tal associação leva aos elementos progressistas do clero, uma ação direta e eficaz contra a hierarquia na Igreja.

‘Prères du Monde’ (revista) tem como correspondente, no Brasil, a livraria ‘DUAS CIDADES’, sita à rua Bento Freitas n° 158, S. Paulo. (PRG 17786/70).⁴³⁰

Sobre a Europa Ocidental, o país mais citado e com matérias mais extensas era a França, talvez pelos brasileiros que seguiram para lá ou ainda pelo grande número de intelectuais simpatizantes ou militantes da esquerda. Jean-Paul Sartre, figurou nas páginas de *Comunismo Internacional* como intelectual de esquerda a serviço do comunismo.

Jean Paul Sartre, Comunista da Linha Maoísta, Dirige Novo Jornal; ‘Liberation’ – Situar-se-á à esquerda do PCF, porque este ‘não pode ser considerado como partido de esquerda.’

O filósofo francês Jean Paul Sartre dirigirá um novo jornal francês, ‘Liberation’, que começará a circular no dia 5 de fevereiro de 73, e se situará ‘a esquerda do Partido Comunista Francês’.

Em entrevista concedida à imprensa, Sartre e os membros do comitê de direção do diário precisaram que este não será ‘ultra-esquerdista’, mas adotara uma linha à esquerda do PC, ‘que atualmente não pode ser considerado como Partido de esquerda.’

Percebe-se uma tentativa de, através da incessante repetição de assuntos, construir ou fortalecer a noção de um grande “perigo” que aumentava dia após dia, espalhava-se pela intelectualidade e pela igreja, contando com o apoio de diversos setores que, além de patrocinarem uma “subversão” dos costumes, destilavam ataques ao governo brasileiro. Partidos comunistas da Itália, Alemanha, Grã-Bretanha, França e a esquerda da Europa Ocidental estariam, dessa forma, empenhados em macular a imagem do governo civil-militar. Ganharam destaque em *Comunismo Internacional* as ações desses partidos, bem como sua articulação com entidades como a Anistia Internacional e Organização das Nações Unidas, na defesa dos direitos humanos. Tal ação era sempre vista como um plano comunista para

⁴³⁰ **Comunismo Internacional**. Janeiro de 1971. p. 6.1. A Livraria Duas Cidades foi fundada em 1954 pelo Frei Benevenuto de Santa Cruz. Servia para divulgar publicações católicas e importar livros de destaque no momento, além de servir de ponto de encontro para a intelectualidade. Folha de São Paulo, 29 de Abril de 2000. Caderno Ilustrada. Na livraria também trabalhou o frei Fernando de Brito, envolvido com a Ação Libertadora Nacional (ALN) e após sua prisão, agentes do DEOPS/SP

enfraquecer o mundo ocidental.

4.4. Os russos

A história da União Soviética confunde-se com a história do comunismo no século XX. Muitas diretrizes adotadas pelos partidos comunistas espalhados mundo afora espelhavam-se nas ações dos primeiros líderes de 1917 ou nas determinações dos Secretários do Partido Comunista Soviético e delas faziam uma tentativa de mudar o mundo. O sopro revolucionário de 1917 chegou um pouco mais tarde nas Américas e motivou centenas de milhares de seguidores. Porém, em meados dos anos setenta, o mundo soviético já não poderia mais ser visto como prioritariamente “revolucionário”. Sob o comando de Leonid Brejnev, no poder desde 1964, as décadas de setenta e oitenta, segundo David Priestland, foram desanimadores dentro do bloco soviético.⁴³¹ O período para os soviéticos não seria muito animador, com crises econômicas e derrotas diplomáticas. Mesmo com um avanço do Exército Vermelho e o aumento da corrida espacial, com grande disputa pela primazia com os Estados Unidos, a União Soviética enfrentava alguns reveses. Segundo Eric Hobsbawm,

As revoluções das décadas de 1970 levaram portanto ao que se chamou de ‘Segunda Guerra Fria’, travada, como de hábito, por procuração entre os dois lados, sobretudo na África e depois no Afeganistão, onde o próprio exército soviético se envolveu fora de suas fronteiras pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial. Contudo, não podemos discutir a afirmação de que a própria URSS achou que as novas revoluções lhe permitiam mudar o equilíbrio global ligeiramente a seu favor – ou, mais exatamente, contrabalancear, ao menos em parte, a grande perda diplomática sofrida na década de 1970 com os reveses na China e no Egito, cujos alinhamentos Washington conseguiu mudar. A URSS manteve-se fora das Américas, mas interveio em outras partes, sobretudo na África, em medida bem maior que antes e com algum sucesso.⁴³²

Com a posse de Brejnev, que adotou, assim com Stalin, a denominação de secretário-geral do partido, a expressão utilizada pelo seu antecessor, Nikita Krushev, para designar a URSS como o “Estado de Todo Povo” deixou de ser utilizado. Por outro lado, a elite política e dirigente tinha uma idade cada vez mais avançada. A média dos membros do Politburo era de 58 anos em 1966, subiu para 70 em 1981. Por outro lado, Brejnev era visto ainda como um líder de uma maior flexibilidade ideológica e com certo interesse por uma vida mais confortável,

⁴³¹ PRIESTLAND, David. Op. Cit. p. 489.

⁴³² HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

tornou possível também reformas econômicas.⁴³³ Mesmo assim, não podemos afirmar que a União Soviética não causava grande impacto para além de suas fronteiras. O peso e a força do comunismo soviético eram sentidos com grande força no mundo ocidental. Ao passo que crises internas afetavam o Kremlin, o mito soviético mantinha-se ainda forte no ocidente. E é exatamente esse mito e sua percepção para o Serviço Nacional de Informações que buscamos analisar aqui.⁴³⁴

Como abordado no segundo capítulo, uma das grandes preocupações dos agentes de informações durante a ditadura brasileira foi a atuação dos soviéticos. A imagem construída sobre a União Soviética no mundo ocidental estava baseada na ideia de um povo marcado pela frieza, por uma adoração à causa comunista e por uma conduta que visava apenas a disseminação do comunismo pelo mundo. A propaganda ocidental, o cinema, as artes, a literatura e histórias em quadrinhos contribuíam para referendar essa noção sobre os soviéticos, marcados praticamente por uma ausência de características positivas. De um lado agentes secretos a serviço da KGB e de outro um povo explorado, em condições de miséria extrema a reforçar, segundo diversos autores citados na publicação ou mesmo segundo os próprios agentes, a falência do comunismo. Porém, tal “falência”, na ótica dos agentes, não eliminava o grande perigo. A paranoia que se estabeleceu nesses órgãos de informação, ou pelo menos em boa parte deles, entendia que em breve os russos poderiam atacar o mundo ocidental e que armas utilizadas por eles eram de grande eficácia e poder. A guerra psicológica e a dominação das mentes estava na ordem do dia e todas as armas deveriam ser usadas para combatê-las. Tal noção estava presente não somente no discurso de agentes de informação, mas na fala de presidentes e nos atos institucionais. A Guerra Psicológica motivou a criação e a reformulação de leis, como a Lei de Segurança Nacional.⁴³⁵ Em todas as edições de *Comunismo*

⁴³³ PRIESTLAND, David. Op. Cit. pp. 412-502.

⁴³⁴ Interessantes análises sobre o desenvolvimento e o enfraquecimento da União Soviética podem ser encontradas em HOBBSAWM, Eric. Op. Cit. 1995., REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. **O século XX: o tempo das crises: revoluções, fascismo e guerras.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. JUDT, Tony. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945.** Tradução José Roberto O’Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

⁴³⁵ O Decreto-Lei nº 314 de 13 de Março de 1967 foi revogado pelo Decreto-Lei nº 898 de 1969, assinado durante a Junta Militar que substituiu o Marechal Costa e Silva. O decreto de 1969, também conhecido como Lei de Segurança Nacional inovou ao incorporar a pena de morte e a prisão perpétua, além de incluir crimes como assalto, roubo e depredação contra bancos como crimes contra a segurança nacional e puníveis com a pena máxima. Sobre a guerra psicológica, lê-se que: “A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contra-propaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.” Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0898.htm> Acesso em 01/05/2014.

Internacional pode-se perceber uma intensa crítica à União Soviética. Tal crítica podia ser visualizada no início da publicação nas frases de comunistas conhecidos, na seção chamada “Conheça o inimigo: o que ele faz e o que ele diz” muitas das frases são de líderes soviéticos ou de agentes do serviço secreto, como a de Dmitry Manuilsky, de uma suposta Escola Lenine de Guerra Política.

A guerra total entre o Comunismo e o Capitalismo é inevitável. Hoje é claro não estamos suficientemente fortes para atacar. Nossa oportunidade virá dentro de 20 a 30 anos. Para vencer precisamos o elemento surpresa. A burguesia deverá ser adormecida. Assim começaremos por lançar o mais espetacular movimento pró-paz da todos os tempos. Os países capitalistas estúpidos e decadentes, virão, alegremente, cooperar para sua própria destruição. Tão cedo suas defesas estejam desarmadas as esmagaremos de punhos cerrados.⁴³⁶

A campanha pró-paz, abordada no segundo capítulo, partiria de uma ação dos soviéticos e, segundo a publicação, seria datada de 1930. Porém, segundo Paul Boller Jr. e John George, a citação seria mais uma das fraudes que envolvem o comunismo. A suposta “Escola Lenine” também, segundo os autores, nunca existiu.

Manuilsky, outrora a cabeça da Terceira Internacional Comunista (Comintern), supostamente teria feito esta declaração, provavelmente em um momento de descuido, na Escola Lenin de Guerra Política em 1931. Mas embora tenha sido popular com adversários da coexistência pacífica com a Rússia desde a meados dos anos 1950, uma busca minuciosa nos arquivos relevantes na Biblioteca do Congresso não conseguiu localizar o comunicado. E nunca houve uma Escola Lenin de Guerra Política na Rússia.⁴³⁷

Essas informações utilizadas em *Comunismo Internacional* não foram criadas por seus agentes e já eram utilizadas por outros detratores dos comunistas, que se valiam de falsas informações para fortalecer o sentimento de medo em relação ao comunismo. Em meio à Guerra Fria, pela intensa repetição e circulação, tais assuntos acabavam por adquirir um status de verdade. Por outro lado, é pouco provável que esse agente buscasse a veracidade dessas informações quando tinha em mãos frases e textos que legitimavam exatamente aquilo que buscava demonstrar: o perigo do “inimigo”. A utilização de citações e textos de que se valiam esses agentes, almejava provar que os comunistas queriam dominar o mundo ocidental – ou que

⁴³⁶ **Comunismo Internacional**. Junho de 1970. p. 3.

⁴³⁷ BOLLER JR, Paul F., GEORGE, John. **They never said it**: a book of fake quotes, misquotes, and misleading attributions. New York: Oxford University Press, 1989. “Manuilsky, onetime head of the Third Communist International (Comintern), is supposed to have made this statement, presumably in an unguarded moment, at the Lenin School of Political Warfare in 1931. But though it has been popular with opponents of peaceful co-existence with Russia since the mid-1950s, a thorough search in the relevant files in the Library of Congress has failed to locate the statement. And there never has been a Lenin School of Political Warfare in Russia.” Tradução livre.

tal ação já estava em curso. Para isso valiam todas as armas, inclusive a mentira. Mesmo que não intencional, elas contribuíam para fortalecer um determinado discurso sobre o “inimigo”. Tal recurso não foi uma exclusividade desses agentes de informações sobre ações de soviéticos no que diz respeito a táticas de dominação mundial, mas, como sabemos, serviu também para prender suspeitos de “subversão”. Ao suspeito eram atribuídas, muitas vezes, ações, falas e crimes que nunca existiram. Em sessões de torturas, os interrogadores questionavam sobre determinadas pessoas ou fatos para que o suspeito assumisse uma culpa ao cair em uma suposta contradição. Para prender e torturar, todas as armas estavam à disposição dos agentes repressivos e de informações. Inclusive a mentira.

Ao analisar a visão construída por *Comunismo Internacional* sobre os soviéticos, seu comportamento é associado ao uso de drogas, promiscuidade, violência, além de serem ateus e frios. Tais características justificariam a ação de combate à “subversão”, seja a dos costumes ou da política. É exatamente nessa visão que se constrói sobre o outro, que podemos entender parte da imensa violência destinada contra acusados de subversão. Aqui e nos países da América Latina que vivenciaram uma ditadura, a violência contra opositores bebia, em partes, no discurso que tomou conta do mundo ocidental sobre o comunismo. Um discurso muitas vezes tomado pelo medo e pela paranoia. Tudo valia, inclusive acusar os soviéticos de terem o circo como arma ideológica.

Circo Soviético na América Latina - Arma Ideológica da URSS.

Mais de meio ano durou a apresentação do Circo Soviético em países da América do Sul, entre eles Argentina, Chile, Peru, Equador e Venezuela. Ao regressar à pátria, os artistas exaltaram o extraordinário acolhimento que tiveram nesses países. (Boletim semanal da APN, de 29 Nov 70).

A URSS utiliza como poderosas armas ideológicas, a imprensa, o rádio, a literatura, a pintura, a música, o cinema, o teatro, etc. (Ver CI-SI, Set 70, Fl 2.8)⁴³⁸

Valia inclusive afirmar que a sociedade russa estava dominada pelo vício do álcool:

A Inócua Luta Oficial Contra o Alcoolismo - Todos os Níveis da Sociedade Soviética Portadores do Vício - Criminalidade, Função Direta do Consumo de Bebidas.

De ‘Análisis de Actualidades Soviéticas’, do Instituto de Estudos da URSS, Alemanha, nº 202, de 15 Set 71.

O alcoolismo constitui uma verdadeira ‘calamidade social’ na URSS, segundo declara a imprensa oficial do país, única existente. Com base em informações oficiais soviéticas, reproduz este artigo o grau que atinge essa situação:

Cerca de 20 a 30% dos ferimentos diários e aproximadamente metade dos ferimentos ocorridos nas ruas são resultantes do estado de intoxicação das pessoas feridas.

[...]Todos os estratos da sociedade soviética estão afetados pelo alcoolismo (I). Nas estações públicas de desintoxicação, médicos, professores, engenheiros, atores e

⁴³⁸ *Comunismo Internacional*. Janeiro de 1971. p. 2.7.

jornalistas dormiam junto com artífices, carregadores, bombeiros, motoristas e vigias ('*Molodoi Kommunist*', número 5/1970).⁴³⁹

Em uma nota de rodapé (1), o agente de informações comenta que: “Não é por coincidência apenas [sic] que também os governos de Cuba e do Chile se vejam a braços com o agudo problema do alcoolismo e suas consequências nas populações. Trata-se da fuga provocada no homem pela nostalgia da liberdade.”⁴⁴⁰ Conclui-se, segundo *Comunismo Internacional* que o alcoolismo afetava apenas ao mundo comunista.⁴⁴¹ Ainda no mesmo texto, o agente traz uma citação do livro de Friedrich Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1845, porém, não com esse nome, mas sim, como *A condenação da classe trabalhadora na Inglaterra*, e com a data de 1844 e ainda como se fosse em parceria com Karl Marx.

O trabalhador regressa do trabalho cansado e débil e encontra uma habitação carente de todo o conforto, úmida, hostil e suja; necessita urgentemente de alguma alegria, deve possuir algo que faça valer a pena o seu trabalho, que torne tolerável a perspectiva do próximo dia triste seu corpo magro, debilitado pelo ar viciado e pela má alimentação pede, aos gritos, por algum estímulo externo; sua necessidade de companhia só pode ser satisfeita numa taverna, não dispõe ele de outro lugar em que se encontrar com os amigos. Mas, aparte do fator predominantemente físico que leva o trabalhador a beber, existem o exemplo da grande maioria, a educação inadequada, a impossibilidade de proteger os jovens da tentação e, em muitos casos, a influência direta dos pais alcólatras que chegam a servir bebida aos filhos, a certeza de que, na bebedeira, se poderá esquecer, ao menos por umas poucas horas, das privações e da opressão da vida. Aqui, o alcoolismo deixou de ser um vício, pelo qual se possa exigir contas do pecador, para converter-se num fenômeno (sociológico), a consequência necessária e inevitável do efeito de certas condições sobre um objeto com pouca vontade. Que aqueles que converteram o trabalhador em um mero objeto se responsabilizem pelas consequências.

Com certas adaptações de menor monta, essas palavras se aplicam igualmente ao trabalhador soviético de hoje.⁴⁴²

⁴³⁹ **Comunismo Internacional**. Outubro de 1971. p. 3.11.

⁴⁴⁰ *Ibidem*. Nota de rodapé número 1.

⁴⁴¹ Em 2012 foi lançada uma biografia do ex-presidente estadunidense, Richard Nixon, na qual o autor, Dom Fulson, afirma que ele era homossexual, alcólatra e misógino. Nixon foi presidente dos Estados Unidos entre 1969 e 1974. FULSON, Don. **Nixon's Darkest Secrets: The Inside Story of America's Most Troubled President**. New York: Thomas Dunne Books, 2012.

⁴⁴² **Comunismo Internacional**. Outubro de 1971. p. 3.11. A referida citação encontra algumas lacunas do texto de Engels. “[...] a certeza de esquecer, ainda que por algumas horas de embriagues, a miséria e o peso da vida – esses e cem outros fatores que operam tão fortemente não nos permitem, na verdade, censurar aos operários sua inclinação para o alcoolismo. Nesse caso, o alcoolismo deixa de ser um vício de responsabilidade individual; torna-se um fenômeno, uma consequência necessária e inelutável de determinadas circunstâncias que agem sobre o sujeito que – pelo menos no que diz respeito a elas – não possui vontade própria, que se tornou – diante delas – um objeto; aqui, a responsabilidade cabe aos que fizeram do trabalhador um simples objeto. Assim como é inevitável que o alcoolismo provoque efeitos destrutivos sobre os corpos e os espíritos de suas vítimas, agravando todas as predisposições às doenças derivadas das condições gerais de vida dos operários e favorecendo ao máximo as enfermidades pulmonares e abdominais, sem esquecer a eclosão e propagação do tifo.” ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução Bernhard. A. Schumann. Supervisão, apresentação e

Aqui, o texto de Engels não contribuiria com a “ação revolucionária” da classe operária inglesa, mas antes, seria utilizado para demonstrar suas fraquezas e falhas, bem como a dos russos que, já no século XX, estavam entregues ao vício do alcoolismo. O agente de informações omitiu que as críticas de Engels se davam exatamente contra as consequências do capitalismo na Inglaterra e das contradições e desigualdades por ele proporcionadas. Diferentemente do que recomendavam à sociedade para não lerem “obras subversivas”, os agentes de informações tinham contato com obras marxistas e delas se valiam para atacar o comunismo.

4.5. China e Mao Tsé-Tung

A história da República Popular da China confunde-se também na segunda metade do século com o comunismo. Após a chegada de Mao Tsé-Tung ao poder em 1949, o mundo ganhava mais uma potência comunista e também e uma alternativa ao modelo soviético. Inicialmente parceiros, os dois países estreitaram relações, inclusive com o apoio financeiro da União Soviética ao “irmão mais novo”. Em 1959 o apoio soviético à China era de 7% de sua renda nacional. Mesmo que Mao formulasse uma análise sobre Stalin, afirmando que ele era “70% marxista e 30% não-marxista”⁴⁴³, as relações entre os dois mantiveram-se relativamente tranquilas até meados da década de sessenta quando ocorreu a chamada ruptura sino-soviética. Amedrontado pelas revoltas que ocorreram no mundo soviético e colocaram em xeque o poder de Moscou, Mao articulou em 1966 a “Revolução Cultural”, que na verdade muito se assemelha ao período do Terror stalinista. Segundo a Decisão do Comitê Central do Partido Comunista, “embora a burguesia tenha sido derrubada, ainda é tentador usar as velhas ideias, a cultura, os costumes e hábitos das classes exploradas para corromper as massas, conquistar a mente delas e fazer um esforço para promover um retorno. O proletariado deve mudar a perspectiva mental da sociedade inteira.” Nesse sentido, a *Revolução* promoveria uma perseguição aos inimigos do partido e de Mao, transformando em uma verdadeira guerra civil dentro do Partido Comunista Chinês e a população. Teve início a imposição de uma moralidade às mulheres, que foram obrigadas a cortar o cabelo e deixar as joias; a embaixada britânica ficou sediada na Rua do Anti-Imperialismo e a soviética na Rua do Antirrevisionismo, chegando também às zonas

notas José Paulo Netto. [Edição revista]. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 142.

⁴⁴³ PRIESTLAND, David. Op. Cit. p. 414.

rurais e às universidades. Não bastava apenas o sucesso nos estudos, mas também o ativismo político, o qual poderia render bons empregos urbanos.⁴⁴⁴ Mesmo com todos os excessos, o “maoísmo” inspirava também diversos partidos políticos mundo afora, inclusive no Brasil.⁴⁴⁵ A conquista da China a partir de uma revolta popular e sua posterior transformação, atingindo todos os grupos sociais, influenciou diferentes agremiações políticas, gerando também cisões em partidos comunistas tradicionais. No Ocidente, a perspectiva de uma renovação do marxismo, de uma “volta às origens”, ou ainda de um marxismo romântico ou revolucionário, em oposição à estagnação e ao suposto reformismo soviético, diversos grupos políticos foram influenciados pelas ações chinesas.⁴⁴⁶

Em meio a essa força política e teórica, o Serviço Nacional de Informações também noticiava as ações de Mao Tsé-Tung e da sua influência no mundo ocidental. Noticiavam também o culto ao líder chinês:

Fanatismo e Primarismo do Povo Chinês - Culto a Mao – Fortalecimento da vontade. No dia 16 de julho de 1966, nosso grande líder, o Presidente Mao, desafiando o vento e as ondas, nadou no Yangtsé.

Para celebrar entusiasticamente o IV aniversário deste grande acontecimento, as amplas massas de operários, camponeses, soldados, ‘cuadros’ e elementos revolucionários, milicianos, jovens combatentes guardas vermelhos e pequenos soldados vermelhos, reuniram-se no dia 16 de julho de 1970, ao largo das margens dos rios, lagos e praias do país para tomar parte em toda classe de atividades natatórias, inclusive a executada pelos dirigentes e combatentes do EPL (Exército Popular de Libertação) completamente armados. O Presidente Mao nos ensinou: ‘A gente diz que o Yangtsé é rio muito grande, porém, de fato, o grande não tem nada de temível. Não era e é muito grande o imperialismo norte-americano? Resultou em muito pouca coisa quando o rechaçamos. Portanto, há no mundo algumas coisas grandes que não são, na realidade, temíveis.’ Em Pequim, mais de 40.000 militares e civis tomaram parte, 16 Julho de 1970, eu toda classe de atividades natatórias.⁴⁴⁷

⁴⁴⁴ PRIESTLAND, David. Op. Cit. pp. 422-426.

⁴⁴⁵ Um dos mais importantes exemplos no Brasil é o caso da Ação Popular. Originária do movimento católico, a AP acabou incorporando os princípios do maoísmo. CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In FERREIRA, Daniel e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 101. Outra importante análise sobre o impacto do maoísmo em organizações brasileiras é RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. pp. 44-45. Para Ridenti PCdoB, Ação Popular, ALA Vermelha eram fortemente influenciadas pelo ideia de uma guerrilha rural e uma *guerra popular prolongada*. A ALA Vermelha propunha ainda uma fusão do maoísmo e do guevarismo.

⁴⁴⁶ Hobsbawm afirma que: “no que diz respeito ao marxismo, ele produziu uma ‘nova esquerda’ que, qualquer que fosse seu desejo de identificar-se com o nome de Marx ou algum outro vulto do panteão marxista, lançava os olhos muito além dos limites do marxismo tradicional. Assim, foi possível notar o renascimento de tendências anarquistas, tanto como fenômeno explícito ou disfarçadas por algum rótulo aparentemente marxista (por exemplo, muitos ‘maoísmos’ ocidentais). HOBBSAWM, Eric. **Como mudar mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. Tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras. p. 324.

⁴⁴⁷ **Comunismo Internacional**. Setembro de 1970. p. 2.11.

A publicação valia-se de uma notícia sobre os chineses para demonstrar sua adoração e “fanatismo” ao líder político. Cabe ressaltar que a fonte utilizada, “Pekín Informa” demonstra o acesso a uma diversidade de materiais sobre o comunismo. Tal material era uma publicação em espanhol distribuída pelo governo chinês.⁴⁴⁸

Através da publicação *Comunismo Internacional*, ao longo de suas várias edições, podemos perceber, assim como no caso dos soviéticos, uma tentativa de afetar a imagem dos comunistas chineses através de comportamentos morais e envolvimento com entorpecentes. Segundo a publicação, o governo chinês não queria a retirada de soldados estadunidenses da Guerra do Vietnã, pois, dessa forma os soldados iriam adquirir a dependência do ópio:

A ‘SEGUNDA GUERRA DO ÓPIO’ - EM ENCONTRO COM NASSER, EM 1965, CHOU EN-LAI TERIA REVELADO INTERESSE PELA PERMANÊNCIA AMERICANA NO VIETNAM – ‘ALI OS SOLDADOS ESTARÃO AO NOSSO ALCANCE E DOS MELHORES TIPOS DE ÓPIO QUE PLANTAMOS PARA ELES’.

Segundo as revelações do jornalista egípcio Ahmed Heikal, biógrafo de Gamal Abdel Nasser, iniciou-se a ‘Segunda Guerra do Ópio’, a qual seus estrategistas pretendem imprimir o caráter de um revide. Seria uma distante e tardia desforra histórica da ‘Primeira Guerra do Ópio’ (1839-1844), que explodiu entre a Grã-Bretanha e a China por questões comerciais. A ‘Segunda Guerra do Ópio’ tem propósitos muito mais amplos, pois que não apenas visa a retirada antecipada e precipitada das tropas norte-americanas que, em condições normais, só iriam sair do Vietnã do Sul, do Camboja e do Laos depois de assegurada a independência e a autodeterminação destes países, mas também a provocar a decadência moral dos Estados Unidos e do resto do Ocidente, principalmente da sua juventude, extinguindo o próprio impulso vital necessário para a defesa e desenvolvimento dos valores espirituais da sua existência e de uma sociedade sadia.⁴⁴⁹

Os comunistas chineses buscavam, segundo a publicação, uma vingança pela Guerra do Ópio a que foram submetidos no século XIX. Uma suposta degradação moral reforçava o mito do comunista como alguém sem escrúpulo ou sem sentimentos.

Para além das questões morais, o Serviço Nacional de Informações e outros órgãos de informações especulavam sobre a possibilidade dos chineses também patrocinarem ações na América.

Tudo indica que a China está se preparando para deixar sua política de isolacionismo, dedicar maior atenção a sua política exterior, e retomar suas ligações com grupos do mundo desenvolvido, particularmente no Sudeste Asiático e no Oriente Médio. Isto tem causado inúmeras especulações sobre suas intenções para com a América Latina.

⁴⁴⁸ ROTHWELL, Matthew D. **Transpacific Revolutionaries: The Chinese Revolution in Latin America**. New York: Routledge, 2013. p. 85. Assim como *Pekín Informa*, outras publicações eram produzidas pelo governo chinês e distribuídas para vários países.

⁴⁴⁹ *Comunismo Internacional*. Maio de 1972. p. 1.4.

Os russos estão também notando as atividades na AL dos grupos pró-China, cuja insistência na luta armada, eles encaram como uma ameaça às suas tentativas de controlar os revolucionários. Na Conferência Mundial dos Partidos Comunistas, realizada em Junho de 1969, em Moscou, já era denunciado pelos comunistas latino-americanos de linha soviética, o aparecimento dos 'desagregadores de Pequim'. Em 1 Setembro de 1969, a Rádio Moscou em sua transmissão em espanhol para o México, América Central e Caraíbas, disse que os grupos 'neo-trozkistas pró-China', existentes em 30 países do Terceiro Mundo, e especialmente na AL, declaravam que os comunistas soviéticos desprezavam os movimentos de libertação do continente. [...] Embora a Rádio Pequim tenha anunciado, a 12 Abril de 1970, a inauguração de mais cinco horas de transmissão por semana para a América Latina, não existe nenhuma indicação até o momento, que a China esteja preparada para oferecer uma mais concreta assistência aos revolucionários. Além que o último [sic] deixou Cuba em princípios de 1967. Embora os chineses oponham-se politicamente a Fidel Castro, o nível de comércio entre os dois países permanece estável, e a China ainda é a segunda maior compradora comunista do açúcar cubano, importando cerca de meio milhão de toneladas por ano. Não se conhece até o presente (Jun 70), outros indícios de tentativas chinesas para aproximação com outros governos latino-americanos (LAT Jun 70).

O rádio era, em meio a Guerra Fria, uma poderosa ferramenta para disseminar informações em ondas curtas e médias. Esse recurso causava grande temor nos militares, principalmente por se tratar de uma força que não tinham controle e sobre a qual não podiam exercer nenhuma censura. Rádios com a Rádio Havana em Cuba, Rádio Moscou, Rádio Pequim, Rádio Tirana e a BBC de Londres transmitiam conteúdos em português e denunciavam violações aos direitos humanos, além de trazerem conteúdo de caráter visto como subversivo. Para um governo que se caracteriza pelo autoritarismo, tudo que pode fugir ao seu controle pode gerar também o temor, a paranoia e, obviamente, a ira.

Conteúdos sobre a China em *Comunismo Internacional* podiam ser lidos todos os meses, com uma seção especial na parte "Potências Comunistas", a qual dividida juntamente com a União Soviética, além do confronto entre elas, na seção URSS x China. Era motivo de grande preocupação para os agentes de informações o crescimento do comunismo e de filiados a partidos comunistas, com a cifra de 45,9 milhões, tendo o Partido Comunista Chinês com o maior número de membros.

URSS x CHINA

Militantes Comunistas no Mundo - Cisões em Linha Pequim e Linha Moscou

O número de comunistas em todo mundo, em 1969, era de 45,9 milhões, com um aumento de 700 mil sobre o ano de 1968. Em 1963, só havia 43 milhões de filiados aos diversos partidos espalhados pelo mundo. O maior número de filiados ao PC encontra-se na China - 17 milhões. Em segundo lugar vem a URSS com 14 milhões de membros. Fora do bloco socialista, o partido que conta com maior número de adeptos é o italiano - 1,5 milhão. Seguem-se a França, o Japão e a Índia. O aumento do número de inscritos nos partidos comunistas deve-se, por exemplo, a fatos como a legalização do PC venezuelano e ao crescimento do número de membros dos partidos governantes em Cuba, URSS, Bulgária, Romênia e Iugoslávia. Entretanto, houve perda de membros nos partidos da Áustria, Finlândia, Suécia, Grã-Bretanha, Tcheco-

Eslováquia e Albânia. Os países que têm dois ou mais partidos em disputa sino-soviética foram identificados como: Áustria, Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Ceilão, Colômbia, República Dominicana, Equador, França, Alemanha Ocidental, Índia, Iraque, Itália, Líbano, México, Nova Zelândia, Peru, Paraguai, Suíça e Síria. Dos PCs existentes, 41 apoiam Moscou e 5 buscam orientação de Pequim. Entre esses, o único PC que está no poder é o da Albânia, sendo os demais países a Malásia, Singapura, Tailândia e Birmânia. Seis partidos tomam cuidado quanto a disputa sino-soviética. Sete censuram ora a Moscou, ora a Pequim. O problema das relações entre China e URSS provocou cisão em 23 partidos comunistas, em 1969. As cifras de membros de partidos comunistas em 1969, em alguns países eram as seguintes:

Polônia	2.030.000
Romênia	1.924.000
Alemanha Oriental	1.769.000
Tchecoslováquia	1.650.000
Coreia do Norte	1.600.000
Iugoslávia	1.146.000
Vietnã do Norte	766.000
Bulgária	637.000
Cuba	120.000
Albânia	50.000
Mongólia	48.600 ⁴⁵⁰

Elias Canetti, em sua obra *Massa e Poder*, publicada em 1960, analisa diferentes tipos de massa e sua relação com a história ou sua aparição nela em diferentes momentos, dos mais simples a momentos excepcionais. A união de uma massa e a força que os indivíduos adquirem ao se reconhecerem como pertencentes a ela, podem ser de longa duração ou desfazerem-se rapidamente. Por outro lado, ele analisa uma massa invisível, a qual encontra-se no além, mas que causa ações no mundo terreno. A massa invisível consegue, mesmo do além, participar do mundo dos vivos e causar temor. Diversos grupos religiosos utilizam e manipulam essas massas para fazer valer a força de seu discurso. Seriam essas massas, segundo Canetti, o sangue da fé. A essas massas estariam atrelados também os medos dos vivos.⁴⁵¹ Para o autor,

Vê-se, pois, que a impertinência desses diabos é tão gigantesca quanto o seu número. Quando fechava os olhos, o abade cisterciense Richalm via-os densamente feito poeira em torno de si. Fizeram-se estimativas mais exatas de seu número. Destas, conheço duas, as quais, no entanto, diferem bastante uma da outra. Uma informa serem 44.635.569 os diabos; a outra, 11 bilhões.⁴⁵²

A manipulação de determinadas massas – sejam elas pertencentes ao mundo dos vivos ou dos mortos, desse mundo ou do além – contribui para disseminar o sentimento do medo, mas também almeja a obediência, a adesão a uma causa e o combate a um inimigo comum. Forma-

⁴⁵⁰ **Comunismo Internacional**. Junho de 1970. p. 2.7.

⁴⁵¹ CANETTI, Elias. **Massa e poder**. Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 44.

⁴⁵² Ibidem.

se assim uma outra massa a espera de uma descarga, de um momento para agir, momento esse que faz o indivíduo deixar de ser ele mesmo para ser apenas massa. Nesse momento ele e a massa estariam prontos para a violência. Bastaria apenas uma ordem.

Após a análise das ações dos comunistas na Europa, Ásia e África presentes em *Comunismo Internacional*, voltamos nossos olhos para a América e para as preocupações do Serviço Nacional de Informações no início dos anos setenta com o “perigo da subversão latino-americana.” O temor de que a América Latina pudesse ainda ser influenciada pelo ideal da Revolução Cubana ou que novas guerrilhas surgissem, motivou uma análise e uma produção de informações ainda mais intensa. Na ótica do *serviço*, conhecer o “inimigo” era preciso. Ainda mais se estivesse batendo à porta, vindo de um país vizinho.

5. Soy loco por ti América: O Serviço Nacional de Informações e o temor do inimigo latino-americano

La dictadura lleva ya más de quince meses oprimiendo al pueblo trabajador chileno. Día a día suma nuevos crimes en contra el pueblo, aumenta sin pausa las ganancias de los dueños del poder y la riqueza, hunde en la miséria a cientos y cientos de miles de chilenos, llena los bolsillos de los altos oficiales y de todos os lacayos de la burguesia que participan del gobierno, miente y calumnia, explota y oprime, tortura y asesina. Frente a ella el pueblo trabajador chileno, con la clase obrera a la cabeza, ha comenzado a desarrollar una dura y prolongada lucha que solo puede terminar con el derrocamiento de la dictadura, el restablecimiento de los derechos humanos, la recuperación de las conquistas de los trabajadores, el castigo de los criminales, y el establecimiento de um nuevo gobierno que represente los intereses de todos los sectores sociales y que luchen decididamente por derribar a esta ditadura criminal y opressora. Y esa lucha del pueblo trabajador, de los explotados y oprimidos, ha tenido em la primeira línea de fuego a um puñado de hombres y mujeres surgidos del seno mismo de las classes trabajadoras chilenas, fogueados en el combate cotidiano de las clases y capas explotadas, a los membros del MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA, el MIR.⁴⁵³

No início dos anos setenta, inúmeras agremiações de esquerda com projetos revolucionários surgiram ou caíram na clandestinidade na América Latina. Não seria exagerado afirmar, assim como Karl Marx o fez em 1848, que o “espectro do comunismo” rondava a América. Aqui, com um detalhe especial: o da guerrilha, tanto urbana como a rural. Milhares de indivíduos abraçaram a causa revolucionária em busca de uma justiça social ou ainda para enfrentar “milicos” duramente armados. Contra um “sistema que vomita homens” e que sacrificava “mão-de-obra numa proporção maior do que na Europa”, com uma “deusa da tecnologia” que não falava espanhol, tornava-se imperiosa a luta, pois em cada país se reproduzia “o sistema internacional de domínio que cada país” padecia.⁴⁵⁴ Não somente a luta política, democrática, mas também a luta armada contra os opressores aliados do imperialismo. Nos últimos dias de 1970, essa era a impressão de boa parte da esquerda latino-americana:

Os despojados, os humilhados, os miseráveis têm, eles sim, em suas mãos a tarefa. A causa nacional latino-americana é, antes de tudo, uma causa social: para que a América Latina possa renascer, terá de começar por derrubar seus donos, país por país. Abrem-se tempos de rebelião e mudança. Há aqueles que creem que o destino descansa nos joelhos dos deuses, mas a verdade é que trabalha, como um desafio

⁴⁵³ ¿ Que es el MIR? Chile en la resistencia Documento preparalio por el comite central del MIR em la clandestinidad. Chile, Diciembre 1974. Caracas, Venezuela: Rocinante, 1975. p. 5.

⁴⁵⁴ As citações são de GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. pp 262-268.

candente, sobre as consciências dos homens.⁴⁵⁵

As impressões de Galeano refletiam, em parte, as intenções das esquerdas e dos grupos revolucionários que abraçaram a luta armada e buscavam combater as opressões e defender os oprimidos. Assim como Guevara e os irmãos Castro haviam feito em Cuba, ou Mao Tsé-Tung na China, a possibilidade de uma tomada do poder, de uma *revolução* dos povos contra a “dominação imperialista” moveu corações e mentes numa luta comum. Porém, essa luta comum encontrou uma diversidade de interpretações sobre os inimigos a serem combatidos primeiro, as formas de se fazer a luta e como se daria a tomada do “poder”. Se existiam 45 milhões de filiados a partidos comunistas em 1969, segundo *Comunismo Internacional*, invariavelmente existia entre esse número uma grande discordância sobre a melhor forma de se fazer a *revolução*. O próprio pensamento religioso, ou melhor, parte dele, outrora refratário de qualquer mudança radical ou mesmo de um discurso que pregasse a verdadeira igualdade entre os povos, teve em padres e bispos um acolhimento do discurso *revolucionário*. Se em dias mais recentes, a possibilidade de uma verdadeira mudança social de forma abrupta e radical parece distante e impossível, nos anos setenta ela estaria praticamente ao alcance das mãos, das armas e da ação verdadeiramente revolucionária. Afirmaria Marighella em 1969 que o “dever de todo revolucionário é fazer a revolução”. Se hoje diversos segmentos da própria esquerda afirmam que a opção pela luta armada configurou-se em uma tática errada, motivando um aumento da repressão com a morte de vários quadros, nos anos setenta parecia a única alternativa viável para derrubar governos autoritários, “lacaio da burguesia” e o imperialismo, construindo assim um caminho para o socialismo. Torna-se confortável ao analista do presente questionar e acusar os erros daqueles que envolveram-se com a luta armada, principalmente pelo conhecimento de seus desdobramentos. Porém, não se pode desconsiderar os sentimentos que permeavam essas ações e a crença de que uma vitória não apenas seria possível, mas que a luta dos oprimidos e sua vitória estariam inseridas em uma lei da própria história. Critica-se aqui alguns revisionismos históricos que acabam por amenizar ou legitimar a ação de torturadores e envolvidos na repressão⁴⁵⁶, como se seus atos fossem apenas uma resposta à ação das esquerdas.

⁴⁵⁵ GALEANO, Eduardo. Op. Cit. 1981. P. 281.

⁴⁵⁶ Destacam-se, principalmente pela repercussão na mídia e no mercado editorial, os livros de NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. 2.^a ed. revista e ampliada. São Paulo: Leya, 2011. VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira: 1964 – 1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: Leya. 2014. Em um contraponto a teorias revisionistas, que analisa diferentes obras da historiografia mais contemporânea, Caio Navarro de Toledo questiona principalmente autores que apontam para uma radicalidade da esquerda e que sua atuação também poderia recair em um autoritarismo. Toledo afirma que essas teorias, ao denunciarem uma suposta ausência de valores democráticos nas esquerdas, acabam por justificar ou amenizar a atuação dos militares no golpe em 1964. Segundo o autor: “na minha leitura, não deveriam as esquerdas ser

Não se deve esquecer que a repressão não foi uma resposta, mas uma ação coordenada contra parte daquilo que pudesse soar como ameaça e contra o pensamento divergente. As ações das ditaduras latino-americanas devem ser vistas e entendidas como um projeto maior de sociedade. Não o de uma sociedade pura, mas de uma sociedade harmônica, sem conflitos e tensionamentos, sem ameaças ideológicas e sem discursos que pregassem algo diferente do que defendiam doutrinas de segurança nacionais. A repressão atingiu diferentes segmentos, mesmo aqueles que não estavam envolvidos com a luta armada. Atingiu milhares de pessoas que não participaram de ações violentas, assaltos ou de projetos revolucionários.⁴⁵⁷

Neste capítulo, analisaremos a percepção do Serviço Nacional de Informações do comunismo em alguns países da América, com destaque para a América Latina e também do então chamado “movimento religioso”. Monitorar os passos de exilados na América ou os discursos do “clero progressista” eram, talvez, mais importantes – e preocupantes – do que ações do Partido Comunista Chinês ou Soviético ou de líderes distantes, mesmo que suas ações pudessem se refletir por aqui. Para além de construções sobre soviéticos ou excentricidades de Mao Tsé-Tung, como seu gosto por carros ocidentais ou mulheres, ou de que comunistas de regiões distantes planejavam dominar o ocidente, as análises sobre a América refletiam uma preocupação maior, com uma produção e troca de informações maiores. São exatamente nessas seções de *Comunismo Internacional* que estão presentes o maior número de artigos de outras agências de informações, de publicações estrangeiras latino-americanas e de momentos em que os agentes tecem suas considerações pessoais através de comentários após as notícias.

Podemos perceber na seção sobre a América um acompanhamento sistemático de exilados e de seus pronunciamentos através da denominada “Campanha contra o Brasil no Exterior”. Existia também um aprofundado acompanhamento do chamado clero progressista. Não se deve esquecer que *Comunismo Internacional* era enviada para as principais autoridades religiosas do país, como D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Agnelo Rossi. Por outro lado, algumas informações eram omitidas da alta cúpula do clero. Em algumas edições existia uma parte destinada apenas à *comunidade de informações* sobre o movimento religioso, a qual não

criticadas pelo inegável mérito que tiveram: ao contrário do que ocorre hoje com partidos e setores intelectuais progressistas, na luta ideológica do pré-64, setores atuantes das esquerdas não estavam cativos do discurso da democracia liberal.” TOLEDO, Caio Navarro. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. In **Crítica Marxista**, nº 19. Campinas. 2004. pp. 27-48. Para outra crítica do revisionismo em torno de 1964, ver ARANTES, Paulo Eduardo. 1964, o ano que não terminou. In SAFATLE, Vladimir e TELES, Edson. Op.Cit. 2010. pp. 205-236. Nesta mesma obra o texto de Safatle aponta para a legitimidade de um povo pegar em armas contra um Estado não somente opressor, mas também ilegal. SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra um estado ilegal. Op. Cit. pp. 237-252.

⁴⁵⁷ Segundo dados da Comissão Nacional da Verdade, 50 mil pessoas foram atingidas pela repressão durante a ditadura civil-militar.

existia nas edições enviadas à comunidade externa. Ou seja, algumas informações eram de conhecimento de todos que recebiam a publicação, outras tinham uma circulação restrita. Com o aviso “O que consta nas folhas cor-de-rosa é de difusão restrita, não obedecendo à difusão geral do CI-SI”, essa parte circulava apenas em alguns setores da *comunidade*.

As informações presentes nestas duas seções são de grande importância para compreendermos a intensa troca de informações que marcou o SNI, bem como uma grande produção de dados, informes e relatórios sobre a ação de padres e comunistas, muitas vezes vistos como parte de um mesmo plano “subversivo”. No que diz respeito à América, selecionamos assuntos sobre Estados Unidos, Argentina, Chile, Uruguai e Brasil. Entendemos que cortes, mesmo que necessários, são sempre arbitrários e uma escolha do historiador ao buscar delimitar seu objeto, deixando, por outro lado, uma série de informações pelo caminho. Porém, entende-se que análises sobre esses países podem ajudar a demonstrar o caráter fervilhante das ideias revolucionárias das esquerdas, mas também a profusão de discursos vindos de setores com matizes anticomunistas.

Comunismo Internacional circulou até o ano de 1973, ano significativo para Chile e Uruguai por suas rupturas democráticas e a ascensão de regimes ditatoriais; ações de intervenção dos Estados Unidos na América Latina, mas também na África e Ásia, acordos e aproximações do então presidente, Richard Nixon, com a China e Moscou, além de grandes tensões internas; o fim da ditadura argentina instaurada em 1966 com o golpe do general Juan Carlos Onganía e a posse de Héctor Cámpora, sua posterior renúncia, novas eleições e o retorno de Perón à presidência. No plano interno brasileiro, o início dos anos setenta foi marcado por sequestros de embaixadores, banimento de prisioneiros, Guerrilha do Araguaia, guerrilha urbana, censura e o crescimento exponencial da repressão, dando início a um verdadeiro “terror de Estado”.⁴⁵⁸

5.1. América: o perigo mora ao lado⁴⁵⁹

⁴⁵⁸ BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à verdade e à memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 27.

⁴⁵⁹ Não pretendemos, nessa seção, fazer uma análise dos movimentos revolucionários e das esquerdas na América Latina, entendendo que uma análise dessa envergadura já foi realizada por ampla bibliografia. A ação das esquerdas foi objeto de estudo de diversas áreas das Ciências Humanas em estudos acadêmicos, ou ainda através de memórias de presos ou perseguidos políticos e de textos jornalísticos. Buscamos, por outro lado, estudar a percepção do suposto “perigo vermelho” aos olhos do Serviço Nacional de Informações. Para estudos sobre a América Latina, ver ANGELL, Alan. *A Esquerda na América Latina após 1920*. In BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina após 1930**: Estado e Política. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. pp. 471-546. Na mesma obra, ROUQUIÉ, Alain. **Os militares na Política Latino-americana após 1930**. In BETHELL, Leslie (org). Op. Cit. 2009. pp. 197-274. LÖWY, Michael (Org). **O marxismo na**

Comunismo Internacional circulou durante um período de grandes tensões no Cone Sul e, como não poderia deixar de ser, do aumento gradual da violência, tanto de grupos de extrema-direita, quanto da extrema-esquerda. A ideia de uma revolução e de uma mudança social entusiasmaram alguns, mas causaram o temor e a apreensão em outros. Entre 1970 e 1973, mudanças significativas foram sentidas no continente. Em 1970, Allende foi eleito presidente, após três tentativas frustradas, pela *Unidad Popular*. A Argentina vivia ainda uma ditadura, a qual se estenderia até 1973. O Uruguai experimentava momentos de radicalidade, com sequestros e assaltos a banco. A ditadura paraguaia, uma das primeiras da América Latina, completava mais de quinze anos.⁴⁶⁰ Existia, por outro lado, um grande medo do castrismo na região. A luta contra o “inimigo interno” e uma possível subversão comunista tornaram-se prioridade para a grande maioria dos governos latino-americanos. Os cruzados da Guerra Fria colocaram suas armas no combate a qualquer tentativa de mudança social que pudesse, de alguma forma, remeter ao processo cubano.⁴⁶¹ O ano de 1973 terminaria de forma um tanto trágica para muitos que viram no projeto chileno a construção de um socialismo democrático. Golpes no Chile e no Uruguai marcavam o avanço das forças anticomunistas e o combate a projetos revolucionários. Restaria ainda a Argentina com a volta de Perón ao poder, apoiado por setores da esquerda. Porém, a Argentina também não estava imune à violência, sendo fortemente marcada por ela, culminando na instauração de um novo governo civil-militar, desta vez ainda mais repressivo e violento. Cuba, por sua vez, continuava a inspirar esquerdas e movimentos revolucionários de toda a região. Em meio a esse cenário, milhares de

América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Barcellos; GASPAROTTO, Alessandra. **Ditaduras Militares na América Latina**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. FICO, Carlos et al. (orgs). **Ditadura e democracia na América Latina:** balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. QUADRAT, Samantha e ROLLEMBERG, Denise. **A construção social dos regimes autoritários:** Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. LISS, Sheldon B. **Marxism thought in Latin America**. Los Angeles, California: University of California Press, 1984. KLEHR, Harvey. **The Communist Experience in America: A Political and Social History**. New Jersey: Transaction Publishers, 2010. A tese de Enrique Serra Padrós traz importantes informações sobre o conceito de “Terror de Estado” na América Latina. PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay: Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do *Pachecato* à Ditadura Civil- Militar. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

⁴⁶⁰ A América Latina foi marcada por uma sucessão de golpes militares. Alain Rouquié apresenta os seguintes eventos: Peru, Julho de 1962; Guatemala, Março de 1963; Equador, Julho de 1963; República Dominicana, Setembro de 1963; Honduras, Outubro de 1963; Bolívia, Novembro de 1964. ROUQUIÉ, Alain. Op. Cit. p. 210.

⁴⁶¹ ROUQUIÉ, Alain. Op. Cit. p. 210.

revolucionários, migravam de um país a outro, fugindo da perseguição de novos governos militares. Centenas de brasileiros buscaram exílio no Chile ou no Uruguai após o golpe de 1964 e principalmente após o aumento da violência com o AI-5. Após os golpes em 1973, muitos buscaram refúgio na Argentina.

Esse processo em marcha na América não passou despercebido pelos agentes do SNI. Em 1970, a seguinte informação era apresentada em *Comunismo Internacional*:

Em fins de junho de 1970, realizou-se na Argentina, em local desconhecido, o 1º “Congresso do Partido Revolucionário” (PCR) com a participação de 55 delegados regulares e de 21 outros convidados. Os delegados declararam-se os legítimos herdeiros da guerrilheira Tania, de Che Guevara e outros ativistas da luta, distanciando-se ao mesmo tempo das pretensões de reforma de CODOVILLA. No Congresso foi decidido a execução da ‘grande tarefa histórica do marxismo-leninismo’ sobre os seguintes aspectos:

- União das classes operárias como a única classe revolucionária da sociedade argentina;
- Luta comum pela tomada do poder;
- Enfileiramento da classe operária na linha revolucionária para o fomento da luta econômica e política, bem como da insurreição armada. (S 6 Ago 70)⁴⁶²

As preocupações dos agentes, ao produzir quantidade significativa de informações, estavam direcionadas a alertar a esfera governamental e os aparelhos repressivos sobre possíveis “elementos subversivos” vindos de outros países, a atuação de brasileiros no exterior e a troca de planos para possível ação conjunta de grupos de esquerda na América. Essas informações, ao chegarem nas Delegacias de Ordem Política e Social, poderiam também “incrementar” as fichas individuais, como foi o caso de Antônio Bandeira Lima. Na informação a seguir, o nome de Antônio aparece sublinhado com uma observação feita a caneta, “anotado em 16/11/1970.”

Antônio Bandeira Lima, brasileiro, 37 anos, juntamente com outro elemento foi preso, em 30 de abril de 1970, pela polícia uruguaia, a 20 km de Montevideú. Por decisão da justiça uruguaia, foi encarcerado, sendo acusado de ‘associação para delinquir atentado à Constituição no grau de conspiração e posse de explosivos’. Foi comprovada sua participação no assalto dos Tupamaros ao Centro de Instrução da Marinha uruguaia, em 29 de maio de 1970. Antônio é comunista da área de Santos, tendo sido condenado pela justiça de Santos, em 1950.⁴⁶³

Tal observação demonstra que a publicação foi lida e, em partes, cumpriu seu papel de disseminar informações por toda a *comunidade*. Em caso de uma possível prisão do “elemento

⁴⁶² *Comunismo Internacional*. Agosto de 1970. p. 9.1.

⁴⁶³ Ibidem. p. 8.24.

subversivo” Antônio e uma consulta aos arquivos, essas informações seriam cruzadas contribuindo para a prática do interrogatório.

A atuação de organizações revolucionárias, como *Montoneros*, *Tupamaros* e *Movimiento Izquierda Revolucionaria* (MIR), *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) foram constantemente analisados e suas ações frequentemente relatadas. Desde 1970 esses grupos figuram nas páginas de *Comunismo Internacional* como “agentes disseminadores do marxismo” nas américas e patrocinadores de sequestros, assaltos a bancos e discursos em prol de uma ação verdadeiramente revolucionária e uma tomada do poder.

Já está ocorrendo na Argentina, o mesmo que no vizinho Uruguai, onde o governo começa a querer saber o que se passa na cabeça dos Tupamaros: que farão hoje? Qual será seu próximo movimento político? Que responderemos agora, já que bem ou mal somos Governo? Em muitas esquinas de Buenos Aires cartazes de bom tamanho, afixados por policiais, pedem aos cidadãos sadios rara denunciar Arrostito e Firmenich, montoneros fugitivos: cada manhã, ao abrir o jornal, pode procurar-se, com a certeza de encontrar, a última ação das organizações armadas; a 8 de outubro, morte de "Che", o povo na rua reclamou o poder para Perón, deixando indormidos [sic] os meios policiais. A luta armada tornou-se um com componente insofismável na vida política argentina. O 'Cordobaço', em meados de 1969, inaugurou uma efervescência, até então desconhecida dos meios de luta direita contra o regime; prolifera, sobretudo nas grandes cidades do país, uma infinidade de comandos, que se preparam com paciência e que começaram a atuar; as organizações mais antigas se fortalecem e amadurecem, adquirindo novas técnicas; no movimento operário começa a estender-se uma metodologia clandestina, em substituição ao sindicalismo comum.⁴⁶⁴

Além das ações isoladas desses grupos, existia também uma forte preocupação com a articulação desses grupos e seu possível crescimento na América. Uma união das esquerdas poderia significar, aos olhos dos agentes, uma força praticamente sem controle, contando ainda com o apoio de “potências comunistas”, as quais atuariam através desses grupos latino-americanos. Uma notícia ainda em 1970 comprovava esse temor, ao noticiar que as esquerdas estavam supostamente se organizando no plano continental. Tendo como fonte uma revista anticomunista chamada *Les Informations Politiques e Sociales*, em uma edição em espanhol para a América, lê-se que:

Como a guerrilha rural foi derrotada, em todas as partes, os revolucionários latino-americanos, impacientes por mostrarem-se novamente, dedicaram-se ao terrorismo urbano, que alguns líderes querem organizar em escala continental. Considerando que ‘chegou o momento do coordenar as ações isoladas para colocá-las em nível latino-americano’, as organizações terroristas decidiram celebrar uma reunião continental, em La Paz, capital boliviana. Entre os organizadores desta ‘reunião secreta’ encontram-se: Horácio Lang, argentino; Luciano Cruz, chileno, pertencente ao MIR;

⁴⁶⁴ *Comunismo Internacional*. Fevereiro de 1972. p. 9.9.

Humberto e Miguel Henriquez, filhos de Miguel Henriquez, reitor da Universidade de Concepción, na Argentina. As organizações terroristas que se farão representar são as seguintes: TUPAMAROS (URUGUAI); FRENTE DE LIBERTAÇÃO (ARGENTINA); ALIANÇA LIBERTADORA NACIONAL e MOVIMENTO MARIGHELLA (BRASIL); MOVIMENTO POPULAR DOMINICANO; FORÇAS ARMADAS REBELDES (GUATEMALA); EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (COLÔMBIA) e diversos outros movimentos do Equador, México, Bolívia, Peru e Venezuela. O objetivo desta ‘reunião secreta de alto nível’ é ‘conseguir obter um apoio recíproco e alcançar um impacto máximo, nas ações a serem efetuadas.’⁴⁶⁵

A tentativa de unir as esquerdas não foi uma invenção de anticomunistas ou de agentes contaminados pelo temor do avanço de grupos radicais. A busca por um discurso que mobilizasse a esquerda em prol de uma unidade de ação ocorreu em diferentes momentos dos anos setenta, mas esbarrou na força dos militares, mas também, e principalmente, na enorme dificuldade desses grupos de esquerda em reconhecer nos parceiros uma “legitimidade ideológica”. Na constelação de agrupamentos à esquerda do espectro político, proliferavam diferentes interpretações e sobrava a certeza de serem eles os únicos e verdadeiros seguidores do marxismo-leninismo. Movimentos como o MIR, ERP e Tupamaros articularam acordos e reuniões ainda em 1972 e em 1973 tiveram o incremento ELN boliviano. Em agosto de 1973 era criada a *Junta Coordinadora Revolucionaria* (JCR). Tal organização nasceu pouco antes do golpe no Chile de Allende e teve sua primeira reunião na Argentina em novembro de 1972, com a participação de representantes das quatro organizações. Decidiram enviar quadros para treinamento militar e ideológico no Chile, onde aprovaram uma aliança formal entre os grupos.⁴⁶⁶ As estratégias da organização ficariam claras na publicação de seus ideais no jornal clandestino *El Tupamaro* de março de 1974:

Estamos unidos na percepção de que a estratégia da guerra revolucionária é a única viável na América Latina. E compreendemos que essa guerra revolucionária é um processo complexo de luta de massas, armada e não armada, pacífica e violenta, em que todas as formas de luta convergem harmoniosamente em torno do eixo da luta armada. [...] O caráter continental da luta é determinado fundamentalmente pela presença de um inimigo comum. O imperialismo norte-americano está executando uma estratégia internacional para deter a revolução socialista na América Latina. Não é mero acaso que regimes fascistas têm sido impostos em países nos quais um movimento de massas em ascensão ameaça a estabilidade do poder oligárquico. A estratégia internacional do imperialismo requer uma estratégia continental por parte dos revolucionários. [...] A estrada a percorrer nesta luta não é curta. [...] Portanto, a nossa guerra revolucionária é uma guerra de atrito nos primeiros estágios, até formarmos um exército popular que seja superior às forças do inimigo. Esse processo é gradual, mas paradoxalmente, o caminho mais curto e menos dispendioso para

⁴⁶⁵ **Comunismo Internacional**. Agosto de 1970. p. 8.11.

⁴⁶⁶ DINGES, John. **Os Anos do Condor**: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 87.

alcançar os objetivos estratégicos das classes negligenciadas.
POVO DA AMÉRICA LATINA: ÀS ARMAS.⁴⁶⁷

Um dos maiores problemas das esquerdas residia exatamente em relação àqueles de quem esperava receber apoio: operários e camponeses. Se parte desses grupos aderiu ou teve simpatia por ideais socialistas no início do século XX, em meados dos anos sessenta – período marcado pelo avanço das comunicações, por uma oferta de produtos como eletrodomésticos e uma diversificação da moda – era muito mais provável que acabassem por nutrir mais simpatias por partidos populares ou ainda de direita.⁴⁶⁸ Isso explica as dificuldades de adesão social aos planos de grupos radicais.

Em 1973, uma sequência de informações, dava conta da atuação do ERP argentino e a difusão da violência naquele país, demonstrando o avanço cada vez maior do terrorismo por parte da esquerda.

Exercito Revolucionário do Povo-ERP recrudescer suas atividades terroristas: Nova onda de sequestros, atentados a instalações diplomáticas do Uruguai, assalto à viatura de transporte de leite, assassinato de policial, ocupações de escolas e fábricas para fins de proselitismo

Dois novos sequestros ocorreram em 02 Julho de 73 em Buenos Aires e Córdoba.

Em Córdoba, foi sequestrado o subgerente da agência local do First National City Bank, Raul Bomanciti, que também é vice-presidente da Câmara de Comércio Exterior, e, na capital, os terroristas levaram o corretor de imóveis Pedro Fiks, romeno de 62 anos. (GL, 03 Jul 73)

* Os terroristas do ERP realizaram dois atentados, em 06 Julho de 73 alegadamente em solidariedade aos trabalhadores uruguaios. O primeiro foi em Buenos Aires, onde os terroristas fizeram disparos contra a residência do Embaixador do Uruguai, Adolfo Folie Martinez, depois de tentar incendiá-la com ‘coquetéis Molotov’. O outro atentado foi em La Plata, onde um comando do ERP ocupou o Consulado do Uruguai. (ESP, 07 Jul 73)

* Este grupo teria o propósito de roubar passaportes em branco, no que não foi, entretanto, bem sucedido. * (FSP, 07 Jul 73)

* O ERP declarou, em 09 Julho de 73 que um dos seus comandos assaltou um caminhão de leite nos subúrbios de La Plata e distribuiu o produto num bairro pobre. (ESP, 10 Jul 73)

Tais informações contribuíam para fortalecer o mito do crescimento comunista na América, mas, principalmente, o de uma invasão comunista no país. Como religiosos que recorrem ao mito dos demônios para justificar sua ação, anticomunistas traziam com relativa frequência o mito de uma invasão comunista no Brasil e de que o país seria o local ideal para uma insurreição. Baseado em informações de uma suposta reunião na Conferência

⁴⁶⁷ El Tupamaro, Março de 1974 Apud DINGES, John. Op. Cit. p. 89. Dinges afirma que o primeiro órgão oficial da *Junta Coordinadora Revolucionaria* foi o *Che Guevara*, publicado em novembro de 1974, o qual trouxe novamente o manifesto da junta.

⁴⁶⁸ ANGELL, Alan. Op. Cit. p. 474.

Tricontinental de 1966, na qual foram tratados “acordos secretos”, aos quais *Comunismo Internacional* não indica nenhuma fonte, o Brasil seria o local ideal para uma guerra de guerrilhas. A estratégia didática utilizada pelo agente de informações consiste em trazer uma série de notícias atuais e recentes sobre diferentes eventos comunistas na América, para logo na sequência, e com certa repetição, demonstrar como o país seria o alvo do interesse “subversivo”.

Os ‘Acordos Secretos’ da Conferência Tricontinental Comunista de Havana, realizada entre 03 e 15 Jan 66, incluíram as seguintes revelações sobre a estratégia de luta prevista para o Brasil consubstanciadas no idealizado Movimento Insurrecional de Recuperação Revolucionário – MIRR no tópico relativo a América Latina:

‘O Brasil é o território ideal para a guerra de guerrilhas. É país limítrofe com quase todos os países sul-americanos, e nosso trabalho ali será facilitado pelo fato de existir uma oposição, difusa e natural, ao regime militarista de Castelo Branco. (...) A miséria é cada dia maior. O desenvolvimento industrial do Brasil requer inversões fabulosas. A explosão demográfica, somada a desvalorização da moeda, precipita inevitáveis situações revolucionárias. O Partido Comunista e os grupos socialistas afins estarão com a disposição de capitalizar o descontentamento, engrossando as guerrilhas e lançando-as a partir dos mais diversos pontos do território do Brasil. Embora não possamos alcançar o podar rapidamente, desgastaremos o regime militar e faremos com que os Estados Unidos tenham que enfrentar gastos imensos nesse país, e também em toda a América Latina. Nosso objetivo é, pois, acercarmo-nos do poder, debilitando o militarismo e atacando o imperialismo ianque em uma guerra interminável, que custará milhares de milhões de dólares que o imperialismo perderá e que nós ganharemos, posto que haver-se-á de coordenar essa ação com a ação revolucionária na Ásia e na África, igualmente contra o poderio do capitalismo norte-americano e em favor da hegemonia do comunismo no mundo contemporâneo. O Brasil deve ser o barril sem fundo, no qual Washington gaste milhões de dólares em vão. A Revolução Socialista Mundial recolherá os correspondentes dividendos antiianques [sic].⁴⁶⁹

A referida reunião foi citada no segundo capítulo quando foi abordado os supostos planos comunistas para a difusão do ópio pelo mundo e a suposta tentativa de entorpecer a juventude com alucinógenos visando o enfraquecimento moral do Ocidente. Cabe questionar como “acordos secretos” chegaram ao conhecimento do SNI e o porquê de, nesse caso, não existir nenhuma indicação de fonte. Pode-se supor que é uma informação falsa, principalmente pelas estratégias que seriam adotadas pelos comunistas, como lançar-se numa guerra para enfraquecer financeiramente os Estados Unidos, que teriam de combater ao mesmo tempo outras guerras, também planejadas e articuladas com esse objetivo. Ações coordenadas visando a hegemonia do comunismo através do enfraquecimento econômico ou ainda dos excessivos gastos dos Estados Unidos, não condizem com a estratégia adotada pelos grupos de esquerda na época, baseadas nas teorias dos focos guerrilheiros ou mesmo de guerrilhas urbanas, visando muito mais a adesão da população e, a partir disso, uma tomada do poder. Por certo, entende-

⁴⁶⁹ *Comunismo Internacional*. Julho de 1973. p. 10.2.

se que um discurso de ódio e repulsa por parte da esquerda em relação aos “inimigos” como o imperialismo, era frequente e também estava na “ordem do dia” dessas organizações. Era, em certa medida, o sangue da fé revolucionária. Cabe questionar se esse arcabouço discursivo não teria sido manipulado em prol de seus adversários. A simples ausência de elementos da linguagem tipicamente marxista poderia ser um indício.

5.1.1. A experiência chilena

O governo de Salvador Allende, no Chile, foi um dos assuntos mais tratados em *Comunismo Internacional*. Essa preocupação começou já em 1970 quando Allende anuncia sua quarta candidatura à presidência chilena através da coligação de esquerda *Unidad Popular*. Allende, filiado ao Partido Socialista, teve sua candidatura vista com reservas pelos agentes ao produzirem seu relatório mensal de informações. Essa preocupação estava misturada com o avanço de movimentos “subversivos” na América Latina e Allende parecia ser a confirmação desse avanço. A ideia de que movimentos revolucionários, como o MIR, apoiavam sua candidatura ou de que o próprio candidato fosse simpático a esses movimentos foi uma constante nos assuntos sobre o Chile. Inicialmente, seu nome aparece ligado aos movimentos terroristas que marcaram o país antes das eleições:

Quase que diariamente atentados a bomba, assaltos e distúrbios estudantis vem se registrando no Chile. A morte de dois estudantes em choques havidos entre a polícia e os estudantes enlutou o país. O Presidente Frei viu-se na contingência de impor o estado de emergência por seis meses, pois o país não está habituado nem preparado para enfrentar a crescente violência. Além disso, é possível que novas dificuldades surjam, caso o Exército se veja forçado a auxiliar a polícia. Os pequenos grupos terroristas que vem causando e explorando a intranquilidade reinante, provavelmente operara independentemente, mas não há dúvida de que vêm demonstrando maior atividade. Embora o terrorismo seja condenado pelo poderoso partido comunista chileno, que espera eleger, a 4 Set 70 para Presidente, o marxista Salvador Allende, os extremistas continuam a utilizar suas táticas mantendo o país em regime de inquietude.⁴⁷⁰

Era exatamente temendo o avanço desse movimento revolucionário no Chile e a real possibilidade da eleição de Allende que os Estados Unidos lançaram-se em uma forte campanha contra o candidato da Unidade Popular. As informações de um caos no Chile e de uma situação de instabilidade eram constantemente relatadas por *Comunismo Internacional* com o intuito de alertar autoridades que recebiam a publicação. Nesse cenário, alguns brasileiros já estavam

⁴⁷⁰ *Comunismo Internacional*. Julho de 1970. p. 9.19.

refugiados no país e também tiveram seus nomes associado à campanha. Esses brasileiros estariam apoiando Allende por interesses políticos, além de seu grande fluxo para o país ser explicado por um “caixinha sustentado por asilados que usufruem de cargos.”⁴⁷¹

A participação desses brasileiros significava, para os agentes, a possibilidade de um apoio de Allende à causa dos refugiados e uma posterior tentativa de derrubar o governo brasileiro.

Atividades de Asilados Brasileiros no Chile - "PCB" - "CEPAL" - "OIT"

- a) Os brasileiros no Chile, entre asilados, refugiados ingressados como turistas ou clandestinamente, são estimados em 300.
- b) As razões principais desse afluxo de brasileiros no Chile seriam:
 - existência de uma "caixinha" sustentada por asilados que usufruem de cargos, bem remunerados em dólares, em órgãos internacionais, com sede no Chile, como a CEPAL, OIT, etc. (Ver CI-SI, Mai 70, Fl 9.22, subitem d. 3)
 - possibilidades melhores de contatos com o PC chileno e outras organizações de esquerda, e as perspectivas otimistas de uma vitória eleitoral de SALVADOR ALLENDE.- **que teria prometido, ao grupo de asilados, encabeçado por ALMINO AFONSO, apoio a movimento tendente a derrubar o governo brasileiro.**
- c) Em princípio, esses brasileiros estariam divididos em dois grupos:
 - o grupo do PCB (do 'Partidão') cujos líderes seriam:
 - Edmur José Fonseca
 - Lício Hauer
 - Ulrich Hoffman
 - Salvador Losaco Romano, ex-deputado, em cuja residência, em Santiago do Chile, se realizariam reuniões.
 - grupo liderado por Almino Afonso e Márcio Moreira Alves, cujo objetivo principal seria a formação da 'Frente Brasileira de Informações', como arma de propaganda contra o Governo brasileiro e eventualmente atuaria em 'ação direta' de guerrilhas, em coordenação com Amarllio Vasconcelos. (Ver CI-SI, Mai 70, Fl 9.1)
- d) Consta que Amarílio Vasconcelos, viveu 4 anos na China Comunista, onde trabalhou na revista 'Pequin Informa', ensinando português aos chineses.
- e) Cindido da Costa Aragão teria sido atraído para o grupo de Almino Afonso, ficando, encarregado por este, de elaborar um plano para instalação de uma escola de 'quadros político-militares'. (PRG 08197/70)

Percebe-se nessa matéria a tentativa cruzar informações importantes, como a guerrilha, formação de quadros, a participação de um brasileiro que viveu na China comunista e que ajudou na produção de um jornal, *Pekin Internacional* o qual era também recorrentemente citado em *Comunismo Internacional*. Por outro lado, o grupo mais ligado aos nacionalistas também preocupava. Almino Afonso fora Ministro do Trabalho de João Goulart e uma importante liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.⁴⁷² Márcio Moreira Alves fora também

⁴⁷¹ **Comunismo Internacional**. Julho de 1970. p. 9.19.

⁴⁷² AFONSO, Almino. **1964: Na visão do Ministro do Trabalho de João Goulart**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2014.

um importante crítico dos militares e um dos principais nomes no episódio da promulgação do Ato Institucional número 5.

A vitória de Allende, com uma coalização com o Partido Socialista, Partido Comunista, Radicais, Partido Social-Democrata, Ação Popular Independente e o Movimento de Ação Popular Unificado (Mapu)⁴⁷³, e seu governo foram alvo de críticas internas e externas, as quais visavam criar certa instabilidade política. Por outro lado, *a experiência chilena*⁴⁷⁴, como ficaram conhecidos os anos de Allende, atraíam as esquerdas latino-americanas, bem como refugiados e exilados brasileiros. Com sua vitória, consolidada no segundo turno em outubro de 1970, o caminho para o socialismo ganhava através de uma *via democrática* a possibilidade de sua realização e efetivação. Porém, seu governo não seria tranquilo. Pelo contrário, a Allende pesaram duras críticas, bem como supostas associações com os “inimigos da América”. *Comunismo Internacional* nos mostra o quanto os anos da *experiência chilena* foram marcados pela tensão.

A partir da leitura de *Comunismo Internacional*, percebe-se a tentativa de criar uma imagem negativa do Chile, bem como de seu governante. Tal estratégia, diga-se, não foi uma exclusividade da publicação do SNI, mas, antes, de uma infinidade de grupos anticomunistas que visavam enfraquecer Allende.

[...] as influências cubana e russa crescem, no momento, no Chile, quando o Sr. Allende mantém, no Ministério, elementos cubanos nas pastas de Relações Exteriores, Finanças, Trabalho, Educação, Minas e Obras Públicas; como prova dessa influência, pode citar-se a substituição dos conservadores ‘grupos móveis’, encarregados de controlar distúrbios e ações subversivas, por ‘comitês’ de defesa da comunidade, iguais aos modelados em Cuba, por inspiração soviética.⁴⁷⁵

A ação de um jovem brasileiro em 1971 na Universidade do Chile, ao destruir painéis com imagens que faziam campanha contra o Brasil, pois denunciavam a prática de tortura, foi elogiada pelos agentes de informações. Tal exposição, segundo notícia de *O Globo* transcrita na publicação falava em “supostas repressões policiais no Brasil”, e ainda concedeu espaço ao

⁴⁷³ AGGIO, Alberto. O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso. In. FICO, Carlos et al. (orgs). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e historiográfico. Op. Cit. p. 78.

⁴⁷⁴ Segundo Aggio, ao apontar diferentes interpretações da historiografia, “nunca foi e ainda não é fácil reconhecer ou registrar uma avaliação consensual a respeito da experiência chilena. Por muito tempo discutiu-se mais o projeto da via chilena ao socialismo do que as dificuldades e as vicissitudes da experiência chilena. Para muitos, a via chilena era tão-somente uma ilusão reformista. Por outro lado, mesmo entre aqueles que compartilhavam e defendiam a proposta de Allende, foram poucos os que reconheceram que ali se ensaiava uma perspectiva nova de se propor a construção do socialismo. AGGIO, Alberto. Op. Cit. 2008. p. 79.

⁴⁷⁵ **Comunismo Internacional**. Maio de 1971. p. 9.4.

jovem ativista pró-Brasil, Luiz Gonçalves de Oliveira, o qual se sentiu “ofendido, porque ali era insultado meu governo, do qual o General Garrastazu Médici é um grande presidente, um digno defensor da cultura do meu povo e um democrata cem por cento.”⁴⁷⁶ Se *Comunismo Internacional* contribuía para disseminar informações na *comunidade*, o jornal da família Marinho contribuía de diferentes formas na defesa do governo. O assunto foi explorado em várias edições do jornal e serviu como fonte para a publicação do SNI. Ao comentar a exposição que fazia “campanha contra o Brasil”, o agente, através de uma nota de rodapé afirmava que: “Além de TAKAO AMANO, fariam parte do grupo fomentador de falsas notícias sobre o Brasil, no Chile, os seguintes terroristas: Tito do Alencar Lima (frei Tito), Ubiratã de Souza, Aristenis Nogueira de Almeida, Ismael Antônio de Souza, Edmur Péricles de Camargo, Derly José de Carvalho, Otacílio Pereira da Silva.”⁴⁷⁷ A nota terminava por elogiar a ação do “bravo” brasileiro e a denunciar o clima de “subversão” presente no Chile:

Pelo incidente, foi revelada a existência de um clima de hostilidade ao nosso país no Chile, tradicional nação amiga até a subida do Sr. ALLENDE ao poder. O governo do Chile e a ala marxista da imprensa local dão guarida e apoio ao grupo de terroristas brasileiros, que para lá se dirigiram e ali instalaram seu QG de operações contra nosso país. Mais importante que tudo, porém, foi a atitude do andarilho, homem do povo, cujos brios nacionais o fizeram reagir violenta e prontamente a tentativa de denegrir o país. Esse o exemplo que ficou e, por ele, certamente o Comunismo Internacional teve a justa medida do quão impossível lhe será dobrar a resistência nacional, o valor e o amor à terra de todo um povo, de quem "tendo nascido no Brasil não é traidor."

Além de aspectos políticos, de um clima de “hostilidade ao Brasil” e do apoio a “terroristas” brasileiros – os quais estavam também sob a vigilância de agentes brasileiros – o governo de Allende foi atacado por *Comunismo Internacional* por transformar o país em um “verdadeiro caos”. Ao comentar uma série de matérias publicada na imprensa nacional e internacional em agosto de 1973, prenunciando o clima de grande tensão que assolava o país e que se estenderia até o mês de setembro, *Comunismo Internacional* afirmava que:

A onda terrorista que assola o Chile desde o início da ‘greve dos caminhoneiros’ já apresentava um saldo, a 22 de Agosto 73, segundo estatísticas oficiais, de 350 atentados diversos, 7 mortos e cerca de 40 feridos. Embora a magnitude dos danos causados reflitam apenas uma das consequências terroristas, fator da maior gravidade

⁴⁷⁶ *Comunismo Internacional*. Maio de 1971. p. 10.9.

⁴⁷⁷ Ibidem. Os nomes citados são de presos políticos trocados no sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher em 1971. Frei Tito cometeu suicídio na França em 1974 e Edmur Camargo foi um dos fundadores da organização M3G (Marx, Mao, Marighella e Guevara) e as notícias sobre seu desaparecimento são contraditórias. Documentos da Marinha apontam sua prisão em 1975 quando viajava do Chile para o Uruguai. Outro relatório do SNI apontam a data da prisão em território argentino no dia 16 de junho de 1971, a mesma data em que foi visto pela última vez. Tal articulação em 1971 entre os serviços repressivos do Cone Sul antecipa a criação da Operação Condor em 1975.

e o solapamento gradual que se vem observando na economia chilena, com toda a sua infraestrutura (serviços vitais, pontes, vias férreas, veículos de transporte, etc), a mercê de irresponsáveis grupos terroristas. Esse atual clima de agitação e desordem, fenômeno inédito no Chile até as eleições presidenciais de 1970, que levaram ao poder, por via democrática, o primeiro governo marxista nas Américas, tem se agravado, ultimamente, com as atitudes de grupos conservadores, insatisfeitos com a situação que atravessa o país, sob a direção marxista de Allende, as quais se somam as violentas ações da extrema-esquerda, atualmente incontroladas e em fase de ampla manifestação subversivo-terrorista.⁴⁷⁸

O apoio dos Estados Unidos no aumento da crise chilena não deve ser esquecido, mas é importante ressaltar o papel de grupos internos contrários a Salvador Allende. Se o golpe em 1973 contou com forte aparato estadunidense, também foi motivado pela atuação de grupos civis chilenos, principalmente no meio estudantil. Samantha Quadrat realizou uma importante reflexão ao estudar a juventude oposicionista vinculada a grupos conservadores. Esses jovens não estariam vinculados aos grupos de esquerda, como o MIR e a *Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile*, tampouco seria simpatizante da *Unidad Popular*. Essa juventude não estaria ausente dos debates políticos que marcaram a sociedade chilena, mas estariam longe do discurso hegemônico que unifica a juventude ou a “geração de 1968” como partidária da revolução. Seu estudo está centrado na *Federación de Estudiantes Secundários de Santiago* e a *Federación de Estudiantes de la Universidad Católica* (FEUC). Deste último saiu um dos principais ideólogos do “pinochetismo”, Jaime Guzmán. Esses grupos também saíram às ruas e protestavam, constituindo um forte grupo de pressão contra o governo de Allende. A rua não seria ocupada apenas por jovens rebeldes contra o *status quo*, mas também por aqueles que defendiam permanências ou estariam alinhadas com o campo conservador.⁴⁷⁹ Um dos pontos de tensão da sociedade chilena, segundo *Comunismo Internacional*, foi a tentativa de criar a Escola Nacional Unificada, vista como uma estratégia de “construir o socialismo”.

O projeto da ‘Escola Nacional Unificada’ é a tentativa mais recente de comunização do ensino, feita por Allende. É, também, a que encontrou maior oposição, de parte dos estudantes, das Forças Armadas e do povo em geral. O texto que acompanha o projeto não faz mistério das intenções do governo e diz que a reforma se destina ‘a

⁴⁷⁸ **Comunismo Internacional**. Agosto de 1973. p. 9.6. Aggio aponta como essa desestabilização econômica foi, porém, um plano arquitetado pelos setores mais ligados às direitas chilenas. “Elas visavam desagregar paulatinamente a legitimidade do presidente por meio de um duplo processo: ataque frontal à legalidade das ações governamentais e, simultaneamente, estímulo ao recrudescimento da polarização ideológica, objetivando a neutralização da Democracia Cristã (DC), partido que o ocupava o centro do espectro político chileno. O objetivo era a levar a situação a um ponto de desinstitucionalização para, em seguida, desfechar o golpe final.” AGGIO, Alberto. Op. Cit. p. 79.

⁴⁷⁹ QUADRAT, Samantha Viz. A oposição juvenil à Unidad Popular. In QUADRAT, Samantha Viz e ROLLEMBERG. Op. Cit. 2010. p. 527.

desenvolver os chilenos como pessoas que possam ser incorporadas ao processo produtivo, integradas na nova realidade social do Chile e capazes de assumir responsabilidades na construção do socialismo'. O projeto encontrou uma vigorosa oposição em todo o país. Os estudantes protestaram nas ruas e através de seus órgãos de classe. A Federação dos Estudantes das Escolas Secundárias lançou um protesto veemente contra o plano educativo do governo, afirmando que sua verdadeira intenção é 'impor um plano de reforma de base do ensino, com a finalidade de o subordinar ao propósito de que se cumpram as finalidades partidárias da, 'Unidade Popular e se favoreça o que essa organização chama de 'transição para o socialismo'. Os estudantes não se limitaram a esse tipo de oposição. Manifestaram-se nas ruas da capital e de todo o país. E disseram, que não pretendem sujeitar-se a esse tipo de ensino totalitário, completamente oposto aos seus ideais democráticos e de liberdade de expressão.⁴⁸⁰

Segundo Quadrat, a ENU era uma tentativa do governo chileno de democratizar o ensino, mas, de fato, acabou por gerar muitas desconfianças de diversos setores, incluindo o próprio meio estudantil ligado ao grupo à FEUC. Segundo a autora, a ENU foi um dos pontos que contribuiu para o desgaste progressivo de Allende e o aumento da força de setores conservadores contra a UP.⁴⁸¹ O golpe estava em marcha e contava com o aparato militar, diversos segmentos civis e forte apoio estadunidense. Porém, esse apoio estadunidense não pode ser considerado o único elemento na derrubada de Allende, tornando-se necessária a análise de diferentes atores na imbrincada disputa política. Interpretações meramente instrumentalistas desses momentos de tensão social não levam em conta outros elementos, como ações e consequências imprevistas ou não-controladas.⁴⁸²

A última edição de *Comunismo Internacional*, de setembro de 1973 e produzida após o golpe chileno, cita não menos do que 98 vezes o nome de Allende. Desde uma cronologia com os principais eventos de setembro de 1973, notícias sobre brasileiros exilados no país, passando pela viúva do presidente em visita a Cuba, ou ainda pela influência cubana e soviética no governo de Allende até críticas àqueles que contestavam o suicídio do presidente.⁴⁸³

A atitude soviética de imputar a morte de Allende aos militares que exigiram a sua renúncia, faz parte, obviamente, da estratégia comunista de 'fabricar' um novo 'mártir'. Essa mesma acusação foi feita por outros governos e dirigentes marxistas (I), dentro do natural esquema predeterminado por Moscou (e, também, Pequim), visando desacreditar a versão oficial da Junta de Governo chilena e confundir a opinião pública

⁴⁸⁰ *Comunismo Internacional*. Maio de 1973. p. 10.10.

⁴⁸¹ QUADRAT, Samantha Viz. Op. Cit. p. 540.

⁴⁸² ROUQUIÉ, Alain. Op. Cit. p. 272. Detalhes do golpe podem ser encontrados em DINGES, John. Op. Cit. 2005. Para maiores detalhes sobre a *experiência chilena* e o governo Allende, AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo: a experiência chilena**. São Paulo: Annablume, 2002.

⁴⁸³ Em 2013 o livro lançado por Castro e Zepeda contesta a tese de suicídio de Allende. CASTRO, Francisco Marin e ZEPEDA, Luis Ravanal. **Allende: yo no me rendiré**. Santiago, Chile: Ceibo, 2013.

no Ocidente, bem como proporcionar farta munição demagógica aos meios de divulgação e organizações de frente comunistas, na sua insidiosa e continuada campanha contra a verdadeira democracia, adotada pelo Mando Ocidental. Esse mesmo engodo é o que a imprensa vermelha difunde por trás das cortinas ‘de ferro’ e ‘de bambu’, para repasto dos mal informados povos desses países comunistas.⁴⁸⁴

Em uma nota de rodapé, *Comunismo Internacional* afirmava que Fidel Castro pronunciara detalhes operacionais do assassinato de Allende. Após essa matéria sobre o questionamento do suicídio de Allende, a publicação trazia números de imigrantes em situação ilegal no país:

A Embaixada do Chile em Brasília divulgou, em 15 de Setembro 73 a seguinte nota oficial: ‘Até o momento, foram encontrados, oficialmente, mais de 13 mil estrangeiros em situação irregular, em sua grande maioria extremistas, entre os quais se indicam: 4.178 bolivianos, 2.139 argentinos, 987 cubanos, 1.297 brasileiros, 3.256 uruguaios, 580 colombianos e 148 mexicanos. (NI nº 221/73)

O governo do falecido Presidente Allende dera-lhes ‘passaporte de exilado’ e a dispensa de pagamento da cota obrigatória de estrangeiros residentes, além de lhes facilitar emprego nos organismos estatais. A Junta Militar fez um apelo à população, pedindo que ‘denuncie todos os estrangeiros que vieram para matar chilenos’. A ação coercitiva do governo e dirigida contra os estrangeiros que se imiscuíram na política interna do país e, em especial, aos extremistas que entraram no país nos últimos anos.⁴⁸⁵

Após o golpe em 1973, muitos brasileiros que haviam se exilado no Chile buscaram auxílio em diferentes embaixadas. A ditadura que se seguiu sob o comando de Augusto Pinochet foi, sem dúvida, uma das mais violentas e cruéis que marcaram a história latino-americana. Com uma brutal perseguição aos opositores logo nos primeiros dias após o golpe e fuzilamentos em estádios de futebol, o Chile viveu sob um regime ditatorial até 1990.

5.1.2. Cuba: o alvo principal

A infinidade de conteúdos abordados em *Comunismo Internacional* são de grande diversidade e abarcam diferentes situações na América ou ainda do próprio Brasil. A preocupação com Cuba não poderia ser menor e em todos os números existe uma grande quantidade de notícias sobre o comunismo cubano. O regime de Fidel Castro mereceu muitas análises e informes na publicação. Mensalmente, os agentes do SNI produziam dados sobre a atuação de Cuba ou os buscavam na imprensa nacional ou estrangeira, procurando referendar a

⁴⁸⁴ *Comunismo Internacional*. Setembro de 1973. p. 10.13.

⁴⁸⁵ *Ibidem*. p. 10.14.

tese sobre o perigo que a ilha de Castro representava ao mundo. Não podemos esquecer que brasileiros exilados também partiram para lá em busca de treinamento militar. A publicação informava que os “subversivos libertados” em troca do embaixador alemão, retornariam ao país para “prosseguirem sua luta”.⁴⁸⁶ Ao que indica a publicação, esses brasileiros buscariam treinamento em Cuba, assim como militantes e “terroristas” argentinos que tiveram preparação militar na ilha. Isso seria motivado pela “falta de elementos capacitados e que a solução era prepará-los e também obtê-los nos cárceres.”⁴⁸⁷

Algumas matérias em *Comunismo Internacional* constantes no Arquivo Público de São Paulo possuíam diversas marcações feitas a caneta, principalmente quando envolvia o nome de brasileiros acusados de subversão e terrorismo ou de suas organizações políticos. Marcas em nomes e locais, possivelmente a alimentar outras fichais, individuais ou temáticas, contribuindo para o aumento exponencial de informações produzidas, mas também, e principalmente, para a circulação delas dentro da *comunidade*. O *serviço* criado por Golbery iria alimentar diversas agências estaduais e o aparato repressivo, além de ser lido em diferentes instâncias do poder. Um detalhe importante é o aumento do número de cópias produzidas. Em junho de 1970, eram produzidas aproximadamente 180 exemplares, chegando a 268 em setembro de 1973. Ao longo dos anos novos órgãos passaram a receber a publicação, bem como novas autoridades eclesiásticas, demonstrando a importância que os militares atribuíam ao clero, tanto o progressista como o mais identificado ao conservadorismo.

Sobre a importância atribuída à Cuba, ela pode ser mensurada em dois exemplos. O primeiro sobre a ideia de Castro, aos olhos da publicação, de apoiar a subversão no país. O segundo, do acompanhamento sistemático da vida de brasileiros no exterior, inclusive em Cuba.

O Serviço Secreto do Exército venezuelano anunciou, em 22 Jun 70, que o Primeiro-Ministro cubano, Fidel Castro, continuará a promover guerrilhas urbanas na América Latina, através do apoio financeiro e material de Cuba, principalmente aos estudantes universitários esquerdistas do Hemisfério. Castro abandonou a ideia da exportar a revolução mediante o apoio aos grupos rebeldes rurais, pois chegou à conclusão de que tal estratégia ‘não rendeu os benefícios esperados devido a não adesão dos camponeses. O Governo cubano vem se esforçando ultimamente para revitalizar a OCLAE (Organização Continental Latino-Americana de Estudantes), que congrega os estudantes esquerdistas do Hemisfério e cujo lema é: ‘o dever de todo Exército revolucionário é fazer a revolução’.

Para o SNI, era essencial reforçar cotidianamente o perigo do comunismo, principalmente o cubano, como a relembrar que se os feitos dos irmãos Castro foram possíveis

⁴⁸⁶ *Comunismo Internacional*. Agosto de 1970. p. 8.22.

⁴⁸⁷ *Ibidem*.

em Cuba, era necessário e fundamental manter a vigilância para impedir que o mesmo ocorresse em terras brasileiras. E isso começava pelo alerta, pela informação. Ou talvez, pela disseminação do medo. Afinal, o “inimigo” estaria sempre à espreita, a observar o melhor momento para atacar. “Conheça o inimigo: o que ele faz, o que ele diz...”

Caberia monitorar os brasileiros no exterior, procurando estar sempre atento aos passos dados por exilados e banidos. Estes “elementos”, para a comunidade repressiva, buscariam retornar ao país em sua luta. Um longo e detalhado acompanhamento de Osvaldo Soares, membro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), demonstra a circulação das informações dentro das agências, mas o alcance internacional dessa vigilância:

Osvaldo Soares, ex-2º sargento da aeronáutica foi preso, em São Paulo, em 17 Maio 70, tendo sido libertado, em 15 Junho 70, em troca pela liberdade [sic] do embaixador alemão no Brasil, que havia sido sequestrado. Osvaldo era importante membro da VPR e atuava em São Paulo, onde seria o substituto de Ladislav Dawbor, na Coordenação Regional da ‘Organização’. Entre outras ações, participou ativamente do sequestro do Cônsul Geral do Japão em São Paulo. É oriundo da COLINA (Comando de Libertação Nacional). Foi treinado, em 1968, na Província de Pinar del Rio, em Cuba, em um curso que se iniciou com 8 brasileiros (1 não foi incluído no curso por indisciplina) e 1 uruguaio, incorporando, depois, 2 angolanos, 4 nicaraguenses e 1 panamenho.

Inicialmente, houve uma marcha de 15 dias de duração, onde receberam as primeiras noções de como vive uma guerrilha no campo. Levaram, além do equipamento, um fuzil FAL e uma mochila com rede, abrigo de nylon, cobertor e latas de alimentos em conserva. Seguiu-se um curso teórico de dois meses e meio, dado num quartel de Exército cubano. Finalmente, realizaram outra marcha de 15 dias, com o mesmo equipamento, porém, com aumento de peso da mochila, pelo acréscimo do número de latas de conserva.

No curso eram ministrados ensinamentos de topografia, armamento, explosivos, tática e primeiros socorros. Os instrutores eram todos sargentos do exército cubano.

[...]

Sua viagem para Cuba foi preparada por Juarez Guimarães de Brito ‘Juvenal’ ou ‘Júlio’ e Djaci Magalhães Florêncio ex-secretário de Miguel Arraes. Viajou do Brasil a Paris, com outro brasileiro de codinome ‘Sérgio’, pela companhia de aviação ‘BUA’, com codinome verdadeiro. Em Paris, permaneceram 15 dias, tendo sido recebidos por um brasileiro de nome Baptista e codinome ‘Marcel’, que os hospedou em casa de um padre, que frequentemente hospedava seminaristas, onde aguardaram a chegada dos outros brasileiros.

De Paris viajaram para Praga 9 brasileiros, de trem, com nomes verdadeiros, onde permaneceram 5 dias. (Fins de Jun 68)

Da Praga viajaram para Havana, de avião, com passaportes cubanos com nomes falsos. (Jul 68) Em Havana, foram recebidos por um tenente do Exército de nome Firmin, ‘figura muito conhecida, que recebe todos os brasileiros’. Ficaram hospedados em uma casa, durante um mês e meio; aguardando instruções, antes do início dos cursos.

Realizados os cursos, com início em setembro de 68 e término em março de 69, ficaram aguardando o regresso ao Brasil, feito em junho 69. Osvaldo e ‘Sérgio’ Viajaram juntos até Montevideú, com nomes verdadeiros, via Argel, Paris e Santiago do Chile, em avião. Em Argel ficaram três dias; em Paris oito dias e em Santiago cinco dias, onde procuraram Almino Afonso que lhes conseguiu pensão, deu-lhes 600 pesos chilenos para gastos de viagem e disse para procurarem Amauri Silva em Montevideú que lhes ajudaria no que fosse possível. De Santiago do Chile viajaram para Montevideú, via Argentina, de ônibus. Em Montevideú, Amauri Silva aconselhou-os

a se hospedarem no Hotel Alhambra.

Como estavam sem contato com a organização Osvaldo combinou com seu companheiro, 'Sérgio', que este viria primeiro para o Brasil, por ter mais possibilidade de restabelecer o contato e, isto feito, passaria um telegrama, para então, também vir para o Brasil. Marcaram encontro em Belo Horizonte, com senha, contra-senha, sinal de identificação etc. Por indicação de Amauri Silva, Osvaldo procurou, em Rivera, o advogado e ex-vereador cassado de Dom Pedrito, Nelson Aquino Silveira Machado que lhe orientou que para atravessar a fronteira era só cruzar a rua e que não havia nenhum policiamento. Chegou ao Brasil em Junho de 1969. (PRG 10894/70)

Pouco menos de um ano depois de retornar ao Brasil, Osvaldo participou do sequestro do cônsul japonês, que visava resgatar Chizuo Osava, o “Mario Japa”, importante membro da VPR preso em fevereiro de 1970. Com medo de que a prisão de “Mario Japa” pudesse chegar até Lamarca, a organização decide pelo sequestro, conseguindo a libertação poucos dias depois. A grande maioria dos envolvidos no sequestro acabou presa, como Osvaldo. Em sua ficha no DEOPS de São Paulo, constam informações de Osvaldo, incluindo sua ligação com Carlos Lamarca e seu cargo de comandante da VPR em São Paulo. Por fim, na ficha consta que em 29 de dezembro de 1978 o Presidente da República assinou o ato revogando seu banimento, podendo voltar ao país desde que respondesse processo na justiça. Teve seu caso analisado pela Comissão de Anistia em 2005, tendo parecer favorável.

Ao longo de mais de três anos, *Comunismo Internacional* contribuiu para disseminar informações sobre a ação de comunistas no país e na América e principalmente insuflar a ideia de um perigo comunista a crescer constantemente, seja por meio de padres progressistas ou de “elementos do comunismo internacional”. Um “inimigo” que deveria ser observado constantemente, mas também sempre lembrado.

Cuba, Chile, Argentina, Fidel Castro, Tupamaros, Montoneros, Salvador Allende, MIR, Teologia da Libertação. Nomes que remetiam ao crescimento do “perigo vermelho”. Nomes que deveriam ser vigiados, esquadrinhados e lembrados. *Comunismo Internacional* insere-se neste ato de lembrar, de recordar a força do inimigo. Mas, principalmente, insere-se no exercício de conhecer, de decifrar suas características. Em meio ao subdesenvolvimento da América Latina, esse “inimigo” ganhava força. No campo ou na cidade, nas igrejas e nas universidades, o marxismo ganhava fôlego, ganhava força. Era necessário tirar-lhe o ar. Tirar-lhe a força vital. Era urgente conhecê-lo, desnudá-lo. Fazia-se essencial conhecer as maneiras de agir desse comunista.

Maneiras de agir de um comunista

- Tentar influir em sua esfera de ação em qualquer assunto que interesse ao partido.
- Impedir sem alarde, mas com firmeza qualquer oposição aos comunistas.
- Minimizar sempre o perigo e a importância das atividades comunistas.
- Defender sempre os pontos da vista e as campanhas do PC, sem empregar entretanto

os slogans e jargões característicos.

- Procurar sempre desacreditar as autoridades particularmente as militares e policiais.
- Repetir sempre: comunismo é fome" e quem o inventa são os industriais anticomunistas.
- Amaciar a resistência democrática, afirmando que embora não sendo comunista é inegável que o mundo caminha para o socialismo.
- Atacar ostensivamente os elementos do partido caídos em desgraça, para creditar-se como anticomunista.⁴⁸⁸

Conhecer o “inimigo” era preciso. No Brasil, na América Latina, mas também na Europa, África, Ásia. Se ele estava infiltrado em diversos segmentos da sociedade, poderia fazer o mesmo em todos os países. O discurso “subversivo” poderia partir também de religiosos. O movimento religioso foi um grande obstáculo e entrave ao regime.

5.2. Movimento Religioso

Quando analisamos os momentos que antecederam o golpe civil-militar e o contexto social e político, visualizamos o clero, em sua maioria, apoiando a intervenção dos militares e sua posterior tomada do poder. Para determinados setores religiosos era uma forma de conter a subversão e o “perigo comunista”. Era também uma forma de conter aqueles que pregavam contra a igreja e “contra a fé”. Entendiam que os comunistas representavam uma ameaça não somente para a propriedade privada, mas também para a religião. O movimento de caráter católico *Tradição, Família e Propriedade* (TFP) tinha grande aceitação e mobilizou inúmeros fiéis contra João Goulart, bem como as Marchas da Família com Deus Pela Liberdade, com apoio em diferentes movimentos religiosos. O golpe de 1964 aconteceu também com as bênçãos de parte significativa do clero católico. Excetuando alguns setores como algumas lideranças da CNBB e outros mais identificados às esquerdas, como a JUC (Juventude Universitária Católica) e a JOC (Juventude Operária Católica), a maior parte da Igreja Católica acreditava que a “intervenção militar” era uma garantia para a manutenção da fé e assim “derramou suas bênção” ao golpe e caminhou ao lado dos militares.⁴⁸⁹

⁴⁸⁸ **Comunismo Internacional**. Julho de 1970. Seção Conheça o inimigo: o ele faz, o que ele diz. Essa citação remete a uma publicação do Estado-Maior do Exército, chamada “Ação educativa contra a guerra revolucionária” de 1963.

⁴⁸⁹ Para análises da Igreja Católica antes do golpe de 1964 ver AZZI, Rioldo e GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II. Terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008. BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. **A bênção de abril**. Brasil Urgente: Memória e engajamento católico no Brasil 1963-1964. Petrópolis: Vozes, 1983.

O trabalho de Kenneth Serbin, *Diálogos na Sombra*, demonstra as imbricadas relações entre Igreja e Estado e a maneira encontrada pelos militares e religiosos de aplacar ânimos de ambos os lados. Os “diálogos na sombra” eram na verdade os encontros da Bipartite na qual o “presidente decidira dialogar com os homens que representavam uma ameaça política maior à ditadura do que as guerrilhas ou qualquer outro grupo: os bispos da Igreja Católica.”⁴⁹⁰ Segundo Serbin, ao passo que existia intensificação da repressão e principalmente a perseguição a militantes católicos e a prisão e tortura de padres acusados de participarem do generalizante “movimento subversivo”, a Igreja também modificava seu discurso para a defesa dos direitos humanos, aumentando ainda mais o abismo entre esses dois setores.⁴⁹¹

O movimento que leva a Igreja latino-americana para o caminho da justiça social ganha maior visibilidade com a II Assembleia Geral do Celam em Medellín, ocorrido na Colômbia em 1968, com uma declaração na qual condenavam o subdesenvolvimento, bem como a violência na América Latina, lançando a pedra da “Teologia da Libertação”.⁴⁹² O discurso sobre igualdade, que para os setores mais conservadores e anticomunistas estava ligado à prática comunista, estaria para esses setores mais progressistas na base do pensamento cristão que clamaria por justiça social.⁴⁹³ Cabe ressaltar que essa transformação em prol de um discurso mais humanista e igualitário foi recebida de diferentes maneiras pelos católicos e pelo Vaticano e alta cúpula da Igreja no Brasil. Não podemos afirmar que existia um pensamento único dentro da igreja, mas uma diversidade de interpretações sobre o papel social da instituição e a validade de uma prática progressista. Quando analisamos a participação dos dominicanos no período ditatorial e as razões para esse engajamento, o discurso em prol dos mais necessitados torna-se um pouco mais claro. Segundo Frei Betto,

[...] Acolhíamos pessoas filiadas a tendências políticas diversas que, por se colocarem em oposição ao regime, eram perseguidas. Esse apoio caracterizava-se sobretudo em guardá-los em locais seguros, transportá-los de uma cidade a outra e tranquilizar suas famílias. Dentro de nossas possibilidades e de nossa condição de religiosos, ajudávamos pessoas sob o risco de prisão, de tortura e de morte. Fazíamos exatamente o mesmo que a Igreja fizera nos países europeus dominados pelo fascismo e faz hoje, por exemplo, na Polônia.⁴⁹⁴

⁴⁹⁰ SERBIN, Kenneth P. **Diálogo nas sombras**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Tradução Carlos Eduardo Lins da Silva e Maria Cecília de Sá Porto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 21.

⁴⁹¹ Ibidem. p. 24.

⁴⁹² Não se pode esquecer do impacto do concílio Vaticano II, iniciado em 1962 e concluído em 1965, na Igreja Católica na América Latina.

⁴⁹³ SERBIN, Kenneth. Op. Cit. 2001. Ibidem. p. 98.

⁴⁹⁴ FREI BETTO. **Batismo de sangue**: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. 9ª ed. Rio de Janeiro:

Emergia assim um discurso em defesa dos oprimidos da sociedade e daqueles que eram perseguidos por um regime ditatorial. Justificava-se, segundo os dominicanos, a prática da caridade e da justiça social. Outros religiosos lançaram-se no mesmo discurso, como os bispos e superiores de ordens religiosas do Centro-Oeste brasileiro em maio 1973, afirmando que era “preciso vencer o capitalismo. E ele é o mal maior, o pecado acumulado, a raiz estragada, a árvore que produz esses frutos que nós conhecemos: a pobreza, a fome, a doença e a morte da grande maioria. Para isso é preciso que a propriedade dos meios de produção (das fábricas, da terra, do comércio, dos bancos, fontes de crédito) seja superada.”⁴⁹⁵ Outros grupos católicos como a Ação Católica Brasileira (ACB), Movimento de Educação de Base (MEB) demonstravam juntamente com as anteriormente citadas JOC e JUC – da qual sairia a Ação Popular (AP) e que futuramente iria aderir à luta armada – uma vigorosa esquerda católica. A Igreja implementou ainda mudanças significativas, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).⁴⁹⁶

Sobre a Teologia da Libertação, *Comunismo Internacional* publicou uma notícia da revista *Informations Catholiques Internacionales* de maio de 1970, com o título “a Teologia da Libertação ou a tarefa da Igreja na América Latina” na qual percebia-se um elogio desse movimento religioso e de uma importante reunião ocorrida em Bogotá, Colômbia no ano de 1970. A matéria anunciava que o movimento por uma igreja mais próxima dos pobres começava a ganhar força, pois existia um “homem novo” a ser criado, e este “homem novo a criar, a vida o exige, na América Latina, que exige também que o cristianismo faça sua parte.”⁴⁹⁷ Ainda segundo a publicação estrangeira a Teologia da Libertação seria a “ressurreição destes homens desumanizados e marginalizados que constituem 75% dos quase 300 milhões de latino-americanos. É enfim, a teologia calcada na teologia de São Paulo sobre o ‘homem novo’”.⁴⁹⁸

O agente não teceu nenhum comentário sobre a matéria, mas citou outros importantes

Bertrand, 1987. p. 42.

⁴⁹⁵ Apud LOWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 314.

⁴⁹⁶ SERBIN, Kenneth P. Op. Cit. pp. 99-107.

⁴⁹⁷ **Comunismo Internacional**. Junho de 1970. p. 9.14.

⁴⁹⁸ Ibidem. p. 9.14.

bispos na sua defesa dos militares e do governo. Em palavras elogiosas à ditadura, D. Agnelo Rossi, arcebispo de São Paulo e D. Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, além do Pastor Presbiteriano Ernesto Bernhoeft, que era, segundo a publicação, professor de Moral e Cívica.

Segundo Bernhoeft, que estava a caminho da Alemanha para palestras e iria contribuir para melhorar a imagem do país no exterior, o “Brasil dos nossos dias é diferente daquele antes de março de 1964. [...] Retomamos a trilha do desenvolvimento. Há respeito e disciplina, fatores indispensáveis para o progresso. Os atentados terroristas têm contribuído para mostrar aos nossos jovens o acerto dos princípios revolucionários.”⁴⁹⁹ Os princípios revolucionários em questão eram os da “Revolução de 1964”, os quais eram, no entender do pastor, a “solução para os problemas brasileiros e o único caminho para o desenvolvimento nacional.”⁵⁰⁰ Já D. Vicente Scherer, em matéria do O Globo, afirmava que os “terroristas constituem uma sociedade do crime (‘societas sceleris’) e não recuam da prática de qualquer ato contra a vida e os bens alheios.” D. Vicente ainda criticava D. Hélder Câmara, pois este não aproveitava o prestígio que possuía para defender das “difamações e calúnias que se espalham contra o nosso país no exterior”. Para o religioso o sequestro embaixador alemão no país serviu para mostrar ao mundo que os “terroristas e autores de assaltos, roubos e homicídios”, não poderiam ser vistos como idealistas ou defensores da justiça e da “fraternidade e da democracia cristã”.⁵⁰¹

Outro notório defensor de uma Igreja mais conservadora e entusiasta da ditadura, D. Agnelo Rossi era visto como defensor dos militares, omitindo-se em relação às torturas, acreditando ser inoportuno se manifestar contra elas, além de ser favorável a penas mais duras, como a de morte.⁵⁰² Em *Comunismo Internacional* suas palavras seguem em uma direção semelhante, ao se posicionar contra ataques ao Brasil, afirmando que “é incrível como jornais de países cultos da Europa (e muitos deles jornais católicos) tenham dito tantos despautérios contra o Brasil.”⁵⁰³

As duas últimas matérias de O Globo demonstram, por outro lado, o posicionamento do jornal ao longo da ditadura e sua simpatia pela ação dos militares.⁵⁰⁴ A matéria na qual Rossi

⁴⁹⁹ **Comunismo Internacional**. Junho de 1970.. p. 9.16.

⁵⁰⁰ Ibidem. p. 9.15.

⁵⁰¹ Ibidem. p. 9.17.

⁵⁰² SERBIN, Kenneth P. Op. Cit. p. 105.

⁵⁰³ **Comunismo Internacional**. Junho de 1970. p. 9.17.

⁵⁰⁴ Apenas 49 anos depois do golpe, as organizações Globo declaram em editorial que o apoio à ditadura foi um erro. “A consciência não é de hoje, vem de discussões internas de anos, em que as Organizações Globo concluíram

faz sua intervenção, termina da seguinte forma:

A difamação é habilmente difundida. Sua origem é desgraçadamente para nós, amigos da França, geralmente francesa. No famoso diário parisiense 'Le Monde', por exemplo, escreve sempre sobre o Brasil um Sr. Mareei Indergan, fiel à política das esquerdas e atacando os regimes militares, quando não se afinam com seus ideais. É notória ademais, sua má vontade contra nosso país. No 'L'Express' escreve outro inimigo da Revolução brasileira, o Sr. Edouard Bailbys velho comunista militante, que já residiu no Brasil e mesmo parece haver cursado uma de nossas faculdades de Jornalismo.⁵⁰⁵

Deve-se ter a clareza que o papel da grande mídia contribuiu para difundir uma imagem positiva dos militares e de seus feitos. Se existia uma censura a uma parcela da imprensa, muitos agiram como verdadeiros “cães de guarda” do regime.⁵⁰⁶

As relações do clero progressista com partidos políticos também era alvo de acompanhamento por parte dos agentes. Neste caso a informação não procedia da grande imprensa, mas sim de algum relatório interno. Ao acompanhar uma reunião do PCB no mês de março de 1970, a qual ocorria para analisar “aspectos de conjuntura”⁵⁰⁷, o partido acabou por expedir um documento chamado “Resolução Política”, no qual, segundo o documento obtido com “exclusividade” pelos órgãos de informações, buscava-se analisar a posição da Igreja Católica.

Recomenda-se uma maior ativação da campanha contra torturas e assassinatos de adversários políticos da ditadura e uma maior aproximação com a Igreja Católica, pois a medida que realizarmos a unidade com os católicos, as lutas das massas serão mais facilmente cercadas de êxito.⁵⁰⁸

Os comunistas buscavam, segundo a publicação, uma aliança com a Igreja almejando um maior alcance popular. Aos olhos dos agentes, tal aliança era também mais uma demonstração da “tática comunista”. Um mês depois, os bispos da CNBB lançavam um

que, à luz da História, o apoio se constituiu um equívoco.” Editorial, 31/08/2013.

⁵⁰⁵ **Comunismo Internacional**. Junho de 1970. p. 9.17.

⁵⁰⁶ Faço alusão ao livro de Beatriz Kushnir, o qual demonstra como as relações entre imprensa e ditadura não foram apenas de oposição ou de resistência, mas antes, foram também de grande colaboração. Kushnir concede especial destaque ao jornal Folha da Tarde, do grupo Folha, o qual, segundo a autora, era o jornal de maior “tiragem”, não pela venda exemplares, mas sim pela quantidade de policiais na sua redação. KUSHNIR, BEATRIZ. Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2004.

⁵⁰⁷ O termo “Aspectos de conjuntura” aparece com muita frequência nos relatórios dos serviços de informações, além de existirem relatórios com essa denominação, configurando-se em uma prática corriqueira desses órgãos.

⁵⁰⁸ **Comunismo Internacional**. Junho de 1970. p. 9.19.

documento chamado “Mensagem ao Povo de Deus”, no qual estavam traçadas considerações sobre temas relevantes como divórcio e questões sobre justiça social. O destaque conferido por *Comunismo Internacional* se deu principalmente no tema “justiça social”, o qual fazia críticas às violências perpetradas pelo governo contra parte da sociedade. Para os bispos “diante de fatos notórios e inegáveis de torturas físicas e morais infringidas a presos políticos, em diversas partes do país, não podemos, como pastores deixar de externar a nossa preocupação”.⁵⁰⁹

A resposta dos agentes de informações veio da seguinte forma:

A redação desse documento, ao abordar os aspectos de torturas físicas e morais, segue a mesma orientação traçada pelo PCB: em sua ‘resolução política’. Há muito, os marxistas se preocupam em abalar os alicerces da Igreja, através da infiltração de elementos nos Seminários e Ordens Religiosas, ou pela exploração de controvérsias surgidas entre os seus dirigentes. Em diversas oportunidades, já foi constatado o envolvimento de elementos do clero em atividades subversivas, visando à derrubada do Governo por meio da luta armada ou, através da linha pacífica para a tomada do poder, pela aglutinação da classe operária, conforme apregoa o PCB.

A recente prisão de religiosos envolvidos em atividades do grupo VAR-PALMARES, que se dedicavam à estruturação da subversão no meio operário, formando o Partido-Revolucionário Trabalhista, tudo indica corroborar o preconizado na ‘Resolução Política’, na parte referente à luta das massas.⁵¹⁰

Outro nome sempre muito visado pela publicação, mas também por todo o aparato de informações, era D. Hélder Câmara. Nascido no Ceará e um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Câmara ficou conhecido por seus discursos e ações em defesa de perseguidos políticos, bem como aos mais necessitados. Era visto como um inimigo do regime e também dos anticomunistas. Em 1969 seu assistente, padre Henrique Pereira Neto foi assassinado pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), e no ano seguinte, em Paris, denunciou as torturas ocorridas no país. Para tentar minimizar sua ação, o governo proibiu que seu nome aparecesse em algum meio de comunicação e também articulou, após intensa campanha difamatória, para que ele não recebesse o prêmio Nobel da Paz.⁵¹¹

Por não poder prender ou atacar diretamente Câmara, principalmente por conta de uma possível repercussão negativa, o arcebispo era constantemente vigiado e suas palavras no exterior eram sempre acompanhadas. Por ter a cooperação da imprensa brasileira que não abria espaço à D. Hélder Câmara, a preocupação dos agentes de informações se dava no plano externo, no qual gozava de grande prestígio. Mesmo assim, existia ainda a tentativa de tornar a

⁵⁰⁹ *Comunismo Internacional*. Junho de 1970. p. 9.19.

⁵¹⁰ *Ibidem*.

⁵¹¹ SERBIN, Kenneth P. Op. Cit. p. 108.

sua fala menos importante:

Nas comemorações do cinquentenário da 'PAX ROMANA', organização que congrega o Movimento Internacional dos Intelectuais Católicos, o Movimento Internacional dos Estudantes Católicos e várias outras associações de profissionais católicos, D. Hélder Câmara pronunciou conferência da Universidade de Friburgo - Suíça, no dia 17 Jul. Segundo a imprensa, D. Hélder Câmara, que dissertou sobre o tema 'A Libertação do Homem', teceu críticas violentas contra todos os sistemas de governo e sublinhou, especialmente, a condição do homem na Índia (I). A repercussão jornalística de suas declarações, contudo, parece ter sido menor do que se esperava. (PRG 017969/71).⁵¹²

Nesta matéria existe uma nota de rodapé, na qual o agente tece sua opinião sobre D. Hélder, afirmando que o mesmo “prestou declarações à imprensa que foram consideradas, pelo governo da Suíça, como intromissão em seus negócios internos. Além disso, tais declarações se constituíam em apreciação deturpada da realidade, o que já faz com que muitos observadores europeus coloquem sob reserva seus testemunhos.”⁵¹³ Câmara era visto assim, como alguém que não inspirava confiança no mundo internacional, com seus pronunciamentos estando sob suspeita. Interessante notar que pouco mais de um ano depois, *Comunismo Internacional* noticiou algo que contrariava suas próprias declarações ao informar que “parlamentares socialistas suíços defendem sua candidatura ao Prêmio Nobel da Paz.”⁵¹⁴ Tal homenagem decorria exatamente do posicionamento de Câmara e por ser, segundo a carta enviada pelos deputados socialistas à comissão organizadora, “testemunha da pacífica, mas tenaz resistência à violência policial no seu país; por seu paciente, enérgico e diário trabalho contra a atroz miséria em que numerosas famílias vegetam no Nordeste do Brasil e por sua espiritualidade e incessante luta pela compreensão e a paz entre os homens.”⁵¹⁵

Como em outras edições de *Comunismo Internacional*, logo após alguma notícia sobre Câmara, existia uma nota ou uma informação de algum bispo ou padre mais conservador. Talvez como forma de contrabalancear ou de argumentar, mas pela voz de outros sujeitos. Se as palavras de D. Hélder Câmara estiveram em muitos exemplares de *Comunismo Internacional*, o pronunciamento de bispos pró-governo também foram uma constante. A expulsão do padre belga, e assessor de D. Hélder Câmara, Joseph Comblin em março de 1972 gerou algumas

⁵¹² **Comunismo Internacional**. Julho de 1971. p. 2.11.

⁵¹³ Ibidem. (Nota número 1)

⁵¹⁴ **Comunismo Internacional**. Março de 1973. p. 2.7.

⁵¹⁵ Ibidem. p. 2.8.

notícias, desde a transcrição de uma longa entrevista quanto críticas vinculadas pelo lado do clero conservador. Comblin, que trabalhava no país havia 12 anos, foi impedido de desembarcar em território brasileiro após uma viagem à Bélgica. Teve suas malas reviradas e fitas cassetes ouvidas. Descobriram os agentes que não se tratava de propaganda revolucionária, mas de músicas. Na longa entrevista transcrita na publicação, Comblin afirma que:

[...] a oposição não tem senão dois caminhos a seguir. Uma pequena parte entrou na clandestinidade, para criar movimentos de guerrilha e executar operações de terrorismo. Isto provocou, por parte do poder, um organismo de repressão extremamente poderoso, o qual praticamente conseguiu não só conter essa oposição, mas até mesmo reduzi-la mais e mais. E, neste momento, o poder alimenta uma psicose de angústia que está em vias de criar um círculo vicioso do terror, que envolve a ele próprio: sentindo-se ameaçado, reage de maneira opressiva, com vigilância redobrada, o que provoca, nas massas, um sentimento de medo, o qual - por sua vez - provoca mais angústia ainda nos dirigentes e assim sucessivamente. [...] alguns líderes do episcopado decidiram fazer o jogo do Governo, procurar um acordo com ele. É este, sobretudo, o caso dos cardeais Eugênio Sales e Alfredo Vicente Scherer que são, de ordinário, os porta-vozes desses líderes. Eles creem sinceramente que os excessos do regime são praticados contra a vontade do Governo, são obras de elementos incontroláveis.⁵¹⁶

Logo na sequência, algumas matérias assinadas exatamente pelos detratados de Comblin, Sales⁵¹⁷ e Scherer. Para Sales, “O Evangelho não é e nunca será o marxismo. Como também o capitalismo não é e não será nunca o Evangelho. O Cristo não nos trouxe um sistema político-ideológico”. Já Scherer, mais enfático, buscava demonstrar que, na verdade, o país vivia uma transformação, pois “o clima de paixões descontroladas, a busca de vantagens pessoais à custa dos interesses coletivos, as campanhas difamatórias, vão desaparecendo e, na mesma proporção, vão se fortalecendo as diretrizes seguras de uma genuína e atuante democracia e vão subindo a função pública e o homem público no conceito da população.”⁵¹⁸

Quase um ano depois, Scherer voltaria a atacar Comblin, por conta de uma entrevista do último denominada “Teologia da Libertação” publicada originalmente com o título “Exílio de um teólogo” em agosto de 1972 no jornal uruguaio *Marcha*. No Brasil, foi publicado algum tempo depois no jornal *Opinião*. Criticando membros da Igreja por suas “tendências marxistas”,

⁵¹⁶ **Comunismo Internacional**. Abril de 1972. p. 2.7.

⁵¹⁷ Mesmo com toda uma aura conservadora em torno de D. Eugênio Sales, parte da historiografia afirma que ele não pode ser visto como partidário da ditadura, pois atuou em seu combate, principalmente na Bipartite. Serbin afirma que “um reexame dos eventos mostra com clareza que ele [Sales] não apoiava o regime. Sua correspondência com o general Muricy é uma peça surpreendente entre as novas provas existentes para justificar essa reavaliação. Inacreditavelmente, seu desempenho na Bipartite deixou os militares perplexos, até mesmo chocados.” SERBIN, Kenneth P. Op. Cit. p. 57.

⁵¹⁸ As duas matérias estão em **Comunismo Internacional**. Abril de 1972. p. 2.8.

Scherer afirmou que:

Não se encontram novidades nas declarações do discutido conferencista e escritor. Repete ele, sobre nosso país, juízos, críticas e acusações que, em larga escala, se espalharam no exterior. O autor considera o modelo brasileiro de expansão econômica a forma mais perfeita de neocolonialismo que a civilização ocidental pode oferecer. Um grupo de militares orienta o processo 'subordinando os empresários e economistas, praticamente integrados no sistema'. Dentro de um esquema global, dominado pelos Estados Unidos, o 'Brasil exerce a subgerência e reivindica uma autonomia limitada para defender seus interesses no Atlântico Sul. Hoje se apresenta, na América Latina e também na Europa, uma 'teologia da libertação', que deixa de lado e até menospreza a tarefa própria da Igreja, para patrocinar unicamente a reorganização econômica, política e social do mundo. [...] A Igreja tem um encargo importante a realizar. Está-nos confiada a defesa dos direitos de Deus e do destino transcendental humano, valores estes contra os quais o materialismo audacioso e a indisciplina moral, com armas modernas e antigas, movem encarniçado combate e perturbam a retidão dos julgamentos nas decisões pessoais.⁵¹⁹

Comblin publicou em 1977, na França, o livro traduzido para o Brasil em 1978, *A ideologia da segurança nacional*⁵²⁰, o qual foi um importante marco nos estudos sobre o aspecto ideológico presente na instauração de ditaduras na América Latina. O livro demonstra o papel preponderante dos Estados Unidos no desenvolvimento dessa ideologia de segurança nacional, a qual estava inserida no combate ao comunismo durante a Guerra Fria, bem como analisa o importante conceito “geopolítica”. O autor realizou um importante estudo sobre o desenvolvimento dessas doutrinas ao longo dos anos sessenta e de como se dava esse combate a teorias “estranhas”, em meio a bipolaridade da Guerra Fria.⁵²¹

Comunismo Internacional circulava entre diferentes esferas do poder, bem como em diferentes grupos, como algumas autoridades eclesiásticas, as únicas fora da estrutura governamental a receber a publicação. Porém, determinados assuntos eram de circulação restrita à comunidade de informações, entre eles estavam exatamente parte dos assuntos do movimento religioso. A seção “Movimento Religioso”, que era de conhecimento de todos os leitores, possuía nas páginas rosas, comentários sigilosos dos assuntos tratados anteriormente. Essa seção de difusão restrita, trazia comentários mais incisivos ou irônicos sobre a atuação do clero progressista e era chamada de “Acréscimos e Comentários”. Na seção “Movimento

⁵¹⁹ **Comunismo Internacional**. Março de 1973. p. 2.10.

⁵²⁰ COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Tradução de A. Veiga Fialho. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁵²¹ Segundo João Roberto Martins Filho, Comblin concentra atenção demasiada ao papel estadunidense na influência teórica dos golpistas e pouco aborda a questão francesa. MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinar francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 23, n. 67. 2008.

Religioso” de Maio de 1973, uma informação sobre a atuação do padre José Raimundo Vidigal, secretário da província do Rio de Janeiro, afirmava que a Igreja Católica demorava muito a perceber mudanças sociais, notadas muito antes por Marx e Lenin e que essa falta de percepção sobre o mundo poderia ser responsável pela queda de vocações sacerdotais em todo o mundo. Nas folhas rosas logo a seguir, os comentários sobre a atuação do padre afirmavam que:

Sinal dos tempos... Quem poderia jamais supor, ainda em anos bem recentes, que um religioso católico, investido de funções de responsabilidade dentro da sua Ordem, pudesse louvar a ‘acuidade sensitiva’ dos próceres marxistas em perceber fenômenos do mundo antes dos Papas? Será esse açodamento dos ‘progressistas’ em busca do “aggiornamento” uma exteriorização de sua vontade de manter o passo com os teóricos do marxismo que tanto admiram, a ponto de os promoverem em prejuízo dos Papas?⁵²²

Torna-se difícil identificar as razões de uma seção com assuntos sigilosos sobre o movimento religioso, com comentários e acréscimos, dando a entender que nem todos poderiam saber de tudo que se passava. *Comunismo Internacional* circulava por diversos órgãos e tinha um alcance nacional, sendo enviada para algumas arquidioceses. Pode-se levantar a hipótese de que alguns assuntos sobre o movimento religioso fossem encarados pelos agentes de informações como demasiado importantes e, por isso, passíveis de serem destinados a um grupo reduzido de leitores. Diferentemente de outros assuntos concernentes aos comunistas e ao comunismo, que propagavam exatamente o avanço do “perigo vermelho” e da “subversão”, com muitas informações sobre o uso de entorpecentes ou de práticas vistas como imorais, pode-se entender que a ocultação de alguns assuntos que envolviam o movimento religioso seria uma tentativa de não demonstrar o avanço de críticas ao governo por parte do clero progressista e de certo apoio que a Igreja no Brasil ensaiava dar aos opositores do regime. Por outro lado, nessa seção sigilosa, o agente de informações tinha também mais liberdade, inclusive para criticar alguns sacerdotes e suas ações. Dessa forma, a “infiltração comunista” na igreja preocupava muito mais pelo potencial de mobilização social que o discurso religioso possuía. A grande maioria da população poderia ser – e era, de certa maneira – contrária ao comunismo e à ação revolucionária, mas é improvável imaginar boa parte da população brasileira rejeitando o discurso religioso católico, mesmo quando esse se aproximava das esquerdas.

Um dos problemas críticos com que se vem defrontando o Estado brasileiro é o do relacionamento com alguns setores da Igreja Católica, dos quais têm surgido as mais acerbadas críticas à ação governamental. Para bem equacionar a questão, visando a dar-lhe a solução mais adequada, máxime quando se tem como dado a grande

⁵²² *Comunismo Internacional*. (Movimento Religioso – Acréscimos e Comentários). Maio de 1973. p. 2.a.

preponderância de católicos na população brasileira, parece ser primordial o saber-se o que impele os setores contestadores da Igreja a agirem da maneira como o fazem. Certamente que existe grande influência marxista nas alas mais extremadas do clero "progressista", porque, através da técnica de infiltração, logrou o MCI, inclusive, introduzir elementos a ele filiados em posições destacadas até mesmo da hierarquia religiosa, em obediência ao preconizado pelos comunistas chineses ('linha de Li Wei-Han') e soviéticos ('Seminfor'), visando à tentativa de destruição da Igreja Católica 'de dentro para fora'.

Seria, contudo, talvez um enfoque muito simplista, e possivelmente errôneo, o julgar-se que todos os sacerdotes que contestam o governo estariam movidos tão somente pela adesão a ideologia vermelha. E esse ponto-de-vista não seria capaz, inclusive, de explicar o virtual imobilismo de grande parte do clero - talvez sua maioria - em face das diatribes dos 'progressistas' exaltados. Por trás da questão, haverá outras motivações, assim como diferentes correntes existem dentro do clero - desde os setores completamente identificados com o marxismo, até os tradicionalistas voltados para a visão transcendental e verticalista da Igreja. De resto, o fenômeno é mundial nos dias de hoje.⁵²³

Os agentes de informações, e nesse caso talvez boa parte do aparato repressivo e de informações, entendiam que a disputa com o clero progressista seria importante para salvar a própria igreja da "subversão". Não era combater a igreja, mas sim os elementos que incitavam o questionamento, a desordem, a quebra de hierarquia. O discurso aparece como se houvesse uma missão transcendental de salvar a "verdadeira igreja".

A inspiração do Estado é cristã, como cristãs são suas origens e a maioria dos homens que têm a responsabilidade de gestão da coisa pública. Da desunião Estado-Igreja, sempre quem tira os largos dividendos é o comunismo internacional, este sim o inimigo figadal de qualquer fé religiosa e de qualquer ideologia que sinceramente advogue a causa da dignidade humana.⁵²⁴

Tornava-se necessário um discurso conciliador, que unisse novamente Estado e Igreja, pois dela eram os que geriam a coisa pública. Era necessário porém, que essa Igreja se renovasse, ou melhor, voltasse às origens e se libertasse de influências esquerdistas. Em um comunicado intitulado "Subversão na Igreja" destinado aos sacerdotes "contestadores", os quais questionavam a hierarquia; o sacerdócio; a virgindade de Maria; os "destinos derradeiros", céu, purgatório e paraíso; os pecados sexuais, o sacerdote católico Noel Barbara convidava os "contestadores" a deixarem a igreja e juntarem-se aos protestantes.

Mas se vos recusais a juntar-vos aos protestantes, entre os quais todas as reformas que reclamais já foram feitas há cinco séculos e junto aos quais podeis sentir-vos satisfeitos; se vos obstinais em permanecer na Igreja de cuja Fé não o mais compartilhais, então (eu use claramente um condicional: se), e somente então, diante de todo o mundo, lealmente e com toda a caridade, eu digo que não mais sois honestos,

⁵²³ **Comunismo Internacional.** (Seção Movimento Religioso – Acréscimos e comentários) Junho de 1973. p. 2.j.

⁵²⁴ Ibidem.

a vossa contestação não o sincera. Juntando-vos aos Bispos que vos apoiam, digo a vos e a eles: sois traidores. Não mereceis qualquer respeito. De fato, não se respeitam os mentirosos, e isso é certamente o que sois, se não fizerdes uma opção coerente.⁵²⁵

Buscavam exatamente livrar da instituição todos aqueles que porventura lançassem mão da contestação e do questionamento. Para estes, o melhor a ser feito era deixar a igreja. Se podemos afirmar que a Igreja obteve êxito em determinados dogmas e na manutenção de determinadas regras, não se pode dizer o mesmo de seu posicionamento político.

Grupos religiosos exerceram um importante papel durante a ditadura e sua ação não pode ser vista como única e homogênea. Em meio aos expurgos nas universidades públicas, as universidades católicas do Rio de Janeiro e São Paulo acabaram por dar abrigo a esses docentes, criando nesses locais uma importante referência tanto no pensamento da esquerda, quanto nos debates principalmente na área das Ciências Humanas. O papel da PUC de São Paulo e do Rio de Janeiro, nesse sentido, deve ser visto como uma importante ação em meio à perseguição de docentes, vistos como “irradiadores do marxismo”.⁵²⁶ Diversos grupos religiosos concederam importante apoio – o que era um grande risco em meio a uma situação autoritária, como por exemplo no caso dos dominicanos – a diversos grupos de esquerda e perseguidos do regime. Seja com ajuda material, oferecendo guarita e proteção, ou ainda realizando diversas denúncias tanto através de suas publicações nacionais como no exterior, além de conseguir mobilizar diferentes grupos e associações internacionais na crítica aos militares. Não apenas católicos, cabe ressaltar, mas grupos protestantes conferiram igual apoio a perseguidos políticos. Esse movimento religioso plural, que marca também a diversidade de atores nesse período ditatorial, merece ser analisado com maior cuidado e não pode ser visto sempre como conservador ou autoritário. Serbin, ao criticar essas visões estanques, as quais não problematizam a diversidade desses setores, afirma que:

[...] a compreensão do regime requer uma visão multifacetada, histórica e desapaixonada da instituição militar. A ditadura foi brutal, mas as facções e discordâncias internas sobre a política e as práticas necessitam de um quadro menos monocromático do governo militar e um olhar mais cuidadoso sobre a evolução histórica das relações entre civis e militares.⁵²⁷

Para *Comunismo Internacional*, e também para o governo, o movimento religioso

⁵²⁵ **Comunismo Internacional**. Maio de 1973. p. 2.7.

⁵²⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 183.

⁵²⁷ SERBIN, Kenneth P. Op. Cit. p. 60.

tornava-se um grande problema. Por ser uma oposição não ateia, não comunista e com apoio popular, ainda realizava denúncias a nível mundial. Os “inimigos” do regime não eram apenas comunistas armados, mas também religiosos de diferentes igrejas. Crescia também a oposição civil, em grande parte motivada pelo desgaste econômico. A ditadura caminhava lentamente para o fim. Muitos, porém, insistiam que a saída não deveria acontecer rapidamente, mas, pelo contrário, deveria ser “lenta, segura e gradual”. Outros insistiam que ela nem sequer deveria acontecer. O “inimigo” ainda estava lá, ainda tinha força. Atentados, prisões e disputas internas marcaram os últimos anos da ditadura civil-militar. Para alguns setores de nossa sociedade, o “inimigo” nunca foi embora. Para estes, ele se esconde, se transforma e apenas espera o momento certo para agir. Um inimigo imaginário que mobilizou e ainda mobiliza sentimentos e ações no plano real.

Em meio ao medo a paranoia de certas organizações e agências do período, figuras de “comunistas”, “subversivos” e “inimigos da pátria”, estampavam cartazes de indivíduos procurados. Era necessário proteger as famílias e a nação. Foi exatamente baseado nesse discurso que a repressão encontrou seu ápice e sua razão de ser e de existir: um poderoso inimigo a ser combatido e a ser eliminado. Existiram muitas nuances e diferentes graus de violência e de perseguição a esses “inimigos”. Muitos porém, tiveram sua humanidade esquecida e foram tratados como alguma coisa diferente da categoria humana. Foram tratados apenas como um corpo que merecia e deveria sofrer. Era necessário conhecer para destruir. As informações sobre os comunistas disseminavam o ódio, o medo, a paranoia. Sustentavam também a própria violência.

Conclusão:

Naturalmente é verdade que a inseparabilidade da historiografia em relação à ideologia e política correntes – toda história, como dizia Croce, é história contemporânea – abre as portas para o mau uso da história. Os historiadores não ficam nem podem ficar do lado de fora de seu objeto como observadores objetivos e analistas sub specie aeternitatis. Todos nós estamos mergulhados nas suposições de nosso tempo e lugar, mesmo quando praticamente algo tão apartado das paixões públicas atuais quanto a edição de textos antigos.⁵²⁸

Este trabalho foi pensado e produzido em meio a muitas discussões sobre a ditadura. Nos últimos anos, muitos eventos foram organizados, muitas teses e dissertações abordaram, de diferentes formas, aspectos concernentes ao período ditatorial. O mundo não acadêmico também demonstrou-se atento às comemorações dos 50 anos do golpe com uma vasta produção bibliográfica, resgatando memórias, investigações jornalísticas e textos que buscam abrandar ou amenizar a ditadura. Alguns de duvidosa qualidade, outros, motivados por interesses empresariais, editoriais e pessoais quase a dizer que a ditadura fez um bem a esse país. Ganharam voz também militares, acusados ou não de envolvimento com a repressão. Segundo eles, se ganharam no plano político, mantendo-se por vinte e um anos no poder e coordenando a abertura e colocando um civil de sua confiança, acabaram por perder nos embates da memória. A história, segundo eles, não foi a dos vencedores, mas a dos vencidos. Prevaleceu, segundo esse discurso, a ideia de que a esquerda, através de antigos militantes e simpatizantes, conseguiu difundir a ideia de que a ditadura foi prejudicial para o país e que os militares representavam a encarnação do mal. Torturas e a violência teriam ocorrido em casos pontuais, na luta travada contra a ameaça comunista e a guerrilha. De resto, foram apenas invenções e fabulações de “esquerdistas”. Surgiram também interpretações que se colocam como neutras e não influenciadas por nenhum lado. Buscam uma análise imparcial da ditadura e da violência, afirmando que ela foi também uma prática recorrente dos dois lados, de opressores e oprimidos. Persistem análises e testemunhos de antigos combatentes, alguns também a colocar em xeque suas ações durante a guerrilha, afirmando que ela foi um equívoco.

Ao mesmo tempo, tivemos a abertura de muitos arquivos, nacionais e estaduais, à

⁵²⁸ HOBSBAW, Eric. **Sobre história**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 291.

consulta pública, facilitando o acesso de pesquisadores, jornalistas, familiares ou mesmo de interessados pelo tema. Houve grande facilidade de acesso a documentos através de novas mídias que trazem muita mobilidade ao trabalho do pesquisador, mas não anulam a importância do contato *in loco* com os documentos. Não apenas o cheiro do papel envelhecido pelo tempo, mas o contato com outras fontes, com outras possibilidades.

Tivemos nos últimos anos a criação da Comissão Nacional da Verdade, patrocinada pela presidente da República e também militante durante a ditadura, motivando assim a criação de outras comissões estaduais ou mesmo de universidades e entidades de classe, como as sessões regionais da Ordem dos Advogados do Brasil. Essas comissões tornaram possível a elucidação de importantes casos, como do ex-deputado desaparecido Rubens Paiva, além de levantarem importantes informações e descobrirem preciosos documentos. Colocaram antigos torturadores frente a frente com a sociedade ou com antigos presos políticos. Tentou-se uma revisão da Lei de Anistia, considerada ainda legítima pelo Superior Tribunal Federal. Travam-se ainda embates pela necessidade de sua revisão. Para alguns, é importante que torturadores também sejam punidos. Para outros, o melhor a se fazer é virar a página e buscar a conciliação. Evitar os embates e desgastes e pensar no futuro. Há trinta e cinco anos se pensa apenas no futuro e a conciliação não aconteceu. Militares ainda esbravejam contra possíveis investigações ou quando tem seus nomes associados à tortura. Escrachos populares e a retirada de monumentos que exaltam parceiros da ditadura são atacados. Outros continuam ainda em pé. Financiadores da repressão são lentamente descobertos, mostrando que os militares não agiram sozinhos. Uma instituição financeira distribui agenda a seus clientes, constando o dia 31 de março como o aniversário da Revolução de 1964. Recolheram alguns dias por conta da repercussão negativa. Tivemos a tentativa nacional da reedição da Marcha da Família a pedir a “intervenção” dos militares. Diferentemente de 1964, fizeram pouco barulho. Em alguns lugares somaram-se não mais que cinquenta pessoas. Em São Paulo, onde os organizadores esperavam centenas de milhares, frustraram-se com pouco mais de duas mil pessoas. Deram o sinal, porém, de que grupos ainda almejam a volta de uma ditadura e de um governo autoritário. Em nome da “ordem” e contra a “baderna que assola o país”.

Tais eventos demonstram quanto o tema da Ditadura ainda mobiliza forças e energias, estando longe de um consenso definitivo, o qual, provavelmente nunca existirá. O calor de debates acadêmicos são uma pequena prova disso.

Este trabalho buscou demonstrar como um departamento de Estado criado pela ditadura, e principalmente para auxiliá-la, o Serviço Nacional de Informações (SNI), produziu

“inimigos” a partir da noção de comunismo como entidade do mal, demonstrando a sua preocupação, e do governo do qual fazia parte, com os comunistas e “inimigos da nação”. Essa visão, muitas vezes distorcida, encontrava sua razão de ser em um discurso autoritário e preconceituoso muito anterior, sendo também influenciado por questões de seu presente. O “inimigo” mudou ao longo do tempo e chegou aos anos sessenta com uma nova roupagem, valendo-se, segundo *Comunismo Internacional*, de variadas formas para “destruir o mundo ocidental”. Entendemos que a visão negativa que se fazia em relação ao outro, aqui entendido como o comunista ou aquele associado à subversão, potencializou a violência, tornando-a gratuita e com ares de crueldade, banalidade e desumanidade. As informações produzidas não ficavam apenas dentro do órgão que a produziu, mas antes, circulavam em diferentes esferas e poderes, desde agências regionais, secretarias de segurança pública até os mais altos escalões, como a Presidência da República. *Comunismo Internacional* não foi o único relatório dessa natureza. Era uma peça da engrenagem muito maior com informações sobre comunistas. Relatórios secretos davam conta de ações importantes da esquerda e dos militares, traziam a confirmação da morte de indivíduos tidos como desaparecidos. Outros, eram destinados à população em geral, visando educa-la e disciplina-la segundo valores apreciados pelo governo e buscando ainda apresentar todos os aspectos negativos do comunismo e das “doutrinas estranhas”. O destaque aqui conferido a essa publicação em específico, deu-se por conta de sua regularidade ao longo de três anos, sua quantidade de informações em aproximadamente 200 páginas mensais, sua circulação em importantes órgãos da administração públicas e autoridades eclesiásticas e, principalmente, por trazerem informações que vão além de simples fichas individuais de “elementos subversivos”. Trazem densas análises sobre o comunismo e os comunistas. Se são, em muitos casos, deturpações da realidade, demonstram, por outro lado, indícios da mentalidade autoritária que se construiu no governo ditatorial.

A publicação demonstra também que os agentes tinham um contato com uma quantidade quase infinita de notícias e informações sobre o comunismo mundial e o que acontecia para além do Atlântico. Encontravam e disseminavam informações falsas, as quais também interessavam aos interesses de atacar o “inimigo”. Poderiam, por outro lado, serem lidas como verdadeiras por esses agentes que acreditavam no “monstro comunista” e no seu avanço pelo mundo ocidental. O fato é que publicações deste estilo contribuía para disseminar o medo, a preocupação com um inimigo que sempre está por vir. Cumpre aos analistas e pesquisadores do passado, acadêmicos ou não, desconstruir determinados mitos de outrora, os quais muitas vezes se reatualizam no presente, contribuindo novamente para o medo e, muitas vezes, para a

violência. O “inimigo está sempre ali, apenas esperando a melhor hora para nos destruir.”

Uma das grandes preocupações dos serviços de inteligência, desde os países latino-americanos aos Estados Unidos, era a expansão do comunismo e de doutrinas revolucionárias. Abordamos no primeiro capítulo os interesses e os investimentos estadunidenses na América e a disputa e a bipolaridade de ideias durante a Guerra Fria, as quais serviram aos dois lados do campo político, obviamente com suas diferentes tonalidades e sem desconsiderar que tais fronteiras políticas são borradas ou marcadas pela fluidez. Por outro lado, mesmo que as fronteiras sejam de fato mais borradas, as quais permitem determinados tipos de acordos, adesões e colaboracionismos, não podemos ignorar a existência de sentimentos que podem potencializar determinados grupos dentro destes campos ou fazê-los emergir na sociedade, sendo marcados exatamente pela lógica do enfrentamento, do combate, mas também do medo e do ódio. Nesse sentido, a existência de grupos civis e paramilitares, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) no Brasil ou a Aliança Anticomunista Argentina (AAA)⁵²⁹, podem ser vistos como grupos que contribuíram, ao lado dos militares⁵³⁰, para o desenvolvimento e aprofundamento de uma cultura do medo durante os anos sessenta e setenta. Por cultura do medo, podemos entendê-la como:

[...] uma consequência direta da ação repressiva das ditaduras de segurança nacional, alcançada através da execução de suas estratégias de implantação do terror. Sua característica principal, que torna essa cultura evidente em determinada sociedade, é a apatia combinada com o efeito dissuasivo e persuasivo do medo, que faz com que a maior parte da população passe a aceitar condições previamente inaceitáveis. Significou a vivência na tensão entre o cotidiano normal e a fenomenologia da bestialidade.⁵³¹

De certa forma, podemos afirmar que essa cultura do medo espalhou-se pela América Latina não somente pela instauração de ditaduras militares, ou civil-militares, mas também pelo incremento do discurso que apresentava um “inimigo” a difundir-se sorrateiramente pela

⁵²⁹ A Três A ou Triple A, foi fundada pelo ministro de Bem-estar Social, José López Rega, durante o governo de Perón. NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. **Ditadura Militar Argentina**. 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 105. Sobre o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), ele foi fundado nos primeiros meses de 1964. Podemos citar também o Movimento Anticomunista (MAC), criado no fim de 1961 e início de 1962. FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 131.

⁵³⁰ Um dos fundadores do CCC foi Otávio Gonçalves Moreira Júnior, também membro da Tradição, Família e Propriedade (TFP). “Otavinho”, como ficou conhecido, formou-se em Direito pela Faculdade São Francisco e tornou-se delegado, sendo um dos pioneiros da Operação Bandeirantes (OBAN). JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013. p. 247.

⁵³¹ BAUER, Caroline Silveira. Op. Cit. p. 108.

sociedade, um perigo iminente a dominar o “mundo livre” ocidental. É através desses discursos que emergem grupos a combater “inimigos” da ordem pública e “dos verdadeiros valores”. Esses grupos radicais se valem do medo e da paranoia que dominam parte da sociedade para agir, para ganhar força e adquirirem assim, notoriedade e destaque como defensores do “bem” e combatentes do “mal”. Nas ditaduras o discurso desses grupos radicais pode ser percebido em determinados órgãos repressivos, integrantes da estrutura governamental. Nasce aí o *terrorismo de Estado*, misturando grupos oficiais e paramilitares, aplicando forte violência contra os cidadãos de um país, não de forma indiscriminada, mas de forma seletiva contra todos aqueles que se situam na oposição, seja uma violência direta ou ainda uma violência simbólica, ambas profundamente significativas e com efeitos deletérios. E é exatamente nesse contexto, que *Comunismo Internacional* lançava seu olhar para a América, objeto de grande atenção, não somente pela grande tensão e efervescência política que marcava a região, mas por um crescimento cada vez maior de movimentos com viés revolucionário. Crescia também o discurso de partidos socialistas de tendências moderadas e que defendiam um governo mais justo e democrático, como foi o caso da *Unidad Popular* de Salvador Allende. Percebe-se a grande preocupação com o avanço de segmentos ligados às esquerdas, sejam elas de viés democrático ou revolucionário. Cresciam também focos guerrilheiros, patrocinados por Tupamaros no Uruguai, Montoneros na Argentina e o MIR (Movimiento Izquierda Revolucionária) no Chile.

Guerrilha, subversão, costumes, juventude, rebeldia, música, contracultura, cultura de esquerda. Palavras que traziam outros significados. Representavam a possibilidade de uma mudança, tendo a radicalidade de um lado, mas sonhos e esperança de outro. Temendo a radicalidade, mas também almejando controlar os sonhos, militares e grupos radicais de extrema-direita levantaram-se em armas, combatendo tudo aquilo que pudesse soar dissonante. Palavras estas que figuraram com grande peso e destaque nas páginas de *Comunismo Internacional*, demonstrando as preocupações do Serviço Nacional de Informações com a agitação latino-americana. Existiam peças fora do lugar. Existiam, aos olhos do agente de informações a recortar, selecionar e escrever textos, peças que deveriam ser controladas. Sonhos que deveriam ser tolhidos. Agentes que atuavam em nome da “Revolução de 1964”, da segurança na América Latina, da livre-iniciativa, da moral e dos costumes e, enfim, dos “verdadeiros e justos valores”. Em nome da segurança instaurou-se a violência e o terror de Estado, resultado da desconfiança permanente em relação ao “outro”.

Pensar sobre o passado não deve ser apenas um exercício acadêmico, mas também uma

preocupação com o social e com o político. Devemos lutar sempre, não somente como “profissionais” do passado, mas principalmente como cidadãos, contra todos aqueles que queiram trazer a noite sobre a democracia, obscurecendo valores como a liberdade e a igualdade. Não podemos deixar que a noite caia. Devemos sempre lutar pelo amanhecer, pelo novo que há de vir e por uma democracia que se consolide, efetivamente.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fontes consultadas:

¿ **Que es el MIR?** Chile en la resistencia Documento preparalio por el comite central del MIR em la clandestinidad. Chile, Diciembre 1974. Caracas, Venezuela: Rocinante, 1975.

Ação educativa contra a Guerra Revolucionária. Unidade II - mobilização da opinião pública – propaganda e boato. BR AN, Rio. X9.0. TAI.1/19.

Ação educativa contra a Guerra Revolucionária. Unidade III – Técnicas revolucionárias – psicológicas. BR AN, Rio. X9.0. TAI.1/20. p. 27.

Ação educativa contra a Guerra Revolucionária. Unidade III – Técnicas revolucionárias – psicológicas. BR AN, Rio. X9.0. TAI.1/20.

Ação educativa contra a Guerra Revolucionária. Unidade IV - Preservação da democracia, ação psicológica, propaganda e contrapropaganda. BR AN, Rio de Janeiro. X9. 0. TAI.1/21. Projeto de criação da seção de Guerra Psicológica.

Arquivo Nacional (Brasil). Coordenação de Documentos Escritos. Equipe de Documentos do Poder Executivo e Legislativo. **Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça:** Inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios/ Equipe de Documentos do Executivo e Legislativo. 2ª. ed. - Rio de Janeiro : o Arquivo, 2013.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). COPRA/CODES. Equipe de Documentos Privados. **Coleção Informante do Regime Militar – X-9.** Inventário da Coleção Informante do Regime Militar. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2008.

As informações – Conceitos fundamentais, da equipe da Daici, de 1967.

Ato Institucional número 5. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em 03/03/2011.

Brain-Washing: A Synthesis of the Russian Textbook of Psychopolitics. Los Angeles: The American St. Hill Organization, 1955.

Comunismo Internacional. (Movimento Religioso – Acréscimos e Comentários). Maio de 1973. Arquivo Público de São Paulo.

Comunismo Internacional. (Seção Movimento Religioso – Acréscimos e comentários) Junho de 1973. Arquivo Público de São Paulo.

Comunismo Internacional. Abril de 1972. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Comunismo Internacional. Agosto de 1970. Arquivo Público do Estado do Paraná.

Comunismo Internacional. Agosto de 1971. Arquivo Público do Estado do Paraná.

Comunismo Internacional. Agosto de 1973. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Comunismo Internacional. Dezembro 1970. Arquivo Público do Estado do Paraná.

Comunismo Internacional. Fevereiro de 1972. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Comunismo Internacional. Janeiro de 1971. Arquivo Público do Estado do Paraná.

Comunismo Internacional. Janeiro de 1972. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Comunismo Internacional. Janeiro de 1973. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Comunismo Internacional. Julho de 1971. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Comunismo Internacional. Julho de 1972. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Comunismo Internacional. Julho de 1973. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Comunismo Internacional. Junho de 1970. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Comunismo Internacional. Maio de 1971. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Comunismo Internacional. Maio de 1972. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Comunismo Internacional. Maio de 1973. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Comunismo Internacional. Março de 1973. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Comunismo Internacional. Novembro 1970. Arquivo Público do Estado do Paraná.

Comunismo Internacional. Outubro de 1971. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Comunismo Internacional. Setembro de 1970. Arquivo Público do Estado do Paraná.

Comunismo Internacional. Setembro de 1973. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Conceito sobre informações. BR AN, Rio de Janeiro. X9.0.TAI. 1/11.

Criptografia. BR AN, Rio. X9.0.TAI.1/4.

Decreto-Lei nº 314 de 13 de Março de 1967.

Decreto-Lei nº 898 de 1969.

Depoimento de Dulce Chaves Pandolfi para a Comissão da Verdade em 28 de maio de 2013.

Entrevista com Luiz Felipe de Alencastro, Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/03/140326_alencastro_daniela_ditadura_fl.s.html> Acesso em 01/05/2014.

Entrevista na Câmara dos Deputados, Vera Magalhães. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historiaoral/Memoria%20Politica/Depoimentos/vera-silvia-magalhaes/texto>> Acesso em 28 de abril de 2014.

Informações – Curso para encarregados de casos e agentes. BR AN, Rio X9.0.TAI.1/16.

Instrumento de Pesquisa da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE). Arquivo Nacional (BRASIL). BSB, Z4. 2012.

Noções sobre operações clandestinas. BR AN, Rio. X9.0.TAI.1/14.

O informe. BR AN, Rio de Janeiro. X9.0.TAI.3/9.

Operações técnicas. BR AN, Rio. X9.0.TAI.1/17.

ORLOV, Alexander. **Lições soviéticas de espionagem.** BR NA, RIO X9.0. TAI.2/6. Arquivo Nacional.

Práticas de contravigilância nos serviços de informações soviéticos. BR AN, Rio. X9.0.TAI.1/6.

Recortes de jornais. BR. AN, Rio de Janeiro. X9.0.TAI.3/11.

SCHOOL OF THE AMERICAS. **Guerra Revolucionária Guerrillera e Ideologia Comunista.** 1989. p. 50. Disponível em <www.soaw.org>.

Serviços de informações soviéticos – problemas para os serviços de contra-informação. BR AN. Rio. X9.0.TAI. 1/1.

Bibliografia

AFONSO, Almino. **1964: Na visão do Ministro do Trabalho de João Goulart.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção.** Tradução Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo:** a experiência chilena. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso. FICO, Carlos et al. (orgs). **Ditadura e democracia na América Latina:** balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

AMBRY, Brian. **Brainwashing Manual parallels in scientology.** Revisiting The Textbook on Psychopolitics also know as The Brainwashing Manual. [s.d.] .

ANGELL, Alan. A Esquerda na América Latina após 1920. In BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina após 1930:** Estado e Política. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

ANSART, Pierre e BRESCIANI, Maria Stella. Apresentação. In SEIXAS, Jacy A ., BRESCIANI, Maria Stella e Brepohl (orgs). **Razão e paixão na política.** Brasília: Editora da

Universidade de Brasília, 2002.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Tradução Aurea Weissemberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. Ditaduras militares: institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. FICO, Carlos et al. (orgs). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: Edusc, 1999.

_____. Apresentação. In AQUINO, Maria Aparecida et al. (orgs). **O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP – O Anticomunismo: Doença do aparato repressivo brasileiro**. Família 30 e 40. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos 1960 e 1970. In FICO, Carlos et al. (orgs.) **Ditadura e democracia na América Latina: balanço historiográfico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008

_____. Disputas em torno da memória de 68 e suas representações. In FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (orgs). **1968: 40 anos depois, história e memória**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **O que é política?** Organização Ursula Ludz. Trad. Reinaldo Guarany. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Compreender: Formação, exílio e totalitarismo**. Tradução Denise Bottmann. Organização, introdução e notas Jerome Kohn. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **Sobre a violência**. 2ª ed. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ARICÓ, Carlos Roberto. **Estudos sobre psicanálise: epistemologia e política**. São Paulo: Núcleo de Estudos em Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise, 1984.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petropolis: Vozes, 1985.

AZZI, Riolando e GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II. Terceira época: 1930-1964**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina**: Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memórias. Medianiz, Porto Alegre: 2012.

BERSTEIN, Serge. Cultura Política. In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina após 1930**: Estado e Política. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Vol. 1. Tradução Carmen C. Varriale. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BOLLER JR, Paul F., GEORGE, John. **They never said it**: a book of fake quotes, misquotes, and misleading attributions. New York: Oxford University Press, 1989.

BONNET, Gabriel. **Guerras insurrecionais e revolucionárias**. Tradução Gal. Carlos de Meira Mattos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora: 1963.

BONNET, Luciano. Anticomunismo. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Vol. 1. Tradução Carmen C. Varriale. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. **A benção de abril**. Brasil Urgente: Memória e engajamento católico no Brasil 1963-1964. Petrópolis: Vozes, 1983.

BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à verdade e à memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro, 1979.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**. Tradução Fernando Correa Prado. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. In **Registro**, Indaiatuba, n. 1, jul. 2002.

CANETTI, Elias. **Massa e poder**. Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARDOSO, Tom. **O cofre do Dr. Rui**. São Paulo: Record, 2011.

CARVALHO, Ferdinando de. **Os sete matizes do vermelho**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977.

CASTANEDA, Carlos. **A erva do diabo**: Os ensinamentos de dom Juan. Tradução Luzia

Machado da Costa. 32ª ed. revista. Rio de Janeiro: Nova Era, 2006.

CASTRO, Francisco Marin e ZEPEDA, Luis Ravanal. **Allende: yo no me rendiré**. Santiago, Chile: Ceibo, 2013.

CEPLAIR, Larry. **Anti-Communism in Twentieth-Century America: A Critical History**. Santa Barbara, Califórnia: ABC-CLIO, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. rev. Ampl. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHOMSKY, Noam. **Novas e velhas ordens mundiais**. Tradução Paulo Roberto Coutinho. São Paulo: Scritta, 1996.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In FERREIRA, Daniel e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 64 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. In **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 40. Editora UFPR: 2004.

_____; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. In **Revista Brasileira de História**. 2004, vol.24, n.47.

COGGIOLA, Osvaldo. **O assassinato de Trotsky à luz da história**. Revista de História. Número 141. São Paulo, dez, 1999.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Tradução de A. Veiga Fialho. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: A Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. **Visões do golpe: a memória militar de 1964**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DADOUN, Roger. **A violência: ensaio acerca do "homo violens"**. Tradução de Pilar Ferreira de Carvalho e Carmen de Carvalho Ferreira. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

DEUTSCH, Sandra McGee. **Las derechas: la extrema derecha em la Argentina, el Brasil y Chile, 1890-1939**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.

DINGES, John. **Os Anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DREIFUSS, René A. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, André. Poder e violência no pensamento político de Hannah Arendt: uma reconsideração. In ARENDT, Hannah. Op. cit. 2010.

DUTRA, Eliane de Freitas. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos de 1930. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução Bernhard. A. Schumann. Supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. [Edição revista]. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENRIQUEZ, Eugène. Matar sem remorso: reflexões sobre os assassinatos coletivo. **Revista História: Questões & Debates**. Curitiba, PR: Editora da UFPR, v. 18, n.35. jul/dez. 2001.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Doutrina Básica**. Rio de Janeiro, 1979. p. 14.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). In **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013.

FELDHUES, Paulo Raphael. A Guerra das Malvinas/Falklands e a espionagem brasileira – algumas considerações. In **Anais do XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart**: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e poder**: análise do discurso anticomunista do exército brasileiro. São Paulo: Annablume, 2005.

FICO, Carlos et al. (orgs). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____. 1968: o ano que terminou mal. In FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs). **1968**: 40 anos depois, história e memória. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

_____. **A ditadura documentada**: acervos desclassificados do regime militar brasileiro. Acervo. Rio de Janeiro, v. 21, nº 2. Jul/Dez 2008.

_____. **Além do golpe**: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In FICO, Carlos et al. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. **Prezada Censura**: cartas ao regime militar. In: Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ-7 Letras, nº 5, setembro de 2002.

_____. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIGUEIREDO, Lucas. **O ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Olho por olho**: os livros secretos da ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2000.

FONSECA, Raquel Silva. **A guerra revolucionária como questão estratégica**: Suzanne Labin, militares brasileiros e a guerra política. In **X Encontro Estadual de História**. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. Julho 2010. Santa Maria-RS.

FORGET, Danielle. **Conquistas e resistências do poder**: a emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1984). Tradução de Lucimar de Oliveira. São Paulo: EDUSP, 1994.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5.ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREI BETTO. **Batismo de sangue**: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1987.

FULSON, Don. **Nixon's Darkest Secrets**: The Inside Story of America's Most Troubled President. New York: Thomas Dunne Books, 2012.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GEHLEN, Reinhard. **O serviço secreto**. Tradução de Luiz Carlos Luchetti e Luiz Corção. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1975.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Tradução Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREEN, James. A Proteção da Privacidade com a Abertura Plena dos Arquivos. In **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1. Jan/jun 2011.

HALL, Clarence W. **A nação que salvou a si mesma**. Revista Seleções do Reader's Digest. Suplemento Especial, novembro de 1964.

HEALE, Michael J. **American anticommunism: combating the enemy within, 1830-1970**. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 1990.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. Tradução Janaína Marcoantonio, Mariane Janikian. 1.ed. São Paulo: Ática, 2010.

HOBBSBAWM, Eric et. Al. **História do marxismo**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Como mudar mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. Tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. **Sobre história**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Cortez, 1998.

_____; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. **Operários da violência: Policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras**. Brasília: Editora da Universidade Brasília, 2006.

HUTTON, J. Bernard. **Os subversivos**. Tradução Luiz Corção. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1975.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quarteis e outras vozes**. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

ISHAQ, Vivien, FRANCO, Pablo E., SOUSA, Teresa. **A escrita da repressão e da subversão: 1964 – 1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JOFFILY, Mariana. “A 'verdade': sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. In **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Diálogo Social**. Natal, 2013.

_____. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Tradução José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

KENT, Stephen A. Scientology – Is this a Religion? In **Marburg Journal of Religion**. Vol. 4. N. 01. July 1999.

KLEHR, Harvey. **The Communist Experience in America: A Political and Social History**. New Jersey: Transaction Publishers, 2010.

KOLTAI, Caterina. A tentação do bem: o caminho mais curto para o pior. **ÁGORA**. v. V. n. 1. jan/jun 2002. pp. 9-17.

KOMINSKY, Morris. **The Hoaxers: Plain Liars, Fancy Liars, and Damned Liars**. Boston: Branden Press, 1970.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LABIN, Suzanne. **A guerra política: arma política do comunismo internacional**. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1960.

_____. **A condição humana na China comunista**. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1963.

_____. **Em cima da hora: a conquista sem guerra**. Rio de Janeiro: Record, 1963.

_____. **O duelo Russia x USA**. Rio de Janeiro: Record, 1964.

LAGÔA, Ana. **SNI: Como nasceu, como funciona**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.

LAMOUNIER, Bolivar. Ideologia em regimes autoritários: uma crítica a Juan Linz. **Estudos CEBRAP**. n. 7. São Paulo, 1974.

LEITE, Isabel Cristina. Doutrina de Segurança Nacional e terrorismo de Estado: análise comparada entre Brasil e Argentina. In: II Encontro Memorial do ICHS, 2009, Mariana. Anais do **II Encontro Memorial do ICHS**, 2009.

LINZ, Juan. Regimes autoritários burocráticos-militares. In PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O Estado Autoritário e os movimentos populares**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

LISS, Sheldon B. **Marxism thought in Latin America**. Los Angeles, California: University of California Press, 1984.

LONGHI, Carla Reis. O boletim informativo: documentação institucional ou discurso reapropriado? In Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006.

LÖWY, Michael (Org). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

LOWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____, SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. Campo de concentração: experiência limite. **Revista História: Questões & Debates**. Curitiba, PR: Editora da UFPR, v. 18, n.35. jul/dez. 2001.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 17, nº34, pp. 203-220, 1997.

_____. **Manual do Interrogatório**. História Questões & Debates, Curitiba, Editora UFPR, n. 40, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

MARCELINO, Douglas Attila. O passado recente em disputa: memória, historiografia e as censuras da ditadura militar. In. SANTOS, Cecília Macdowell, TELLES, Edson, TELLES, Janaína (orgs). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Aderaldo & Rotchild Editores, 2009.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

_____. Ditadura revistada: unidade ou desunião. In REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964**. Comunicação no Congresso The Cultures of Dictatorship, Universidade Maryland, 2004. Disponível em <<http://www2.ufscar.br/uploads/forumgolpistas.doc>>

_____. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 23, n. 67. 2008.

_____. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Carlos: EDUFSCar, 1995.

_____. **Os militares brasileiros e a doutrina da guerre révolutionnaire**. In SANTOS, Cecília MacDowell, TELES, Edson, TELES, Janaína de Almeida. (orgs) **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. Volume I. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

MAZRUI, Ali A. (Editor) WONDJI, Cristophe (Editor Assistente). **História geral da África**. Vol. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

MENDES, Ricardo Antônio Souza. Direitas, desenvolvimentismo e o movimento de 1964. In MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Produção do medo: algumas trilhas (1955-1964). In MONTENEGRO, Antonio Torres et al. **História: cultura e sentimento**. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.

MORAIS, Taís. **Sem vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades. In REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. In **Locus**: revista de história. Juiz de Fora, v. 30, n.1. p. 17-27. 2010.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

MOURÃO, Mônica. Comunicação clandestina: redes de comunicação política durante a ditadura militar brasileira. In **VII Encontro Nacional de História da Mídia**: Mídias alternativas e alternativas midiáticas. 19 a 21 de agosto de 2009. Fortaleza-CE.

MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: Um debate interpretativo. In TEIXEIRA, Francisco Carlos (org.). **O século sombrio**: guerras e revoluções do Século XX. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **Seguindo a canção**: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: AnnaBlume/FAPESP, 2001.

_____. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Vencer Satã só com orações: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In QUADRAT, Samantha Viz e ROLLEMBERG, Denise (orgs). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NARLOCH, Leandro. **Guia politicamente incorreto da história do Brasil**. 2.^a ed. revista e ampliada. São Paulo: Leya, 2011.

NOVARO, Marcos e PALERMO, Vicente. **Ditadura Militar Argentina**. 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 105.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas de discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência. In: FICO, Carlos et al. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

Papa Pio XI. **Encíclica Divini Redemptoris**, de 19 de março de 1937.

PATLAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In LE GOFF, Jacques (org). **A história nova**. Tradução Eduardo Brandão. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PENNA FILHO, Pio. Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX): o elo perdido da repressão. In: **Revista Acerto**. Rio de Janeiro. Vol. 21. n. 2. p. 79-92. Julho/Dezembro 2008.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e Repressão**: o autoritarismo e Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e

Terra, 2010.

PRIESTLAND, David. **A bandeira vermelha**: uma História do comunismo. Tradução Luís Reyes Gil. São Paulo: Leya, 2012.

QUADRAT, Samantha e ROLLEMBERG, Denise. **A construção social dos regimes autoritários**: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. A oposição juvenil à Unidad Popular. In QUADRAT, Samantha Viz e ROLLEMBERG. **A construção social dos regimes autoritários**: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.21-41: jan/jun 2012.

REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. (orgs) **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. A ditadura fez cinquenta anos. In REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. **O século XX**: o tempo das crises: revoluções, fascismo e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In REIS, Daniel Aarão et al. (orgs). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.

RIDENTI, Marcelo. A época de 1968: cultura e política. In FICO, Carlos e ARAÚJO, Maria Paula (orgs). **1968**: 40 anos depois: história e memória. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

_____. As oposições à ditadura: resistência e integração. In REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **Em busca do povo brasileiro**: Artistas da revolução, do CPC à era da TV. Record: São Paulo/Rio de Janeiro, 2000.

_____. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria**: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). 2. ed. Passo Fundo: UFP, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: Entre raízes e radares. Rio de Janeiro. Record, 1999.

ROTHWELL, Matthew D. **Transpacific Revolutionaries: The Chinese Revolution in Latin America**. New York: Routledge, 2013.

ROUQUIÉ, Alain. **Os militares na Política Latino-americana após 1930**. In BETHELL, Leslie (org). Op. Cit. 2009.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação**. Tradução Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SAUNDERS, Frances Stonor. **Quem pagou a conta?** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogo nas sombras: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Tradução Carlos Eduardo Lins da Silva e Maria Cecília de Sá Porto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SETEMY, Adrianna. “Por uma memória 'diplomática': o Itamaraty e o combate ao inimigo escarlate. In **X Encontro Estadual de História: o Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional**. 26 a 30 de julho de 2010. Santa Maria-RS.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. 4. ed. José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1981.

SILVA, Vicente Gil. O papel intervencionista da ditadura civil-militar brasileira na América do Sul. In **História Social**. n. 18. Segundo semestre. 2010.

STOPPINO, Mario. Ideologia. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Vol. 1. Tradução Carmen C. Varriale. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998..

TELES, Janaína de Almeida. Apresentação. Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções. In CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**. Tradução Fernando Correa Prado. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

THIAM, Iba Der e MULIRA, James. A África e os países socialistas. In MAZRUI, Ali A. (Editor) WONDJI, Cristophe (Editor Assistente). **História geral da África**. Vol. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. In **Crítica Marxista**. nº 19. Campinas. 2004. pp. 27-48.

VALIM, Alexandre Busko. **Imagens vigiadas: cinema e guerra fria no Brasil. 1945-. 1954**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2010.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

1998.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira: 1964 – 1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita.** São Paulo: Leya. 2014.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira e PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos.** Petropolis, RJ: Vozes, 2013.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Guerra Fria. In REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA, Jorge, CELESTE, Zenha. **O Século XX.** Vol. 2 O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 2003.

WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Barcellos; GASPAROTTO, Alessandra. **Ditaduras Militares na América Latina.** 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

WHITFIELD, Stephen J. **The Culture of the Cold War**, 2d ed. Baltimore, Maryland: Johns Hopkins University Press, 1996.

WRIGHT, Bradford W. **Comic book nation: the transformation of youth culture in America.** Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press: 2003.

Teses e dissertações:

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países.** Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011.

BEGHETTO, Lorena. **O pesadelo comunista ameaça o Ocidente: o anticomunismo nas revistas Seleções do Reader's Digest (1946-1960).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2004.

GONÇALVES, Marcos. **Os arautos da dissolução: mito, imaginário político e afetividade anticomunista. Brasil 1941-1947.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2002.

HESSMANN, Dayane Rúbila Lobo. **Cartilha da repressão: Os ensinamentos de um delegado sobre a subversão e a Segurança Nacional (1974-1977).** Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2011.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina.** Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay: Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil- Militar.** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SETEMY, Adrianna. **Sentinelas das fronteiras**: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.